

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

LUISIANE DA SILVEIRA GOMES

A ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIO DURANTE O PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (PELOTAS/RS: 1977-1985)

SÃO LEOPOLDO
2017

Luisiane da Silveira Gomes

A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Korndörfer

SÃO LEOPOLDO
2017

G633a Gomes, Luisiane da Silveira.

A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985) / Luisiane da Silveira Gomes. – 2018.

193 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Korndörfer.”

1. Ditadura. 2. Movimentos estudantis – Pelotas (RS). 3. História oral. 4. Mulheres - História. I. Título.

Luisiane da Silveira Gomes

A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em: 22/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Korndörfer (Orientadora) – UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres – UNISINOS

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola – UNISINOS

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Dedicado à memória de Daniella Alves Abi,
grande amiga e mulher que nos deixou
cedo demais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e a todos os professores que o compõem pela confiança depositada em meu trabalho, assim como pela disposição em auxiliar nos momentos mais difíceis da pesquisa, sempre com palavras de incentivo. Da mesma maneira, agradeço à secretaria do mesmo, sobretudo à Saionara, pelos incansáveis esclarecimentos e pelo amparo.

Ao meu ex orientador, Cláudio Elmir, que conduziu boa parte do meu trabalho de maneira impecável, crítica e generosa. Foram inúmeras as contribuições e sugestões que serviram para a elaboração do texto final. Muito obrigada por dividir comigo todo teu conhecimento!

À minha orientadora, prof.^a Ana Paula, que aceitou o desafio de orientar esse trabalho na reta final, quando o mesmo já estava praticamente pronto. Assim, agradeço todo o esforço empreendido para a conclusão desta dissertação. Agradeço, também, a paciência, a generosidade e o carinho desde a primeira orientação.

Aos colegas do PPGH – UNISINOS pela convivência, por dividirmos as mesmas ânsias e dificuldades, mas também nossas conquistas. Um agradecimento especial ao Ismael, que se tornou um amigo querido e importante no período de adaptação na nova cidade, assim como a pessoa que revisava meus resumos/artigos!

À professora e amiga Alessandra Gasparotto (UFPel), responsável pelas correções e contribuições valiosas a este projeto de pesquisa.

Agradeço especialmente aos meus entrevistados que, gentilmente, cederam um tempo de suas vidas para compartilhar comigo suas memórias de militância, as quais foram de extrema importância para a realização deste projeto.

À Natasha, outra pessoa muito importante nessa jornada, pois, além da casa, dividimos nossas dificuldades, nossos medos, nossas vitórias, fofagens e muito mais. Amizade que se iniciou durante a graduação em História na UFPel e se estreitou na pós-graduação! Muito obrigada por um ano de companheirismo e amizade incessantes.

Aos companheiros de luta do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pelotas e região por todas as discussões enriquecedoras, especialmente à Alessandra, que foi a grande incentivadora deste trabalho desde a graduação.

Às minhas companheiras/amigas do Coletivo Feminista Maria Baderna por todos os momentos de formação, ativismo, luta e descontração! Ah, e também pelas nossas sessões de terapia em grupo! Aos companheiros do Levante Popular da Juventude, pela luta constante em busca de um projeto popular para a sociedade brasileira, o qual visa diminuir as desigualdades sociais no país.

Aos meus colegas e alunos do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Alegrete e São Borja, agradeço por compartilharmos conhecimentos no período em que exerci a docência nesta instituição de ensino tão plural e que preza pelo respeito às minorias. Após essa experiência enriquecedora, tive certeza que é este o caminho que quero seguir, o da docência.

À Silmara, Giórgia, Marina, Lidiane e Dani Abi, agradeço por estarem comigo desde a infância, por sonharem comigo, por me darem a mão sempre que necessitei. Juntas vivemos momentos de alegria e de tristeza, os quais serviram para que nossa amizade se fortalecesse cada vez mais. Agradeço também por compreenderem minha ausência sem nunca deixar de acreditar em mim e no meu trabalho.

À Fernanda, Jefferson, Diorge, Augusto, Illgner e Julia, meu agradecimento pela parceria e por todos os momentos felizes e descontraídos que dividimos nesses últimos meses. Afinal, nem só de pesquisa/escrita vive um pós-graduando! Além do mais, agradeço pelo carinho e abraços reconfortantes nos momentos mais difíceis!

Minha eterna gratidão e amor por vocês, meus amigxs!

Finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha família, especialmente a meus pais, irmãos e avós, por toda confiança depositada e por estarem sempre ao meu lado, acreditando e dando toda força necessária para que eu possa ir além.

Me gustan los estudiantes

*¡Que vivan los estudiantes,
jardín de las alegrías!
Son aves que no se asustan
de animal ni policía,
y no le asustan las balas
ni el ladrar de la jauría.*

Violeta Parra

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a atuação de mulheres no movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas durante o processo de redemocratização do país, compreendendo o período entre 1977 a 1985. Desde os primeiros momentos da concretização do golpe civil-militar, em março de 1964, os estudantes pelotenses saíram às ruas para protestar contra a situação do país. Para tanto, os militantes seguiam a dinâmica de lutas que se desencadearam em todo o país, uma vez que estavam em sintonia com o órgão máximo de representação estudantil, a UNE, e com o órgão estudantil estadual (UEE/RS). Neste contexto, o movimento estudantil configurou-se como um dos movimentos sociais mais ativos do país, ao encabeçar manifestações e protestos de resistência ao regime militar. Em consequência disso, a UNE e as principais lideranças estudantis acabaram sendo as primeiras vítimas da repressão ditatorial. Ademais, alguns anos após o golpe, percebemos o recrudescimento da repressão aos militantes de grupos de esquerda que faziam oposição ao governo. Porém, foi no ano de 1968 que as lutas estudantis contra a ditadura se intensificaram, bem como por melhorias no ensino, sobretudo no ensino superior. Assim, numa tentativa de cessar com as agitações “subversivas”, os militares editaram o AI-5, que previa, entre outros aspectos, a proibição de atividades ou manifestações de cunho político. Em 1977, o movimento estudantil começa se rearticular em todo Brasil. Na cidade de Pelotas, o ano foi marcado pela luta contra o Pacote de Abril e acabou resultando na prisão de um estudante durante uma manifestação. Ao longo do período compreendido na pesquisa, várias manifestações ocorridas na cidade foram lideradas pelos estudantes. Diante do exposto, essa pesquisa busca, amparada pela história oral, refletir, através das memórias de atuação de ex militantes do movimento supracitado, acerca da inserção feminina em espaços majoritariamente masculinos, bem como discutir as posições que as mulheres ocupavam no seio deste movimento. Ao fazer a análise das entrevistas e de outras fontes pertinentes, fica evidente que o preconceito de gênero estava presente neste movimento, já que nenhuma mulher, ao longo do período trabalhado nesta pesquisa, ocupou uma posição de destaque.

Palavras-chave: ditadura civil-militar – movimento estudantil – gênero – história oral – memória

ABSTRACT

This paper has the objective to investigate the role of women in the university student movement in the city of Pelotas during the process of re-democratization of the country, which happened between 1977 and 1985. From the first moments of the civil military coup in March, 1964, pelotan students took the streets to protest against the situation of the country at that time. For that, the militants followed the dynamic of struggles that unfolded throughout the country since those were in tune with the maximum entity of student representation, UNE and the state student entity (UEE/RS). In this context, the student movement formed one of the most active social movements in the country by leading demonstrations and protests of resistance to the military regime, as a result, UNE and leading student leaders became the first victims of dictatorial repression. In addition, a few years after the coup, we perceived the intensification of the repression to the militants of groups of left that opposed the government. However it was in 1968 that student struggles intensified against the dictatorship as well as improvements in education, especially in higher education, so in an attempt to cease the “subversive” agitations, the military edited the AI-5, which included, among other things, the prohibition of political activities or demonstrations. It was only in 1977 that the student movement started to rearticulate throughout Brazil and, in the city of Pelotas, the year was marked by the struggle against the “April Package” and eventually resulted in the arrest of a student during a demonstration. Throughout the period covered by the survey, several demonstrations in the city were led by students. In view of the above, this research seeks, supported by oral history, to reflect through the memories of the actions of ex militants of the aforementioned movement about the female insertion in spaces predominantly masculine as well as positions that they occupied within this movement. When analyzing the relevant interviews and materials it is evident that gender bias is embedded in this movement since no women during the time worked in this research occupied a prominent position.

Keywords: civil-military dictatorship – student movement – gender – oral history – memory.

LISTA DE SIGLAS

AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informações
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEP – Casa do Estudante de Pelotas
CONCINE – Conselho Nacional de Cinema
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CPC – Centro Popular de Cultura
DA – Diretório Acadêmico
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Diretório Estadual dos Estudantes
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENE – Encontro Nacional de Estudantes
FAP – Federação Acadêmica de Pelotas
FURG – Fundação Universidade do Rio Grande
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMA – Instituto Mário Alves
IPEAS – Instituto de Pesquisa e Experimentações Agropecuárias do Sul
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
ITA – Instituto de Tecnologia da Aeronáutica
JEC – Juventude Estudantil Católica
MEC – Ministério da Educação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
NDH – Núcleo de Documentação Histórica
POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SNI – Sistema Nacional de Informação
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRGS – Universidade Rural do Rio Grande do Sul
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPA – Universidade de Porto Alegre
UPES – União Pelotense dos Estudantes Secundaristas
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul
USAID – United States Agency for International Development
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL	33
1.1 Antecedentes e o golpe civil-militar em 1964.....	33
1.2 “Abaixo a Ditadura!” – O Movimento Estudantil e a luta contra a ditadura civil-militar no Brasil	40
1.3 Do luto à luta: a morte de Edson Luís e a radicalização do movimento estudantil	52
1.4 A censura e a política de expurgos nas universidades federais do Rio Grande do Sul	61
CAPÍTULO II - MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM PELOTAS.....	69
2.1 A Federação Acadêmica de Pelotas	69
2.2 Fundação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pelotas.....	79
2.3 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” – os estudantes pelotenses na luta pelo fim da ditadura civil-militar	86
CAPÍTULO III - A MILITÂNCIA FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO PELOTENSE: MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO.....	94
3.1 “Me gustan los estudiantes que rugen como los ventos”: apresentação dos narradores e o lugar dos conceitos.....	96
3.2 Mulheres e militância: memórias de atuação.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
FONTES.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o ressurgimento do movimento estudantil, na cidade Pelotas, durante o processo de redemocratização do Brasil. Para tanto, o mesmo girará em torno das memórias de atuação de mulheres no movimento supracitado, o qual se mostrou suficientemente organizado para promover manifestações contrárias às políticas adotadas pelo regime militar, bem como lutar pela recuperação das liberdades democráticas. Desta forma, buscamos, por meio desta pesquisa, refletir acerca dos espaços ocupados por essas mulheres no interior deste movimento, uma vez que os espaços públicos eram (e ainda são) ocupados majoritariamente por homens.

Assim, delimitou-se para este trabalho o período compreendido entre a transição da ditadura civil-militar¹ para a democracia, abordando, sobretudo, os anos de 1977 a 1985. O ano que dá início ao nosso recorte temporal é marcado pelo ressurgimento das lutas estudantis em quase todas as partes do país em resposta a um conjunto de leis que ficou conhecido como “Pacote de Abril” e resultou na organização do Dia Nacional de Lutas, que foi marcado para o dia 19 de maio daquele ano. E balizamos nosso recorte temporal até o ano de 1985 por ser este o ano em que o período ditatorial chega ao seu fim no Brasil. No entanto, acreditamos que, apesar de o regime militar ter chegado ao fim naquele ano, ainda convivemos com estruturas repressivas desenvolvidas durante os vinte e um anos de sua vigência, uma vez que ainda temos casos de pessoas desaparecidas, vide o caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, de 43 anos, ocorrido em julho de 2013 numa favela do Rio de Janeiro², por exemplo.

Apesar de o nosso recorte temporal compreender os anos iniciais do processo de redemocratização do Brasil, acredita-se ser necessário abordar o surgimento do órgão nacional aglutinador do estudantado brasileiro, a União

¹Optamos por utilizar tal expressão por entendermos que a mesma faz alusão à efetiva participação da sociedade civil nas conspirações que precederam o golpe, assim como em boa parte do período ditatorial.

²O caso Amarildo de Souza foi amplamente divulgado pela imprensa à época, pois o mesmo desapareceu após ser conduzido por policiais militares para ser interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) entre os dias 13 e 14 de julho e nunca foi visto desde então. Somente em fevereiro de 2016 a juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal da Capital, julgou e condenou 12 dos 25 policiais militares envolvidos na morte e desaparecimento do corpo de Amarildo. Para saber mais acerca deste caso: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>, acesso em: 20/07/2017.

Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, como marco inicial em nosso aporte historiográfico, o qual será aprofundado no primeiro capítulo desse trabalho. Contudo, o movimento estudantil constituiu-se em um dos movimentos sociais mais importantes da história do país, já que se fez presente em inúmeros acontecimentos que marcaram a vida política e social do Brasil. De acordo com Maria Paula Araujo (2007, p. 15), não há insurreição, resistência ou grandes mudanças sem a presença de estudantes.

Especialmente na década de 1960, observamos uma intensa atividade do movimento estudantil. Naquele contexto, a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, gerou uma crise política no Brasil, uma vez que, segundo a Constituição federal, o vice-presidente João Goulart deveria assumir o cargo da presidência do país. No entanto, os ministros militares se opuseram, veementemente, à posse de Goulart, já que Jango representava a continuidade do legado getulista. Finalmente, em setembro de 1961, o impasse da posse de Goulart foi superado com a adesão provisória do sistema parlamentarista, o qual vigorou até 1963, quando em plebiscito a população votou em favor do retorno do presidencialismo. No seu governo, a crise econômica foi marcada pelos altos índices de inflação, o que desagradou à classe média e fez com que os setores mais conservadores se mobilizassem contra esse governo. Ademais, foi nesse momento que as atividades sindicais se intensificaram, sobretudo, quando nos referimos às greves. Além dos fatores supracitados, o projeto das Reformas de Base³, o qual previa reformas em diversos setores, sendo a Reforma Agrária como principal medida, foi rechaçado pelos setores à direita (ARAUJO, 2007; FICO, 2004; OLIVEIRA, 1997; SANFELICE, 2008; TOLEDO, 1997, 2004).

Somado à insatisfação das classes dominantes em relação ao governo de Goulart, outro fator que fez com que o golpe irrompesse, foi a rebelião dos marinheiros⁴ no final de março de 1964. Nesse episódio, alguns rebelados acabaram sendo presos; porém, em pouco tempo, Goulart concedeu anistia

³O projeto das Reformas de Base será abordado novamente no primeiro capítulo desta dissertação.

⁴Esse episódio que ficou conhecido como Revolta dos Marinheiros originou-se através da resistência dos marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro no dia 25 de março de 1964, à ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Os marinheiros realizavam uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Para maiores informações, ver:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A revolta dos marinheiros](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A%20revolta%20dos%20marinheiros), acesso em: 06/11/2017.

aos mesmos, tal ato desagradou ao oficialato da Marinha, gerando assim uma crise também no setor militar. Com isso, a ameaça de golpe era iminente e, em 31 de março daquele ano, as tropas do general Mourão Filho declararam-se em estado de rebelião contra o governo federal. Mesmo ciente da possibilidade de concretização do golpe, a esquerda brasileira foi pega de surpresa, pois não reagiu e acabou assistindo à tomada de poder pelos militares, os quais tiveram amplo apoio de alguns setores à direita. Goulart recusou-se a resistir para evitar uma “guerra civil”, então deixa Brasília e segue para o exílio no Uruguai. Em 1º de abril de 1964, o general Artur da Costa e Silva se autoneomeou comandante do “Exército Nacional”, assumindo assim o controle do “Comando Supremo da Revolução”, acompanhado do vice-almirante Augusto Grünewald e do brigadeiro Francisco de Melo (ALVES, 1984; FICO, 2004; MACIEL, 2004).

A UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe civil-militar, pois sua sede no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por policiais à paisana, assim como as principais lideranças do Movimento Estudantil acabaram presas e muitas entidades estaduais estudantis foram fechadas. Nesse momento, a luta estudantil voltou-se, sobretudo, em favor da Reforma Universitária, sendo esta uma demanda estudantil já de longa data e que no governo Goulart estava inserida no projeto das Reformas de Base. A criação da Universidade de Brasília, em dezembro de 1961, serviu de respaldo para a elaboração do projeto de Reforma Universitária daquele governo, o qual pretendia empreender naquela universidade uma série de medidas, entre as quais citamos a extinção do sistema de cátedras, o fomento à pesquisa, a democratização do acesso, a elaboração de carreira docente com melhores salários e o regime de trabalho de dedicação exclusiva. Contudo, o golpe civil-militar interrompeu a promissora experiência, sendo a universidade invadida por tropas militares no dia 09 de abril de 1964. Lembramos que o regime militar se apropriou desse projeto de Reforma Universitária, excluindo algumas demandas reformistas que os militares entendiam como contendo traços esquerdistas, mas algumas demandas acadêmicas foram atendidas (BARBOSA, LOPES, 2009; MOTTA, 2014).

O ano de 1968 é emblemático para o movimento estudantil, pois foi nesse momento que se deu o auge das lutas estudantis Brasil afora e o estopim para a intensificação dessas lutas foi a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março, no restaurante

Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Durante essa época, assistimos ao recrudescimento da repressão policial contra as manifestações públicas de repúdio ao regime, em consequência disso, aqueles manifestantes tidos como “subversivos”, em grande parte estudantes, foram perseguidos e muitos deles acabaram sendo presos e se tornaram vítimas de um Estado que fazia uso de uma violência extrema. A esmagadora maioria dos presos passou por sessões de tortura, as quais eram surpreendentemente justificadas como forma de obter respostas dos acusados, porém, muitos deles não resistiram às torturas sofridas e acabaram mortos. Para aqueles que conseguiram escapar a salvo da repressão, restava apenas a clandestinidade (MARÇAL, 2006; SANTOS, 2009; VALLE, 2008)

Após a desarticulação do movimento estudantil em consequência do AI-5⁵, somente em meados de 1976 começam a surgir algumas manifestações isoladas em determinadas cidades. De acordo com David Maciel (MACIEL, 2004, p. 91) a partir daquele ano, em consequência do aparente enfraquecimento do governo militar, devido à crise do “milagre econômico”, a qual se deu em razão da carência de acumulação, ou seja, a “inundação” de dólares cessou após a crise do petróleo de 1973 e a relação deficitária da balança de pagamentos dificultou progressivamente a capacidade de financiamento do Estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, o governo militar conseguia mascarar esses problemas que a economia do país vinha sofrendo, pois havia um rígido controle de preços por parte do governo, assim reprimia-se uma forte pressão inflacionária, que era gerada pela escassez de produtos e matéria-prima, bem como pela inflação vigente no mercado internacional (MACIEL, 2004).

Em 1977, temendo um avanço da oposição emedebista nas próximas eleições, Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso Nacional uma série de medidas, em abril daquele ano que tinham como principal objetivo garantir a maioria da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições do ano seguinte e, se por ventura fossem aprovadas, levariam o presidente a fechar o mesmo através de uma medida presidencial, ou seja, o presidente poderia impô-las. Esse fato ficou conhecido como “Pacote de Abril”. Tal posicionamento

⁵O Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou considerados como tal. Vigorou até dezembro de 1978. Para maiores informações, ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>, acesso em: 20/07/2017.

demonstra as ambiguidades desse governo, pois com essa medida, ficou evidente que o governo ainda tinha poderes suficientes para ditar as regras durante o processo de transição (MACIEL, 2004; VECHIA, 2010).

Para Renato Della Vechia (2010) neste ano, a mobilização estudantil atingiu outro patamar, pois ocorreram manifestações em praticamente todos os estados do país. Além disso, o movimento estudantil aliou-se a outros setores e movimentos sociais, intensificando sua luta; promovendo greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Muitas dessas manifestações eram de cunho econômico e político, visto que os estudantes lutavam pelo aumento do número de vagas nas universidades públicas, mais verbas para a educação, melhorias nos Restaurantes Universitários, bem como pediam o fim das prisões, das torturas, dos assassinatos. Lutavam, também, por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelo fim da ditadura civil-militar. É nesse período que o Movimento Sindical atinge seu ápice e polariza o enfrentamento da oposição com o regime militar (MACIEL, 2004).

Diante da crise conjuntural que o governo militar estava sofrendo no início da década de 1980, a qual eliminou qualquer possibilidade do grupo governista de preservar sua unidade e conquistar legitimidade, membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituísse o voto direto na escolha do sucessor de João Batista Figueiredo. Em janeiro de 1983, essa movimentação tomou a forma de um projeto de lei elaborado pelo deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes cidades do país, porém apenas em novembro daquele ano é que acontece um comício em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas (ARAUJO, 2007; VECHIA, 2010; MACIEL, 2004).

Ao abordar o tema do enfrentamento à ditadura-civil-militar, enfatizamos a atuação do movimento estudantil na cidade de Pelotas, uma vez que esta possuía um movimento bastante ativo compreendendo os estudantes das duas instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), e, além disso, ao optarmos por trabalhar com uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, saindo do eixo Rio-São Paulo e das principais capitais brasileiras, percebemos

determinadas especificidades em relação a Pelotas⁶, observadas a partir do seu notável conservadorismo⁷ decorrente da atuação de uma pequena elite política local formada nos tempos áureos da produção de charque, ao passo que, a mesma cidade apresentou uma atmosfera de efervescência juvenil e cultural, apresentando assim, uma interessante contradição. Assim, desde sua emancipação, a economia pelotense baseava-se na produção do charque, o qual era comercializado para diversos estados brasileiros e foi o responsável pela formação de “sólidas fortunas” (MAGALHÃES, 1981). Em consequência disso, formou-se na cidade uma elite bastante atuante tanto no cenário político como cultural, sendo responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino superior, como veremos logo adiante. Contudo, a partir da década de 1950, a economia advinda da produção do charque entra em declínio, mas essa elite charqueadora ainda mantinha grande influência na sociedade, como na imprensa e no poder público.

Paradoxalmente, nos anos 70 e 80, percebemos que Pelotas tornou-se uma cidade movimentada, principalmente em razão do grande número de jovens oriundos de diferentes regiões do estado e do Brasil que iam em busca do tão sonhado diploma universitário. Assim, essa movimentação estudantil propiciava uma maior troca de experiências e também vivências diversificadas, motivando a intensa circulação de ideias políticas, culturais, etc.

Já no que diz respeito aos primeiros momentos de concretização do golpe civil-militar em abril de 1964, a Câmara de Vereadores da cidade teve importante atuação, uma vez que seus parlamentares votaram de forma unânime, na moção contra o golpe já no dia 1º do referido mês⁸.

⁶De acordo com o historiador Mário Osório Magalhães, durante os séculos XVIII e XIX a cidade de Pelotas adquiriu grande prosperidade econômica devido à produção e exportação do charque. Para Magalhães, foi através do comércio do charque que se possibilitou a consolidação de fortunas em Pelotas, as quais foram capazes de sustentar um elevado número de escravos para a ociosidade de seus senhores. Em consequência do comércio do charque, Pelotas apresentou um enorme avanço econômico e social, contribuindo para a prosperidade da cidade em tempos áureos. Por sua vez, originou-se na cidade uma elite bastante atuante no campo político, assim como no campo social. Para maior conhecimento, ver: MAGALHÃES, Mário Osório. *História e Tradições da cidade de Pelotas*, 2ª Ed. Caxias do Sul. IEL/UCS, 1981.

⁷Sobre o assunto, ver: POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura*. Pelotas, 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas.

⁸Segundo Marília da Silveira (2010), a oposição a João Goulart em Pelotas ficava a cargo do PSD, da UDN e do PL.

Sr. Presidente,

Considerando que é certo que existe um movimento armado que pode acarretar a alteração da ordem constitucional; que o movimento que acaba de eclodir constitui ato contra o poder legítimo, escolhido livremente através de eleições livres; que está em perigo a sorte do regime democrático em nossa pátria, que deve ser preservado para a tranquilidade dos lares brasileiros; que se trata acima de tudo de defender a legitimidade do mandato popular e a garantia das liberdades democráticas; que esta Câmara sempre, em toda a sua história, tem se mantido vigilante na defesa das instituições democráticas e contra qualquer tentativa de subversão.

Propõe os vereadores que esta subscrevem que a casa se dirija aos poderes públicos do município, do Estado e da União, no sentido de que todas as formas sejam buscadas para a solução da crise, de sorte que a ordem seja restabelecida e as instituições democráticas preservadas, sem ofensa às leis vigentes e a constituição da república.

(...) Esta moção fosse dado conhecimento aos comandantes militares sediados nessa cidade através de uma comissão que foi integrada pelos vereadores: Wolney da Silva Vieira – presidente; Clayr L. Rochefort, Eberto Madruga e Edgar José Curvello.” (*Diário Popular*, 02 de abril de 1964 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 19).

Nesse sentido, houve repressão aos representantes políticos, especialmente, aqueles pertencentes ao Partido Republicano (PR) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que defenderam suas posições em favor do governo de João Goulart. Citamos, por exemplo, o caso do vereador pelo PR Edgar Curvello, que foi preso no dia 5 de abril às 3h e 30min, durante uma sessão permanente da Câmara Municipal de Pelotas. Mais tarde, outras três lideranças do PR, ao qual pertencia o vereador Curvello, acabaram sendo presas junto com um vereador do PTB, sendo esses dois partidos os responsáveis por fazer oposição aos partidos situacionistas. O PR, duramente atingido, teve vários representantes da Câmara de Vereadores presos e, que, também, perderam o mandato, como ficaram detidos por um período longo.

De acordo com Marília da Silveira (2010, p. 26), à Curvello foi decretado o primeiro mandato de prisão preventiva do Estado durante o governo recém-instaurado, a fim de ultrapassar o período máximo de cinquenta dias de detenção para a averiguação da suspeita de subversão, estipulado pelo Código da Justiça Militar.

Contudo, mesmo que alguns setores da sociedade pelotense estivessem a favor da continuidade do governo Goulart, ao final do primeiro mês do golpe já havia sinais de controle e repressão à oposição, já que 19 pessoas se encontravam detidas acusadas de “atividade subversiva”, e algumas dessas permaneceram presas por vários meses. Nota-se, em matéria publicada pelo

jornal *Diário Popular*, que a lista de detidos era constituída por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Experimentações Agropecuárias do Sul (IPEAS), políticos, estudantes, dentre outros.

Atividade subversiva: relação oficial dos presos em Pelotas.

Até as 22h00min horas de ontem, 19 elementos encontravam-se detidos, sendo 14 no 9º RI e 5 na Delegacia de Polícia. 3 outros foram detidos, ouvidos e libertados.

A reportagem do DP divulga em primeira mão a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguações, acusados de atividades subversivas e ligações com movimento de caráter comunista por parte das autoridades: - 1. Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul, IPEAS; 2. Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel; 3. Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano; 4. Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS; 5. Edberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel; 6. Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido Republicano e que se achava no exercício do mandato; 7. Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrático do SAMDU e vereador do Partido Trabalhista Brasileiro; 8. Benjamin dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano; 9. 2º tenente reformado, Elson Butgaray; 10. 2º tenente reformado Odilon Garcia, que por motivo de saúde fora transferido da 9ª RI para o Hospital de Santa Casa, uma vez que se achava atacado de insidiosa moléstia. Ontem à tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salin do Direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Pnser, os três últimos cursando a faculdade de Odontologia.

Todos os elementos anteriormente citados, com exceção do 2º tenente reformado, Odilon Garcia, encontram-se recolhidos no quartel do 9º Regimento de Infantaria. Por outro lado, na Divisão de Ordem Política e Social, o DOPS, portanto na Delegacia de Polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos, são eles, 1. Jandir Bandeira, presidente da Associação dos Amigos do Bairro Fragata, cuja prisão foi efetivada ontem, 2. José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de "85", 3. Itatiaya Itagiba Telles, 4. Inamar Xavier Alves, 5. Altivo Lima, os três últimos são moradores no Capão do Leão e naquela vila desenvolvem as suas atividades. O Exmo. vereador Edgar José Curvello inicialmente esteve no 9º Regimento de Infantaria foi trasladado para o navio *Canopus*, que se achava fundado na entrada da barra do Rio Grande (*Diário Popular*, Pelotas, 1º de maio de 1964, *apud* SILVEIRA, 2010, p. 21/22).

Embora, como vimos, alguns setores da sociedade pelotense se mostrassem contrários à situação política enfrentada no país, também houve aqueles que prestaram apoio aos golpistas, como fica evidente na declaração feita pelo então prefeito da cidade pelo PSD, Edmar Fetter,

Prefeito Preocupado em Garantir a Ordem Pública

Procurado ontem à tarde pela reportagem do Diário Popular, o prefeito Edmar Fetter, declinou de prestar esclarecimentos em torno dos graves acontecimentos políticos militares que vem intranquilizando o Brasil.

O chefe do executivo, segundo frisou, está preocupado unicamente em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade indispensável ao bom funcionamento das forças vivas do município. Nesse sentido, entrou em contato com os setores ligados a segurança pública acertando as providências concretas (*Diário Popular*, Pelotas, 02 de abril de 1964, p.1).

Percebemos que nesse pronunciamento do prefeito Edmar Fetter, quando este afirma estar “preocupado unicamente em manter a ordem pública” e “acertar providências concretas com setores ligados à segurança pública”, na verdade pode ser traduzido como um aviso à população, ou seja, em linhas gerais, ele afirma que estavam organizados na cidade os órgãos de coerção e manifestações não seriam toleradas. Mais tarde, a ligação do prefeito com o regime militar tornou-se mais evidente ao ser indiretamente escolhido vice-governador do Estado, assumindo o cargo de 1971 a 1975. O parlamentar teve ainda papel importante quando na extinção do bipartidarismo, em 1979, foi quadro de destaque durante a construção do PDS, o qual abrigou todos os vereadores de Pelotas pertencentes à extinta ARENA (ALTMANN, 2007).

Também foram momentos importantes para a oposição ao regime militar em Pelotas as três eleições ocorridas nos anos de 1966, 1968 e 1970, pois enquanto o MDB se organizava em torno de espaços institucionais, e, embora controlado, em algum grau, canalizava os votos de descontentes com o governo, houve grandes movimentos de deslegitimar as eleições e a ditadura, em busca de maior democracia como, por exemplo, nas campanhas de voto nulo.

Em 15 de novembro de 1966, foram realizadas as primeiras eleições durante o período da ditadura civil-militar, já em regime de bipartidarismo⁹, para

⁹ O sistema bipartidário foi instaurado no Brasil no ano de 1965 através do AI-2, que fixou que poderiam existir somente duas associações políticas nacionais, nenhuma delas podendo usar a palavra “partido”. Criou-se a ARENA, a qual era base civil de sustentação do regime militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD; e o MDB, com a função de fazer a oposição “bem-comportada”, que fosse tolerável ao regime. O AI-2 permaneceu em vigência até 15 de março de 1967, data em que a Constituição de 1967 entrou em vigor. Seus efeitos, por outro lado, não foram revertidos. Somente em 22 de novembro de 1979 foi aprovada a reforma do sistema político que acabava com a ARENA e com o MDB. Era o fim da experiência bipartidária brasileira – voltava o pluripartidarismo. Sobre o assunto, ver: COLOMBO, Luciléia; SOARES, Alessandro; TAUIL, Rafael. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, Vitória, n. 19, jan-jun, 2016.

a escolha de um terço do Senado, a Câmara de Deputados e a Assembleia Legislativa. A disputa foi acirrada na cidade, assim como em quase todo Estado. Para o Senado, a cidade apresentou os seguintes dados: ARENA 20.139 votos, sendo Guido Mondin o mais votado; o MDB teve, oficialmente, 19.129 votos; houve 4.894 votos nulos, 6.422 votos brancos, sendo parte desses votos nulos manifestações contrárias à ditadura: "*alguns aproveitaram o sigilo da cabine para extravasar opiniões radicais contra a política em geral*" (*Diário Popular*, 17 de novembro de 1966 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 31).

No ano de 1968, ocorreram eleições na cidade para prefeito, vice e 19 cadeiras de vereadores, ao passo que em outros municípios do Estado ocorreram eleições apenas para a Câmara de Vereadores, estando estas privadas de eleger seus prefeitos e vices. A capital do Estado, duas cidades que eram estâncias hidrominerais e mais 21 municípios enquadrados na política de segurança nacional para zonas de fronteira, estavam entre aquelas que seus parlamentares foram eleitos, indiretamente, para ocupar tais cargos. Nas eleições para a prefeitura de Pelotas, segundo dados obtidos através da página do Tribunal Regional Eleitoral-RS¹⁰, as duas sublegendas da ARENA totalizaram 35.001 votos, contra 27.788 das duas sublegendas do MDB; houve ainda 1.486 votos nulos, 1.204 votos brancos e 10% de abstenções no universo de 74.999 eleitores. João Carlos Gastal, representante do MDB, foi eleito para a prefeitura da cidade com 18.236 dos votos válidos.

Já no ano de 1970, foram realizadas eleições para a composição da Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Senado. Em Pelotas, o eleitorado foi de 80.504 votantes, com resultados equilibrados, onde os candidatos arenistas ao Senado Tarso Dutra (31.684 votos) e Daniel Kruger (29.426 votos) obtiveram tais resultados, enquanto os candidatos do MDB, Brochado da Rocha e Paulo Brossard obtiveram, respectivamente, 27.424 e 27.598 votos na cidade. Mas, o que nos chamou a atenção foi a peculiaridade dessa eleição, pois houve um número expressivo de votos nulos e brancos em todo o Estado, e, em Pelotas, houve 18.225 votos nulos e 5.929 votos em branco. Tal fato se deve à promoção da campanha pelo voto nulo, realizada pelos movimentos de resistência em quase todo país, os quais faziam oposição ao governo

¹⁰Para maiores informações ver: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=10318>, acesso em: 12/11/2014.

(SILVEIRA, 2010).¹¹ No entanto, no que diz respeito ao pleito para a prefeitura em 1972, a ARENA obteve ampla diferença comparado ao resultado alcançado pelo MDB nessa eleição, tendo conseguido, o primeiro, 40.494 dos votos válidos, elegendo Ary Rodrigues Alcântara para prefeito.

Analisando os dados do Tribunal Regional Eleitoral, percebemos um fato interessante, uma vez que, com exceção das eleições municipais para prefeito no ano de 1972, na qual a ARENA saiu vitoriosa, nos anos de 1968, 1976 e 1982, os candidatos eleitos eram todos representantes da oposição (MDB). Além disso, o MDB garantiu também a maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores de Pelotas nas duas últimas eleições mencionadas.

Já no tocante à educação na cidade de Pelotas, a articulação entre o poder público e o poder privado tornou possível a construção, na cidade, da primeira instituição de ensino superior do Estado, no ano de 1883, e esta funcionava segundo o modelo de faculdade isolada. A instituição recém-criada foi chamada de “Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática” e funcionou até 1885, ano em que fechou as portas devido a problemas financeiros. No entanto, reabriu dois anos depois após ser assumida pelo poder municipal e transformada no “Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios”; mudou de nome diversas vezes, até que, em 1926, ficou conhecida como “Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel”. No início da década de 1910, foram criadas novas unidades de ensino superior na cidade, tais como a faculdade de Odontologia, em 1911, de Farmácia, em 1911, e de Direito, em 1912¹².

¹¹Carecemos de fontes acerca das eleições ocorridas na cidade nos anos que se seguiram, visto que, ao fazermos um levantamento bibliográfico ficou evidente a existência de alguns poucos trabalhos acadêmicos que abordam o tema “Golpe civil-militar de 1964 na cidade de Pelotas”, ao passo que desconhecemos trabalhos que abordem os anos seguintes da ditadura civil-militar. Citamos alguns títulos como exemplo: BRASIL, Rogério Victor Mass. *A brigada militar e o golpe de 1964*. UFPEL, [s.d.]. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História; CRISBACH, Julio Guilherme Machado. *A repercussão do golpe militar em Pelotas*. UFPEL, [s.d.]. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História; GONÇALVES, Emuri Duval. *A repressão em Pelotas com o golpe militar de 1964*. UFPEL, [s.d.]. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História; LEMOS, Daniel de Souza. *As organizações clandestinas que fizeram oposição ao Regime militar de 1964*. UFPEL, [s.d.]. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História; PAIM, Luiz Fernando. *1964: o golpe e a resistência*. UFPEL, [s.d.]. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História.

¹² Seguiu o mesmo processo ocorrido em Porto Alegre, uma vez que, efetivamente, a primeira universidade do Rio Grande do Sul constituída a partir da reunião de faculdades isoladas seria justamente a origem da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Concebida em 1934, a Universidade de Porto Alegre (UPA) era, a rigor, a junção das escolas já existentes na capital do Rio Grande do Sul, sob uma única administração.

Em 1947, após a promulgação da Constituição Estadual, as faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria integraram-se e foram incorporadas a UPA, que em seguida teve seu nome alterado para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). No ano de 1960, foi criada, através do decreto nº 49.529, de 13 de dezembro de 1960, a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS), composta pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel, assim como por uma escola de Medicina Veterinária e uma escola de pós-graduação, um centro de treinamento e informação do sul, um curso de sociologia rural e um curso de Ciências Domésticas¹³. Esta instituição pertencia ao Ministério da Agricultura e tinha como sede a cidade de Pelotas. A partir de agosto de 1969, sob o decreto-lei nº 750, as faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, bem como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, entram em processo de desmembramento e incorporação por parte da recém-criada Universidade Federal de Pelotas – UFPel¹⁴ (AMARAL, 2005; MANSAN, 2009; POHNDORF, 2013).

A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi criada em outubro de 1960 após a assinatura do decreto nº 49.088, embora a história dessa instituição tenha começado alguns anos antes da sua oficialização com a Faculdade de Ciências Econômicas, que funcionava desde 1937, nas dependências do Colégio Gonzaga. A partir de 1951, o então bispo diocesano Dom Antônio Zattera começou a articular-se para criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Pelotas¹⁵ (AMARAL, 2005).

Já no que se refere à escolha do tema, o mesmo consiste em refletir através das memórias de atuação de ex-militantes do movimento estudantil pelotense, acerca da inserção feminina em espaços majoritariamente masculinos e em que posições esses estudantes ocupavam no seio desse movimento. Essas militantes ousaram ao romper com o padrão estabelecido à época, já que ao iniciarem sua atuação no campo político estavam adentrando num espaço público historicamente dominado por homens, enquanto que, às mulheres cabia o espaço privado, agindo assim no interior da casa, assumindo

¹³Para maiores informações ver: MAGALHÃES, Mario Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel* - Universidade Federal de Pelotas. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária - UFPel, 1996.

¹⁴Ver: <http://portal.ufpel.edu.br/institucional-%C2%B7-ufpel-44-anos/>, acesso em: 12/04/2014.

¹⁵Ver: <http://www.ucpel.tche.br/portal/?secao=historico>, acesso em: 12/04/2014.

apenas o espaço doméstico¹⁶. Desse modo, como afirma Cynthia Sarti (1998), a inserção de mulheres no campo político implicava não apenas se sublevar contra a ordem política estabelecida, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher, como explicitamos acima (FERREIRA, 1996; GOLDENBERG, 1997; COLLING, 1997; ROVAI, 2013; SARTI, 1998).

A década de 1960 foi marcada pela reviravolta comportamental que veio reivindicar um novo estilo de vida, diferente daquele adotado, defendido e valorizado pela sociedade da época, pondo em xeque os valores tradicionais e, buscando novas formas e novos canais de expressão. Dentre eles, despontou a liberação sexual, que buscava quebrar tabus e estabelecer novos valores. A pílula anticoncepcional significou uma revolução no campo da sexualidade feminina, porém, para os mais conservadores, ela era vista como símbolo da promiscuidade. A partir daí, começou a ocorrer uma mudança comportamental por parte das mulheres, pois o casamento passa a ser questionado, a moda acompanha as transformações, cria-se o biquíni e a minissaia. Entretanto, tais transformações não atingiram todas as mulheres da mesma maneira.

De acordo com Joana Maria Pedro (2010), ainda que a “Segunda Onda do Feminismo”¹⁷ tenha sido lançada nos Estados Unidos e na Europa Ocidental desde a segunda metade dos anos 1960, a movimentação nos países do Cone Sul ocorreu somente a partir dos anos 1970. Em virtude dos países do Cone Sul estarem vivendo em consequência das ditaduras, as quais se iniciaram em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, período esse de maior divulgação do Movimento de Libertação das Mulheres e do Feminismo Radical nos Estados Unidos, acabou subtraindo, dessa maneira, a influência do feminismo nesses países. Pedro afirma ainda que naquele contexto político era impossível qualquer forma de manifestação, reunião ou reivindicação,

¹⁶Salientamos que anteriormente ao movimento feminista tomar força no Brasil, algumas mulheres já se sobressaíam ao desempenhar papéis que fugiam ao padrão normativo estabelecido para as mulheres. Citamos, por exemplo, o caso de Suely Gomes de Oliveira (1915- 1994), que iniciou na vida política no início de 1940 quando participou da fundação do PTB na cidade de Rosário do Sul (RS) e, no ano de 1947, elege-se como vereadora pelo partido na cidade de Pelotas. A primeira mulher a ocupar este cargo na Câmara de Vereadores da cidade, mais tarde, em 1951, Suely foi eleita a primeira Deputada Estadual pela sigla do PTB. Para maiores informações, ver: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=5MJ3l-j-93o%3D&tabid=3101&language=pt-BR>, acesso em: 28/06/2014.

¹⁷Segundo a autora, convencionou-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.

caracterizando as ditaduras no Cone Sul como “antifeministas” (PEDRO, 2010, p. 117). Assim, conforme aponta Céli Pinto (2010), enquanto na Europa e nos Estados Unidos vivia-se um momento propício para o surgimento de movimentos libertários, como por exemplo, o feminismo, no Brasil vivia-se um período de repressão total da luta política legal, dificultando qualquer tentativa de organização nesse sentido.

No que tange à participação de mulheres no movimento estudantil em Pelotas, detectamos que esse binômio espaço público *versus* espaço privado (FERREIRA, 1996) aliado ao conservadorismo presente na cidade, como já mencionado, foi um dos responsáveis pelo restrito número de militantes pelotenses que assumiram posições de destaque dentro do movimento estudantil, devido, sobretudo, à repressão da própria família. Esse fator fica evidente nas falas de alguns dos nossos entrevistados. Explicitamos abaixo alguns trechos nos quais esta ideia é corroborada, como veremos ao longo da dissertação.

Ao analisarmos o material¹⁸ correspondente às composições de chapas que concorreram às eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), percebemos que somente no ano de 1984 uma mulher chegou à presidência do DCE dessa instituição (VECHIA, 2010). Tal fato pode ser explicado pela representatividade que determinados cursos possuíam dentro das instituições de ensino; no caso da UFPel, o curso de Agronomia configurava como o principal expoente de lideranças estudantis, já que a grande maioria daqueles que ocuparam a presidência do DCE da referida instituição eram oriundos desse curso, no entanto, o curso mencionado era constituído em grande maioria por homens, por essa razão a participação de mulheres com cargos relevantes era quase nula. Já na UCPel, os cursos que se destacavam eram as Engenharias e a Medicina, contudo, o curso em que havia maior representatividade feminina era o de Serviço Social.

Aqui se percebe que a participação feminina era consideravelmente maior, contudo, não houve nenhuma chapa comandada por uma militante. Necessita-se aprofundar a discussão que faz referência à divisão dos cursos dessas universidades em questão quanto à tipificação entre “cursos masculinos” ou “cursos femininos”, porém, historicamente, às mulheres eram

¹⁸Material este, gentilmente, cedido pelo professor Renato Della Vechia, em novembro de 2011 e que traz as composições de todas as chapas que concorreram ao DCE da UFPel desde sua criação em 1974 até o ano de 1985.

destinados os cursos que as aproximassem de suas habilidades ditas “naturais”, tais como tarefas educacionais, administração do lar, etc. A partir da década de 1970, no Brasil, as mulheres ingressaram massivamente nos cursos superiores, principalmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (ROSEMBERG, 2001). Neste sentido, o curso de Serviço Social configurou-se como um “curso feminino”, pois desde a emergência do curso, em meados de 1930, nota-se a predominância do sexo feminino entre tais profissionais (CRAVEIRO, MACHADO, 2011).

Diante do exposto, para o desenvolvimento dessa pesquisa utiliza-se a metodologia da História Oral, a qual irá nos possibilitar o diálogo com as mulheres que militaram no movimento estudantil universitário na cidade Pelotas no período da redemocratização. Segundo Marieta Ferreira (2002), na segunda metade do século XIX, as fontes orais não eram consideradas qualificadas para serem usadas como ferramenta histórica. Especialmente, a partir do século XX é que esse tipo de fonte foi valorizada pelos historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo presente. Segundo Portelli (2000), “as versões das pessoas sobre seu passado mudam quando elas próprias mudam”. Percebemos, com essa afirmação, que a memória não é estática, uma vez que ela está sempre mudando de acordo com as experiências adquiridas durante a vida, buscando novas ressignificações a partir dos acontecimentos que se concretizaram, possibilitando novas concepções e interpretações dos mesmos.

Ademais, é importante pontuar sobre a seletividade da memória, uma vez que ela também é uma construção do passado, mas envolvida por emoções e vivências. É necessário levar em consideração a defasagem entre o momento da realização das entrevistas e os eventos aos quais a memória evocada faz referência. Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002), as subjetividades, assim como as distorções dos depoimentos podem ser encaradas sob uma nova perspectiva, transformando-se não em uma desqualificação, mas em uma fonte adicional para a pesquisa.

Desta maneira, elabora-se um roteiro abarcando determinadas questões de interesse à pesquisa, para uma melhor condução das entrevistas, sendo que o roteiro foi usado somente nos momentos em que a conversa tomava um rumo muito distante do esperado. Deixamos as entrevistadas livres para darem seu próprio testemunho, pois quando se escolhe trabalhar com o plural, ou seja, quando se escolhe utilizar a história oral como método de pesquisa, é

necessário levar em conta que não haverá apenas uma versão do fato relatado ou uma verdade absoluta e, não cabe ao pesquisador julgá-los (ALBERTI, 2004). De acordo com Marluza Harres (2008), ao trabalharmos com História Oral, construímos as fontes, tornando assim, as entrevistas o núcleo da investigação. Por isso, a importância da seleção dos entrevistados e o momento da entrevista. Para tanto, antes mesmo de estabelecer os critérios dessa seleção e organizar a entrevista, é necessário que o pesquisador esteja imerso no tema proposto e procure informações ao máximo sobre o mesmo.

Faz-se necessário apresentar o conjunto de depoentes selecionados, bem como os critérios que elencamos para a seleção desses, visto que as entrevistas se constituem como uma das fontes prioritárias dessa pesquisa, assim como a análise das atas do DCE da UFPel¹⁹, com o intuito de melhor compreender como se dava o funcionamento desse órgão no período compreendido para essa pesquisa. O marco inicial foi a realização das entrevistas com lideranças do movimento estudantil de Pelotas, objetivando a elaboração de uma lista de mulheres que participaram ativamente do movimento durante o período compreendido nesse estudo.

O primeiro contato estabelecido foi com o professor de Ciências Políticas da UCPel, Renato Della Vechia, já em meados de 2011, quando a pesquisa se iniciou para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Chegamos ao nome de Renato Della Vechia por ele próprio ter participado, intensamente, do movimento estudantil na cidade de Pelotas quando cursava Ciências Sociais na Universidade Católica de Pelotas, e por ele ser um dos responsáveis pela organização e mobilizações de eventos que abordam a temática dessa pesquisa através do Instituto Mário Alves (IMA)²⁰.

A entrevista com Renato Della Vechia foi realizada em novembro de 2011 na sede do IMA. A partir dela, conseguiu-se elucidar alguns pontos acerca do movimento estudantil não somente de Pelotas, mas do Rio Grande do Sul como um todo, já que, nesse período, o entrevistado estava concluindo sua tese de doutorado sobre o ressurgimento das lutas estudantis no estado e, além disso, nos forneceu uma lista de nomes importantes para o desenvolvimento do trabalho. Ainda nesse mesmo ano, foram realizadas duas entrevistas com ex-militantes do movimento, Rosane Brandão, que no período

¹⁹Estas atas encontram-se sob tutela do Núcleo de Documentação Histórica – UFPel.

²⁰ O IMA é um instituto voltado ao desenvolvimento de estudos e pesquisas políticas, econômicas e sociais. Fonte: Blog do Instituto Mário Alves, <http://imapelotas.blogspot.com.br/>

de nossa investigação era estudante do Curso de História na UCPel, e Terezinha Brandão, estudante do curso de Serviço Social na mesma instituição.

No dia 18 de fevereiro de 2014, realizou-se uma entrevista com a jornalista Vera Lopes, a qual ocorreu em sua residência no bairro Laranjal. Vera Lopes iniciou sua militância no movimento secundarista antes do golpe de 1964, permanecendo no movimento até 1968 quando se mudou para o Rio de Janeiro para ingressar na faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Lá, além de militar no movimento estudantil, trabalhou como fotógrafa, o que possibilitou a ela participar de diversas manifestações como profissional da imprensa. Retornou para Pelotas no ano de 1978, sem concluir o curso. Durante os anos de sua permanência em Pelotas, acompanhou as manifestações estudantis pela cidade, porém sem maior engajamento. Acredita-se que o relato de Lopes seja importante por esta ter uma visão “de fora” do movimento e poder apontar as falhas, assim como os acertos daquele, desde o seu ponto de vista.

A outra entrevista ocorreu dia 24 de fevereiro de 2014 com a fotógrafa Maria do Carmo Lessa, mais conhecida como Duca²¹. Maria do Carmo Lessa foi estudante de Jornalismo na UCPel e de Direito na UFPel, porém não concluiu nenhum dos cursos. Atualmente, trabalha em seu estúdio no centro de Pelotas, onde concedeu a entrevista. A depoente nos forneceu vários nomes de mulheres que militaram com ela no mesmo período. Além do mais, disponibilizou-se para articular um encontro com essas mulheres, já que elas mantêm um estreito laço de amizade até os dias atuais. Através da indicação dela, mantivemos contato com o jornalista Lucio Vaz, o qual, assim como a depoente, é ex-militante do movimento estudantil. Lucio Vaz reside atualmente em Brasília, e recentemente teve acesso a documentos do Sistema Nacional de Informação (SNI), localizados no Arquivo Nacional. Nestes, algumas manifestações estudantis foram relatadas pela polícia e, em todos, vários nomes de estudantes eram citados, inclusive o da nossa entrevistada, indicando, com isso, que a polícia tinha pleno conhecimento acerca das principais lideranças do movimento estudantil pelotense.

Concomitantemente ao uso metodológico da História Oral, acredita-se que a discussão de alguns conceitos acerca da memória é de extrema importância ao analisarmos o material coletado através das entrevistas.

²¹ Ao longo de toda entrevista nos reportamos a ela como Duca, a pedido da própria entrevistada.

Durante a segunda metade do século XIX, muitos autores se interessaram pelo fenômeno da memória, tornando esse período marco inicial dos estudos acerca da memória, sobretudo em consequência das transformações ocorridas na Europa ocidental, especialmente em decorrência dos processos de industrialização e urbanização. Segundo Benito Schmidt (2006), a análise da memória iniciou-se como um campo da psicologia, uma vez que os estudos tinham como objetivo situar as lembranças em alguma área específica do cérebro.

Sendo assim, o sociólogo Maurice Halbwachs interessa-se pelos estudos relacionados à memória como um meio de explicar determinados problemas de sua época. Para ele, a memória é um fenômeno social, pois ela só se caracteriza

pela reconstrução do passado através dos grupos sociais do presente. Com isso, ele defende que a memória se configura pelo coletivo e que a memória individual inexistente. Ele afirma ainda, que a memória individual seria apenas um “ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Fernando Catroga vai ao encontro de Halbwachs quando afirma que a memória “nunca será um mero registro, pois é uma representação afetiva, ou melhor, uma re-presentificação, feita a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo” (CATROGA, 2001, p. 46).

Com isso, os sujeitos que vivenciaram situações históricas parecidas, ou ainda, aqueles que compartilharam o mesmo espaço social, estão inclinados a ter depoimentos similares sobre o passado, estabelecendo a “fronteira do dizível e o indizível” (POLLAK, 1989, p. 8). Para completar, Portelli (PORTELLI, 1996, p. 59) afirma que “o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos”. Boa parte dessas memórias acaba muitas vezes sendo pouco conhecidas. Portanto, através da História Oral, temos a oportunidade de situá-las quanto ao seu pertencimento individual ou coletivo na sociedade.

Michael Pollak (1989) apresenta um conceito importante para o entendimento da pesquisa, onde, ao privilegiar a análise dos excluídos, bem como dos marginalizados e das minorias, a história oral acentua a importância de memórias subterrâneas, sendo estas partes constituintes das culturas minoritárias e dominadas que se insurgem à “memória oficial”. Segundo Pollak, estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil

da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias que “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Apoiado nessas concepções, construiu-se este trabalho levando em consideração que, assim como as memórias, o testemunho de inúmeras mulheres que romperam com os padrões estabelecidos pela sociedade da época e começaram, aos poucos, a ocupar espaços quase que exclusivamente masculinos, foram silenciadas através do uso de violência e repressão por parte do Estado durante o período da ditadura civil-militar. Entretanto, apesar do processo de redemocratização do país, mais uma vez essas memórias acabaram sendo sufocadas de um modo geral (COLLING, 1997; FERREIRA, 1996). No caso específico de nossas entrevistadas, muitas delas afirmaram que se sentiam honradas em contribuir com esse trabalho, pois, segundo as mesmas, nunca tiveram a oportunidade de falar sobre sua militância no movimento estudantil em Pelotas. Essa falta de oportunidade em falar, a qual se mencionou acima, se deve ao fato de não existirem muitos trabalhos que abordem, especificamente, o tema da militância feminina no movimento estudantil pelotense durante o processo de redemocratização do país²².

Além disso, pesquisamos alguns exemplares dos jornais de circulação diária na cidade, o Diário Popular e o Diário da Manhã²³. Debruçaremos-nos em alguns acontecimentos-chaves para a pesquisa, fazendo a seleção de exemplares dos jornais supracitados, nos quais foram registradas diversas manifestações estudantis, tais como a manifestação alusiva ao “Dia Nacional de Lutas”, em 19 de maio de 1977, ocorrida em frente à faculdade de Direito da UFPel, onde o estudante João Carlos Gastal Jr. acabou sendo preso ao proferir a seguinte frase: “liberdade não se pede, se conquista”; as greves estudantis de 1981 e 1983, as quais paralisaram as duas universidades, e também o episódio da invasão de mulheres à Casa do Estudante da UFPel, em 31 de março de 1981.

²² Assinalamos a importância da pesquisa de Marília da Rocha Hofstätter Pohndorf que trabalhou em sua dissertação o movimento estudantil em Pelotas durante a redemocratização do Brasil, nos servindo de suporte para nossa pesquisa. Vale ressaltar que Pohndorf faz uma abordagem do movimento estudantil em Pelotas nesse período de maneira abrangente, ao passo que nosso trabalho privilegia a atuação de mulheres naquele.

²³ O jornal Diário da Manhã começou a circular a partir de 1979 e ainda circula diariamente na região.

O principal objetivo desse trabalho é problematizar o movimento estudantil na cidade de Pelotas sob a perspectiva das memórias de atuação das mulheres que militaram naquele movimento. A produção historiográfica acerca da atuação do movimento estudantil durante o período da redemocratização do Brasil ainda é escassa se compararmos à historiografia que abarca os anos iniciais do regime ditatorial, sobretudo entre 1964 a 1968, que é imensuravelmente maior²⁴. Durante o processo de redemocratização, ocorreram importantes acontecimentos de cunho político e social no país, dentre os quais destacamos o fim do AI-5, a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e a campanha pelas “Diretas Já!”. Ademais, os trabalhos que abordam especificamente a cidade Pelotas durante as décadas de 1970 e 1980 são raros²⁵.

Assim, através desse trabalho pretende-se investigar algumas questões a respeito do processo de redemocratização no Brasil, bem como colocar a cidade de Pelotas, mesmo com seu conservadorismo e contradições, inserida na reação nacional contra a ditadura e, ainda, destacar o Movimento Estudantil universitário como um importante agente social de mudança diante do conturbado momento político.

Dividimos esse trabalho em três capítulos. O primeiro, intitulado “*O movimento estudantil no contexto da ditadura civil-militar no Brasil*”, busca analisar, através de aporte bibliográfico, o movimento estudantil como um dos movimentos sociais mais importantes de resistência à ditadura civil-militar. O segundo capítulo, intitulado “*Movimento estudantil universitário em Pelotas*”, versará, como o próprio título sugere, a história do movimento estudantil em Pelotas, utilizando-se de matérias jornalísticas, assim como de outros

²⁴Citamos alguns exemplos para elucidar nosso ponto de vista: ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Dossiê: 40 anos de Maio de 68. Mediações – *Revista de Ciências Sociais*. V. 12, nº. 02, 2007; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1994. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Revista Educar* [da] Universidade Federal do Paraná, nº. 28. p.17 – 36. Curitiba: Editora UFPR, 2006; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964 - 1968)*. Campinas: Papyrus, 1987; VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência*. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

²⁵ DELLA VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura*. Pelotas, 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas.

documentos pertinentes, como as atas do DCE da UFPel. Por fim, o terceiro capítulo, com o título “*A militância feminina no movimento estudantil pelotense: memórias de atuação*”, dará ênfase às entrevistas realizadas, concentrando-se, sobretudo, nas memórias de atuação das militantes do movimento estudantil pelotense.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Neste capítulo, pretende-se realizar uma discussão histórico-contextual acerca do papel desempenhado pelo movimento estudantil universitário no nosso país. Daremos ênfase, porém, ao ressurgimento do referido movimento durante o processo de transição política da ditadura civil-militar para o regime democrático. Ademais, para uma melhor compreensão, abordaremos os acontecimentos políticos que culminaram com o golpe civil-militar em abril de 1964, sendo o movimento estudantil um importante movimento social engajado nas lutas da sociedade brasileira, bem como com bandeiras próprias.

1.1 Antecedentes e o golpe civil-militar em 1964

No início da década de 1960, o Brasil elegeu para a presidência da República o candidato representante da coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, Jânio Quadros. De acordo com José Luis Sanfelice (SANFELICE, 2008), o candidato foi eleito com uma expressiva votação, já que recebeu aproximadamente 50% dos votos válidos. Contudo, aos vinte e um dias do mês de agosto de 1961, após apenas sete meses de mandato, o presidente Quadros renunciou ao cargo. Imediatamente após a consumação da renúncia, os ministros militares manifestaram-se no intuito de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem ao exterior. A posse de Jango – representante da herança getulista e da força do trabalhismo – estava assegurada pela Constituição, porém a mesma não se deu de maneira branda (ARAUJO, 2007).

Para assegurar a posse de João Goulart, articulou-se no Rio Grande do Sul um movimento pela legalidade, sendo este conhecido como “Campanha da Legalidade”. Esse movimento foi liderado pelo então governador do Estado, Leonel Brizola, e contou com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército e do Comando da 3ª Zona Aérea. Os pronunciamentos do governador Leonel Brizola eram realizados através da Rede da Legalidade, sendo esta formada por emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (REIS, 2004).

Em razão do impasse criado pelo veto militar à posse de Jango, mudou-se o regime presidencialista para o parlamentarista. Tal medida permitiu a posse do vice-presidente, no entanto, seus poderes eram restritos. Goulart assumiu a presidência do país em sete de setembro de 1961 através de um acordo com os militares.

No seu governo, a crise econômica foi marcada pelos altos índices de inflação, o que desagradou à classe média e fez com que os setores mais conservadores se mobilizassem contra esse governo. Ademais, foi neste momento que as atividades sindicais se intensificaram, sobretudo, quando nos referimos às greves. Além dos fatores supracitados, o projeto das Reformas de Base, o qual previa reformas em diversos setores, sendo a Reforma Agrária sua principal medida, foi rechaçado pelos setores à direita (ARAUJO, 2007; FICO, 2004; OLIVEIRA, 1997; SANFELICE, 2008; TOLEDO, 2004).

De acordo com o estudo realizado por René Dreifuss (1981), já em 1962 alastrava-se pelo país uma campanha que previa a inelegibilidade de Jango nas eleições que deveriam ocorrer em 1965. A campanha supracitada foi patrocinada pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), e também com dinheiro oriundo do governo norte-americano. Tanto o IPES como IBAD eram aparelhos de classe coordenados pela elite empresarial brasileira, os quais possuíam estreita relação com os principais meios de comunicação do país que visavam à ampla campanha anticomunista²⁶. No entanto, havia colaboração de alguns militares, dentre eles o general Golbery do Couto e Silva. Estes órgãos possuíam um alto grau de organização, já que foram responsáveis pela disseminação de propagandas anticomunistas e por vincular a imagem de João Goulart ao inimigo comum aos setores à direita, o comunismo. Além disso, realizaram operações que tinham como principal objetivo conter as forças populares, bem como desagregar o bloco populista e levar ao poder político os interesses multinacionais. Segundo Dreifuss,

O IPES não era com certeza, [...], um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador

²⁶ Dreifuss aponta neste estudo os principais jornais do Brasil que possuíam relação com o IPES, tais como os Diários Associados, a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde, dentre outros. Ver: DREIFUSS, René. A ação de classe da elite orgânica: a campanha ideológica da burguesia. In. _____, 1694: a conquista do Estado. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. p. 229 - 279.

de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes (DREIFUSS, 1981, p. 162).

Para a difusão da sua campanha ideológica, o IPES fez uso de diversos meios de comunicação de massa, já que o faziam através de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados (cartuns), entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. Para isso, possuía auxílio de algumas das mais importantes agências internacionais de publicidade e propaganda, bem como arregimentavam escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e teatro e relações públicas, criando, assim, uma equipe forte capaz de manipular a opinião pública. Outra forma utilizada pelo IPES para “moldar” a opinião pública constituía-se na reprodução de discursos, exposições e pronunciamentos públicos. Além disso, publicava e financiava, editava, traduzia e distribuía livros, livretos, revistas e folhetos de produção própria, todos com conteúdo anticomunista, além de atacar o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. Porém, o “carro-chefe” de divulgação de tais campanhas era feita através do rádio, já que a maior parte da população brasileira não tinha acesso à televisão e apresentava também com um alto grau de analfabetismo (DREIFUSS, 1981).

Finalmente, em 1963, através de um plebiscito popular, João Goulart assumiu como Presidente da República. O presidente, porém, assumiu durante um período de intensa crise política, econômica e social. Para os setores à direita, o presidente possuía a imagem infundada de “comunista” e “subversivo” devido à sua intenção de implantar, no Brasil, o seu programa de governo. O principal carro-chefe eram as Reformas de Base, que previam reformas em diversos setores, como fiscal, bancário, educacional (incluía-se, aqui, a Reforma Universitária) e no campo, tendo a Reforma Agrária como principal medida (MOTTA, 2008). No entanto, apesar de os setores à esquerda, tais como os movimentos populares, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a UNE e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apoiarem o governo de Goulart, o mesmo não governava exclusivamente para estes. De acordo com Santos (2009), seu governo assumiu uma política conciliadora, uma vez que atendia tanto os setores à esquerda como aos

setores à direita, pois o mesmo necessitava do apoio de ambos os setores para continuar no governo.

As Reformas de Base estavam amparadas pelo Plano Trienal, desenvolvido pelo então Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Tal plano previa o controle da inflação e se propunha a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entretanto, para que este plano pudesse ser colocado em prática, era necessário que houvesse um arrocho salarial, bem como a limitação no crédito e nos preços. Para Carlos Fico (2004), o governo de Goulart dava sinais de dubiedade, pois ao mesmo tempo em que o presidente Jango abraçava a luta pelas reformas de base, visando manter o apoio dos setores à esquerda, por outro lado também não descartava o apoio político dos setores mais conservadores.

A sucessão de crises políticas advinha das contradições em que se debatia o governo: ao mesmo tempo que agitava a bandeira do nacionalismo e das Reformas – solicitando, pois, o apoio das massas populares e dos setores políticos de esquerda – Goulart, por outro lado, protelava indefinidamente a realização das medidas populares, afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical, condenava abertamente iniciativas políticas de esquerda... As concessões à reação não se reduziam a estes fatos, pois o governo reservava os cargos mais importantes da administração federal (particularmente aqueles responsáveis pela política econômico-financeira) apenas para os representantes das classes dominantes, postos de comando e mantinha compromissos com o conservador PSD (TOLEDO, 1983, p. 59-60 *apud* FELICE, 2008, p. 32).

Já em relação ao cenário educacional brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que a estruturação dos cursos nas universidades brasileiras começou a ser montada no século XIX, porém, o modelo que vinha sendo utilizado no início dos anos 1960, provinha da reforma implementada pelo ministro da Educação, Francisco Campos, em 1931. Por essa razão, a estrutura básica das universidades estava quase sempre em discussão, já que estas eram organizadas em torno de professores catedráticos, sendo estes docentes prestigiados e bem remunerados, considerados autoridades em suas áreas de saber. Muito embora houvesse consenso sobre esse modelo “arcaico” da universidade brasileira, as soluções para tal problema geraram divergências entre as esquerdas e os liberais, pois o primeiro grupo desejava uma universidade crítica e popular, que contasse com a participação política dos estudantes; já na perspectiva estudantil de esquerda, a universidade deveria ser estruturada de forma mais moderna e ágil, possibilitando a produção de

conhecimento útil ao desenvolvimento, mas também deveria “se colocar ao lado das causas sociais e servir de vanguarda às transformações socialistas” (MOTTA, 2014, p. 68).

Desta maneira, no início dos anos 1960, algumas reformas começaram a ser articuladas, na maior parte, por lideranças acadêmicas que possuíam vínculos com o governo Goulart. A Universidade de Brasília (UnB) era a “menina dos olhos” dos reformistas, já que essa foi projetada para ser o exemplo a ser seguido durante o processo de renovação do sistema universitário. Já em 1950 funcionava, em esfera federal, uma instituição de ensino superior organizada nos moldes modernos e voltada à pesquisa, que era o Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA). Este Instituto não possuía cátedras e dava muita ênfase à pesquisa, os professores eram bem remunerados e oferecia o regime de trabalho integral para os mesmos, fator inexistente no ensino federal.

A UnB foi a primeira universidade planejada para funcionar como centro de pesquisa, com departamentos e institutos no lugar de cátedras e faculdades. A expressão “instituto” servia para designar unidades universitárias com vocação para a pesquisa, distinguindo-se das faculdades tradicionais. No plano original, a UnB teria oito institutos ligados às áreas científicas básicas, que seriam complementados por faculdades de formação profissional – direito, administração, educação, engenharia, etc. De modo semelhante ao projeto do ITA, a UnB nasceu sem catedráticos e pagava salários mais altos que a média, oferecendo regime de tempo integral. Além da pesquisa, ela implantou de imediato cursos de pós-graduação que deveriam funcionar simultaneamente aos recém-instalados cursos de graduação. Também na UnB se adotou pela primeira vez o sistema de créditos por disciplina, mais flexível que o formato de turmas com cursos de duração anual (MOTTA, 2014, p. 69).

A demanda pela Reforma Universitária foi inserida nas reformas de base, as quais já foram mencionadas acima, com isso, estava visível o alinhamento do governo com os debates dos meios acadêmicos e estudantis. Entretanto, após o golpe em 1964, os vitoriosos não chegaram a um consenso quanto aos rumos da política universitária, pois a concepção de reforma universitária, seguindo a extinção das cátedras e o enfraquecimento das faculdades tradicionais, encontrava resistência nos meios de poder, já que muitos professores conservadores apoiaram o golpe. Mais adiante, retomaremos a discussão sobre a reforma universitária durante o regime militar.

Os escândalos financeiros, os movimentos camponeses a favor da reforma agrária, os movimentos sindicais e estudantis, as greves, a inflação em alta, a carestia dos principais bens de consumo tais como, os alimentos e o

petróleo, foram fatores que levaram o governo João Goulart, de maneira gradativa, a um isolamento político que facilitou o movimento civil-militar para sua derrubada. Segundo Toledo (TOLEDO, 1997, p. 34), “o plano trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50”.

Em comício realizado em 13 de março de 1964, Goulart reafirmou sua postura política, bem como defendeu a implantação da reforma agrária no Brasil. Por tal razão, os setores conservadores, conjuntamente com os setores da Igreja Católica, fortaleceram a imagem de “subversivo” do presidente Jango, afirmando que o comunismo estava entranhado no governo e também nos movimentos populares e nas universidades, principalmente entre os estudantes. O objetivo do comício era fazer com que o projeto das Reformas de Base fosse aprovado o mais rápido possível, assim,

[...] anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas (BANDEIRA, 1978, p. 163 *apud* SANTOS, 2009, p. 103).

Contudo, como afirmam Araujo (2007), Sanfelice (2008) e Santos (2009), logo após o comício na Central do Brasil (RJ), deu-se início a uma série de manifestações de oposição ao governo, uma vez que em algumas capitais do Brasil ocorreram as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, sendo estas lideradas pelos setores mais conservadores da Igreja Católica e da classe média brasileira, reunindo cerca de 300 mil pessoas. Este mesmo movimento saiu às ruas quando foi decretado o golpe civil-militar, para dar apoio aos militares golpistas. Outro fator que fez com que o golpe se concretizasse foi a rebelião dos marinheiros no final de março daquele mesmo ano. Os marinheiros haviam se reunido em comemoração ao aniversário de sua Associação, porém a reunião tomou outro rumo quando os marinheiros reivindicaram o reconhecimento de sua Associação, bem como o direito de casarem e de vestirem roupas civis fora do expediente. Alguns rebelados acabaram sendo presos, porém em pouco tempo Goulart concedeu anistia aos mesmos; tal ato desagradou o oficialato da Marinha, gerando assim uma crise na área militar.

A ameaça de golpe era iminente em 31 de março de 1964. As tropas do general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, declaram-se em estado de rebelião contra o governo federal, tendo apoio do governo de Minas Gerais, da Guanabara, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Goulart recusou-se a resistir para evitar uma “guerra civil” que teria como consequência, segundo ele, o derramamento de sangue (FICO, 2004). Ele então se retira de Brasília e segue para o Uruguai. Com a deposição de João Goulart, o sucessor legal à presidência da República era o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Os militares, porém, encontravam-se em reunião no Rio de Janeiro, cidade, segundo Fico (2004), em que “brilhava o poder de fato”, já que Brasília encontrava-se às escuras e abandonada.

Para Motta (2008), os grupos que deram suporte ao golpe de 1964 eram compostos de maneira heterogênea, pois apresentavam diferenças tanto de origem social, já que o grupo contava com muitos empresários, militares, classes médias e religiosas; quanto de origem ideológica, pois havia conservadores, liberais e nacionalistas. Eles se uniram para lutar contra o inimigo comum, para afastar o Brasil do processo de crescimento das esquerdas que aparentemente ameaçavam o *status quo*, porém não possuíam um programa de governo coeso. Existiam diferentes projetos entre os vencedores de 1964, mas o único consenso era o expurgo das esquerdas, sobretudo os comunistas.

Em 1º de abril de 1964, o general Artur da Costa e Silva se autoneomeou “comandante supremo da Revolução”, assumindo, assim, o cargo de ministro da Guerra na presidência interina de Ranieri Mazzilli e comandando o governo de fato, junto ao vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e com o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Antes de ocorrerem as eleições indiretas para a Presidência, o “comando supremo da Revolução” expede o Ato Institucional de nove de abril, conhecido como AI-1, no qual eram previstas as primeiras cassações de mandatos, bem como a suspensão de direitos políticos, além da “Operação Limpeza”, que configurou medidas como a intervenção policial nos sindicatos, bem como a repressão aos partidos de esquerda: “havia a necessidade de institucionalizar um novo aparato que apoiasse a ‘revolução’” (ALVES, 1984, p. 54).

A escolha do general Castelo Branco para ocupar a presidência, em 13 de abril, deu-se a partir da ideia de uma intervenção de caráter moderador,

defendida por setores da sociedade civil e também pelos setores militares que possuíam vínculos com a Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com David Maciel (2004), nos primeiros meses do novo governo, esse setor conseguiu assumir o comando, pois seu horizonte moderador combinava com a intenção das lideranças civis, visto que gozavam de estreita relação político-ideológico com empresários, políticos conservadores, através dos cursos da ESG (ALVES, 1984; MACIEL, 2004; SANFELICE, 2008; TOLEDO, 1997; REIS, RIDENTI, MOTTA, 2004; VALLE, 2008).

1.2 “Abaixo a Ditadura!” – O Movimento Estudantil e a luta contra a ditadura civil-militar no Brasil

O Movimento Estudantil ocupou (e ocupa) um espaço importante na história dos movimentos sociais no Brasil. Por essa razão, a União Nacional dos Estudantes (UNE), desde sua criação, desempenha um importante papel de congregar o estudantado brasileiro, sendo seu órgão máximo de representação. A UNE nasce em meio a uma polêmica, pois, de acordo com Maria Paula Araujo (2007) para alguns ela é criada em 1937, já para outros, a verdadeira fundação da UNE ocorreu em 1938. Assim, essa divergência nos mostra como a história da UNE é heterogênea, uma vez que esta foi uma entidade de caráter político e social que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a distintos grupos com diferentes tendências políticas e ideológicas. Todavia, em seu livro, Arthur Poerner (2004) aponta o ano de 1937 como o ano de fundação da UNE, após a realização do I Congresso Nacional de Estudantes, que foi solenemente instalado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, na Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro.

Ana Amélia Queiroz, presidente da Casa do Estudante, dirigiu a reunião de instalação do Conselho e logo após o início da sessão foi aprovada uma proposta, a qual foi apresentada pelo representante do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, que visava a proibição de discussão de temas políticos durante o Conselho. Em vários depoimentos de ex-militantes do movimento estudantil desse período, contidos no livro de Araujo (2007), estes convergem na opinião de que o objetivo do apoio dado pelo ministro

Capanema era, justamente, que houvesse a criação de uma entidade despolitizada e que os estudantes fossem facilmente controlados pelo governo. Deste modo, muitos militantes da UNE daquele período recusam a data de 1937 e elegem o ano de 1938 como o ano de fundação da entidade.

No momento de criação da UNE, o Brasil vivia sob o regime autoritário do Estado Novo (1937-1945)²⁷, sendo este resultante de um golpe de estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas no governo. Vargas foi eleito, em 1934, de forma indireta (pelo Congresso) para a Presidência da República, mas teve que obedecer à promulgação de uma Constituição com traços mais liberais. Ademais, de acordo com esta nova Constituição, novas eleições presidenciais deveriam ocorrer no ano de 1938 e estaria negado o direito à reeleição. A partir daí, a sucessão de Vargas se tornou o principal acontecimento do cenário político brasileiro (MARTINS FILHO, 1987).

A esfera política do país estava se radicalizando, uma vez que dois movimentos ideologicamente opostos disputavam a adesão e a mobilização da sociedade: de um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O primeiro grupo era liderado por Plínio Salgado e reunia os adeptos e simpatizantes das propostas fascistas, enquanto o segundo estava sob a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e reunia comunistas, socialistas e nacionalistas. Conforme Araujo (2007), no dia 10 de novembro de 1937, o governo deu um golpe que acabou por suspender o processo sucessório que estava em curso e implantou o Estado Novo.

O primeiro desacordo dos estudantes com o governo de Getúlio Vargas foi a questão internacional em torno da Segunda Guerra Mundial. Logo após o congresso de fundação, a UNE emitiu uma nota de denúncia ao nazifascismo. Dessa forma, a luta contra o fascismo se tornou a principal bandeira de luta nacional dos estudantes, visto que a simpatia de Vargas pelos países do Eixo era conhecida. Os estudantes passaram, então, a pressionar politicamente o governo brasileiro para que o mesmo se posicionasse publicamente em favor dos Aliados e contra a Alemanha e a Itália. Durante a primeira grande passeata realizada pelos estudantes, no dia 4 de julho de 1942, na cidade do Rio de

²⁷O Estado Novo foi instaurado em 10 de novembro de 1937 no governo de Getúlio Vargas e inaugurou um dos períodos mais autoritários da história do Brasil. Inspirado no fascismo italiano, o novo regime foi marcado pelo autoritarismo, pela supressão das liberdades individuais e pela forte intervenção estatal. Para maior conhecimento acerca do Estado Novo, ver: PANDOLFI, Dulce. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf, acesso em: 10/04/2014.

Janeiro, estes pediam que o governo declarasse guerra ao eixo nazifascista. Com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1944 e 1945, muitos estudantes aderem à luta pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito e pela Anistia. Além disso, o governo de Vargas ficou numa situação insustentável, pois a população clamava pela democratização do país. Embora houvesse, por parte do presidente, a intenção de articular o retorno à democracia, de outro lado, o mesmo almejava a manutenção de seu poder. Para alcançar tal objetivo, fundou dois partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD congregava antigos apoiadores de Vargas, enquanto o PTB reunia as lideranças sindicais formadas no período do Estado Novo. A criação do PTB serviu para aglutinar o operariado urbano e conter o ingresso desse no Partido Comunista, além de manter sob vigilância do Ministério do Trabalho os sindicatos (ARAUJO, 2007).

Para fazer oposição a Getúlio, o conjunto de opositores também criou um partido, a União Democrática Nacional (UDN)²⁸, partido de tendência liberal, politicamente conservador. Assim, de 1945 a 1964, esses três partidos deram a tônica ao cenário político brasileiro.

O período compreendido após a restauração da democracia, em 1945, até o golpe civil-militar em 1964 foi caracterizado pela chamada “República Populista”. O conceito de populismo foi desenvolvido e difundido por dois cientistas políticos, Octavio Ianni (1971) e Francisco Weffort (1978), e o mesmo definia “a especificidade da democracia brasileira a partir da fragilidade de suas instituições políticas” (ARAUJO, 2007, p. 59). O populismo teria tido origem em Getúlio Vargas e mostrava algumas características do cenário político brasileiro, uma vez que a República recaía não no funcionamento das instituições políticas, mas sim no carisma de um líder que se relacionava diretamente com a sociedade. Ou seja, o líder objetivava manter vínculos tanto com as camadas populares, mas também com os representantes das classes dominantes. Esse relacionamento se baseava no pacto de conciliação de classes, visto que esse líder consoava os interesses dos diversificados setores da sociedade.

Segundo essa concepção teórica do período, o governo republicano pretendia conduzir, por meio do pacto populista, um processo de desenvolvimento nacional que integrasse – sem crises e sob a tutela do Estado – o conjunto dos setores econômicos, sociais e políticos do país (ARAUJO, 2007, p. 59).

28

Ver:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>. Acesso em 10/04/2014.

Todavia, recentemente alguns autores²⁹ trouxeram à luz a discussão sobre o conceito de “República Populista”, já que, para eles, este termo é depreciativo e desqualifica a experiência democrática adquirida nesse período, sobretudo no que se refere ao papel atribuído às classes trabalhadoras no modelo populista, uma vez que todas as vantagens e benefícios trabalhistas não foram pura e simplesmente cedidos, mas sim conquistados por estes trabalhadores. Ângela de Castro Gomes (1998) assinala que Getúlio Vargas, na realidade, anulou bandeiras e reivindicações históricas do movimento operário sindical, pelas quais o movimento vinha lutando há bastante tempo. A autora afirma ainda que, durante o regime do Estado Novo, as relações entre o governo e os trabalhadores ocorriam em via dupla, pois os trabalhadores não foram receptores passivos dos benefícios e sim participantes de uma complexa rede de relações entre o poder público e os movimentos sindicais.

O historiador Jorge Ferreira (2005) converge com a argumentação de Gomes ao salientar que o conceito do populismo ocasionou um desmerecimento das lutas trabalhistas do referido período, já que o movimento sindical daquela época ficou caracterizado por ser ‘pelego’³⁰; o que, segundo o autor, estava distante de ser uma realidade para o sindicalismo, já que este tinha grande capacidade de mobilização e reunia, na mesma esfera, sindicalistas, nacionalistas, comunistas, trabalhistas e católicos.

Retomando à nossa discussão sobre a importância do movimento estudantil para a vida política brasileira, assinalamos que os estudantes participaram ativamente do debate levantado desde o projeto nacionalista de Vargas, passando pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek até as reformas de base defendidas por João Goulart. Em todos os projetos, a grande questão colocada no período era o desenvolvimento nacional. Ao longo da fase democrática, iniciada em 1945 e que vai até o ano de 1964, a UNE foi um ator político influente, fértil e corajoso.

José Augusto Guilhaon Albuquerque (1977) afirma que o movimento estudantil sempre foi bastante ativo e marcou presença no cenário político

²⁹Citamos como exemplo: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 e GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1998.

³⁰Segundo definição encontrada no dicionário Aurélio, existe a definição de “pelego” para pessoa bajuladora; dominada por outra. Assim, a expressão era usada para denominar os membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. Fonte: <https://dicionariodoaurelio.com/pelego>, acesso em: 13/11/2017.

latino-americano desde o início do século. Para ele, “o meio estudantil não constitui uma base para um movimento social, mas o movimento estudantil pode ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 69). O autor acredita que o meio estudantil aparece, nesse cenário, como o único setor das camadas médio-urbanas organizadas politicamente. A autonomia que o movimento estudantil possuía é outro fator que chama a atenção, pois o próprio se orientava e agia politicamente. Ainda de acordo com o autor,

No movimento estudantil, ao contrário (do movimento sindical), a autonomia interna permitiu aos estudantes definir suas próprias reivindicações e, na prática, nada impedia suas organizações de formular, ao mesmo tempo reivindicações econômicas, políticas ou culturais. (...) o movimento não encontrava dificuldades em engajar-se nos movimentos políticos, nem em mobilizar suas bases em consonância ou em oposição a projetos governamentais de mobilização popular (ALBUQUERQUE, 1977, p. 71).

Apesar de o movimento estudantil, no início da década de 1960, possuir autonomia para se organizar politicamente, alguns partidos e grupos de esquerda que atuavam expressivamente no cenário político acabaram por influenciar o meio estudantil. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era o que prevalecia, e, mesmo na ilegalidade, viveu seu auge nessa época, quando contou com inúmeras adesões à sua luta política e sindical. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – PO ou POLOP) nasceu em 1961 e aglutinou elementos de diversas pequenas tendências alternativas à política do PCB. Tinha influência, sobretudo, no meio universitário. Esta organização criticava as ideias reformistas e pacíficas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo (RIDENTI, 2010, p. 28). Já a Ação Popular (AP) surgiu em 1962 como organização autônoma. Atuava principalmente no movimento estudantil e, durante certo período da década de 1960, manteve a presidência da UNE, bem como de muitas entidades estaduais.

O projeto de constituição da AP como um movimento de cunho político se deu no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja Católica durante os anos de 1950 e 1960. Após o golpe civil-militar, os grupos e movimentos de esquerda ficaram profundamente fragilizados, pois estes não previram (ou não acreditavam) que o golpe fosse concretizado e acabaram sendo derrotados sem resistência, o que demonstrou que a direita estava muito mais articulada do que a esquerda. Em

consequência dessa derrota sofrida em 1964, houve uma série de cisões dentro do PCB devido a lutas internas. As bases universitárias acabaram rompendo com o partido, dando origem às Dissidências Estudantis (DIs) em alguns estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro (DI-RJ), Guanabara (DI-GB), São Paulo (DI-SP)³¹, Rio Grande do Sul (DI-RS); em Minas Gerais, a dissidência estudantil integrou a CORRENTE³² (ARAUJO, 2007; COLLING, 1997; RIDENTI, 2010; SANFELICE, 2008).

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política (RIDENTI, 2010, p. 29).

Em razão do expressivo número de jovens intelectualizados e que possuíam interesse em participar ativamente da vida cultural do país, a UNE criou, então, o Centro Popular de Cultura (CPC), em meados de 1961, no Rio de Janeiro, na tentativa de unir política e arte. Em entrevista à Araujo (2007), Aldo Arantes³³ descreve a ocasião que deu origem ao CPC da UNE:

O CPC surge da conjugação de dois fatores. Por um lado, um segmento da intelectualidade que não aceitava a tese da arte pela arte, que defendia a concepção de uma arte engajada, e isso tem, digamos, seu gérmen em São Paulo, através do Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, que começam lá algumas experiências em teatro estudantil. Essas experiências se desenvolvem e o Oduvaldo acaba mudando para o Rio de Janeiro. E lá aglutina um segmento

³¹ Ambas, DI-RJ e DI GB, posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); DI-SP depois foi integrada à ALN ou à VPR e VAR-PALMARES. Maiores informações em: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2010. p. 30.

³² A Corrente Revolucionária (ou apenas CORRENTE) foi uma dissidência mineira do PCB, que atuou na resistência armada à ditadura civil-militar entre os anos de 1967 e 1969. Ver: VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil-militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

³³ Aldo Arantes iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista e, após entrar para a faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da UNE em julho de 1961. Após o golpe em 1964, Arantes exilou-se em Montevideu e retornou ao Brasil no ano seguinte, vivendo na clandestinidade até 1968, quando acabou preso em Alagoas. Em 1972, ingressou no PC do B e foi preso novamente em 1976, sendo condenado a cinco anos de prisão. Foi libertado em agosto de 1979, beneficiado pela Lei de Anistia. Na década de 1980, filia-se ao PMDB, onde elege-se deputado federal nas eleições de 1986, mas acaba filiando-se ao PC do B logo após sua posse. Ainda permanece filiado a este partido e concorreu a cargos políticos ao longo de sua vida pública. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aldo-da-silva-arantes>, acesso em: 13/11/2017.

importante da intelectualidade (...). Havia, de um lado, os intelectuais, os artistas querendo produzir uma arte que fosse de avaliação da realidade brasileira, mas que se dirigisse para amplos segmentos da sociedade. E havia do outro lado, os estudantes querendo encontrar novas formas de comunicação com a ampla camada da sociedade. Na minha opinião, houve uma conjugação feliz entre essa aspiração dos artistas e as necessidades do movimento estudantil. Por isso, então, se constitui o Centro Popular de Cultura (ARANTES, 2007 *apud* ARAUJO, 2007, p. 108)

O processo de criação do CPC da UNE começou quando o Teatro de Arena de São Paulo³⁴ partiu para o Rio de Janeiro com o intuito de apresentar a peça “Eles não usam Black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri. O próprio Teatro de Arena já era concebido em decorrência de uma proposta de fazer teatro de maneira própria, fugindo dos padrões existentes e estabelecidos. Parte do grupo acabou ficando na cidade para desenvolver um projeto de teatro para as classes trabalhadoras e a primeira peça apresentada por eles foi “A mais valia vai acabar, Seu Edgar”. Com isso, o grupo acabou nucleando outras pessoas que tinham seus projetos de arte, teatro, música, cinema, etc., mas não tinham espaço para desenvolver tais atividades. A proposta do CPC era levar ao povo uma cultura que lhe permitisse transformar a realidade, através de uma filiação explícita com o marxismo, conforme afirma Araujo (2007, p. 111).

O CPC organizava-se em forma de departamentos, pois existiam os departamentos de teatro, de música, de cinema, de literatura, de arquitetura e de alfabetização de adultos, assim como um departamento de relações externas, que foi criado exclusivamente para ajudar a organizar outros CPCs em diferentes estados brasileiros. Desse modo, foram criados CPCs na Bahia, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Guanabara. Para Maria Paula Araujo, uma das principais contribuições do CPC à vida artística do Brasil foi a descoberta de novos compositores populares, tais como Nelson Cavaquinho, Cartola e Zé Kéti. O departamento de música do CPC era dirigido por Carlinhos Lyra e contava também com o apoio de outros músicos (ARAUJO, 2007).

Logo após o golpe civil-militar, em março de 1964, a UNE foi uma das primeiras vítimas do novo regime instaurado, pois sua sede no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por policiais à paisana e as demais entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos, foram fechados. Ademais, as

³⁴A companhia foi fundada no ano de 1953, em São Paulo, pelo diretor de teatro José Renato e contava com nomes como Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e Augusto Boal. O objetivo do grupo era nacionalizar o teatro brasileiro através da valorização de autores e temas nacionais. Fonte: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/cadernos/lightbox/lightbox/pdfs/Teatro%20de%20Arena.pdf>. Acesso em 10/04/2014.

lideranças do movimento estudantil, correspondendo a uma boa parte da diretoria da UNE, pediu asilo político na embaixada da Bolívia, entre eles José Serra e Marcelo Cerqueira. Vários outros caíram na clandestinidade (ARAUJO, 2007; VALLE, 2008). No final de outubro daquele ano, foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional o decreto de extinção da UNE. Além disso, o referido decreto também proibia greves e atividades de cunho político por parte das entidades estudantis (BERTOT e GUIMARAENS, 2008; MARTINS FILHO, 1987).

Em consequência da repressão militar, vimos surgir um movimento estudantil, ainda que desarticulado, de oposição à posição violenta adotada pelo regime. O governo, por sua vez, continuou visando à extinção de áreas com maior potencial “subversivo” identificadas no seio estudantil por meio de medidas que coibissem as atividades políticas no ambiente universitário. Dado o panorama, ficam evidentes os motivos que levaram a supressão da UNE e das entidades estudantis estaduais e sua permutação por entidades diretamente subordinadas ao governo.

Nesse momento, mesmo a UNE estando extinta, essa entidade ainda era um símbolo político importante. Conforme Araujo (2007), muitos estudantes que militavam na AP começaram a reorganizar a entidade logo após o golpe, assim, manifestações, greves e passeatas eram convocadas em nome da UNE, que continuava elegendo sua diretoria e realizando clandestinamente seus congressos, tornando-se “território exclusivo das correntes de esquerda” (VALLE, 2008, p. 34). A luta estudantil intensificou-se em favor da Reforma Universitária, sendo que essa implicava, dentre outras coisas, na extensão do ensino público e gratuito e na cogestão nas faculdades, sendo essas medidas inaceitáveis pelo governo militar; e o fim dos acordos MEC-USAID, acordos esses que acabaram se configurando como resposta do governo militar à luta pela reforma universitária, assim como contra a lei criada para reorganizar as instituições estudantis.

Nesse sentido, visando controlar as entidades estudantis, foi promulgada em novembro de 1964, a Lei nº 4.464/64, conhecida também como Lei Suplicy de Lacerda, cuja autoria foi do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo a lei, as entidades estudantis seriam reestruturadas, uma vez que a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) foram fechadas e acabaram sendo criados o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com

sede em Brasília, e os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs). Além do mais, o voto dos alunos devidamente matriculados era considerado obrigatório nas eleições para os Diretórios Acadêmicos. Aqueles alunos que, porventura, acabaram não votando no pleito eleitoral, estavam privados de prestar os exames parciais e/ou finais. Também só seria elegível o aluno não repetente, que não possuía disciplinas pendentes, bem como ficava proibido aos órgãos estudantis qualquer ação, manifestação ou propaganda de cunho político-partidário, como já mencionamos anteriormente.

Lei nº 4.464/64 (outubro de 1964) – conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em “homenagem” ao então ministro da Educação. Determinava a proscricção das entidades estudantis existentes e a criação de outras sob o controle do Estado através das Instituições de ensino. O funcionamento da UNE estava proibido. Os diretórios centrais de estudantes estariam subordinados às direções das universidades. Os centros acadêmicos seriam substituídos por “diretórios” acadêmicos, também sob controle das respectivas direções das faculdades. Os regimentos das entidades deveriam ser submetidos aos Conselhos Departamentais, Conselhos Universitários ou ao Conselho Federal de Educação (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 16).

No tocante à luta pela Reforma Universitária, esta estava inserida no calendário de lutas do movimento estudantil desde maio de 1961, quando a UNE promoveu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador (BA). Nesse seminário, os estudantes discutiram acerca de temas tais como o exame do vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração das universidades, participação do corpo discente na administração universitária, autonomia e funcionamento da universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade.

Toda essa discussão visava à democratização do ensino, assegurando amplo acesso da população em todos os níveis escolares, bem como a abertura da universidade ao povo e aos trabalhadores. Desse seminário resultou a confecção de um documento chamado Declaração da Bahia³⁵, que, entre outras coisas, evidenciou a tentativa dos estudantes de ensaiar o que denominaram de “análise crítica da realidade brasileira e da inserção da universidade no seu contexto” (SANFELICE, 2008, p. 39).

No ano seguinte, em março de 1962, foi realizado o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, desta vez, em Curitiba (PR), e desse

³⁵ Para maior conhecimento sobre a Declaração da Bahia ver: SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008.

resultou a Carta do Paraná. Neste documento foram reiteradas várias posições expressas na Declaração da Bahia e se reforçava a ideia de uma universidade a serviço do crescimento nacional, assim como se debatia sobre o papel da universidade como instrumento a serviço da elaboração de uma cultura nacional (ARAUJO, 2007). Com isso, a luta pela Reforma Universitária não fez parte do calendário de lutas do movimento estudantil somente após a deflagração do golpe civil-militar em março de 1964, mas percebemos que esta luta vinha sendo travada há um bom tempo.

Em resposta às manifestações a favor da Reforma Universitária, o governo militar assinou, a partir de junho de 1964, uma série de convênios entre o MEC e a USAID, o que gerou intensas manifestações estudantis. Ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID. Tais convênios visavam a firmar acordos de assistência técnica e cooperação à educação brasileira, bem como implantar o sistema norte-americano de educação desde o ensino primário até o ensino superior. Com isso, a educação teria um viés tecnicista, isto é, a educação seria voltada para o desenvolvimento econômico do país. Para tanto, seriam criados cursos profissionalizantes que gerassem mão de obra especializada, ao passo que as áreas das ciências humanas cairiam em detrimento. Além disso, outro acordo previa a privatização do ensino, especialmente o superior, fazendo com que o mesmo fosse rentável. Ao todo, foram firmados 12 acordos, sendo o último deles assinado no ano de 1976 (ARAUJO, 2007; MACIEL, 2004; SANTOS, 2009).

Em muitas universidades, os estudantes fizeram uma ampla campanha política contra a implantação do Acordo MEC-USAID. Apesar do protesto estudantil, em muitos casos apoiado por intelectuais e professores universitários, vários pontos do Acordo MEC-USAID foram implantados através da reforma universitária e do ensino, realizada em 1968. Entre eles: a junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro grau; a junção do clássico com o científico, formando o segundo grau; a referência ao ensino universitário como ensino de terceiro grau; a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa desde o primeiro grau (ARAUJO, 2007, p. 161).

De acordo com Maria Ribeiro do Valle (2008), no decorrer do ano de 1966, a repressão avançou de forma geral, pois, em fevereiro, foi editado um novo Ato Institucional, o AI-3. Esse novo ato atinge diretamente o movimento estudantil, uma vez que foi sancionado o decreto Aragão, segundo o qual a UNE ficava proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se estendeu a todas as entidades estudantis. Ainda conforme a autora, nesse

ano, se deu o afloramento das manifestações de rua, as quais se iniciaram em março e transcorreram até meados de setembro. O presidente Castelo Branco justificou a ação truculenta da polícia, já que via nesses protestos “inspiração comunista” e “alcance subversivo”, ou seja, uma ameaça à segurança interna na ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³⁶.

Os estudantes conseguiram driblar a repressão policial e, mesmo na clandestinidade, realizaram o 28º Congresso da UNE, em Belo Horizonte (MG). Apesar das adversidades, os estudantes conseguiram dar cabo a todas as atividades propostas. Segundo Sanfelice (2008), logo após a realização do congresso em Belo Horizonte, foram efetuadas diversas prisões de estudantes e muitos deles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional³⁷. Depois desse episódio, a presença da força policial foi constante em manifestações e/ou qualquer ação pública desempenhada pelos estudantes ao fazer frente à ditadura civil-militar, principalmente no Rio de Janeiro, onde os embates violentos entre a polícia e estudantes acabaram marcando o ano de 1966. Então, “as manifestações públicas estudantis perdem o fôlego, mas a esquerda universitária passa definitivamente ao comando de suas reivindicações” (VALLE, 2008, p. 34).

Prestes a encerrar esse ano, o presidente Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 4. A Constituição Federal, porém, já havia recebido diversas emendas e não mais atendia às exigências nacionais. Para o governo, tornou-se imprescindível dar ao país uma Constituição que representasse a institucionalização dos ideais e princípios do que, segundo a visão do presidente, era uma revolução; assim sendo, somente uma nova Constituição poderia assegurar a continuidade da obra revolucionária e também dos poderes que o governo recebeu. Para tanto, o Congresso foi convocado extraordinariamente entre os dias 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, com a incumbência de discutir, votar e promulgar o projeto da Constituição, a qual foi apresentada pelo próprio presidente. Nas palavras de

³⁶ Para maior conhecimento acerca da Doutrina de Segurança Nacional, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

³⁷ A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935 durante a ditadura varguista do Estado Novo, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com abandono das garantias processuais. Após a queda da ditadura de Vargas em 1945, a LSN foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período da ditadura civil-militar (1964-1985), o princípio de segurança nacional ganhou importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. Ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>, acesso em: 20/07/2017.

Sanfelice (2008, p. 129), “o movimento de 64 buscava, à força, obter legitimidade”.

Em março de 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência do Brasil e iniciou o governo com “amplo apoio da média oficialidade linha-dura, confiante que o novo mandatário não titubearia diante da necessidade de novas medidas de endurecimento” (MACIEL, 2004, p. 54). Assim, antes mesmo de assumir, afirmou que manteria as medidas de exceção em seu governo, mas também, se necessário, adotaria outras. Contraditoriamente, o novo governo também fomentou as promessas de uma redemocratização, que previa a liberalização do sistema político-partidário, inclusive com o estabelecimento de um diálogo com os trabalhadores e os estudantes (MACIEL, 2004; VALLE, 2008).

Todavia, as expectativas positivas para com o novo governo logo se desvanecem em razão da não revisão das punições e cassações adotadas no mandato anterior. Na realidade, como afirma David Maciel (2004), a rápida fragmentação do ambiente de conciliação se explica por uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o governo desejava obter legitimação popular – já que a legitimidade alcançada com o golpe e com a perspectiva moderadora já havia se esgotado –, era sustentado por uma institucionalidade autoritária completamente desmobilizadora e que tentava coibir qualquer iniciativa política que ocorresse fora do controle institucional criado.

Dessa maneira, embora Costa e Silva iniciasse seu governo afirmando que estaria aberto ao diálogo com o estudantado brasileiro, desde as primeiras manifestações de rua de 1967, o presidente optou por prosseguir com as medidas repressivas e por tolher a realização do 29º Congresso da UNE, que acabou acontecendo clandestinamente.

O governo Costa e Silva parece que oscila entre a linha dura das Forças Armadas e as campanhas propagandísticas de “liberalização”. Em todos os setores, a ditadura possui nova roupagem, mas tem as mesmas características do governo anterior.

A verdadeira oposição ao governo, a da esquerda consequente e do movimento estudantil, parece não se intimidar com a força bruta e ao que tudo indica, esboça-se uma nova fase desta luta: a da união da esquerda revolucionária num combate intransigente à classe dominante, à sua força hegemônica, o imperialismo, e seu representante no poder, o marechal Costa e Silva (*Revisão*, nº 5, p. 9, 1967 *apud* VALLE, 2008, p. 36)

Para Valle (2008), o ano de 1968 iniciou-se marcado por enorme divergência entre o governo Costa e Silva e a sociedade civil, visto que as

Forças Armadas tinham em suas mãos o poder sobre as decisões políticas e, além disso, anunciam a sua intenção em permanecer, ainda por tempo indeterminado, na função de “ordenar a vida nacional” (VALLE, 2008, p. 37) antes de devolver o poder aos civis. No momento supracitado, os estudantes estavam inseridos em um dos setores mais tensos das relações civis com o governo, e passam a ser tratados no contexto da segurança, bem como seus problemas passaram a ser analisados como questão militar. Na realidade, no dia 02 de janeiro, o presidente Costa e Silva baixou um decreto para a criação de uma comissão especial para formulação de uma nova política governamental para os estudantes, a qual era chefiada pelo coronel Meira Matos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança.

No final de janeiro daquele ano, os estudantes que frequentavam o restaurante Calabouço (RJ) se manifestavam, por meio de uma pequena passeata, por melhorias nas condições de higiene e funcionamento do mesmo. No entanto, foram duramente reprimidos, a tiros, pela polícia no centro do Rio de Janeiro, questão que abordaremos a seguir. As lutas estudantis, naquele momento, são marcadas também pela mobilização dos excedentes que reivindicavam mais vagas nas universidades e pela oposição à política educacional do regime. Já no mês de março, o debate acerca das eleições de 1970 acirra o cenário político em meio à crise que o país atravessava em decorrência da concentração do poder nas mãos do Executivo e de sua crescente militarização. Por conseguinte, não apenas a oposição legal representada pelo MDB, mas também o próprio partido da situação, a ARENA, passam a manifestar cada vez mais o seu descontentamento com sua constante exclusão das decisões políticas (MACIEL, 2004; VALLE, 2008).

1.3 Do luto à luta: a morte de Edson Luís e a radicalização do movimento estudantil

O final da década de 1960 foi marcado por diversos acontecimentos importantes que trouxeram à tona o descontentamento dos jovens em relação ao modelo convencional adotado pela sociedade mundial da época. As manifestações de rua dos estudantes franceses em maio de 1968, o movimento pelo fim da Guerra do Vietnã, a primavera de Praga, as batalhas da

polícia contra os estudantes no México, no Japão e no Brasil, transformaram o ano de 1968 em um ano místico, um ano símbolo de toda a rebeldia mundo afora (CARMO, 2000). No entanto, Marcelo Ridenti nos alerta que, apesar de expressar eventos históricos importantes, certas datas não se fecham em limites cronológicos exatos. Dessa maneira, é necessário compreender todo o processo anterior.

Talvez seja mais pertinente tratar de épocas em que ganharam força inusitada certas maneiras de ver o mundo e de agir sobre ele, que não se aprisionam em datas precisas. Assim, tratar de 1968 significa tentar entender a época em que os acontecimentos desse se inserem e de que ele é símbolo, cujos limites cronológicos são relativamente móveis, *grosso modo*, do final dos anos 1950 a meados dos 1970 (RIDENTI, 2009, p. 81).

O ano de 1968, no Brasil, foi marcado pelo auge das lutas estudantis, e o estopim para a intensificação das mesmas foi a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março, no restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Edson Luís de Lima Souto é ferido durante o choque da polícia militar com os estudantes que reivindicavam contra o aumento do preço da refeição, sendo este considerado abusivo. Além disso, pediam melhorias no restaurante e a finalização de obras. Com a chegada dos policiais, de forma truculenta, os estudantes resolvem revidar utilizando as armas de que dispunham no momento, paus e pedras. Fazendo assim, alusão à combatividade dos frequentadores do Calabouço. Para Valle (2008, p. 41), a violência praticada pelos estudantes pode ser entendida como revide à invasão policial. Em seu livro, Martins Filho descreve a morte de Edson Luís de Lima Souto:

O tiro partiu da direita. Desta vez os soldados do pelotão de choque da Polícia Militar da Guanabara responderam com fogo às pedras e vaias dos secundaristas. Em frente ao restaurante estudantil do Calabouço, caiu morto o jovem Edson Luís de Lima Souto, aluno do curso de madureza, que viera de Belém do Pará para tentar uma faculdade no Rio de Janeiro. Segundo testemunhas o estudante tentou correr, mas seus joelhos se dobraram, no rosto um olhar mais de espanto que de dor. A bala veio da direita, da entrada da galeria que dava para a transversal da avenida General Justo, perto do centro da ex-capital do país. O rapaz foi atingido no peito. Os estudantes carregaram-no em passeata até o prédio da Assembleia Legislativa, onde entraram à força. No caminho, romperam a pedradas a Embaixada dos Estados Unidos, na Avenida Presidente Wilson. Até chegar o caixão, o corpo ficou exposto sobre uma mesa. Sem camisa, coberto até a cintura por uma bandeira, um cartaz improvisado pendendo para a frente permaneceu protegido por um grupo de militantes que impedia a aproximação de estranhos. O crime ocorreu ao final da tarde. Mais precisamente às 18h20 do dia 28 de

março. Corria o ano de 1968 (MARTINS FILHO, 1996 *apud* ARAUJO, 2007, p. 174).

A morte do estudante Edson Luís assinalou o início do processo de radicalização política, assim como de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes. Poucos dias após esse episódio, a polícia voltou a investir em ações repressivas violentas contra os estudantes que participavam da missa de sétimo dia pela morte do estudante, a qual ocorreu na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. O exército estava ocupando o centro da cidade e, na saída da missa da manhã, a cavalaria da polícia militar atropelou alguns estudantes. Já na missa ocorrida durante a tarde, foi feito um cordão de isolamento pelos padres, no intuito de proteger os estudantes que participavam da cerimônia. No entanto, nem esse ato coibiu nova investida da cavalaria. De acordo Valle (2008), esse período compreendido entre as manifestações estudantis de 1º de abril – alusivas aos quatro anos do golpe – e a missa de sétimo dia de falecimento de Edson Luís de Lima Souto foi marcado pela ameaça de decretação de estado de sítio, caso voltassem a ocorrer agitações.

Os estudantes apontam desde este momento a possibilidade de um novo golpe. A ação das Forças Armadas, levando seus tanques para a rua, a partir para cima da “população indefesa” que participa da missa na Candelária, torna claros, segundo os estudantes, os objetivos defendidos pelo aparato militar, ou seja, os interesses das classes dominantes, bem como o caráter ditatorial do governo (VALLE, 2008, p. 60).

Após a morte de Edson Luís de Lima Souto, fica evidente o percurso da violência no ano de 1968, e, como única opção, o movimento estudantil passou ao enfrentamento e foi para o embate direto contra a repressão utilizada pelo governo militar. A morte de um estudante secundarista, de origem humilde, recém-chegado ao Rio de Janeiro, que estava no restaurante Calabouço fazendo sua refeição – restaurante onde ele auxiliava na limpeza para ter condições de prosseguir seus estudos, não se inseria, entretanto, na figura de uma liderança “subversiva”, nem de comunista, ou de agitador. Esse fato levou setores sociais de diferentes estados à indignação (VALLE, 2008). Fábio Marçal escreve que,

As disputas e embates diretos, neste momento, eram algo que fortificavam o Movimento Estudantil, pois a cada ato de desobediência (mobilizar-se em torno dos seus ideais era ser desobediente), certificava-se de que era possível enfrentar o regime, principalmente se fosse extrapolado o limite da legalidade (aliás, boa parte das lideranças estudantis via na ilegalidade a única possibilidade de luta). Neste sentido, as mobilizações se sucedem,

bem como se sucede a brutalidade com que o governo às reprimia (MARÇAL, 2006, p. 83).

Mais tarde, o episódio, que marcou o início de inúmeras manifestações estudantis e populares acabou, culminando numa imensa manifestação contra a ditadura, que ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil”. Esta ocorreu no Rio de Janeiro e contou com a participação de inúmeros estudantes, bem como de artistas, intelectuais e da população em geral. Ao contrário dos episódios violentos ocorridos dias antes, a passeata foi pacífica e não encontrou repressão policial. Conforme Araujo (2007, p. 180), essa manifestação foi o ponto máximo da mobilização estudantil e, a partir desse momento, o movimento estudantil começou a perder o fôlego e o regime militar a recuperar, sua iniciativa política.

Em outubro de 1968, foi realizado, clandestinamente, na cidade de Ibiúna (SP), o XXX Congresso da UNE. O congresso foi articulado para eleger a nova diretoria da entidade, no entanto, tornou-se um triste marco na história do movimento estudantil brasileiro. De acordo com Tânia Gonçalves e Luiz Henrique Romagnoli (1979), alguns meses antes, os estudantes já haviam preparado o esquema de segurança, bem como a eleição do local para a realização do congresso. Assim, foram apresentadas três opções além do sítio em Ibiúna: outros dois sítios no interior de São Paulo ou a Praia Grande, no litoral paulista. A opção vencedora foi o sítio Muduru, em Ibiúna, que ficava distante 25 quilômetros do centro da cidade. Os estudantes chegaram até a localidade camuflada em jipes, peruas e camionetes.

Por medida de segurança, eles desciam alguns metros antes do sítio e completavam o percurso a pé, até uma casa onde era feita a triagem e só podia prosseguir quem possuísse uma senha distribuída pela comissão de segurança. Como os suplementos alimentícios deveriam ser comprados no centro da cidade, houve uma intensa movimentação de jovens na pequena cidade do interior de São Paulo, fato que chamou a atenção da população e, em consequência, a polícia foi acionada e o Congresso foi desmantelado, com um saldo de quase 800 presos.

Entretanto, Gonçalves e Romagnoli (1979) afirmam que o delegado geral do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), Ítalo Ferrinho, encaminhou à delegacia local, cerca de 10 dias antes da realização do congresso, um documento secreto instruindo a polícia da cidade que, ao perceber qualquer movimentação de “pessoas estranhas, movimentos

suspeitos ou jovens cabeludos e de calça Lee”, não tomasse qualquer iniciativa, pois a intenção era “pegar todos no Congresso” (GONÇALVES e ROMAGNOLI, 1979, p. 12). Para Maria Valle (2008), os estudantes acreditavam que a delação partiu de algum agente infiltrado no movimento, embora concordassem que houve muitas falhas no esquema de segurança. A repressão ao XXX Congresso da UNE marcou o início do refluxo do movimento estudantil; esse foi o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização (ARAUJO, 2007).

Para combater o alto grau de insubordinação política, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), o AI-5 marcou a fase final de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. Entre suas principais medidas, este Ato Institucional concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Legislativo em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal, bem como decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um período de 10 anos, além de extinguir o direito a *habeas corpus* para aqueles acusados de crimes contra a segurança nacional.

Durante esse período, assistimos ao recrudescimento da repressão policial contra os protestos públicos de repúdio ao regime. Em consequência disso, aqueles manifestantes, em grande parte estudantes, tidos como “subversivos”, foram cassados e muitos deles acabaram presos, torturados e, em casos extremos de uso da violência por parte do Estado, acabaram mortos. Para àqueles que conseguiram escapar a salvo da repressão, restava apenas a clandestinidade.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, “fechou-se a cortina, começaram os anos de chumbo” (FILHO REIS, 2004, p. 41). Durante a década de 1970, houve um esvaziamento do movimento estudantil devido ao recrudescimento da repressão policial. As universidades, lugares onde pulsava o espírito de luta, acabaram se tornando espaços de medo e desconfiança, já que policiais infiltrados (ou não) percorriam constantemente os espaços de convivência dos estudantes. Os próprios alunos delatavam os colegas, bem como professores “progressistas” acabaram sendo expurgados (tal política já havia sido posta em prática em 1964). Segundo afirmação de Bortot e

Guimaraens, “os corredores da USP eram assépticos, pareciam hospitais” (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 29). Muitos estudantes migraram para a luta armada, pois acreditavam que esta seria a única maneira possível de continuar a luta contra a ditadura. Para Ridenti, o movimento estudantil foi um dos principais expoentes de quadros para os grupos de esquerda, assim como para os grupos que aderiram à luta armada.

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906; 24,5% do total de 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (583; 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos de 1966 e 1968 (RIDENTI, 2010, p. 115).

Nesse período, o país vivia a ilusão do “milagre econômico”, sendo este o responsável pela aceleração do desempenho econômico do Brasil durante os anos de 1968 a 1973, já que o mesmo alcançou a taxa dos 11% ao ano. O plano econômico obteve grande sucesso e se beneficiou com a propaganda ufanista, o que convidava à alienação, sobretudo, dos pertencentes à classe média. Tal plano econômico foi desenvolvido pelos ministros Roberto Campos e Mario Henrique Simonssen, da Fazenda e da Economia, respectivamente, e foi desenvolvido para superar o período recessivo atravessado durante os três primeiros anos do governo militar. Para tanto, houve a expansão do crédito e o incentivo à exportação, fazendo com que a industrialização se desenvolvesse no país. No entanto, a classe média foi a real beneficiada pelo “milagre econômico”, já que houve o aumento considerável de sua renda, o que significou a possibilidade de ter acesso aos principais bens de consumo duráveis, tais como casa própria, carro do ano e aquisição de modernos eletrodomésticos. Enquanto isso, os trabalhadores sofriam com o arrocho salarial e com o crescimento da desigualdade social devido à concentração de renda por uma minoria.

Assim, no decorrer dos primeiros anos da década de 1970, a UNE perdeu significativamente a influência no meio estudantil, uma vez que se restringia apenas a alguns estudantes clandestinos. A nova realidade vivida pela entidade era pautada pelo medo, assim como pelo desconforto e por um distanciamento imposto pelas atuais circunstâncias. Contudo, ainda houve eleição para a sucessão da diretoria, que foi vencida pela chapa liderada por

Honestino Guimarães³⁸, estudante do curso de Geologia da UnB e militante da AP. Conforme Araujo (2007, p. 200), entre os anos de 1969 e 1973, o movimento estudantil viveu a sua fase mais crítica de refluxo. Dessa maneira, a ditadura acabou derrotando o movimento estudantil, que se reestruturaria novamente em meados de 1976.

Com a eleição de Ernesto Geisel, no ano de 1974, deu-se início à etapa preliminar de transição da ditadura à “nova República” (MACIEL, 2004, p. 85). Esse novo governo inaugurou um processo, segundo o próprio presidente, de “distensão política”, um projeto idealizado por Geisel e pelo Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e previa uma abertura “lenta, gradual e segura” que reconduzisse o país ao estado de direito. Para Maciel, a distensão foi determinada através da crise que se instalou no bloco do poder. A referida crise foi expressa pela ruptura entre as classes dominantes e as frações componentes do bloco no poder. Alves (1984) afirma que o projeto de distensão da sociedade seria calcado em estágios bem planejados, pois,

Haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição (ALVES, 1984, p. 186).

Nas eleições de 1974 e 1976, o MDB obteve expressiva votação, ainda que continuasse sendo minoria no Congresso. Porém, em 1977, já temendo um avanço da oposição emedebista nas próximas eleições, Geisel encaminhou ao Congresso Nacional uma série de medidas, por meio de oito decretos-leis e da Emenda Constitucional nº 8, em abril daquele ano, que tinham como principal objetivo garantir a maioria da ARENA no pleito eleitoral do ano seguinte. Caso tais medidas não fossem aprovadas, levariam o presidente a

³⁸ Honestino Monteiro Guimarães iniciou sua militância como presidente do Diretório Acadêmico da Geologia (UnB) e, durante uma de suas prisões, mesmo não sendo candidato, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Em 29 de agosto de 1968, o campus da UnB foi invadido pela polícia militar e Honestino Guimarães acabou sendo preso sob intensa violência, junto com muitos outros estudantes. Ao sair da prisão e com a edição do AI-5, foi obrigado a deixar a universidade quando cursava o último semestre e passou a viver na clandestinidade. Em 1968, Guimarães foi eleito presidente da UNE durante o XXX Congresso da UNE, ocorrido num sítio em Ibiúna (SP). Foi preso novamente em 10 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro, mas infelizmente acabou assassinado em consequência de tortura sofrida na prisão. O paradeiro de seu corpo jamais foi revelado. É considerado, até hoje, como desaparecido político no Brasil. Fonte: Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), 2ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 467.

fechar o mesmo por medida presidencial, ou seja, o presidente poderia impô-las. Esse fato ficou conhecido como “Pacote de Abril” e criou, entre outras coisas, a figura do Senador biônico, sendo este eleito indiretamente e constituindo 1/3 do Senado, garantindo, assim, a maioria arenista, além de modificar o critério de eleição indireta dos governadores, também com o intuito de garantir a vitória da ARENA na maioria dos Estados. Tal posicionamento demonstra as contradições do governo Geisel, pois, ao editar o decreto que fechou o Congresso Nacional por duas semanas, ficou evidente que o governo ainda tinha poderes suficientes para ditar as regras durante o processo de transição (ALVES, 1984; ARAUJO, 2007; DELLA VECHIA, 2010; GONÇALVES e ROMAGNOLI, 1979; MACIEL, 2004).

Neste ano de 1977, mesmo com a forte repressão policial, os estudantes voltaram às ruas, pois, nesse momento, o movimento estudantil voltou a encabeçar manifestações e, com isso, deu os primeiros passos em direção a sua reestruturação. Dessa maneira, o dia 19 de maio foi marcado pelo Dia Nacional de Lutas, indicando, assim, o reinício das mobilizações estudantis. No mês seguinte, foi realizado, em Belo Horizonte, o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), o qual tinha como principal pauta a reestruturação da UNE. A realização do encontro não foi tarefa fácil, pois todos os acessos a Belo Horizonte foram bloqueados pela polícia e os ônibus que estavam chegando à cidade foram parados e revistados. Policiais entravam nos ônibus munidos de uma lista com os nomes das principais lideranças estudantis e foram à caça desses que se dirigiam ao encontro, que estava marcado para acontecer na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As ruas da cidade se transformaram em cenário de guerra civil. Os policiais prendiam todos os jovens que apresentavam a carteira estudantil. A Faculdade de Medicina foi cercada pela polícia e muitos militantes ficaram presos lá dentro. Conforme Gonçalves e Romagnoli,

Surgindo de todos os lados e, como sempre, comandados pessoalmente pelo secretário da Segurança, os policiais – particularmente exaltados – sequer deram tempo para uma tentativa de dissolução pacífica da manifestação. Com bombas e cassetetes, chutes, agrediram os manifestantes chegando mesmo a invadir as salas onde as aulas transcorriam normalmente e as dependências ocupadas por funcionários administrativos. Sem exceção, estudantes, professores e funcionários, num total de cerca de 3 mil, foram levados para o pátio de um estacionamento vizinho para uma triagem, cerca de 900 pessoas foram levadas em ônibus e viaturas policiais para o DOPS e para o Batalhão Tobias de Aguiar. Apesar da promessa de enquadrar 854 estudantes na LSN, feita pelo coronel Erasmo Dias

num momento de exaltação, no dia seguinte decidia-se que apenas 41 universitários seriam processados. Além da depredação do prédio, os estudantes se queixavam do desaparecimento de livros, revistas, documentos, papéis timbrados, mimeógrafo e até dinheiro dos Centros Acadêmicos, segundo matéria da *Folha de S. Paulo* de 29/9/77. De outro lado, dezenas de feridos, entre eles cinco estudantes atingidas diretamente pelas bombas, e que sofreram queimaduras de até 3º grau (GONÇALVES e ROMAGNOLI, 1979, p. 32).

Isolados no interior da faculdade, e com o campus já cercado, os estudantes deliberaram sobre a estratégia para burlar a repressão e decidiram divulgar a informação de que o encontro tinha sido cancelado. Ao mesmo tempo, as lideranças estaduais das universidades com maior representação no movimento estudantil tentaram se reunir para pensar em novas estratégias e poder realizá-lo. Entretanto, soldados do exército invadiram o campus fortemente armados e evacuaram o local. Os estudantes foram levados até um parque da cidade, onde foi feita a triagem, dividindo os estudantes mineiros do restante do grupo. Depois os estudantes foram separados por região e, por fim, pelo sexo. Outra vez a repressão acabou vencendo. Foi definida uma nova data para a realização do III ENE, que ocorreu em São Paulo, no mês de setembro e foi marcado pela violência praticada pela polícia de São Paulo (DELLA VECHIA, 2010; GONÇALVES, ROMAGNOLI, 1979).

Embora a realização do III ENE tivesse sido marcada por inúmeros percalços, sua realização foi fundamental para a reestruturação do movimento estudantil, visto que a principal deliberação foi a criação da Comissão Nacional Pró-UNE, a qual visava à reconstrução da entidade. Devido à repressão, a comissão não conseguiu apresentar-se ao restante dos estudantes presentes no III ENE e a única ação dirigida por ela, que alcançou seus objetivos, foi o Dia Nacional de Protesto em Memória de Edson Luis de Lima Souto, Alexandre Vannuchi e demais vítimas do regime militar, ocorrido no dia 20 de março de 1978. Esta foi a primeira manifestação planejada e organizada a nível nacional. Naquele ano, o movimento estudantil sofre com um novo refluxo e com a falta de perspectivas claras de atuação, segundo afirma Vechia (2010, p. 176). Paralelamente, temos a ascensão do movimento operário e popular, que vai assumindo gradativamente a liderança das lutas sociais no Brasil, papel até esse momento desempenhado pelos estudantes.

O ano de 1979 foi marcado pela reconstrução da UNE. Tal fato ocorreu em Salvador (BA) durante o XXXIº Congresso Nacional dos Estudantes. Mesmo que o governo considerasse ilegal a realização do congresso, este não

foi proibido de acontecer. O congresso transcorreu sem maiores problemas, com exceção da tentativa de sabotagem quando as luzes do centro de convenções se apagaram e pequenos pacotes contendo uma mistura de talco com lã de vidro caíram. Segundo uma reportagem de Zero Hora,

As luzes se apagaram às 19h05min quando se discutia a aprovação do novo estatuto da UNE. E só reascenderam 10 min. depois. Neste intervalo de tempo, dois pequenos pacotes contendo pó branco que o serviço médico não identificou, foram jogados sobre a mesa diretora dos trabalhos e sobre uma das escadarias. Dezenas de universitários ficaram com os olhos ardendo, sendo atendidos no centro médico instalado no centro (Jornal Zero Hora, 13/05/1979, p. 14 *apud* DELLA VECHIA, 2010, p. 178).

No início da década de 1980, diante da crise conjuntural que o regime militar estava sofrendo, acabou por eliminar qualquer intenção do grupo governista de preservar sua unidade e conquistar legitimidade. Membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituísse o voto direto na escolha do sucessor do presidente João Batista Figueiredo. Em janeiro de 1983, essa movimentação tomou a forma de um projeto de lei elaborado pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e das grandes cidades do país, porém apenas em novembro daquele ano é que acontece um comício em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas.

Somente em janeiro de 1984 que a campanha foi oficialmente lançada na cidade de Curitiba. Até o dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, ocorrida em 25 de abril daquele ano, ocorreram vários comícios e manifestações favoráveis às eleições diretas em todo país. Apesar da grande repercussão os deputados federais da época não atenderam ao apelo da população. Com isso, por uma diferença de apenas 22 votos e um número bastante representativo de abstenções, o Congresso manteve o sistema indireto para as eleições de 1985.

1.4 A censura e a política de expurgos nas universidades federais do Rio Grande do Sul

A política de expurgos adotada durante o período da ditadura civil-militar se deu em dois momentos distintos. O primeiro deles, já no ano de 1964, tinha

como objetivo principal a “limpeza” dos opositores ao novo regime, e no ano de 1969, em decorrência do AI-5. Sendo assim, ainda hoje percebemos alguns resquícios das políticas implantadas, sobretudo no que tange à organização universitária, nesse período. De acordo com Leonardo Kantorski (2011, p. 44), com o advento do período ditatorial, a universidade brasileira sofreu alterações na sua fisionomia crítica.

Uma das primeiras intervenções estabelecidas pelo regime recém-implantado destinava-se ao combate à oposição na sociedade política e civil, a qual ficou conhecida como “Operação Limpeza”. A expressão traduzia a busca dos militares por eliminar e/ ou controlar toda e qualquer ação que julgassem ser “subversiva”. A “operação limpeza” não se restringiu a expurgos e cassações sumárias de representantes políticos e funcionários públicos. Imediatamente após o golpe, uma pressão no meio militar cresceu, promovida por setores alinhados ideologicamente com a “linha dura”, em favor de uma repressão intensa e direta sobre a sociedade civil, visando especialmente aos líderes. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), assinado em 9 de abril de 1964, foi a primeira iniciativa dos golpistas no sentido de consolidar a ditadura civil-militar e a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. E, já no dia seguinte a sua promulgação, foram cassados, por dez anos, os direitos políticos de 100 civis e militares brasileiros. Como vimos na introdução do trabalho, na cidade de Pelotas foram detidas dezenove pessoas em maio de 1964, e três outras foram detidas, ouvidas e liberadas. Dentre os presos, constavam nomes da administração municipal, bem como professores, pesquisadores, militares, sindicalistas, políticos do PTB e do PR, dentre outros.

O início do processo de expurgos, sobretudo de docentes, deu-se em razão dos militares acreditarem que as universidades eram os berços de ideias revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Dessa maneira, “os intelectuais opositores, acompanhando a tendência de expansão da oferta no ensino superior público e da reforma universitário de 1968” (KANTORSKI, 2011, p. 45), acabaram se tornando inimigos do Estado, na medida em que os militares apresentaram sua proposta para as entidades de ensino superior.

Nesse sentido, as propostas do regime no pós-1964 para as universidades demonstram a influência que o governo norte-americano exercia sobre o regime militar brasileiro. Como aponta Motta (2014), há muito tempo

que a educação brasileira é privilegiada com a presença de estrangeiros, especialmente no ensino superior, e essa intervenção é vista de forma desejável e positiva pelo autor, pois, para ele, “o conhecimento não deve ter fronteiras, e, nesse campo, quanto mais mobilidade, melhor” (MOTTA, 2014, p. 111). Não obstante, o problema maior não era somente a interferência norte-americana na educação do Brasil, mas o fato que gerou controvérsias foi a presença da USAID nesta, porque isso implicava o envolvimento oficial do governo dos Estados Unidos na nossa educação. Ainda de acordo com Motta (2014, p. 112), um dos interesses dos Estados Unidos ao interferir no sistema educacional brasileiro está diretamente ligado à pretensão de barrar o processo de “comunização” do continente latino-americano, após Fidel Castro e seus companheiros terem obtido êxito com a Revolução Cubana, em 1959³⁹.

As reformas implantadas no setor universitário pelo governo foram parcialmente inspiradas em ideias apresentadas no contexto pré-1964, pois algumas delas foram defendidas por intelectuais e políticos que estavam ligados a João Goulart. As reformas implantadas pelos militares possuíam traços distintos, já que combinavam o viés modernizador à propósitos autoritários e conservadores: “o setor moderno da coalizão golpista desejava algumas reformas, mas sob a condição de despolitizar os debates e reprimir qualquer tentativa de arregimentação social” (MOTTA, 2008, p. 31). Em relação às universidades, a modernização conservadora significou, no âmago modernizante, a racionalização dos recursos, o reforço da iniciativa privada, assim como organização da carreira docente, a criação de departamentos em troca do sistema de cátedras, maior incentivo à pesquisa e à pós-graduação, dentre outras modificações. Algumas dessas medidas foram defendidas já no início dos anos 1960, como evidenciamos ao abordar a reforma universitária no governo João Goulart no início desse capítulo.

³⁹A Revolução Cubana foi um movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro. Iniciado em 1956, tomou o poder em Cuba em janeiro de 1959, com a queda do governo ditatorial do general Fulgêncio Batista e a nomeação de Castro como primeiro-ministro. Cuba iniciou um processo de aproximação econômica e política com a União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS) – o vice-presidente soviético Anastas Mikoyan visitou Havana no início de 1960 e assinou uma série de acordos de comércio e ajuda econômica entre os dois países – que se constituiu num desafio gravíssimo à manutenção da América Latina como zona de influência dos EUA. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/RevolucaoCubana>, acesso em 20/07/2017; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Na esfera conservadora, a política desempenhada pelo regime militar para as universidades brasileiras acarretou no combate e censura às ideias de esquerda, assim como tudo o que era considerado perigoso e “subversivo”, além, é claro, da repressão e afastamento dos meios acadêmicos os seus defensores, o controle e a dominação do movimento estudantil. Ainda nesse sentido, foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), para vigiar a comunidade universitária, e estavam subordinadas aos ministérios civis. Com a criação desses instrumentos repressivos no seio das instituições, as denúncias de professores considerados progressistas às comissões de investigação tornaram-se práticas corriqueiras e passaram a ser um adicional na instrumentação política interna do ensino superior. Para tanto, com o recrudescimento da ditadura, a partir de 1968, o governo criou, em janeiro de 1971, as AESI após, a aprovação do Plano Setorial de Informações, pelo Ministério da Educação e Cultura, onde, ficava recomendada a nomeação do chefe responsável. Assim, entre 1971 e 1972 as universidades públicas criaram as suas AESI, proporcionando com este sistema de informações o maior controle do regime militar dentro dos *campi* universitários (MOTTA, 2008).

As Assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos Reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da Universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as Reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação. Segundo o documento, era papel da AESI: a) produzir informações necessárias às decisões dos Reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. A preocupação efetiva do regime militar era com os itens b e c, ou seja, importava menos o assessoramento aos Reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão. (MOTTA, 2008, p. 36).

As principais atuações das AESI universitárias relacionavam-se a filtrar as contratações de pessoal, impedindo, dessa forma, a entrada de docentes considerados de esquerda. Realizando o controle de manifestações e ações políticas desenvolvidas pelas lideranças estudantis, que iam desde passeatas a shows e solenidades de formatura; a aplicação de punições mais severas, como a assinatura do Decreto nº 477, editado em fevereiro de 1969 e que permitia, através de processo sumário, a expulsão de estudantes e a demissão de funcionários das universidades acusados de atos subversivos.

Já no âmbito universitário estadual, iniciamos a análise dos expurgos expondo o caso da UFRGS. Jaime Mansan (2009, p. 191), em sua pesquisa realizada sobre a entidade supracitada, aponta que, ao longo da fase inicial da ditadura civil-militar, havia certa cobrança para que os encarregados das universidades colaborassem com o controle político-ideológico, além do controle da repressão aos setores universitários que adotavam uma conduta de oposição ao governo. Desta maneira, os órgãos do aparato repressivo forneciam informações aos tais encarregados. Ainda sobre a referida universidade, Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 56) afirma que na primeira “onda” de expurgos, a UFRGS teve dezoito professores expurgados sumariamente, sendo afastados da universidade em fins de 1964. Dezesesseis desses professores expurgados lecionavam em Porto Alegre e dois deles, em Pelotas. Além desses dezoito punidos, ainda houve a cassação de direitos políticos de mais quatro professores, dentre eles o deputado Temperini Pereira. A maioria dos punidos possuía vinculação ideológica com algum grupo da esquerda, fosse com o PCB, o PTB ou a AP.

O expurgo de professores e estudantes na UFRGS em 1964 (e, posteriormente, em 1969) foi programado e executado tal como o foi as ‘punições’ que atingiram cidadãos civis e militares em outras instituições nacionais. Os atos de repressão política e cultural que tantos viveram diretamente, e que, num certo sentido, e sob formas diferentes, a todos atingiu – professores, pesquisadores, funcionários e estudantes –, fazem parte do processo político mais geral desencadeado pelo Poder que se instalou no país em 1964 (ADUFRGS, 1979 *apud* KANTORSKI, 2011, p. 53).

Como aponta Kantorski, na UFRGS, desde 1964, essas ações foram alternadas ou conjuntamente implementadas por interventores, assim como pelo Reitor, pelo Conselho Universitário e por alguns diretores de unidade de ensino. Em determinados casos, isso ocorreu por afinidades político-ideológicas com o regime militar, já em outros, por coações diversas. A referida instituição vivenciou todos os efeitos do controle ditatorial, e, em grande parte, os expurgos aconteceram em consequência da perspectiva ideológica (KANTORSKI, 2011, p. 53).

Quando ocorre a criação UFPel, em 1969, esta já se encontrava sob domínio dos militares, sendo mais fácil, de certa maneira, a implantação de políticas repressivas⁴⁰. O campus da entidade, onde está localizada a Escola

⁴⁰Na introdução desse trabalho versamos sobre a criação da Universidade Federal de Pelotas, por tal motivo não a abordaremos neste momento.

de Agronomia e, na época, abrigava o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), foi invadido por militares para efetuar prisões de professores ligados ao PCB e ao PTB. Além disso, foram realizadas revistas nas casas de moradores do bairro de Capão do Leão, na época, ainda fazia parte do município de Pelotas, não somente na busca por material “subversivo”, mas também para repressão ao PTB, desarticulação do Grupo dos 11⁴¹ e procura por Brizola. Segundo Marília da Silveira (2010, p. 24), a busca por Brizola teve grande repercussão na cidade, pois sua fuga estava diretamente ligada ao fazendeiro pelotense Moacyr Souza, amigo íntimo do ex-governador, além do fato de Pelotas estar na rota de fuga de muitos militantes que buscavam o exílio no Uruguai.

Retomando o assunto anterior, assim como na UFRGS, na UFPel foi constituída uma AESI, era responsável pelo controle interno dos docentes. Kantorski (KANTORSKI, 2011, p. 55) afirma que são poucos os documentos existentes deste órgão interno, mas, com a ajuda da História Oral, o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) dessa instituição realizou uma série de entrevistas com ex-docentes da universidade. Assim, é possível ter acesso a algumas fontes. Em entrevista à Eliana Fernandes, o professor da faculdade de Agronomia, Manuel Coelho, relata que:

Durante todo o processo que fui perseguido [...] respondi um inquérito administrativo, algo assim, não me lembro bem, como era na época, a nível interno de Universidade. [...] depois passei a responder processo, inquérito do IPM, famoso IPM que era um recurso militar (KANTORSKI, 2011, p. 55).

Referente ao período da invasão ao campus da UFPel, Coelho, ao elucidar questões acerca dos IPM⁴², descreve que:

Olha, alguns tiveram que responder. Sim alguns tiveram presos logo que se instalou a ditadura, professores da Universidade de Agronomia, na época alguns pesquisadores da EMBRAPA (antigo IPEAS), responderam sim, alguns foram afastados (Idem).

⁴¹Enquanto deputado federal pelo estado da Guanabara, nas vésperas do golpe civil-militar de 1964, Leonel de Moura Brizola, liderou a organização de um movimento recrutamento político intitulado os Comandos Nacionalistas, também conhecidos como os Grupos de Onze Companheiros. Um dos objetivos dessa organização era pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, sobretudo a reforma agrária. Para maiores conhecimentos acerca do Grupo dos 11, ver: BRANDALISE, Carla e HARRIS, Marluza Marques. Os comandos nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 174-193.

⁴²Os Inquéritos Policial Militar (IPM) já existiam antes do golpe e tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das instituições militares.

Ainda sobre os IPM, Carmen Duarte da Silva, uma das fundadoras da faculdade de Educação da UFPel, relata, em entrevista concedida à professora Beatriz Ana Loner, que inicialmente a universidade vivia um período político conturbado e “na Universidade, já em 1964, uma situação difícil com IPMs, com soldados que tomaram o campus, que entravam na biblioteca” (SILVA, 1992, informação verbal). Esse processo causou aos professores e a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente uma atmosfera de medo e terror:

A gente vivia um clima de terror muito grande. E até lembro que a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem... isso tinha deixado um trauma muito grande (Idem).

De acordo com Carmem Silva, o clima pesado amenizou nos anos que se seguiram, “mas aí em 1968, 1969, a coisa começou a ficar difícil de novo e, então, voltou aquele clima muito forte de ameaças, de terrorismo, de denúncias” (Ibidem). Percebe-se, com essa afirmativa da professora, que a lógica de nível nacional da “operação limpeza”, a qual pode ser sentida em dois momentos distintos, logo em 1964 e depois 1969, ocorreu na UFPel.

Concomitante à criação da UFPel, deu-se a partida para a criação da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e esta absorveu os cursos que já vinham sendo oferecidos na cidade em faculdades isoladas, tais como, Engenharia Mecânica e Química, Matemática, Oceanologia (criado em 1970), Ciências Biológicas, Medicina (criado em 1971), Ciências Econômicas, Administração, Direito, Filosofia, Estudos Sociais, Pedagogia e Letras. E assim como a UFPel, a FURG já “nasce” sob vigência da ditadura, uma vez que as práticas coercitivas contra professores, alunos e funcionários existiram desde o início de suas atividades. No período compreendido entre novembro de 1972 e agosto de 1979, ocorreram 29 demissões (KANTORSKI, 2011, p. 67-75).

Em documento enviado ao Presidente da Comissão Nacional de Anistia do Ministério da Educação, Ronaldo Poletti, os docentes expurgados da FURG descrevem conjuntamente as práticas autoritárias ocorridas na entidade,

Inúmeros foram os desmandos, coações, ameaças e perseguições por parte do então Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), culminando com a sequente evasão de mais de 30 docentes no período acima referido, prejudicando o Ensino e a Pesquisa. Que a maioria das demissões, dispensas, ou pedidos de demissão, caracterizam-se ou tinham como reflexo, a PERSEGUIÇÃO POLÍTICA efetuada pelos membros da Reitoria. Que estes docentes,

perseguidos que foram, até o reduto de seus departamentos, eram constrangidos ou compelidos; primeiramente, a pedir demissão de seus cargos ou funções, e/ou, aqueles que ainda tentavam resistir às graves ameaças ou delações, secundariamente, eram demitidos de maneira sumária (Comissão Nacional de Anistia, 1986 *apud* KANTORSKI, 2011, p. 84).

Ainda sobre as demissões arbitrárias, Kantorski apresenta o caso de um professor que, em fevereiro de 1977, recebeu por meio de um memorando, (nº145/77), a convocação “com máxima urgência” do Sub-reitor para Assuntos Administrativos, Alberto Meirelles Leite, “para tratar de assuntos de seu interesse”. Na realidade, no momento dessa chamada, o docente foi demitido sem justa causa (FURG, 15 fev. 1977 *apud* KANTORSKI, 2011, p. 84).

Ao vermos alguns dados acerca da política de expurgos na FURG, notamos que este processo ocorreu tardiamente, iniciando-se já nos anos 1970, diferentemente das outras duas instituições abordadas aqui. Isso se deve ao fato de que a universidade foi fundada ao final de 1969, sendo esse momento considerado o segundo, mas talvez o mais duro, período da “operação limpeza”.

No capítulo seguinte desse trabalho, iremos abordar especificamente a importância da atuação do movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas. Para tanto, utilizamo-nos de material produzido pela Federação Acadêmica de Pelotas, a qual congregava os universitários dessa cidade e foi fundada em 1930, sendo extinta em meados do ano de 1973, quando da criação do DCE da Universidade Federal de Pelotas. Ademais, para maior entendimento acerca das ações empreendidas pelo movimento supracitado, debruçamo-nos sobre a análise de algumas matérias jornalísticas que nos trazem informações sobre a organização de manifestações, passeatas, greves, etc., pelos estudantes pelotenses no intuito de protestar em favor de melhorias no ensino público, assim como contra a ditadura civil-militar.

CAPÍTULO II

PARA UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM PELOTAS

No presente capítulo, versaremos sobre a história do movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas e, como marco inicial, elegemos o ano de criação da Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), sendo esta criada em 1940. Essa entidade surgiu com o intuito de aglutinar o estudantado universitário da cidade em questão, bem como dar todo o suporte necessário para a manutenção desses estudantes.

2.1 A Federação Acadêmica de Pelotas

Anteriormente a criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), as unidades acadêmicas, na cidade, estavam ligadas à atual UFRGS, quando em 8 de agosto de 1969, foi assinado o decreto-lei nº 750 que permitiu então a criação daquela instituição de ensino. No entanto, a fundação da universidade advém de várias mudanças e reestruturações dessas unidades acadêmicas. Como já mencionado na introdução desse trabalho, Pelotas foi sede da primeira instituição de ensino superior do Estado, a “Escola de Agronomia Eliseu Maciel”, sendo esta fundada em 1883 e oferecendo ao modelo de faculdade isolada. Foram criados no ano de 1911, respectivamente, os cursos de Odontologia e Farmácia; o curso de Direito foi criado em 1912.

A respeito da origem das faculdades de Odontologia e Direito, que foram criadas entre os anos de 1911 e 1912, como citado acima, ambas eram integradas ao antigo Ginásio Pelotense, conhecido atualmente como Colégio Municipal Pelotense. Segundo Giane Lange do Amaral (2005), o então Ginásio Pelotense foi fundado em 1902 por um grupo que pertencia à maçonaria, e tinha por intuito oferecer a Pelotas uma alternativa de ensino laico e de alta qualidade, porém, era destinado somente às camadas mais abastadas da sociedade. Os referidos cursos de nível superior do Ginásio Pelotense foram constituídos a partir da implantação da Lei Orgânica de 1911, a qual permitia a estabelecimentos criar cursos de ensino superior. Através dessa lei, passou também a ser instituído o exame de admissão ao ensino superior,

independente de certificados ou atestados de estudos secundários. Ou seja, o aluno aprovado nesse exame de admissão, independente do seu grau de escolaridade, estava apto a ingressar no ensino superior.

Ainda de acordo com Amaral, foi em consequência da autonomia permitida pela lei supracitada que o Ginásio Pelotense fundou três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Agrimensura e a Faculdade de Direito. A autora afirma que o objetivo da criação dos referidos cursos estava atrelado à dinâmica social de Pelotas naqueles anos:

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local (AMARAL, 2005, p. 6-7).

Em decorrência da Revolução de 1930⁴³, percebemos uma mudança no panorama educacional brasileiro, uma vez que as faculdades tiveram que adequar-se às novas leis do ensino superior, as quais exigiam o cumprimento de uma série de normas, dentre elas a determinação da obrigatoriedade da Inspeção Federal nº 972 para o devido funcionamento das mesmas. Neste sentido, a Faculdade de Odontologia, após separar-se do Ginásio Pelotense, passou a lutar por uma sede própria e entrou em uma fase de adaptação às novas leis do ensino superior até o alcance da Inspeção Federal Permanente no ano de 1941, de acordo com o decreto nº. 802.

Já para a Faculdade de Direito da UFPel, a Inspeção Federal Permanente foi concedida no ano de 1936. De 1936 até 1949, a Faculdade de Direito conservou-se como instituição isolada, mantendo-se com recursos próprios, doações financeiras de políticos e de membros da comunidade em

⁴³A revolução de 1930 foi o movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/acervo>, acesso em: 21/07/2017.

geral, até que, em 1949, a Faculdade foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), federalizando-se no ano seguinte. De acordo com Marília Pohndorf (2013), além do grupo da maçonaria, responsável pela fundação do Ginásio Pelotense, a educação na cidade foi disputada por outro grupo que também detinha considerável espaço político e ideológico, a Igreja Católica. A cargo da Igreja ficava a manutenção do Colégio Gonzaga, sendo este o primeiro reduto do ensino superior católico na cidade, dando origem, mais tarde, à Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Essa pequena introdução acerca do surgimento do ensino superior na cidade de Pelotas nos serve de pano de fundo para compreender o desenvolvimento do movimento estudantil naquela cidade. Dessa maneira, aprofundaremos nossa discussão no advento de criação da Federação Acadêmica de Pelotas (FAP.), que ocorreu em 11 de maio de 1940, estando sua sede própria localizada na Rua Gonçalves Chaves, nº 713.

A FAP foi criada com o intuito de aglutinar os alunos das faculdades existentes, as quais mais tarde deram origem à UFPel e à UCPel; além disso, a instituição ainda era responsável pela coordenação de uma casa do estudante, sendo esta controlada pelos próprios estudantes. Assim, cabia ao presidente da FAP indicar o administrador da casa, sendo essa medida deliberada através de assembleias gerais da entidade, realizadas com a reunião de um representante de DA por curso e posteriormente por um representante do DCE, no caso da UCPel (VECHIA, 2011).

Para melhor compreensão do funcionamento dessa entidade, foi necessário recorrer ao material existente sobre a mesma no acervo que atualmente encontra-se sob tutela do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas. No entanto, entre as muitas gestões que coordenaram a FAP, assim como o DCE da UFPel, não há informações completas sobre todas aquelas no acervo, e muitas delas não possuem continuidade, gerando assim períodos de muitas lacunas na história dessas respectivas gestões. Segundo Bruna Sirtori (2003, p. 22), “[...] um dos maiores problemas em trabalhar-se com instituições estudantis é o fato de que a documentação quase nunca se encontra organizada, quando ela existe”. Ademais, no material consultado não foi encontrada nenhuma ata de reunião ou qualquer outro documento que elucidasse alguns pontos, como, por exemplo, o momento de criação da entidade, a qual se deu três anos após a

fundação da UNE. Por tal motivo, e por se tratar de uma entidade local, razão pela qual carecemos de fontes sobre a mesma⁴⁴, nossa compreensão acerca dessa articulação estudantil na cidade de Pelotas se tornou um pouco limitada. Grande parte do material existente constitui-se por livros-caixa, nos quais encontramos toda a história financeira da entidade.

Num primeiro momento, ao fazer a análise de alguns exemplares do jornal de circulação local, *Diário Popular*, deparamo-nos com algumas poucas matérias publicadas pelo mesmo no ano de 1964, durante os meses que antecederam o golpe civil-militar de 31 de março. O referido jornal traz informações sobre a entidade, tais como a eleição de nova diretoria, bem como atividades oferecidas à população, como a promoção do curso sobre o método Paulo Freire de alfabetização⁴⁵, método esse que sofre drástica mudança após o golpe, pois, além de perderem o apoio do governo, os educadores aplicadores de tal método passaram a ser perseguidos pelas forças repressivas.

Alfabetização em massa: FAP prepara curso em nossa cidade

Na noite de ontem o presidente da Federação Acadêmica de Pelotas e seus assessores para a Cultura Popular mantiveram um contato com os responsáveis em Pelotas pela aplicação do método Paulo Freire de alfabetização. Como já foi noticiado, a Federação Acadêmica de Pelotas em conjunto com a União Estadual de Estudantes, para os que estiverem interessados em se candidatar a um trabalho de alfabetização segundo aquele método (*Diário Popular*, Pelotas, 28 de janeiro de 1964, p. 3).

Nos primeiros dias após o golpe, os estudantes pelotenses, tanto os de nível superior como secundário, deflagraram greve geral através de suas entidades representativas, apoiando a determinação das entidades de representação nacional e estadual. Estas estavam em sintonia com os órgãos máximos de representação estudantil e afirmavam, em nota divulgada no jornal

⁴⁴Encontramos algumas poucas informações sobre a FAP no trabalho de Marília da Rocha Hofstätter Pohndorf (2013) e de Renato da Silva Della Vechia (2011).

⁴⁵Paulo Freire formou-se em Direito, porém nunca exerceu a advocacia e acabou assumindo a direção do Departamento de Educação e Cultura do Sistema Social da Indústria (SESI), no Recife, fato que influenciou fortemente sua visão da educação e, particular, da alfabetização. Percebeu que os métodos utilizados pelos alfabetizadores manipulavam os educandos sem construir uma formação que os capacitasse a serem indivíduos autônomos. Para Freire, o caminho de uma sociedade “fechada” para uma “aberta” deveria acontecer por meio de ação crítica e dinâmica dos indivíduos que compunham esta sociedade e com ela fazem história. E o meio pelo qual esse processo poderia acontecer deveria ser a educação, realizada de forma consciente, corajosa e responsável. Para maiores informações, ver: KOZELSKI, Adriana Cristina. O método Paulo Freire de alfabetização: estratégia de representação social nos movimentos populares. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 438, 2011, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4375_2355.pdf, acesso em: 21/07/2017.

Diário Popular, que a greve duraria até a normalização do atual cenário político em que o país se encontrava.

A União Nacional dos Estudantes, após movimentada sessão em sua sede na Guanabara, decidiu deflagrar greve geral do estudantado brasileiro, até segunda ordem, enquanto perdurar a atual situação nacional. A UNE colocou-se ao lado do presidente da República e em defesa da Constituição, segundo as palavras de seu presidente, o estudante José Serra.

Logo após, a União Estadual dos Estudantes, do Rio Grande do Sul, em solidariedade à decisão da UNE, também decretou greve geral por tempo indeterminado.

FAP e UPES

Em Pelotas, a FAP decretou greve geral dos universitários. A “parede” dos estudantes pelotenses acompanhará as decisões dos órgãos superiores. Por sua vez, a UPES, que congrega os estudantes secundaristas da “Princesa do Sul”, em coordenação com a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, também entrou em greve geral. Como os universitários, os estudantes de grau médio só voltarão às aulas após superada a crise política militar que se desenvolve no país (*Diário Popular*, Pelotas, 02 de abril de 1964, p. 6).

O primeiro dia de maio daquele ano foi marcado por uma série de prisões na cidade de Pelotas, onde os acusados foram detidos para averiguação acerca de “atividades subversivas” e envolvimento com movimentos de caráter comunista. Dentre os detidos, destacamos a presença de muitos professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, além de vereadores do Partido Republicano (PR) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e alguns estudantes universitários.

Atividade subversiva: relação oficial dos presos em Pelotas

Até às 22 horas de ontem, 19 elementos encontravam-se detidos, sendo 14 no 9º RI e 5 na Delegacia de Polícia.

A reportagem do “Diário Popular” divulga em primeira mão, a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguações, acusados de atividades subversivas e ligações com movimentos de caráter comunista, por parte das autoridades.

LISTA

1 – Darel Berni Carré, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agro-pecuárias do Sul (IPEAS); 2 – Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de Fitopatologia da Escola de Agronomia “Eliseu Maciel”; 3 – Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano; 4 – Dr. Amaury Alfredo Gomes de Arruda, agrônomo do IPEAS; 5 – Ediberto da Costa Amaral, professor de Matemática da Escola de Agronomia “Eliseu Maciel”; 6 – Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido Republicano e que se achava no exercício do mandato; 7 – Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrático do SAMDU e vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro; 8 – Benjamin dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano; 9 – 2º tenente reformado Odilon Garcia, que, por motivos de saúde foi transferido do 9º RI para o hospital da Santa Casa, uma vez que se acha atacado de insidiosa moléstia.

Ontem à tarde, foram detidos mais quatro elementos todos êles estudantes universitários. Trata-se dos acadêmicos Saad Salin (Direito), Irio Schwantes, André Z. Pereira Filho e Ennio Freitas Unfer

(os três últimos cursando a Faculdade de Odontologia). Todos os elementos anteriormente citados (com exceção do 2º Tenente Reformado Odilon Garcia) encontram-se recolhidos ao quartel do 9º Regimento de Infantaria.

Por outro lado, na Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) portanto na delegacia de polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos. São êles: 1 – Jadir Bandeira, presidente da Associação dos Amigos do Bairro do Fragata (cuja prisão foi efetivada ontem); 2 – José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de “85”; 3 – Itatiaia Itagiba Telles; 4 – Enamar Xavier Alves; 5 – Altivo Lima. Os três últimos moradores no Capão do Leão e, naquela vila desenvolviam as suas atividades.

Convém ressaltar que o ex. vereador Edgar Curvello inicialmente esteve no 9º Regimento de Infantaria. Depois foi transferido para o navio “Canopus”, que se acha fundeado na entrada da Barra de Rio Grande. Há alguns dias, voltou para nossa cidade, continuando entregue às autoridades militares, detido no Regimento local (*Diário Popular*, Pelotas, 1º de maio de 1964, p. 14).

Outra matéria publicada pelo jornal supracitado, nesse mesmo período, faz referência à apreensão de material subversivo encontrado nas dependências da FAP e da UPES, que congregava os estudantes pelotenses de nível secundário. Segundo a nota, o material fora enviado da antiga União Soviética, China, Coréia do Norte e Cuba e destinava-se aos estudantes e operários, evidenciando a articulação estudantil pelotense com o movimento comunista mundial.

Muita propaganda comunista apreendida em nossa cidade

Comissão de Sindicância funcionando, a todo vapor, no QG da ID/3 Material subversivo encontrado, principalmente, em entidades estudantis provinham da China Comunista, Rússia, Cuba e Coréia do Norte.

Um farto material de caráter subversivo foi apreendido pelas autoridades militares encarregadas de levar adiante as diligências para apurar as ramificações do movimento comunista em toda área que se encontra sob a jurisdição da guarnição de Pelotas, a qual, além de abranger o nosso município, também compreende certas cidades circunvizinhas.

Material originário da URSS, Cuba, Coréia do Norte e China

Em companhia do tenente Santos Lima, a reportagem do D.P. esteve examinando o material encontrado nas diversas batidas efetivadas pelos elementos do Serviço de Sindicância do Exército. Assim, constatamos a existência de diversas revistas, principalmente remetidas de Pequim (China Comunista) e de Havana (capital do fidelismo). Tais revistas, em papel de ótima qualidade, dirigiam-se, especialmente, aos estudantes e meios operários, numa demonstração clara, segundo palavras dos oficiais da guarnição local, de que havia o desejo de arregimentar grandes contingentes nessas áreas para o movimento comunista mundial.

Também podemos folhear uma publicação, em cores enviada a uma determinada agremiação estudantil de nossa cidade pela embaixada da Coréia do Norte, em Havana, o que bem demonstra o perfeito sistema de informações bolchevistas.

As batidas militares foram intensas. Assim, em um mesmo dia, e em caráter simultâneo, foram vasculhadas as sedes da Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), União Pelotenses dos Estudantes Secundaristas (UPES), onde se encontravam diversas publicações editadas pela União Nacional dos Estudantes e Delegacia da

Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (F.E.U.R.G.S). Nessa ocasião, recolheu-se a maior parte do material que, atualmente, encontra-se depositado num dos salões principais do quartel general da Infantaria divisionária 3 (*Diário Popular*, Pelotas, 1º de maio de 1964, p. 14).

Logo após esse episódio, já contando com a nova diretoria, a FAP entrou numa enorme crise financeira e a mesma refletia diretamente na administração da Casa do Estudante de Pelotas, já que a FAP era também responsável pela manutenção da C.E.P.

Crise estudantil na FAP

Nova diretoria da Federação Acadêmica de Pelotas está enfrentando séria dificuldade administrativa no setor financeiro e que reflete, diretamente, sobre a Casa do Estudante de Pelotas. O presidente da C.E.P., acadêmico Veni Machado, viajou para Porto Alegre afim de conseguir verbas que possam amainar a atual crise (*Diário Popular*, Pelotas, 5 de maio de 1964, p. 9).

Mediante a crise financeira enfrentada pela Federação Acadêmica de Pelotas, agravada pelo episódio da apreensão de material dito subversivo, o comando do III Exército nomeou um interventor para a FAP, sendo este o capitão Ewaldo José Lobar Berchon Poeta, universitário que, naquele momento, cursava o quarto ano da faculdade de Filosofia.

Interventor Militar na F. Acadêmica de Pelotas

Pelo Comando do III Exército, termina de ser nomeado interventor para a Federação Acadêmica de Pelotas. Trata-se do capitão Ewaldo José Lobar Berchon Poeta, que também é universitário, pois cursa o Quarto Ano da Faculdade de Filosofia.

Sexta-feira última, às 20,30 horas, o Interventor Militar reuniu-se com o atual presidente da FAP, acadêmico Ruben Hubner, e seus assessores, além do presidente da Casa do Estudante. Na oportunidade, foram discutidos assuntos relativos ao funcionamento da instituição, que, consoante é do conhecimento geral, encontra-se a braços com seríssima crise financeira.

O presidente da FAP e os demais membros da diretoria, segundo colhemos, vão colocar os cargos que ocupam à disposição do Interventor.

UPES

Realizou-se ontem à tarde, como havíamos antecipado, a reunião da Diretoria da União Pelotense dos Estudantes Secundários, a fim de ser empossado o Interventor da Instituição, tte. Cordeiro (*Diário Popular*, Pelotas, 10 de maio de 1964, p. 14).

Como já mencionamos acima, devido à grave crise financeira enfrentada pela FAP, a Casa do Estudante estava correndo sérios riscos de ver fechar as suas portas em consequência da falta de verba para manutenção, situação essa que afetaria a vida de inúmeros universitários que usufruíam da estrutura oferecida pela C.E.P.

Casa do Estudante: será iniciado movimento para reerguimento financeiro

O interventor militar junto à Federação Acadêmica de Pelotas, capitão Ewaldo Poeta, juntamente com o universitário Veni Gustavo Machado, presidente do órgão, iniciará em breve campanha de amplitude destinada a angariar fundos para a Casa do Estudante.

A instituição, consoante antecipou o Diário Popular, atravessa séria crise financeira, existindo inclusive a possibilidade de vir a cerrar as portas, o que traria graves reflexos sobre a vida universitária local.

Tendo em vista o movimento, aquele oficial e o presidente da FAP já se avistaram com diversas autoridades, entre elas o dr. Flávio Gastaud, presidente do Instituto dos Economistas de Pelotas, dr. Hugo Poetch, presidente do Centro de Indústrias, dr. Rui Gomes da Silva e Moacyr de Oliveira, respectivamente, presidente e secretário da Associação Comercial, e dr. Cândido Lopes Netto, atualmente respondendo pela Prefeitura.

Foram tratados, nessas entrevistas, assuntos ligados à futura campanha de reerguimento financeiro da Casa do Estudante (*Diário Popular*, Pelotas, 15 de maio de 1964, p. 6).

Em agosto de 1964, após sofrer com a grave crise administrativa, as diretorias da Federação Acadêmica de Pelotas e da Casa do Estudante acabaram sendo destituídas de suas funções, sendo empossado para tal o delegado da União Estadual dos Estudantes, o universitário Gilberto Cauduro.

Destituídas diretorias da FAP e da Casa do Estudante

Segundo ofício recebido recentemente pelo capitão Ewaldo José Lebarberchon Poeta – ex. Interventor Federal na Federação Acadêmica de Pelotas – assinado pelo Interventor Federal na União Estadual de Estudantes, desde anteontem, à noite, a FAP está sem diretoria.

O ofício, lido durante a assembléia geral extraordinária realizada quinta-feira, às 20 horas, continha os seguintes pontos principais:

- 1) Destituição da diretoria da Federação Acadêmica de Pelotas e da Casa do Estudante;
- 2) Posse ao delegado da União Estadual dos Estudantes na FAP, acadêmico Gilberto Cauduro, imediatamente.

As disposições foram imediatamente executadas pelos membros da entidade congregadora dos estudantes de grau superior de Pelotas (*Diário Popular*, Pelotas, Pelotas, 8 de agosto de 1964, p. 8).

Ainda nesse período, mesmo com toda a mobilização dos estudantes objetivando a reestruturação da Casa do Estudante, a mesma acaba fechando as portas por falta de verbas. No entanto, por se tratar de um órgão importante para o desenvolvimento da vida universitária local, já que abrigava todos aqueles estudantes –homens⁴⁶ – que necessitavam deslocar-se de suas cidades de origem para estudar em Pelotas e não possuíam condições financeiras de pagar aluguel de uma casa ou de uma pensão estudantil, houve um último esforço para tentar reverter o quadro. Alguns universitários

⁴⁶No próximo capítulo abordaremos essa questão com mais afinco, visto que até determinado período a Casa do Estudante de Pelotas era destinada somente aos universitários do sexo masculino, sendo ainda proibida a entrada de mulheres na mesma.

pelotenses se dirigiram à capital do Estado para, em reunião, solicitar verbas especiais ao governo que possibilitassem o funcionamento da Casa do Estudante.

Tal medida surtiu efeito, já que foram destinadas verbas estaduais à Casa do Estudante de Pelotas e a mesma voltou a funcionar normalmente sob direção da FAP até meados de maio de 1973, quando foi criado o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Com a criação do DCE da UFPel, a FAP foi extinta e todos seus bens foram repassados para o recém criado DCE.

Ao analisarmos alguns exemplares do jornal *Diário Popular*, encontramos uma nota em que o mesmo traz informações sobre pichações, as quais estavam ocorrendo, na calada da noite, em Pelotas, mas não temos informações sobre a origem de tais pichadores. Tais pichações seriam de cunho “subversivo”, já que traziam “frases antirrevolucionárias” que falavam sobre a fome, a miséria, e já faziam menção a uma ditadura, como vemos na matéria abaixo.

Agitadores agem na calma da noite pichando paredes

A cidade amanheceu ontem com várias inscrições pintadas pelas paredes e muros de diferentes bairros. Foi a primeira manifestação dos agitadores após a revolução de março-abril. Na calma da noite, a agitação escreveu frases anti-revolucionárias pelos quatro cantos de Pelotas.

As frases falavam em fome, miséria, ditadura, repetindo velhos “slogans” subversivos que eram conhecidos mesmo antes da revolução. Deixaram, entretanto, antever uma coisa: há elementos agindo impunemente, no escuro, mas deixando bem claras suas intenções (*Diário Popular*, Pelotas, 6 de agosto de 1964, p. 10).

Desse modo, numa tentativa de conter as manifestações que estavam ocorrendo na cidade, o coronel Joaquim Carlos Müller Ribeiro, comandante da Guarnição Federal, divulgou uma nota nos principais meios de comunicação em que deixava clara a intenção de coibir qualquer articulação entre os opositores ao governo civil-militar, assim como restringir a visibilidade às manifestações que estavam ocorrendo na cidade. Além disso, havia ainda ordens que atingiram mais amplamente a população, tais como horário restrito para funcionamento de bares, cinemas, clubes, etc., além da proibição de trânsito, nas ruas, de grupos formados por mais de duas pessoas. Todo ato que contrariasse essas determinações seria “reprimido energicamente” e poderia levar o infrator à prisão.

Comando da Guarnição Federal

Aviso à população

Tendo em vista o pronto acatamento por parte da ordeira população pelotense, as decisões deste comando, dadas a público pelas emissoras e jornal local, nesta data resolve o comando do ID/3 adotar novas reuniões que são as que seguem:

1º - É permitido o funcionamento de locais de reuniões e diversões públicas, apenas até as 22:00 horas (cultos religiosos, cinemas, clubes, bares, cafés e restaurantes). Não se enquadram nos presentes itens os campos de futebol e corridas de cavalos, os quais não poderão funcionar;

2º - Não será permitido o trânsito pelas ruas de grupos de mais de duas pessoas, após as 22h;

3º - *Será reprimido energeticamente, qualquer ato que contrarie as prescrições acima, sendo os infratores presos, tomando destino a ser designado por este comando;* [grifo nosso]

4º - Este comando agradece mais uma vez a população local e concita-a manter-se, como até agora o tem feito, tranqüila e em perfeita ordem, o que sobremodo facilita as ações das autoridades.

Pelotas, RS, 10 de agosto de 1964.

Joaquim Carlos Müller Ribeiro

Coronel – cmt da Guarnição (*Diário Popular*, Pelotas, 10 de agosto de 1964, p. 10 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 27-28).

Para reprimir os “pichadores subversivos”, atuou, em Pelotas, a chamada *Corporação Pedro e Paulo*, contudo, esta corporação inicialmente era responsável por resolver apenas problemas de trânsito, mas teve seu contingente ampliado e seus objetivos modificados devido à demanda da repressão na cidade para controlar a propaganda antigovernamental.

Pichadores: Pedro e Paulo em campanha de repressão

Sexta-feira última, 119 homens da corporação “Pedro e Paulo”, auxiliados por 60 soldados do 3º Regimento de Polícia Rural Montada, realizaram ampla “batida” em toda cidade, visando, como objetivo principal, à repressão dos elementos que, de uns tempos para cá, passaram a escrever dísticas subversivas em muros e fachadas de prédios.

A ação militar circunscreveu-se, de forma particular às áreas da Avenida Bento Gonçalves e imediações da Catedral, onde a ação dos pichadores foi observada com maior intensidade.

O contingente da Brigada Militar atuou sob o comando do tte. Orestes e, segundo elementos obtidos pelo *Diário Popular*, novas incursões serão feitas contra os elementos subversivos.

TREINAMENTO

Atualmente, os “Pedro e Paulo” estão atuando em conjunto com os 40 novos elementos que, em breve, completarão seu curso de preparação para ingresso na “corporação de elite” do 3º RP/Mont.

Os futuros “PP” ocupam-se, principalmente, das questões de trânsito, pois em breve serão aproveitados nesse vital setor da vida municipal.

EFETIVO TOTAL

Ao verificar-se a inclusão das quatro novas dezenas de homens, a Corporação “Pedro e Paulo” contará com 119 elementos, especialmente treinados (*Diário Popular*, 18 de agosto de 1964, p. 8).

Ressaltamos que após a nomeação do interventor para atuar na Federação Acadêmica de Pelotas, o capitão Ewaldo José Lobar Berchon Poeta, não localizamos nenhum indício de mobilização estudantil na cidade

com o intuito de reivindicar, ou apoiar, a conjuntura política em que o Brasil se encontrava. Acreditamos que, com a presença de um capitão do exército (no caso da FAP) e de um tenente militar (na UPES), assim como a adoção de uma política repressiva por parte dos militares para com o meio estudantil, estas ações tolheram quaisquer intenções de articulação estudantil que fosse contrária ao governo de então. Dessa maneira, a liberdade de atuação do movimento estudantil (mais à esquerda) ficou cerceada, possibilitando o fortalecimento de um movimento estudantil de direita, o qual estava alinhado com as determinações políticas do governo.

2.2 Fundação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pelotas

Como já mencionamos num primeiro momento desse trabalho, antes da criação da UFPel, alguns cursos que funcionavam na cidade de Pelotas pertenciam à UFRGS, sendo então mais tarde incorporados à Universidade Federal de Pelotas, criada através do decreto-lei nº 750, em 8 de agosto de 1969, sendo este um dos períodos mais duros da ditadura civil-militar brasileira. Assim sendo, o contexto social e político em que se deu a criação dessa universidade não foi nada favorável para a concepção no que tange a autonomia de uma instituição de ensino superior.

Mais tarde, aos vinte dias do mês de maio de 1973, em reunião conjunta, os representantes dos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas e da Federação Acadêmica de Pelotas enviaram ofício ao então reitor, professor Delfim Mendes da Silveira, requerendo a oficialização do Diretório Central dos Estudantes daquela universidade. Segue abaixo a ata de fundação do DCE da UFPel.

Pelotas, 20 de maio de 1973

Os diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas e da Federação Acadêmica de Pelotas, vem mui respeitosamente requerer a Vossa Magnificência, a oficialização da fundação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pelotas, conforme reunião realizada no dia 19 (dezenove) do mês em curso, juntamente com o Prof. Alexandre Aluísio Valério da Cunha, no salão nobre da reitoria desta Universidade, onde se concluiu a necessidade da existência do DCE.

Considerando que:

1º) O DCE terá finalidade de:

a) defender os interesses dos estudantes nos limites de suas atribuições;

- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discentes, docente e administrativo desta Universidade;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material desta instituição de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter poli, digo, cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo visando a complementação e ao aprimoramento da formação acadêmica;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas;

2º) Conforme do artigo 2º do Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967, o Diretório Central dos Estudantes, é órgão de representação dos estudantes de estabelecimento de nível superior.

3º) É competência do DCE, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada departamento constitutivo da Universidade;
- c) exercer os direitos de representação previsto no artigo 73, parágrafo 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4º) De acordo com o artigo 126 do Estatuto da Universidade Federal de Pelotas, o corpo discente poderá se congrega em Diretório. Sendo as considerações apresentadas pelos Acadêmicos abaixo relacionados, subscrevemo-nos atenciosamente,
Sinaia Ferreira Ribeiro, Suzana Lanzetta, Maria Laura Canez, Maria da Graça C. Alcântara, Paulo Luis Marques, José Carlos Broetto, Luciano da Cunha Silveira, Fernando Abreu Garcia, Manfredo Germano Knapp, Everton Flores Coelho, Carlos Alberto Campos, Edemar Kütter, Domingos Sávio de Souza e Silva, Itamar Meurer.

No dia 4 de junho de 1973, o prof. Delfim Mendes Silveira, reitor da Universidade Federal de Pelotas, baixou a portaria de número 154/73 autorizando o DCE da referida universidade a funcionar como tal. Em seguida, o recém-criado DCE-UFPel teve escolhida a nova diretoria da entidade, sendo eleitos para tal os universitários Domingos Sávio de Souza e Silva (ex-dirigente da antiga FAP), Everton Flores Coelho e Paulo Luis Marques para os cargos de presidente, secretário de finanças e secretário geral, respectivamente. Uma das primeiras medidas colocadas em voga pela nova diretoria do DCE-UFPel foi a solicitação, ao reitor, de autorização para a associação obrigatória de todos os alunos matriculados aos Diretórios Acadêmicos e, conseqüentemente, ao DCE.

No entanto, a única ação prevista pelo decreto-lei nº 228 era a obrigatoriedade de voto por parte dos alunos matriculados nas eleições para os Diretórios Acadêmicos, sendo passível de medidas suspensórias àqueles que não cumprissem com tal medida. Além disso, em novembro de 1973, foi apresentada a nova chapa sucessória do DCE-UFPeI (gestão 1974-75⁴⁷), a qual contava com os nomes dos seguintes universitários: José Carlos Broetto, presidente; Adolfo Antônio Fetter Júnior, secretário geral; Volney Mellara, secretário de finanças e patrimônio. Não houve outra chapa inscrita nesse pleito, sendo eleita então na íntegra por maioria absoluta.

Na terceira gestão do DCE-UFPeI, Adolfo Antônio Fetter Júnior é eleito à presidência da entidade e, segundo Renato Della Vechia (2010, p. 253), em razão da influência política da família Fetter em Pelotas, sua gestão caracterizou-se por uma relação privilegiada com a reitoria. Chama-nos a atenção para uma reunião do Conselho de Representantes ocorrida no gabinete do reitor e presidida pelo mesmo, ficando clara a estreita relação entre os membros do DCE-UFPeI com o reitor Delfim Mendes da Silveira. Na pauta dessa reunião, vemos questões cotidianas, sendo essa composta por quatro pontos: recepção dos calouros, liberação dos trotes, gincana universitária e jogos dos calouros.

Outro fato que gostaríamos de destacar é a grande participação do DCE-UFPeI nas atividades desenvolvidas pelo DEE/RS. No mês de outubro de 1975, foi realizado em Pelotas o congresso da entidade. Além disso, a prefeitura da cidade ajudou a pagar um ônibus para que os estudantes participassem do Projeto Minuano I⁴⁸, bem como do 4º Fórum de Debate sobre a educação brasileira e rio-grandense, ocorrido no dia 24 de maio de 1975 em Santo Ângelo/RS. Para Vechia (2011, p. 253), “a importância de Pelotas para a DEE nesse período se confirma na medida em que Fetter, vice-presidente da entidade, é substituído no mesmo cargo por outro pelotense, Carlos Roberto Simm, para a gestão de 1975/76.”

Lembramos que o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) constituiu-se após a extinção da União Estadual de Estudantes (UEEs), assim como o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) surgiu após a dissolução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em consequência da assinatura da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida também como Lei Suplicy de

⁴⁷Não foram encontradas as atas de reuniões desta gestão.

⁴⁸Projeto artístico-cultural articulado pela DEE com verbas públicas.

Lacerda. Contudo, essas entidades criadas pelos militares acabaram sendo desfeitas pelo Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, perdurando apenas a DEE no Rio Grande do Sul. Tal fato explica-se pela existência de uma direita estudantil organizada, atuante e influente em nosso estado.

Nos anos seguintes, começam a ganhar expressão política dentro de alguns Diretórios Acadêmicos estudantes ligados com a esquerda estudantil. Neste sentido, uma das pautas da reunião do Conselho de Representantes da UFPel, realizada no dia 25 de setembro de 1978, era que ocorressem eleições diretas no pleito que escolheria a nova diretoria do DCE-UFPel no final daquele ano. Assim, foram postas em votação três propostas⁴⁹:

1. As eleições diretas seriam na forma de eleições prévias que se realizariam dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e setenta e oito, em todos os Diretórios Acadêmicos;
2. As eleições deveriam manter-se no sistema atual (eleições indiretas através do Conselho de Representantes);
3. Eleições diretas prévias na segunda quinzena de novembro.

A proposta vencedora foi a primeira e o Conselho de Representantes referendou o resultado nessa mesma reunião, legalizando-o, mesmo vigorando ainda o Decreto 477, que impedia eleições estudantis diretas. Assim, no dia 26 de outubro, concorreram ao pleito eleitoral três chapas: a Construção, a Caminhando (dissidência do PC do B – Ala vermelha; posteriormente formaram o PRC – Partido Revolucionário Comunista e, mais tarde, A Nova Esquerda dentro do PT)⁵⁰ e a Eclosão. Segundo documento do Sistema Nacional de Informações – Agência Porto Alegre⁵¹, somente a última chapa era de orientação favorável ao governo. Abaixo trazemos a transcrição desse documento,

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/RS, anualmente, em novembro, são realizadas as eleições

⁴⁹Fonte: Livro de atas do DCE-UFPel, p. 82; acervo NDH-UFPel, consulta em novembro de 2014.

⁵⁰Para maiores informações sobre as tendências estudantis ver: VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁵¹Estes documentos foram encontrados somente em março de 2014, no acervo da Biblioteca Nacional de Brasília e nos foram gentilmente enviados, em primeira mão, pelo jornalista Lúcio Vaz.

para a diretoria do Diretório Central de Estudantes (DCE), daquela Universidade.

Em OUT 78, porém, por iniciativa do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia, que tem como Presidente o estudante *Vorni Osvaldo Fleck*⁵², e mais os alunos Roberto Leite Garcia, Faculdade de Medicina, e Pedro Antônio de A. Mahfuz, da Faculdade de Veterinária, foi lançada uma campanha de propaganda para a realização de eleições prévias, diretas (contrárias ao decreto-lei 228/67). Em 26 OUT, foi realizado o pleito com a participação das seguintes chapas; Construção, Caminhando e Eclosão, sendo, esta última, a única de orientação favorável ao governo. Ficou convencionado entre as chapas participantes que a vitoriosa seria homologada pelo "Colégio Eleitoral", na eleição prevista pelo Regimento da Universidade (BRASIL, *Serviço Nacional de Informações*, nº 026/119, 14 de março de 1979).

A chapa Construção obteve a maioria dos votos na eleição prévia e, então, concorreria como chapa única na eleição indireta, porém, foram feitas denúncias alegando irregularidades em algumas urnas. Em reunião do Conselho, foram lançadas duas propostas para votação no intuito de resolver o impasse referente aos problemas ocorridos nessa eleição. A primeira proposta dizia respeito à reafirmação das decisões do conselho anterior, que definia que a chapa com maior número de votos na prévia concorreria como chapa única. Já a segunda proposta pedia a anulação das urnas com irregularidades. A proposta vencedora foi a primeira, obtendo 18 votos, e a segunda, apenas 8. Decidiu-se, então, levar as deliberações ao reitor.

Contudo, mesmo com as deliberações do Conselho de Representantes sendo favorável às eleições diretas prévias, o reitor, professor Ibsen Wetzel Stephan, baixou a portaria nº 527/78 considerando inelegíveis os candidatos da chapa Construção, justificando que os mesmos possuíam matérias em dependência e, além disso, Luiz Fernando Fleck não possuía frequência escolar. O reitor ainda propôs a elaboração de uma lista sêxtupla onde o mesmo escolheria um representante, ou que houvesse eleição indireta e inscrição de nova chapa.

Tal proposta foi negada pelo conselho, uma vez que este decidiu que ficariam valendo as decisões do conselho anterior. Entretanto, mesmo com a recusa dos estudantes, a proposta lançada pelo reitor nomearia um interventor para o DCE-UFPel, ficando este a cargo de José Antônio Voltam Adamoli. Essa crise eleitoral na universidade fez com que o presidente, o vice-presidente e o secretário do Conselho de Representantes do DCE-UFPel renunciassem aos

⁵²Aqui notamos um erro, pois o nome correto do estudante é Luiz Fernando Fleck.

seus respectivos cargos e criassem o DCE Livre da UFPel. Segundo relatório do SNI,

Após a "posse simbólica" da chapa "CONSTRUÇÃO", ocorrida em 29 Nov 78, e não reconhecida oficialmente, o movimento passou a ser encabeçado pelo estudante de medicina RICARDO CAMPOS NOGUEIRA, na condição de Presidente do DCE "LIVRE" da UFPel. Esta entidade, criada em decorrência do não reconhecimento oficial da chapa "CONSTRUÇÃO".

Para dirigir o DCE na gestão 78/79, ainda não possui sede, nem é do conhecimento da maioria dos universitários daquela Universidade. No entanto, seu Presidente vem ganhando amplo noticiário nos jornais de PORTO ALEGRE/RS, considerando-se o legítimo representante dos estudantes da UFPel. Sob o lema "O DCE somos nós, o DCE é a nossa voz", RICARDO CAMPOS NOGUEIRA vem divulgando uma série de atividades programadas para o ME/UFPel em Mar 79, visando conscientizar os "calouros" particularmente e todos os universitários sobre a atuação do "DCE-LIVRE", bem como das proposições dos representantes da entidade a serem levadas ao Congresso Nacional de Estudantes que será realizado em SALVADOR/BA, nos dias 29 e 30 Mai 79, visando à reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Até o momento, não está prevista a realização das eleições para o DCE/UFPel, permanecendo os integrantes da gestão 77/78, favoráveis ao Governo atual (*Serviço Nacional de Informações*, 14 de março de 1979).

No início de 1979, foi realizada reunião para eleição de presidente, vice-presidente e secretário geral para o Conselho de Representantes, vencendo o candidato ligado à direita, José Adamoli, por 17 votos a 5 contra Álvaro Hypólito, candidato mais à esquerda. Com a eleição de Adamoli, criou-se na prática dois DCEs na UFPel, o oficial e o paralelo, mas este não obteve êxito por falta de condições materiais para dar prosseguimento ao movimento.

Em maio de 1979, os Conselheiros de Representantes da UFPel aprovaram novo regimento eleitoral, que estabelecia eleições diretas para o DCE da universidade. Essa medida, segundo registrado em ata⁵³, foi posta em vigor poucos dias antes da extinção dos decretos-lei 477 e 228, que ocorreu em 23 de maio daquele ano. Nas primeiras eleições diretas para o DCE-UFPel, concorreram duas chapas, a primeira delas, Quem sabe faz a Hora (de esquerda), trazia os estudantes Elemar Wohjan, da Agronomia, para Presidente; Ivanir, da Veterinária, para vice-presidente; e Jouberto⁵⁴, da Medicina, para secretário geral. Já para a outra chapa, de direita, concorreu para a presidência o estudante Elói Tramontin, também do curso de Agronomia. A segunda chapa foi a vencedora.

⁵³Fonte: ata nº 06/79, p. 97 do livro de atas do DCE-UFPel. Acervo NDH-UFPel, consulta em novembro de 2014.

⁵⁴No material que nos foi cedido pelo professor dr. Renato Della Vecchia, esses estudantes estavam indicados apenas pelo primeiro nome.

Em entrevista a Vechia, Tramontin afirma que não tinha uma percepção clara das relações políticas que permeavam a chapa pela qual ele estava concorrendo para presidente do DCE-UFPel, porém, na medida em que foi percebendo os interesses políticos partidários, iniciou um processo de rompimento com alguns setores que o apoiaram. Assim, podemos considerá-la uma gestão de transição, uma vez que essa não estava ligada diretamente ao DEE/RS (VECHIA, 2011. p. 256).

Por fim, foi somente em 22 de outubro de 1979 que foi eleita (e empossada) uma chapa de esquerda para o DCE-UFPel. Interessante notar que esse mesmo processo ocorreu na UCPel, pois, nesse mesmo dia, uma chapa de esquerda também foi eleita para o DCE daquela instituição. Na UFPel, o eleito foi o estudante de Agronomia, Eduardo Safons Soares, representando a chapa Construção, obtendo esta 1.600 votos, contra 125 brancos e 68 nulos. Ocorreu eleição também para os DAs, sendo todas as chapas eleitas de esquerda. (DELLA VECHIA, 2011, p. 256). Segundo nota publicada no jornal Diário da Manhã,

Uma vez conhecidos todos os resultados, as chapas de oposição uniram-se e comemoraram a contundente vitória em todos os setores das duas universidades. O carnaval começou na Faculdade Católica, seguindo-se na faculdade de Direito e mais tarde na Odontologia. Durante a passeata, centenas de estudantes gritavam em coro: Ada, Ada, Ada, acabamos com a pelegada e fizeram o enterro simbólico dos estudantes de direita (*Diário da Manhã*, Pelotas, 23 de outubro de 1980, p. 9).

Essa nova gestão do DCE teve papel importante no auxílio à reorganização dos Diretórios Acadêmicos, bem como no plano cultural, uma vez que os DCEs das universidades pelotenses se organizaram e realizaram uma Calourada Unificada. Esta aconteceu até os primeiros dias de abril de 1981 e contou com palestras, apresentação do filme *Actas de Marusia*⁵⁵, mostra de quadros, fotografias e poesia (VECHIA, 2011, p. 257-258) .

A gestão 1982/83 foi eleita em 21 de outubro, sendo empossado o universitário Gerson da Silva Madruga, da Veterinária. O estudante era ligado à tendência estudantil Resistência, nacionalmente conhecida por “Caminhando”, sendo a primeira designação mais utilizada no Rio Grande do Sul. Esse processo eleitoral mobilizou 2041 estudantes, sendo 311 votos brancos e 18

⁵⁵O filme é uma produção mexicana de 1976, dirigido pelo chileno Miguel Littin, que trata do massacre de mineiros chilenos no início do século XX. Disponível em: <http://www.pco.org.br/cultura/o-massacre-de-mineiros-chilenos-retratados-com-muita-sensibilidade-em-aatas-de-marusiaa/ysz,s.html>, acesso: 10/01/2014.

culos. De acordo com Vechia (2011), as demais gestões do DCE-UFPel caracterizaram-se por estarem vinculados à Resistência e, desde a primeira eleição direta, em 1979, até 1985, todos os presidentes do DCE-UFPel eram acadêmicos do curso de Agronomia, com exceção de Gerson Madruga, da Veterinária.

Com a vitória dessas chapas de esquerda para os DCEs das universidades de Pelotas, percebemos um movimento estudantil mais ativo, encabeçando manifestações na cidade. Essas manifestações possuíam não só pautas específicas do movimento estudantil, tais como melhorias na universidade, luta contra os aumentos de taxa do Restaurante Universitário, mas também entraram na pauta estudantil questões voltadas ao meio ambiente. Esta iniciativa era defendida, sobretudo, no curso de Agronomia, reivindicando, assim, questões voltadas à agricultura, como em favor da agricultura familiar e contra o uso de sementes transgênicas. Além disso, ainda entraram na pauta do movimento causas ambientais mais amplas, como a devastação da Amazônia e a questão indígena (POHNDORF, 2013, p. 92).

2.3 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”⁵⁶ – os estudantes pelotenses na luta pelo fim da ditadura civil-militar

Ainda que a esquerda estudantil estivesse fora das entidades representativas, como fica claro no ponto anterior, a partir de 1977 alguns estudantes começaram a se organizar para apoiar o Dia Nacional de Lutas, marcado para o dia 19 de maio daquele ano, em repúdio ao Pacote de Abril. Os estudantes se concentraram em frente à Faculdade de Direito da UFPel, na praça Conselheiro Maciel e, segundo nota publicada no jornal *Diário Popular*, “parecia uma inequívoca manifestação de civismo. Poucas vezes, em tão limitado tempo, os Hinos Nacional e da Independência foram entoados, com ênfase às estrofes que se referem à liberdade” (*Diário Popular*, Pelotas, 20 de

⁵⁶A música *Pra não dizer que não falei de flores* foi escrita pelo cantor e compositor Geraldo Vandré em 1968 e foi vice-campeã do 2º Festival Internacional da Canção. Além disso, a canção foi considerada um hino contra a ditadura civil-militar brasileira por ser uma afronta direta ao governo e à tortura que muitos vinham sofrendo nos porões da repressão. Para maiores conhecimentos sobre a música, consultar: ARAÚJO, Joseane; JESUS, Laila; SANTANA, Adriana; SANTANA, Telma. O contexto e a interpretação *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré. *Revista Graduando*, Feira de Santana, nº 2, p. 1-11, jan./jun. 2011.

maio de 1977, p. 3). Essa manifestação, anunciada como pacífica segundo constava no panfleto de distribuição, acabou com a prisão de um estudante, uma vez que a mesma foi “desaconselhada pelo ministro da Educação e proibida pela secretaria de Segurança do Estado” (*ibidem*).

Para quem não soubesse de que se tratava, parecia uma inequívoca manifestação de civismo. Poucas vezes, em tão limitado tempo, os Hinos Nacional e da Independência foram entoados, com ênfase às estrofes que se referem à liberdade. Entre os universitários mais exaltados, ao redor de 20, e pacíficas e boquiabertas normalistas, cerca de 600 estudantes participaram ou assistiram, ontem pela manhã na praça da Faculdade de Direito de Pelotas, a manifestação alusiva ao chamado “Dia Nacional da Liberdade para o Estudante Preso”. Uma manifestação, anunciada como pacífica, segundo o panfleto de distribuição na quarta-feira, mas que acabou com a detenção de um estudante, já que desaconselhada pelo ministro da Educação e proibida pela secretaria de Segurança do Estado.

Às oito horas da manhã – momento marcado para o início da concentração estudantil – a Praça Ferreira Viana, do Direito, tinha o mesmo aspecto de um dia normal de aulas. Parecia que a manifestação marcada havia sido adiada. Mas, uma hora depois, a situação já era outra. Centenas de estudantes e dezenas de polícias vigiavam-se mutuamente. A manifestação começava, com os primeiros cânticos, sem intervenção policial (*Diário Popular*, Pelotas, 20 de maio de 1977, p. 6).

A polícia, sabendo da movimentação, cercou o local da manifestação. Os estudantes encontravam-se dispostos em círculo e, como já haviam sido alertados de que não seria permitido qualquer tipo de pronunciamento, um estudante fez uso de uma vareta e insinuou escrever a palavra “Liberdade”. Contudo, escreveu somente a letra “L”, sendo seguido pelos demais estudantes, que escreveram “LIBERD” na terra. Nesse momento, o estudante de Direito João Carlos Gastal Jr. levantou-se e falou que “liberdade não se pede, se conquista”. Tal ato foi suficiente para a sua prisão.

Porém, à primeira tentativa de discurso, o estudante de Direito João Carlos Gastal Júnior não conseguiu repetir a palavra liberdade pela segunda vez: foi detido pela Brigada Militar e conduzido num automóvel “Opala” para a Delegacia do Primeiro Distrito e, dali, para o Quartel da Brigada. Eram 9h30min. Foi o momento forte e mais delicado da concentração. Depois disso, os manifestantes ficaram mais preocupados em trazer Gastal Júnior de volta, do que qualquer outra coisa, embora continuassem cantando (*Diário Popular*, 20 de maio de 1977, p. 6).

A prisão do estudante João Carlos Gastal Jr. foi o momento mais delicado e tenso da manifestação, situação essa que gerou preocupação nos demais estudantes. O pai do estudante preso, o deputado estadual João Carlos Gastal, dirigiu-se à Praça da Faculdade de Direito com o objetivo de negociar a liberação do filho, que se deu cerca de uma hora depois do ocorrido.

O próprio pai do estudante detido, deputado emedebista João Carlos Gastal, às 10 horas, foi à Praça do Direito para tentar “negociar” a liberação do filho. O que veio a ocorrer às 11 horas, quando Gastal Júnior voltou ao local da concentração, tendo, então, iniciado a dispersão de todos, manifestantes, assistentes e curiosos, ainda sem intervenção da polícia, que em nenhum momento tentou impedir a concentração, limitando-se a aconselhar os estudantes a não pronunciarem discursos.

Durante todo o dia, houve aulas normalmente nas Universidades Federal e Católica de Pelotas, mas pela manhã, poucos foram os que ficaram nas salas de aula com os professores. Quem não estava participando ou assistindo, resolveu ser providente e preferiu ficar em casa (*Diário Popular*, Pelotas, 20 de maio de 1977, p. 6).



Figura 1 - Placa lançada em 2009 em homenagem ao Movimento Estudantil pelotense – Praça Conselheiro Maciel, Pelotas/RS. Fonte: arquivo pessoal.

As mobilizações estudantis na UFPel intensificaram-se, sobretudo, a partir do início de 1980. Nesse sentido, no dia 13 de março daquele ano, os alunos da UFPel organizaram uma paralisação, conjuntamente com protestos, em função do transporte público que fazia a linha Centro-Campus Capão do Leão. Os estudantes pediam melhorias nos ônibus que faziam o trajeto, assim como redução das tarifas pagas. A reitoria atendeu as reivindicações dos estudantes. Ainda neste mês, os acadêmicos da Enfermagem se mobilizam por um prédio próprio, uma vez que a mesma funcionava no prédio da Faculdade de Medicina, localizada no bairro Fragata. Este local abrigou o curso até 2007, quando o mesmo foi transferido para um imóvel alugado pela universidade e, em 2010, a Faculdade de Enfermagem passou a funcionar no campus Porto.

No Rio Grande do Sul, foi realizado, em 28 de março de 1980, na cidade de Santa Maria, o congresso de fundação da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS). O congresso foi marcado pela polêmica envolvendo a relação entre o DEE e a UEE. Foram apresentadas duas propostas para votação: a primeira delas defendia o não reconhecimento do DEE como entidade representativa estudantil, já que este possuía vínculos com o governo militar e era composto

por pessoas ligadas à direita. Já a segunda proposta previa a unificação do DEE e da UEE com o objetivo de congregiar todos os diretórios estudantis que tinham o DEE como entidade representativa. A primeira proposta foi a vencedora. O presidente da UNE, Ruy César, encerrou o congresso e garantiu seu apoio à UEE como única entidade representativa dos estudantes gaúchos (VECHIA, 2010).

Em março de 1981, os estudantes da UFPel entram em greve reivindicando a volta do subsídio no transporte público e contra a tentativa de implementação de ensino pago nas universidades públicas. Esse período foi marcado, também, pela ocupação da Casa do Estudante da UFPel por um grupo de mulheres, pois, até este momento, não havia quartos disponíveis para essas e era proibida a entrada das mesmas nas dependências da CEU. A partir desse momento, foi reservado um andar da Casa para que mulheres também tivessem acesso à moradia estudantil⁵⁷.

Moças prometem invadir a casa do estudante da UFPEL, na próxima terça-feira

A comunidade universitária da UFPEL, mobilizada em torno de uma série de reivindicações, promete, para o próximo dia 31, uma invasão à casa do estudante, como forma de repúdio à discriminação existente, que proíbe o acesso de mulheres àquele local, até mesmo em casos especiais, como a visita de mães aos seus filhos enfermos. A luta pelo livre acesso de mulheres à casa de estudantes da UFPEL insere-se às demais reivindicações, já encaminhadas à Reitoria, tiradas quando da assembleia geral dos estudantes daquela universidade, dia 20 último. Com referência a casa de estudantes, outros pontos são reivindicados: permanência dos usuários até a formatura; fim das taxas; e funcionários do elevador para os estudantes.

Segundo os universitários, a ideia não surgiu tão somente da assembleia, “Durante todo o ano que passou os moradores da casa do estudante manifestaram sua vontade que pudessem receber seus familiares e amigos de ambos os sexos. Esta reivindicação, no entanto, não foi atendida”. Ressaltam os estudantes que a proibição é bastante abrangente: “os moradores são proibidos de rever lá suas mães, suas irmãs, amigas, namoradas, de lá estudar com colegas mulheres. A proibição chegou a impedir que uma mãe visitasse o filho doente”, alegam os estudantes.

“Em repúdio a esta atitude, frisam os universitários, é que foi decidido em assembleia geral dos estudantes da UFPEL, ratificado por assembleia da casa do estudante, uma invasão não só de mulheres, mas de todos aqueles que se solidarizam com o movimento, que é de todos nós”.

Por outro lado, até o dia 31, estarão se realizando reuniões no DCE da UFPEL, a partir das 20 horas, aberta a todos os universitários, objetivando a discussão em torno da problemática (*Diário Popular*, Pelotas, 26 de março de 1981).

⁵⁷Voltaremos a tratar deste episódio no próximo capítulo.

Em abril daquele mesmo ano, foi convocada uma Assembleia Geral na UFPel e uma na UCPel, sendo que os alunos das duas universidades decidiram em favor da greve. A assembleia geral da UFPel deliberou por uma moção de repúdio contra o reitor da UCPel, uma vez que este ameaçou punir o DCE, bem como o seu presidente, por incentivar a paralisação naquela universidade. Essa greve nas universidades de Pelotas coincidiu com uma paralisação proposta pela UNE para os dias 08 e 09 de abril. Todavia, nas universidades da cidade foi decidido que a greve seria por tempo indeterminado. A referida greve durou 16 dias em ambas as universidades.

Dois dias após o retorno às aulas, foi chamada uma nova Assembleia dos estudantes da UFPel. Desta vez, essa assembleia ocorreu no estádio Bento Freitas e, segundo Renato Della Vechia (2011), teve participação de mais de dois mil alunos. Para controlar a situação, foi mandado um pelotão de choque da Brigada Militar de Porto Alegre e este tinha como objetivo principal impedir uma passeata dos estudantes até a Praça Cel. Pedro Osório, prevista para acontecer logo após o término da assembleia. Não havendo possibilidade de realizar tal ato, os estudantes deixaram o estádio em pequenos grupos cantando estrofes do hino nacional. No dia seguinte, porém, houve uma passeata dos estudantes da UFPel pela cidade e, no fim, cercaram a frente da prefeitura. De acordo com Renato Della Vechia,

“Houve uma assembleia no estádio de futebol do Brasil, que devia ter umas 2 ou 3 mil pessoas e a Brigada Militar daqui não teria um contingente suficiente para controlar um número tão grande e eles trouxeram a tropa de choque de Porto Alegre. [...] a tropa de choque de Porto Alegre cercou o estádio e impediu que fosse feito algum tipo de passeata, e os estudantes tiveram que sair de forma dispersa, e no outro dia houve uma passeata. E no outro dia tinha um pelotão de choque, mas era uma passeata menor, cercando na frente da prefeitura e ali havia estudantes que queriam ir para o enfrentamento e outros achando que não, que tinham que negociar. [...] normalmente havia negociações, porque a direção do movimento não era irresponsável de ir para o enfrentamento [...], nosso interesse era de tornar público, julgar, mobilizar a sociedade, mas não ir para o enfrentamento suicida. (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Nesse mesmo dia, à noite, os estudantes da UCPel reuniram-se em assembleia no Ginásio João Carlos Gastal, onde definiram pela continuidade do movimento, no entanto, houve intermediação de alguns professores nas

negociações. Após a greve organizada pelas duas universidades, Pelotas foi palco do 3º Congresso da UEE/RS⁵⁸, realizado nos dias 15 e 17 de maio.

No ano seguinte, os estudantes se articularam para uma nova mobilização na cidade. Sendo assim, em assembleia ocorrida no dia 11 de março de 1982, os estudantes ameaçaram entrar em greve, havendo, depois, uma passeata dos estudantes da UFPel contra o aumento das taxas do Restaurante Universitário, bem como contra a divisão entre alunos carentes e não carentes. Essa passeata foi reprimida pelo pelotão de choque da Brigada Militar, estando este fortemente armado com bombas de gás lacrimogêneo. Em contrapartida, os estudantes decidiram parar a passeata e sentaram-se todos na rua e fazendo a leitura de uma carta aberta à população.

Entre os dias 22 e 29 desse mesmo mês, ocorreu uma nova paralisação na UFPel e o RU dessa universidade foi ocupado, sendo que o mesmo passou a ser gerenciado pelos estudantes. Os estudantes ficaram responsáveis por preparar e servir a todos os estudantes a comida do RU. Tal ato se deu em repúdio à portaria 03/82 que acabava com as refeições gratuitas para todos os alunos e os dividiam entre carentes e não carentes, cobrando, assim, taxas distintas para ambos. Essa mobilização ficou conhecida como Greve dos Bandejeões, apoiada e articulada pela UEE/RS. A greve findou após o pedido de construção de um novo Restaurante Universitário no centro da cidade. Essa reivindicação, no entanto, nunca foi atendida. Segundo Maria do Carmo Lessa,

“[...] outra coisa que a gente batalhou foi a questão do transporte, da alimentação, queriam cobrar um absurdo na história do restaurante, nós invadimos e tomamos conta das panelas. As panelas batiam nos ombros da gente, era um troço horrível de grande [...] eu fiquei responsável pelo feijão e aí ficamos dias lá aguentando essa história do RU. Bancando a alimentação de todos os estudantes para não deixar ninguém sem comida [...]”. (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 de fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

A gestão 1982/83 encaminhou a maior greve dos estudantes da UFPel, a qual se iniciou em 15 de março e se encerrou dia 17 de maio de 1983, tendo

⁵⁸Desde 1979, os estudantes do Estado articulavam-se para refundar a União Estadual de Estudantes, fato que se consolidou em setembro daquele ano. Para maiores informações ver: BORTOT, Ivanir José. e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008; VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011.

duração de 62 dias. Nessa época, o reitor da universidade era o professor José Emílio Araújo, e a principal reivindicação dos estudantes era pela não divisão entre estudantes carentes e não carentes, medida essa vista pelos estudantes como instrumento de implantação do ensino pago nas universidades federais.

Já no segundo semestre de 1983, o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) baixou uma portaria, revogando a meia-entrada estudantil nos cinemas. A partir desse momento, foram fixados dias e horários em que toda a comunidade pagaria meia-entrada. Essa medida foi justificada pelo governo com a alegação de democratizar esses espaços culturais, bem como favorecer a ida da classe trabalhadora. Contudo, essa alegação era infundada, pois os horários estabelecidos para a meia-entrada eram praticamente inviáveis para quem trabalhasse, já que estes ingressos eram válidos para alguns dias no meio da semana e com horários à tarde ou na sessão das 22h.

Em Pelotas, o DCE da UCPel assumiu a articulação de um movimento contra a aplicação dessa portaria. Tendo em vista que a UFPel estava em greve, coube então à UCPel encabeçar o processo de mobilização. Após paralisar as atividades dos cinemas locais por três dias, os donos destes decidiram por não aplicar o decreto em Pelotas, único município do país com mais de 200 mil habitantes em que essa portaria não foi aplicada.

No ano seguinte, a campanha pelas Diretas Já! tornou-se a principal pauta de mobilização do movimento estudantil. Foi feito um abaixo assinado em favor das eleições diretas, e boicote ao colégio eleitoral de circular pela universidade por iniciativa do Comitê Pró Diretas de Pelotas e encaminhado via DCE-UFPel e Diretórios Acadêmicos. Foi também aprovada uma carta de boicote ao colégio eleitoral, exigindo a retomada das mobilizações em favor das Diretas Já!, a qual foi enviada ao Congresso Nacional. Abaixo transcrevemos a referida carta.

Não ao colégio eleitoral

Após as manifestações expressivas exigindo eleições livres e diretas, que lotaram praças e ruas de norte a sul do país, o mesmo povo que viu políticos, artistas, estudantes e trabalhadores desfilar pelos palcos, proferindo discursos efusivos em prol de mudanças profundas na sociedade brasileira, veem hoje estarecidos os conciliadores traírem as aspirações populares e abraçados a setores deste mesmo regime promotor de privilégios de minorias e miséria das classes populares, proporem a ida ao colégio eleitoral construindo assim uma saída negociada para o impasse em que se encontram os promotores do golpe de 64.

Ao mesmo instante em que a classe operária e demais explorados lutam através de greves e passeatas contra o 2.045 exigindo melhores salários, maior liberdade, o senhor Tancredo Neves rei-mor

das negociações as cúpulas reafirma o compromisso de não romper com os bancos internacionais, com o FMI. Reafirma o compromisso com a burguesia nacional de apenas revisar a LSN, como indicativo que não haverá apuração dos responsáveis que arrancaram a voz do povo brasileiro através da tortura e dos cárceres nestes 20 anos.

E são justamente esses senhores, que rapidamente esqueceram as promessas de diretas já, de mudanças já, de fim do autoritarismo já, e tantos outros já e o substituem por colégio do regime já, que vociferam contra os que se negam a participar da traição ao povo brasileiro, contrapondo: ou colégio ou Maluf. Como se fosse possível escolher entre o diabo ou o inferno.

Dizemos nós, nem Maluf nem o colégio do regime, pois o povo exige eleições livres e diretas já como fator de mobilização e conquista de espaços democráticos efetivos, única forma para que as massas populares comecem a construir a consciência do caminho a trilhar, que certamente passará pela destruição dos privilégios de poucos, e buscará a felicidade dos homens através da sua igualdade e justiça (Fonte: Livro de atas DCE-UFPEL; acervo NDH-UFPEL, consulta em novembro de 2014).

Como evidenciamos neste capítulo, o movimento estudantil na cidade de Pelotas mostrou-se bastante ativo, uma vez que sempre esteve à frente das principais manifestações ocorridas não só durante o período correspondente ao nosso recorte temporal, mas desde a criação das entidades aglutinadoras de estudantes, tanto universitários como secundaristas. Vimos também que, de certa maneira, existia um movimento estudantil polarizado, uma vez, que desde a criação da UFPEL, o órgão de representação estudantil ficou a cargo de estudantes ligados ao DEE, sendo esta uma entidade claramente composta jovens conservadores ligados à direita.

Já no próximo capítulo, abordaremos a questão específica da participação de mulheres neste movimento. Para tanto, realizamos uma série de entrevistas com ex-militantes e, através de suas memórias de atuação, pudemos compreender quais os espaços que estas mulheres ocuparam dentro daquele movimento e quais suas percepções enquanto sujeitos protagonistas de uma luta em favor da igualdade de gênero em um espaço formado majoritariamente por homens.

CAPÍTULO III

A MILITÂNCIA FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO PELOTENSE: MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO

Este capítulo pretende analisar as entrevistas realizadas com militantes do Movimento Estudantil universitário de Pelotas (RS) compreendendo o período em que estes militaram no referido movimento. Alessandro Portelli (1997, p. 26) afirma que as fontes orais e as fontes escritas não são excludentes, mas devem ser abordadas com métodos distintos, razão pela qual se justifica um capítulo próprio. Desta forma, ao elaborarmos previamente a lista de entrevistados, que contava originalmente com treze nomes, incluímos militantes que julgamos serem peças-chave dentro do movimento estudantil universitário daquela cidade. Assim, além das militantes, optamos por incluir (nomes de) dois militantes do sexo masculino com o objetivo de trazer à tona suas memórias acerca da atuação de mulheres neste movimento.

A partir das reflexões de Portelli sobre história oral e memória, o diálogo entre a “filosofia” e os “fatos” será de suma importância para este estudo, pois,

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...], quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia dos outros [...]. Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado da experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso (PORTELLI, 1996, p. 2). [grifo no original]

Como já mencionamos anteriormente, a história oral foi utilizada como “uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (ALBERTI, 2005a, p. 155), metodologia esta que consiste, basicamente, em realizar entrevistas gravadas e/ou filmadas, possibilitando, com isso, “registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2005a, p. 164). Compreende-se que a prática da entrevista “é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e

interesses diferentes” (FREITAS, 2006, p. 92), assim sendo, esses elementos devem ser levados em consideração quando ocorrem os primeiros contatos e a entrevista, além de ser o elo que norteia a interpretação da narrativa. Ademais, Regina Weber (1996) também adverte sobre as disparidades entre os envolvidos na construção da fonte e propõe uma aproximação com o ambiente de campo antes do momento da entrevista, buscando alternativas para minimizar as discrepâncias.

A primeira etapa a ser posta em prática é a realização de pré-entrevistas, e sobre estas, Lucília Delgado afirma que,

Nesses contatos sugere-se apresentar ou explicar o projeto de pesquisa, demonstrar a qual instituição ou instituições está vinculado, destacar a relevância do depoimento de cada um dos sujeitos históricos selecionados, explicitar, com absoluta clareza, os objetivos da pesquisa e as possíveis formas de divulgação de seus resultados e dos depoimentos recolhidos (DELGADO, 2010, p. 26).

Desta forma, nosso primeiro contato foi com o professor da Universidade Católica de Pelotas, Renato da Silva Della Vechia, que, desde o primeiro momento, mostrou-se bastante solícito em conceder entrevista. Assim, em meados de novembro de 2011, foi colhido o depoimento de Vechia na sede do Instituto Mario Alves, situado em Pelotas/RS. Elegemos essa entrevista como marco inicial da pesquisa, uma vez que o entrevistado, à época, estava concluindo sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual abordava o ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho entre os anos de 1977 a 1985⁵⁹, além de o próprio ter militado neste movimento enquanto estudante de Ciências Sociais da Universidade Católica de Pelotas no período supracitado. De certa maneira, Vechia foi o elo entre a entrevistadora e os demais depoentes.

Foi preestabelecido um roteiro de perguntas para as entrevistas, porém, o mesmo não foi elaborado de forma rígida, estando sujeito a alterações ao longo da entrevista, com o intuito de estabelecer uma conversa entre entrevistador e entrevistado. O roteiro foi dividido da seguinte maneira: primeiramente o entrevistado respondia questões referentes à sua vida pessoal, tais como nome completo, idade, formação acadêmica e inserção na militância

⁵⁹ VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

estudantil; em seguida, eram realizadas as perguntas direcionadas aos objetivos da pesquisa. Frisamos que todos os entrevistados, no momento da entrevista, já estavam cientes do objetivo norteador da pesquisa, que era analisar os espaços ocupados por mulheres no movimento estudantil universitário em Pelotas.

Após a etapa de realização das entrevistas, os depoimentos colhidos foram transcritos. Para tanto, optamos por preservar a transcrição literal apenas para manuseio nosso. Posteriormente, foi realizada a adaptação às normas gramaticais da língua portuguesa do depoimento oral, permanecendo somente as interferências relevantes ao sentido do relato. Segundo Portelli (1997, p. 28), mudanças são normas do discurso e a regularidade é norma da escrita, desta maneira, busca-se um diálogo entre as formas, já que a transcrição é uma representação da fonte, não sua reprodução.

3.1 “Me gustan los estudiantes que rugen como los ventos”⁶⁰: apresentação dos narradores e o lugar dos conceitos

Diferentemente da história, como afirma Ferreira, que busca produzir um conhecimento racional, bem como uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado, a memória pode ser também considerada uma construção do passado, todavia, ela é pautada em emoções e vivências. Portanto, ela é flexível e “os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2002, p. 321). Neste sentido, é fundamental levar em consideração as conjunturas sociais e culturais do momento em que o narrador concede a entrevista, bem como a apropriação deste passado na situação atual do mesmo, atentando para as preocupações do momento. Assim, tais medidas são importantes para a realização de uma abordagem mais adequada e perceptível das temáticas durante a entrevista. Ademais, a análise feita posteriormente precisa partir desta óptica, pois a “autorrepresentação que o

⁶⁰ A música *Me gustan los estudiantes*, foi composta em 1963 pela chilena Violeta Parra e expressa, em sua letra, a participação política dos estudantes hispano-americanos. A música foi gravada por Mercedes Sosa em 1971 e, apesar de censurada e proibida durante os governos ditatoriais, tornou-se popular e presente em muitas lutas por toda América Latina. Ver: PALMA, Maria Aparecida de Mélo. Comparación de canciones de protesta: un camino para entender la actuación de hispanoamericanos y brasileños durante las dictaduras. *Intersemiose*, Recife, ano III, n. 5, p. 185-198, 2014.

narrador faz de si, pode ser compreendida deste modo, assim como silêncios, titubeações e “confusões”, entre outros signos” (SCHEER, 2014, p. 102).

Especificamente em relação ao processo de redemocratização no Brasil, a utilização do conceito de memória torna-se ainda mais evidente e necessária, pois, se por um lado houve intensa participação de determinados setores da sociedade brasileira – dentre estes, estudantes, trabalhadores, intelectuais, artistas e até mesmo alguns setores do empresariado –, com o intuito de reivindicar a redemocratização do país; por outro, lembrar-se do que aconteceu durante os anos de repressão ditatorial parece ser “tarefa não grata àqueles que impuseram a lei do silêncio, juntamente com a anistia” (POHNDORF, 2013, p. 25). De acordo com Silva Filho, a lei de anistia, aprovada em 1979, período ainda de vigência da ditadura civil militar, reverteu-se em um verdadeiro exército do esquecimento. Assim,

A sociedade brasileira encontra-se, portanto, ainda sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que vieram com a ditadura e com a anistia. Parte expressiva da opinião pública, incluindo principalmente os mais jovens, sabe pouco sobre esse período repressivo. As Forças Armadas brasileiras ainda ostentam em seu seio o entendimento de que o golpe não só foi necessário como constituiu um ato de heroísmo patriótico. Muitos até chegam a duvidar que a tortura tenha de fato ocorrido em larga escala durante o regime. Muito recentemente é que um grande volume de informações contidas nos arquivos dos órgãos de informação do período foi disponibilizado ao público, restando ainda muitas outras sob sigilo e sob peremptória recusa seja da sua divulgação, seja até mesmo da sua existência (SILVA FILHO, 2009, p. 57).

Em momentos de intensa desestruturação política e social, como na ditadura civil-militar brasileira, as lembranças são evocadas como uma espécie de ponto de referência dos respectivos acontecimentos, talvez com maior necessidade do que em períodos de “normalidade” ou “calmaria” social. Para Maurice Halbwachs, a memória é vista como um fenômeno coletivo e dinâmico, que tem por objetivo responder aos anseios do presente, sobretudo em relação a determinados grupos sociais. Desta maneira, para o autor, as lembranças dão-se através da sociedade, pela presença de outros ou de suas obras, tornando a memória coletiva. Segundo o autor, tal fato não restringe a memória de ser também individual. Todavia, a memória individual está “enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente” (HALBWACHS, 2006, p. 10).

À memória individual, segundo Halbwachs, estão intrínsecas as lembranças difíceis de serem evocadas, uma vez que estas se encontram no

nosso íntimo e nos escapam facilmente, estando, muitas vezes, relacionadas a sentimentos e ressentimentos. O fato de a memória individual “escapar” com maior facilidade do que a memória coletiva ocorre devido à comunicação, ou a falta dela. Dessa forma, as lembranças que nos ocorrem com maior facilidade são aquelas que foram vivenciadas juntamente com outros indivíduos, ou ainda, foram por nós socializadas em grupo de alguma maneira. Estas foram mantidas por grupos que estão ao nosso alcance para adentrarmos livremente e, assim, buscamos facilmente por tais lembranças, configurando o que Halbwachs chama de memória coletiva. Já as memórias individualizadas possibilitam raras e escassas lembranças pela não comunicação ou acesso aos grupos que um dia a possuíram (HALBWACHS, 2006).

Já Michel Pollak pensa os fatos sociais e a memória em sua constituição, advertindo para o provável enquadramento da “própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”, mas há “pontos relativamente invariantes, imutáveis [...] em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (POLLAK, 1992, p. 201- 206). Assim sendo, este trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, em que o mesmo passou por uma série de interpretações, associações de referências, a fim de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las. Esse processo reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Para o autor, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 10).

O conceito de memória coletiva apresentada pelos autores tem como embasamento elementos ligados à resistência. Para Enrique Padrós, tal fato constitui a memória como um espaço de disputa entre os atores históricos, desvinculando o senso comum da noção de verdade objetiva. Dessa forma, a memória ao ser menos idealizada, exige dos historiadores sua interferência para revelar o real possível a ser alcançado. Ainda de acordo com Padrós, “se há interesses parciais definindo uma memória colocada como comum a toda à coletividade, é evidente que elementos de tensão e questionamento certamente resultarão da ação do historiador sobre ela” (PADRÓS, s/d, p. 81).

Na contramão do conceito halbwachsiiano da memória coletiva, Portelli afirma que “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”. De acordo com o autor, ainda que a memória seja delineada de diversas formas pelo meio social, “o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais” (1997, p. 16-17). Assim, mesmo que estejamos trabalhando com o objetivo de registrar lembranças que possam ser compartilhadas e aproveitadas de maneira coletiva, é necessária ponderação ao situá-la fora do indivíduo.

Além disso, a memória pode ser compreendida, ainda, como uma construção seletiva, uma vez que ela nunca trata simplesmente de apenas um registro, visto que, segundo Fernando Catroga, a memória vai além, sendo “uma representação afetiva, ou melhor, uma representificação feita a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo” (CATROGA, 2001, p. 46). Entretanto, para o autor, isso não significa que a memória é produto exclusivamente subjetivista, sem apresentar diferenças da imaginação:

Querá isso significar que a memória é um produto exclusivamente subjetivista, que não se diferencia da *imaginação*, contradizendo as pretensões de objetividade que o seu discurso visa alcançar? É indiscutível que a recordação alimenta uma epistemologia ingênua, que tende a confundir a representação com o *real-passado*, isto é, com a *passeidade*, espécie de efeito mágico em que a palavra dá ser ao que já não é. E, se esta característica a distingue da imaginação, convém lembrar, porém, que ambas convocam um “objeto ausente”. Mas, enquanto que a representação imaginária, pode ter, ou não, referencialidade, o ato de recordar aceita subordinar-se ao *princípio da realidade*. Isto dita que as evocações se conjuguem no tempo passado (anteriormente) e mobilizem argumentos de verificação. Com este propósito, elas encobrem as razões normativas e pragmáticas que condicionam a sua convocação qualitativa, seletiva e apaixonada do que já não existe (CATROGA, 2001, p. 47).

Por fim, Verena Alberti afirma que as narrativas são analisadas como relatos e resíduos de ações. Os relatos são constituídos depois do momento da ação (cartas, memória, autobiografias), enquanto que os resíduos são “pedaços de uma ação passada”. Segundo a autora, a História oral produz fontes que preservam ambos os aspectos, já que, além dos fatos rememorados, as narrativas conservam o momento em que estes arquivos são provocados, resultado da concepção atual do narrador sobre seu passado e sua interação com o pesquisador. Deste modo propõe o estudo da subjetividade e das representações como dados objetivos, factuais. (ALBERTI, 2004, p. 33-44)

Portanto, entre os entrevistados, nosso primeiro contato, como já mencionado ao longo do trabalho, foi com **Renato da Silva Della Vechia**⁶¹, nascido em 1960 na cidade de Carazinho (RS). O primeiro contato com o entrevistado ocorreu por intermédio da professora Alessandra Gasparotto, já que a mesma possuía conhecimento acerca da referida pesquisa e sugeriu que conversássemos com Renato Della Vechia, sendo este um ex-militante do movimento estudantil universitário em Pelotas, bem como pesquisador do movimento estudantil gaúcho. No período de realização da entrevista, Renato estava com horários restritos devido à conclusão de sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977-1985)”. Todavia, Vechia gentilmente nos recebeu numa tarde de novembro no Instituto Mário Alves, onde é um dos colaboradores.

Oriundo de uma família de classe média, filho de funcionário público, Vechia foi incentivado pela família a participar do movimento estudantil, atuando desde o movimento secundarista na sua cidade natal. Segundo o entrevistado, sua família sempre esteve relacionada com a política. Os diálogos sobre o assunto eram bastante rotineiros e, em alguns casos, surgiam discussões familiares devido às posições ideológicas divergentes. Ademais, Vechia via na figura do pai uma pessoa aberta à troca de ideias sobre o assunto. Em entrevista concedida a Pohndorf, 2013, afirma que:

“[...] meu avô era brizolista, getulista, enfim, tinha todo um discurso nessa linha, meu avô, pai da minha mãe; e do lado do meu pai eram todos conservadores, apoiadores da ARENA, então tinha sempre discussão política, desde pequeno, seja de um lado, seja de outro. O meu pai tinha uma posição mais de esquerda, sempre teve, junto com o meu avô (materno), mas com o pai dele discutia bastante. Na casa do meu avô (paterno) havia bastante discussões, meu avô (materno) tinha feito churrasco para o Prestes, churrasco para o Getúlio, essas coisas. [...] meu pai não participava politicamente, como funcionário público, mas era uma discussão que eu pegava. Meu pai lia muito também, isso é uma coisa que eu ia conversar com ele, questões que surgiam, debates que eu não entendia e com 15 anos, eu estava no Grêmio estudantil, em 74 eu tinha 14 anos e houve uma eleição bastante polêmica, bastante disputada, [...] E era muito duro, era muito forte, ou seja, havia muita denúncia do regime, eu me lembro que eu tinha 14 anos e não perdia nenhum debate,

⁶¹Entrevista realizada com Renato da Silva Della Vechia no Instituto Mário Alves. Pelotas, 2011. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

não era debate, era o horário que existia, o horário reservado. E com 15 anos eu comecei a me interessar pela questão do grêmio estudantil, e com 16 anos, em 75, 76, eu assumi a presidência do grêmio estudantil no colégio em Carazinho. (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Marília Pohndorf. Pelotas, 2013, p. 77)”

No final dos anos 1970, Renato e sua família mudaram-se para a cidade de Cruz Alta onde o entrevistado concluiu o ensino médio. Por estar terminando os estudos, foi impedido de militar no movimento estudantil, passando, então, a auxiliar na articulação de uma chapa de oposição ao Grêmio estudantil. Após um período afastado da militância estudantil, o entrevistado voltou a atuar no movimento somente no ano de 1980, quando ingressou na Universidade Católica de Pelotas como calouro no curso de Ciências Sociais. Neste mesmo ano, iniciou sua atuação ao participar ativamente de uma chapa que concorria às eleições para o DCE daquela instituição. No ano seguinte, Vechia foi tesoureiro da União Estadual de Estudantes. Posteriormente, retornou para o DCE da UCPEL, onde militou até findar sua vida acadêmica, período este compreendido dos anos 1980 a 1986. Ao entrar para o curso de especialização no Instituto de Sociologia e Política da UFPEL, contribuiu para criação da Associação dos Pós-graduandos da área de humanas da referida universidade.

“[...] Quando eu entrei na universidade, em agosto de 80, eu participei, já diretamente. Naquele mesmo ano entrei em uma chapa no DCE, no outro ano, eu fui tesoureiro da União Estadual de Estudantes, depois eu voltei para o DCE. Enfim, participei toda a minha vida acadêmica dentro do Movimento Estudantil. E quando eu saí, eu entrei no curso de especialização no ISP e nós criamos, na época, a Associação dos Pós-graduandos da área de Humanas. Então, toda a minha militância, todo o meu período acadêmico praticamente eu militei. De 1980 até mais ou menos 1986. (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”

Já no caso de **Vera Garcia**⁶², nascida em 1964, natural de Pelotas (RS), a militância iniciou na associação do bairro onde morava, então, segundo ela, não foi surpresa para a família que ela se vinculasse ao movimento estudantil universitário ao ingressar na universidade. No entanto, o fato de existir um partido político clandestino (o PRC) envolvido na sua militância era algo que sua família não aceitaria de bom grado. O contato com Garcia, foi feito através

⁶²Entrevista realizada com Vera Lúcia Garcia, no Café Central. Pelotas, 2014. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

de uma rede social e seu nome fora indicação de Renato Della Vechia e de Maria do Carmo Lessa, sendo esta também uma de nossas entrevistadas. Desde o primeiro contato, quando explicamos os principais objetivos da pesquisa, Vera Garcia mostrou-se bastante interessada em conceder entrevista. Assim, marcamos um dia em que fosse possível conversar deixando-a livre para escolher o local que realizaríamos a entrevista. O local escolhido foi o Café Central, estando este localizado no Mercado Público pelotense e, conforme a própria entrevistada, seu “escritório”, pois é sempre este local o escolhido para qualquer compromisso fora do seu recinto de trabalho.

Num entardecer quente de novembro nos encontramos no Café Central para a realização da entrevista. Minutos antes de iniciarmos, passamos à Garcia o roteiro prévio elaborado para tal atividade, reforçando que o mesmo não fora construído de maneira definitiva, havendo possibilidade de surgir outras indagações ao longo do depoimento. Com o gravador a postos, iniciamos nossa conversa com questões voltadas para sua vida pessoal, passando, posteriormente, às questões de interesse da pesquisa.

Vera Garcia iniciou sua militância no movimento estudantil após ingressar na Universidade Católica de Pelotas, no ano de 1978, onde cursou Serviço Social. Logo que ingressou na universidade, Verinha nos conta do seu “encantamento” com relação ao movimento estudantil que, naquele momento, estava todo voltado às discussões acerca da redemocratização do país. Era responsabilidade do movimento estudantil articular inúmeras atividades na cidade, tais como assembleias, plenárias, bem como auxiliar na reestruturação do movimento sindical pelotense.

“[...] umas das coisas que me encantou, eu lembro bem do primeiro dia que eu cheguei à aula na Católica, porque eu já participava da associação do meu bairro, participava de algumas reuniões da associação, trabalhava com posseiros, fazia alguns movimentos no próprio bairro, mas não participava do movimento secundarista, e quando eu cheguei na católica, no meu primeiro dia de aula, lembro que tinha uma grande assembleia no pátio da católica [...] e tinha muita gente da federal junto, e eu disse “olha, esse negócio é bem por aí mesmo!” e aí estava toda a discussão que era o período de redemocratização, enfim, as falas ainda eram contra a ditadura militar e uma série de coisas eram ainda muito fortes, embora não fosse um período já tão delicado como teria sido antes, mas ainda era, ainda tinha muitas coisas a serem feitas. E o movimento estudantil me apaixonou muito por isso, porque na verdade, o movimento estudantil era que puxava muito aqui em Pelotas os demais movimentos, inclusive os movimentos sociais em geral. O

movimento estudantil é que chamava plenária, chamava reuniões, ajudava muito em algumas situações alguns sindicatos, o movimento estudantil ia junto, o pessoal que militava para fazer piquete, para trabalhar junto com os próprios trabalhadores onde os sindicatos tinham a sua base, enfim, isso aí me encantou bastante. [...] Pelotas estava se reorganizando no movimento sindical, então, a existência do movimento estudantil com essa dinâmica toda, de realmente ir para o embate, ajudava muito a impulsionar o movimento sindical e isso foi encantador (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Ao concluir sua graduação, Garcia passou a integrar o sindicato dos assistentes sociais, onde, já trabalhando na prefeitura da cidade, pensou ser a melhor maneira de estar efetivamente em contato com a população. Assim, de acordo com Vera Garcia, “nós [enquanto sindicato] participávamos da União Pelotense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairros, a UPACAB, que era uma entidade que reunia todas as associações de moradores de Pelotas, então nós participávamos das reuniões nos bairros” (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

Nossa próxima entrevista foi com **Maria do Carmo Lessa**⁶³, mais conhecida como Duca, nascida em 1954 e natural de Pelotas (RS). O contato com Lessa se deu em 2011, em decorrência do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. No entanto, a entrevista não chegou a se concretizar em razão da falta de disponibilidade da entrevistada. Passado algum tempo, entramos novamente em contato com Lessa e, após algumas semanas de tentativas, conseguimos um horário para conversar e realizar a entrevista. O local escolhido por Lessa foi seu estúdio fotográfico, localizado no centro da cidade de Pelotas num final de tarde. A relação de Lessa com o movimento estudantil ocorreu tardiamente, uma vez que ela se envolveu com este movimento quando já estava na metade das graduações, paralelas, em Comunicação Social, pela Universidade Católica de Pelotas, e Direito, pela Universidade Federal de Pelotas.

Ela nos conta que nunca manteve uma relação estreita com a política, talvez muito em razão do sentimento de medo que acompanhava muitas famílias brasileiras durante o período ditatorial, e, exceto alguns casos, discussões sobre a situação política em que o país se encontrava não eram

⁶³ Entrevista realizada com Maria do Carmo Lessa, no Duca Foto Arte. Pelotas, 2014. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

travadas em consequência de tal sentimento. Além do mais, todo e qualquer tipo de manifestação contrária ao e/ou questionadora do regime militar era duramente reprimida. Todavia, durante um período de sua graduação, Lessa mudou-se para a Argentina para realizar um trabalho de fotografia, e esse período foi de extrema importância para despertar, na entrevistada, um senso político, já que o país, naquele momento, enfrentava a celeuma de um golpe militar que acabou derrubando a presidente Isabel Perón. Essa experiência vivenciada na Argentina fez com que Lessa, ao voltar para o Brasil, enxergasse com outros olhos a atuação do movimento estudantil:

“Na verdade, no meio da faculdade eu fui fazer um trabalho de fotografia fora do Brasil. Até aí eu não entendia e não dava a mínima importância para o que era política, eu achava que política era uma coisa dos políticos, e não uma coisa que faz parte do nosso dia-a-dia. Eu fui morar na Argentina e acabei descobrindo, e essa coisa está no sangue e borbulha, assim, sabe? É muito forte, então aí que eu descobri essa coisa, eu voltei de lá e aí nunca mais abandonei dentro da faculdade, comecei na faculdade daí. [...] Aí quando voltei da Argentina, voltei com todo gás e aí nunca mais parei (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Maria do Carmo Lessa, já de volta à universidade, foi convidada a integrar uma chapa que disputou às eleições para o DCE da UCPel no ano de 1977, ocupando o cargo de vice-presidente. Ao longo dos anos, ela se destacou dentro do movimento estudantil, no entanto, acabou desistindo das duas graduações e dedicou-se somente à fotografia. Após seu distanciamento do movimento estudantil, que se deu no ano de 1985, passou a militar em outros movimentos sociais, bem como no recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Mudou-se para São Paulo com objetivo de fazer campanha para Eduardo Suplicy, que concorria ao pleito municipal naquele ano, lá trabalhou juntamente com José Dirceu. Posteriormente, foi para Brasília participar da Assembleia Nacional Constituinte, que se realizou entre 1987 e 1988.

Outras entrevistadas foram as irmãs **Terezinha Brandão**⁶⁴ e **Rosane Brandão**⁶⁵, ambas naturais de Pelotas (RS). A primeira entrevista ocorreu com

⁶⁴Entrevista realizada com Terezinha Brandão, na residência da entrevistada. Pelotas, 2011. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

⁶⁵Entrevista realizada com Rosane Brandão, no Instituto de Artes da UFPel. Pelotas, 2011. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

Rosane Brandão, que nos recebeu para a entrevista em seu local de trabalho, o Instituto de Artes da Universidade Federal de Pelotas, onde atuava, no momento de realização da entrevista, como técnica administrativa. Direcionamo-nos até o pátio do prédio para darmos início à entrevista. Rosane Brandão, estudante de História na Universidade Federal de Pelotas, à época, já tinha seus dois filhos mais velhos, portanto não militou organicamente no movimento estudantil, como ela mesma afirma. Todavia, sempre que possível, acompanhava as manifestações do referido movimento, participando de assembleias e algumas manifestações.

“Eu à época do Movimento Estudantil tinha já dois filhos, portanto eu não era conhecida como militante do movimento, [...] militava pouco tempo no Movimento, mas participava sempre que possível e conhecia as histórias, as votações, as assembleias, essas questões todas (BRANDÃO, Rosane. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 29 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Assim como os demais entrevistados, Rosane Brandão, ao sair da universidade, continuou sua militância dentro do movimento sindical e/ou em algum movimento social. Terezinha Brandão, por sua vez, passou a militar no movimento estudantil já no seu primeiro ano de faculdade, onde a mesma cursou um semestre de Serviço Social, mas acabou optando pela graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas no ano de 1982. Ela nos fala, que nesta época, estava quase sempre envolvida nas atividades realizadas pelo DCE daquela instituição.

“A militância no Movimento Estudantil, eu comecei no primeiro ano de faculdade. Eu queria fazer um curso para mudar a sociedade, e tinha o curso de Serviço Social. Eu fiz o primeiro ano de Serviço Social e detestei. [...] Como eu vivia lendo poesia e literatura, eu resolvi fazer Letras. O ano mesmo que militei foi em 82, era assim: “mãe, se alguém me ligar, estou no DCE”. Tudo era o DCE, levava cartazes e fazia em casa (BRANDÃO, Terezinha. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 30 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

A entrevista com o jornalista **Lúcio Flávio Pereira Vaz**⁶⁶, nascido em 1957 na cidade de São Gabriel (RS), transcorreu de maneira diferenciada, já que o mesmo atua, desde o final dos anos 1980, como jornalista em Brasília. Assim, fizemos os primeiros contatos através de uma rede social e, depois de

⁶⁶Entrevista realizada com Lúcio Flávio Pereira Vaz via e-mail, 2014. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

explanarmos sobre os objetivos da pesquisa, enviamos, via e-mail⁶⁷, algumas questões pertinentes ao trabalho e, alguns dias depois, Lúcio Vaz nos retornou.

Num primeiro momento, entramos em contato com Vaz somente para averiguar uma informação que nos foi passada por Lessa momentos antes de sua entrevista. Lessa nos explicou que um velho amigo da época de militância no movimento estudantil em Pelotas havia entrado em contato com ela devido a uma descoberta que fizera no acervo de documentos do período da ditadura civil-militar brasileira alocado na Biblioteca Nacional em Brasília. Então, contatamos Lúcio Vaz para que ele nos comentasse o fato ocorrido e ele gentilmente nos enviou, por e-mail, todos os documentos que havia encontrado na referida biblioteca.

Os arquivos em questão são documentos confidenciais do Serviço Nacional de Informações (SNI) – agência de Porto Alegre – os quais trazem informações detalhadas sobre as chapas que estavam disputando o pleito para o DCE da Universidade Católica de Pelotas, gestão 1977/1978. Além do mais, os documentos trazem informações detalhadas acerca da composição de cada uma das chapas, indicando com isso, a infiltração policial nos meios estudantis. Já outro documento, também do SNI – agência de Porto Alegre –, e novamente de caráter confidencial, faz menção às eleições para o DCE da Universidade Federal de Pelotas, gestão 1978/1979. Essa eleição foi marcada por uma confusão envolvendo duas chapas que disputavam o pleito, pois, segundo informações contidas neste documento, duas chapas (Eclosão e Construção) consideravam-se vitoriosas depois de ocorridas as eleições prévias, fato este que culminou com a fundação do DCE-Livre da UFPel⁶⁸.

Vaz ingressou na universidade em 1977, cursando Comunicação Social na UCPel e Pintura na Escola de Belas Artes, pertencente à UFPel. Afirma que, antes de mudar-se para Pelotas, era *“completamente alienado”*, não sabia o que estava acontecendo no país, pois não tinha conhecimento a respeito da tortura à que muitos opositores do regime foram submetidos, assim como desconhecia as inúmeras mortes de líderes de organizações de esquerda,

“[...] Achava que os guerrilheiros no início dos anos 70 eram “terroristas”, como diziam os militares e seus apoiadores. Em pouco tempo descobri que vivíamos uma ditadura brutal, que havia

⁶⁷A experiência de realizar uma entrevista por e-mail é válida, contudo, ao mantermos contato “ao vivo” com o entrevistado podemos presenciar suas emoções, bem como, a partir de sua fala, levantar novos questionamentos.

⁶⁸Esta questão foi discutida no capítulo anterior.

exterminado com os líderes dos partidos de esquerda, cassado parlamentares, promovido a censura, exilado opositores. [...] (VAZ, Lúcio Flávio Pereira. Entrevista concedida via e-mail a Luisiane da Silveira Gomes. Brasília, mar. 2014. [A entrevista encontra-se no apêndice desta dissertação])”.

A participação no movimento estudantil lhe permitiu conhecer e conviver com pessoas que possuíam ideias (e ideais) distintas, gerando uma grande troca de experiências. Dessa forma, seu primeiro contato com o movimento estudantil se deu através de um colega, que cursava Educação Artística na UFPel. Já no seu primeiro ano na UCPel, participou da construção de uma chapa de esquerda que concorreu nas eleições ao DCE daquela entidade. A eleição, porém, foi vencida pela chapa da situação, composta, sobretudo, por integrantes da Arena Jovem. Algum tempo mais tarde, foi um dos responsáveis por fundar o Diretório Acadêmico do curso de Comunicação Social da UCPel, o qual foi denominado “D.A. Vladimir Herzog”⁶⁹, sendo, então, o primeiro presidente deste diretório.

Após concluir o curso de Jornalismo na UCPel no ano de 1981, Vaz mudou-se para Brasília, onde foi correspondente de política no jornal Correio Braziliense. Mais tarde transferiu-se, para o jornal O Globo, depois para a Folha de S. Paulo, passando também pelo jornal Estado de Minas e retornou para o Correio Braziliense. Atualmente escreve sobre política no portal Fato Online.

Nossa próxima entrevistada foi a também jornalista **Vera Maria de Oliveira Lopes**⁷⁰, nascida em 1944 na cidade de Pelotas (RS). O nome da entrevistada nos foi passado pela colega Marília Brandão Amaro da Silveira que, em virtude de seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2010⁷¹,

⁶⁹ Vladimir Herzog, natural de Osijek, antiga Iugoslávia, era jornalista, professor da Universidade de São Paulo (USP), teatrólogo e militante do PCB. Agentes do DOI-CODI/SP tentaram prender Herzog na noite de 24 de outubro de 1975 em sua casa, mas ele não estava lá. Foram, então, à sede da TV Cultura, onde ele estava trabalhando. Após negociações entre jornalistas da redação e os agentes, ficou acertado que ele se apresentaria na manhã do dia seguinte. Conforme combinado, Herzog apresentou-se, sem escolta policial, ao DOI-CODI do II Exército no dia 25 de outubro daquele ano, sendo acusado de possíveis ligações com o PCB. Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário no mesmo dia em que foi preso. No IPM instaurado para apurar sua morte, concluiu-se que Herzog se suicidara, no entanto, a morte por suicídio foi desmentida em virtude das contradições existentes nos depoimentos dos médicos legistas. Em 27 de outubro de 1978, a família de Vlado moveu uma ação judicial e essa ação declaratória terminou por responsabilizar a União pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog. Fonte: Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 625-626.

⁷⁰ Entrevista realizada com Vera Maria de Oliveira Lopes, na residência da entrevistada. Pelotas, 2014. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

⁷¹ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas*. UFPel, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História.

também realizou uma entrevista com Vera Lopes. Estabelecidos os primeiros contatos, logo em seguida Lopes nos recebeu em sua casa, localizada no Balneário Santo Antônio, no Laranjal. Lopes foi nossa entrevistada de mais idade, contudo, achamos pertinente entrevistá-la, visto que a mesma iniciou sua militância na década de 1950, na Juventude Estudantil Católica (JEC), nos mostrando, assim, um breve panorama do movimento estudantil na cidade de Pelotas anterior ao nosso recorte temporal. No entanto, ao enfrentar divergências entre sua militância e a Igreja Católica, optou pelo afastamento da JEC, retornando ao movimento estudantil somente no ano de 1964, ainda como secundarista. Em entrevista à Marília Brandão da Silveira, Lopes elucida como se organizaram os movimentos de resistência em consequência do golpe em 1º de abril de 1964 em Pelotas:

“A UPES fez muitas manifestações, na verdade, o que marcou muito, não só a UPES, mas a FAP [...]; tinha de movimento os sindicatos também, vários sindicatos: o Sindicato da Alimentação, eu me lembro do Sindicato dos Bancários, era muito forte em Pelotas [...] tinha o dos Tipógrafos, que era um sindicato que tinha tradição comunista muito forte [...]. No 1º de abril todo o movimento de resistência foi pra Casa do Trabalhador [...] e lá a gente inscrevia pessoas para Grupos de 11 [...] o Brizola trabalhava essa ideia [...] "organiza teu grupo com 11 pessoas, que é mais fácil para mobilizar, tu conhece os 11" e a gente fazia inscrições. Passamos acho que duas noites lá, aí foi direto; todo mundo fazia plantão, o pessoal se sentia mais ou menos em alerta permanente, inscrevendo pessoas para fazer a resistência, o movimento todo se reuniu ali na Casa do Trabalhador e a gente imaginava que ia ser muito difícil, que ia ter uma resistência muito forte [...]. E aí botou a gurizada a trabalhar, era muito engraçada naquela época a receptividade dos estudantes. A gurizada nova, de 16, 17 anos, eles eram muito políticos, tinha um viés político muito forte na cabeça do estudantado (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Marília Silveira. Pelotas, 2010, p. 55)”.

Ainda sobre esse período, Vera Lopes recorda do episódio ocorrido no *campus* da UFPel, localizado no Capão do Leão, que, à época, era um bairro da cidade de Pelotas, emancipando-se anos mais tarde. Já nos primeiros momentos após o golpe, foram efetuadas diversas prisões na cidade, onde acabaram presos alguns vereadores, bem como profissionais liberais e estudantes. E, seguindo essa ordem, houve a invasão da polícia militar ao centro de pesquisa do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária

do Sul (IPEAS)⁷². O Instituto, que, nesse período, possuía laboratórios em conjunto com o curso de Agronomia naquele campus, foi invadido e alguns pesquisadores foram detidos. Os pesquisadores do IPEAS foram detidos e acusados de manter vínculo com Leonel Brizola e com o PTB.

“[...] tinha um centro de pesquisa que fazia parte da universidade, mas a Faculdade de Agronomia tinha aula ali no Liceu e, lá fora, só ficavam os laboratórios, o campus e tal; Só posso te dizer isso, que era uma coisa muito isolada, mas já existia, inclusive, a Faculdade de Agronomia, essa que a gente conhece [...]. Foi por causa do Grupo dos 11, tinha muito funcionário e agrônomo do instituto agrônomo do sul ligado ao PTB e ao Brizola (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Marília Silveira. Pelotas, 2010, p. 56)”.

Dois anos mais tarde, Lopes ingressou na Faculdade de Direito da UFPel, porém, acabou transferindo-se para o Rio de Janeiro, em 1968, onde continuou a faculdade de Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nesta nova fase, Vera Lopes deu continuidade à sua militância estudantil universitária e encontrou, naquela cidade, uma enorme articulação estudantil. Em nossa entrevista, lembra com emoção do triste episódio que vitimou o jovem Edson Luis de Lima Souto, morto pela polícia no restaurante Calabouço. No trecho abaixo, fica evidente o clima de tensão que pairava sobre os que resistiam contra a ditadura.

“Eu fui em 68 pro Rio, era uma verdadeira paranoia, aquela coisa de marcar ponto e o cara não aparecer; aí avisa para três, quatro que fulano tinha de aparecer no ponto tal de Copacabana e até agora não apareceu, e aí já recolhia todos os sinais e saía apagando rastros [...] (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

Ao longo dos dez anos em que Lopes viveu no Rio de Janeiro, a mesma pode acompanhar diversas manifestações de forma “segura”, já que passou a trabalhar como jornalista e cobriu inúmeros protestos ocorridos na cidade. Retornou à Pelotas em 1978 e reingressou na universidade para cursar Ciências Sociais. Neste momento, em razão de já ter sua filha, não participou ativamente do movimento estudantil pelotense, mas, por já ter participado anos antes, tinha capacidade de análise de tal movimento. Ela nos conta que ao retornar a Pelotas, percebeu um movimento estudantil bem mais organizado,

⁷²Atualmente conhecido por EMBRAPA.

com muitos jovens com um alto nível de intelectualidade. Além disso, outro fato citado por Lopes que foi crucial para enriquecer o movimento estudantil na cidade foi a diversidade proporcionada pelo elevado fluxo de estudantes vindos de diferentes regiões do país, o que não ocorria dez anos antes, como ela exemplifica no trecho abaixo:

“[...] Achei a cidade um pouco melhor, no sentido de que tinha muita gente de fora, eu acho que isso enriqueceu Pelotas, dez anos antes, não tinha tanta gente de fora, quando tinha era alguém ali do Herval [cidade próxima a Pelotas], de Canguçu e tal. Quando eu cheguei já tinha gente de Santa Cruz, Santo Ângelo, de muitos lugares sabe? De Quaraí, muitos até de Porto Alegre, outros de Santa Catarina, que principalmente vinham para Agronomia, e para Odontologia também vinha muita gente. E isso eu acho que aos poucos foi dando afeição diferente pra cidade, a cidade deixou de ser tão “nobre” [risos]. Acho que as universidades, para Pelotas, trouxeram um plus muito interessante, e o movimento estudantil ali dos anos 80 já tinha um pouco mais dessa diversidade (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Lopes foi funcionária na Universidade Federal de Pelotas, onde atuava como jornalista e âncora de um programa transmitido pela rádio Federal FM. No período da realização da entrevista Vera Lopes já estava aposentada.

Nossa última entrevistada foi a professora **Lígia Maria Ávila Chiarelli**⁷³, mais conhecida como Biloca, natural de Porto Alegre (RS). Nosso contato com Lígia Maria Chiarelli se deu através da participação da autora no projeto “Memória do Movimento Estudantil Gaúcho no período da redemocratização – 1977 a 1985: juventude, cultura e política”, projeto este que realizou uma série de entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil estadual e, dentre estes, colheu o relato da professora Lígia Maria Chiarelli. A entrevista ocorreu nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, mais precisamente, no auditório no prédio da referida faculdade, local de trabalho de Chiarelli.

Lígia Maria Chiarelli iniciou sua militância ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1973, onde cursou a faculdade de Arquitetura. Relata que não tinha interesse algum em participar do movimento estudantil na adolescência, até porque não existia mais o Grêmio

⁷³Entrevista realizada com Lígia Maria Ávila Chiarelli, no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Pelotas, 2014. Entrevistadora: Luisiane da Silveira Gomes. Fonte: acervo pessoal.

estudantil em sua escola. Possuía um pequeno conhecimento acerca dos grupos de resistência armados (cita VAR-Palmares e VPR⁷⁴) através de seu irmão, que simpatizava com tais organizações, mas também não militava nestes efetivamente. Conta sobre o medo que sua mãe tinha das passeatas ocorridas em 1968. Talvez o alto grau de violência adotado pela polícia para reprimir tais manifestações explique esse sentimento de pânico despertado na mãe da entrevistada ao ver passeatas estudantis. Por esse motivo, ela envolveu-se no movimento estudantil quando já estava cursando uma faculdade.

[...] o único convívio que eu tinha era porque o meu irmão participava de alguma coisa, mas mais como observador do que como militante, [...] ele circunvizinhava esse pessoal da VPR, VAR-Palmares, [...]. Então alguma coisa eu sabia, mas não me interessava; sobre o movimento estudantil eu não tinha interesse, era até uma coisa que me assustava muito, minha mãe em 68 tinha muito medo de ver passeatas, já entrava em pânico, então é uma coisa que não fazia parte da minha realidade (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

Ao longo do seu relato, recorda que, ao entrar para a universidade, em 1973, existia uma disciplina que todos os alunos deveriam obrigatoriamente cursar, denominada Educação Moral e Cívica. Esta disciplina foi implantada e sua obrigatoriedade de ensino e prática educativa passou a vigorar através do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Antigos livros didáticos acabaram sendo reestruturados e novos livros didáticos foram publicados a partir do ano seguinte. De acordo com José Willington Germano (2000), o regime militar, apoiado na ideologia da Segurança Nacional, estabeleceu uma nova política educacional para o Brasil por intermédio da Lei 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases)⁷⁵, que concretizava a massificação do ensino com a obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos e com a organização

⁷⁴A VPR foi uma organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da POLOP e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e ex-militares. Seu objetivo era lutar contra o regime militar instalado no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Seu principal líder foi o capitão Carlos Lamarca. A VAR-Palmares foi também uma organização político-militar surgida por volta de 1969 em consequência da fusão entre o Comando da Libertação Nacional (Colina), a VPR e outros grupos revolucionários do Sul do país e da Bahia. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/>. Acesso em 21/07/2017.

⁷⁵Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm, acesso em: 19/04/2015.

do ensino de 2º grau profissionalizante, que visava preparar o aluno para o mercado de trabalho.

A institucionalização da disciplina de Educação Moral e Cívica pelo regime militar objetivava implantar um ideário patriótico, com uma nação forte, que evidenciasse os valores da moral, da família, da religião e da defesa da Pátria, bem como incutia valores anticomunistas nos jovens e crianças. Maria do Carmo Martins afirma que a introdução dessa disciplina nos currículos escolares evidenciava como o Estado e os grupos governistas lidavam com a questão da escolarização, pois a finalidade do ensino seria a “formação genérica de um cidadão, amante da pátria e defensor de princípios moralizadores” (2003, p. 159). Essa disciplina permaneceu por vinte e quatro anos nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino, até ser revogada, em 1993, pela Lei nº 8.663.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-ecônômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Além da disciplina supracitada, a mesma se subdividia em duas outras disciplinas: Organização Social e Política do Brasil (OSP), que tinha seu ensino destinado ao 2º grau, e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), que foi regulamentada através do decreto nº 68.065, de 1971, e era direcionada especialmente ao ensino superior. Segundo o relato da professora Lúcia Maria Chiarelli, durante as aulas de EPB eram discutidas muitas questões ligadas à política e isso porque o seu professor era ligado ao MDB Jovem à época e trazia, para a sala de aula, o debate acerca da realidade brasileira, desconhecida e/ou ignorada por muitos jovens. A partir desse momento, Chiarelli passou a pensar essas questões sob uma nova perspectiva, até que

no semestre seguinte começou a acompanhar os seus colegas de curso mais ligados à esquerda, assim, iniciou a militância no movimento estudantil através do diretório acadêmico da Arquitetura. Além disso, afirma que participava de um grupo estudantil e somente mais tarde descobriu que o mesmo era influenciado pelo PC do B, partido este ainda mantido na clandestinidade e atuante através de correntes (ou tendências) estudantis⁷⁶.

“[...] eu participava de um grupo de estudantes, que na época eu não sabia, mas era influenciado pelo PC do B. Era um grupo político que se reunia para discutir tudo e ele também se expressava em outras escolas, não só na arquitetura, e, às vezes, a gente reunia todo mundo e tal. Lá pelas tantas eu descobri que esse grupo era influenciado por um partido clandestino, mas eu nem sabia qual, para tu veres o nível de repressão, porque ninguém falava nada [...]”. (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

Lígia Maria Chiarelli graduou-se em Arquitetura no ano de 1978 pela UFRGS, todavia, no mesmo ano em que estava se formando, prestou vestibular para Ciências Sociais na mesma instituição e, no ano seguinte, ingressou novamente naquela universidade. Optou por uma nova graduação porque não via outra maneira de continuar sua militância fora da universidade, pois, como afirmou em seu depoimento, os sindicatos com os quais ela teria vínculo estavam muito ligados às questões salariais, não havendo espaço para a militância na área profissional.

“[...] quando eu estava me formando em Arquitetura me deu um desespero, “o que eu vou fazer, porque eu quero continuar participando!”. Aí [...] fiz vestibular para Ciências Sociais, porque na verdade, eu queria continuar militando e eu não via fora da universidade um local para poder atuar. (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Em 1979, Chiarelli filiou-se ao PC do B, onde deu continuidade à sua militância, sendo, mais tarde, dirigente estadual do partido, assim como nos

⁷⁶Sobre as tendências estudantis atuantes no movimento estudantil universitário ver: BORTOT, Ivanir José. e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008; VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

municípios de Porto Alegre, Canoas e Pelotas. A partir dos anos 1980, concomitante à militância partidária, Chiarelli também passou a militar no movimento de mulheres através da União Brasileira de Mulheres⁷⁷, sendo esta uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1988. A referida entidade é de caráter nacional e visa defender os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania. Além do mais, busca ampliar o nível de consciência, bem como a atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras. Chiarelli mantém sua militância até os dias atuais no PC do B, assim como na União Brasileira de Mulheres.

Ao encerrarmos as entrevistas, todos os depoentes eram questionados se havia arrependimentos ou se faziam alguma coisa de diferente em relação à sua militância. Além disso, pedimos para discorrerem brevemente sobre como suas experiências enquanto militantes do movimento estudantil influenciaram suas vidas no período após a saída da universidade. Como evidenciamos ao longo da apresentação dos entrevistados, um grande número deles continuou militando em algum movimento social e/ou na área profissional. Ademais, no momento em que tais questões foram levantadas, a emoção ao lembrar o período de militância ficou evidente, pois, segundo os entrevistados, muitas das experiências adquiridas ao longo de suas trajetórias dentro do movimento estudantil foram incorporadas e postas em prática no convívio social.

3.2 Mulheres e militância: memórias de atuação

A década de 1960 foi nosso ponto de partida para a discussão acerca do papel feminino e sua trajetória de militância no movimento estudantil, pois foi neste período que o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Tais transformações suscitaram em nossa sociedade uma série de instabilidades e rupturas, mas também “possibilitaram o surgimento de novas pretensões e projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 227).

No entanto, segundo Maria Helena Trigo (1994), após a Revolução de 1930 já começaram a surgir as primeiras manifestações que contrariavam as

⁷⁷Disponível em: <http://www.ubmulheres.org.br/index.php>, acesso em: 20/05/2015.

relações instituídas entre pais e filhos. À medida que os filhos começaram a colocar em xeque as decisões paternas e a buscar projetos de vida mais individualizados, a interferência dos pais passou a sofrer rupturas e, ainda de acordo com Trigo, foi nesta época que já se manifestavam os primeiros indícios do embate geracional que se tornaria significativo nos anos de 1960 e 1970.

Assim, a partir da década de 1950, em decorrência do processo de industrialização, modernização e urbanização das cidades brasileiras, houve uma expansão das oportunidades econômicas e sociais, sobretudo às famílias de classe média. Esse cenário foi propício às implicações decisivas para as modernas divisões sexual do trabalho e construção social de gênero que ocorreram a partir da década de 1960. Para as autoras Ingrid Nascimento; Maria de Fátima Santos e Zeidi Trindade, a divisão sexual do trabalho, por exemplo, reorganizou-se a partir da industrialização, na separação entre unidade doméstica e atividades empresariais. Desta maneira, “a família privatizou-se com a consequente exclusão das mulheres das práticas, que, na construção das sociedades modernas passaram a ser exercidas numa esfera pública” (2012, p. 41), onde, por sua vez, transformou-se em medida de poder, prestígio, riqueza e também de cidadania.

Já de acordo com Trigo, a possibilidade de acesso das mulheres à educação, seja de segundo ou terceiro grau, tornou-se elemento decisivo para a redefinição da estratificação de gênero. Para a autora, é provável afirmar que, sob certo ponto de vista, essa alteração da posição feminina no campo social, com consecutivos reflexos nas relações entre os gêneros, correlacionou-se com outras mudanças socioeconômicas do período, já que “as mulheres entraram na universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe” (1994, p. 92). Além disso, o ingresso na universidade pode ser compreendido, concomitantemente, como produto e produtor de mudanças nos comportamentos e códigos mais gerais de sociabilidade, modificando, também, as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher.

A geração que entrou para a universidade a partir de meados dos anos 1960 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernidade brasileira e a transição para um novo período (VAITSMAN, 1994 *apud* NASCIMENTO; SANTOS e TRINDADE, 2012, p. 42).

Conforme Céli Pinto, “a década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental (2010, p. 16)”, pois, neste momento, percebeu-se uma enorme efervescência juvenil em grande parte dos países ocidentais, influenciados, sobretudo, pelo movimento da contracultura⁷⁸. Em meados de 1965, os Estados Unidos entraram com todo o seu poderio bélico na Guerra do Vietnã⁷⁹, fazendo com que, conseqüentemente, um grande número de jovens norte-americanos fosse recrutado para a guerra; além do mais, também neste momento, surgiu, naquele país, o movimento *hippie*, sendo este considerado o principal movimento da contracultura nos anos 60. Originado no Estado da Califórnia e cujo lema pregava a paz e o amor, os adeptos desse movimento abdicaram do convívio familiar e do conforto dos seus lares para viverem distantes dos ditames da sociedade capitalista, uma vez que contrariavam os valores morais e de consumo.

Ao final da década de 60, o movimento *hippie*, conjuntamente com outros movimentos sociais norte-americanos, mobilizaram-se para protestar contra a permanência dos Estados Unidos na guerra, bem como a recente invasão ao Camboja. Assim, ficava evidenciado que o movimento *hippie* não agia de forma isolada, ou seja, suas ações não se davam somente em relação às contestações aos antigos paradigmas da sociedade nos modos de viver e/ou consumir, mas também se posicionavam de maneira firme em determinadas ações políticas da época.

Ainda nesse contexto, o período foi marcado também pela forte atuação do movimento pelos direitos civis dos negros, o qual teve início na década anterior, quando houve diversas iniciativas de luta por parte dos negros em favor de uma constituição de direitos civis igualitários. Todavia, somente em julho de 1964, após diversos episódios criminosos contra a população negra norte-americana, o Congresso Nacional aprovou a Lei dos Direitos Civis, que estabelecia o fim da discriminação racial nas repartições públicas, na educação,

⁷⁸O movimento contracultural surgiu nos Estados Unidos e viveu seu auge durante as décadas de 1960 e 1970. O conceito da contracultura passou a definir todas as práticas e manifestações que visam criticar, debater e questionar tudo aquilo que é visto como vigente em um determinado contexto sócio-histórico. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/node/217>, acesso em: 14/11/2017.

⁷⁹A Guerra do Vietnã (1959-1975) foi um conflito entre o Vietnã do Sul, capitalista, e o Vietnã do Norte, socialista. Os Estados Unidos enviaram tropas para o conflito entre 1963 e 1969, sofrendo muitas perdas, fazendo com que a guerra fosse muito impopular entre os estadunidenses. Ver: BADARÓ, Celeste Cristina Machado. *Os quarenta anos do Maio de 1968*. Belo Horizonte: Conjuntura Internacional, 2008.

nos registros de eleitores, etc. E, assim como o movimento hippie, o movimento negro também era contrário à intervenção estadunidense no Vietnã⁸⁰.

Enquanto isso, na Europa, uma forte onda de protestos, que tiveram início a partir de manifestações estudantis que pediam reformas no setor educacional, marcou, especialmente, o final da década de 1960 na França. O famoso “Maio de 68” francês teve como ponto de partida os inúmeros conflitos entre os estudantes e as autoridades da Universidade de Nanterre, localizada nos arredores de Paris, logo no começo do mês de maio. O estopim desses conflitos se deu em consequência da proibição da existência de alojamentos mistos. As manifestações logo tomaram um novo rumo e, de acordo com Badaró, “animados pelo movimento, os estudantes franceses passaram a ir às ruas para buscar mudanças políticas, culturais e sociais” (2008, p. 1). Logo após o incidente, a administração decidiu pelo fechamento da instituição e expulsão dos alunos envolvidos no ocorrido. Ainda conforme Badaró, os protestos chegaram às ruas de Paris em 3 de maio de 1968, após o fechamento da Universidade de Sorbonne, a qual fora invadida, naquela data, por policiais, e vários estudantes acabaram detidos. Os estudantes passaram a pedir pela renúncia do então presidente Charles de Gaulle, que estava no poder desde 1958.

Mais tarde, foram realizadas manifestações exigindo a reabertura da Sorbonne e de outras instituições, bem como a libertação dos estudantes presos. Os estudantes sofreram com a forte repressão policial e, durante alguns dias, as ruas de Paris transformaram-se em campo de batalha, onde os estudantes, desprovidos de qualquer força bélica, abrigavam-se em barricadas e usavam pedras e coquetéis *molotov* para se defenderem de policiais armados. A partir desse momento o movimento passou a contar com o apoio dos operários que, influenciados pelo momento, de revolta, deflagraram a greve mais longa e mais profunda da história do país, envolvendo 9 milhões de trabalhadores (BADARÓ, 2008, p. 1).

No final do mês seguinte, são realizadas eleições e a frente política liderada por De Gaulle vence o pleito com 43,6% dos votos. Assim, pode-se afirmar que o movimento de maio de 68 foi fracassado politicamente. Todavia,

⁸⁰Para maiores informações acerca do movimento negro nos Estados Unidos ver: PROCTOR, Samuel D. *O negro jovem da América*. Rio de Janeiro: Bloch, 1967; SYRETT, Harold C. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

seus maiores efeitos foram as transformações sociais⁸¹. Conforme Vera Lopes, em sua entrevista, “os anos 60 foram os anos de multiplicidade, de possibilidades, de experimentação, de desejos, de anseios, de contestação naturalmente”. (LOPES, Vera Maria de Oliveira. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]*).

Em meio a esta excitação, Betty Friedan lançou, em 1963, o livro que seria considerado “uma espécie de bíblia do novo feminismo”: *A mística feminina* (PINTO, 2010, p. 16). Durante a década de 60, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surgiu com força total e, pela primeira vez, abordava diretamente as relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo apareceu como um movimento libertário, que não almejava espaço para as mulheres apenas no trabalho, na educação ou na vida pública, mas “lutava, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (*ibidem*).

Esse novo feminismo apontado por Pinto é denominado por Joana Pedro⁸² (2010) como feminismo de “Segunda Onda”, pois, segundo a autora, o mesmo surgiu após a Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Naquele momento, “uma das palavras de ordem era: “o privado é político”” (PEDRO, 2010, p. 115). O mesmo recebeu essa nomenclatura para diferenciar-se do que é considerado o feminismo de “Primeira Onda”, em que a principal reivindicação norteadora deste movimento eram os direitos políticos femininos, como, por exemplo, direito ao voto e a ser votada. A “Primeira Onda” do feminismo representa o surgimento do movimento feminista, que se originou como movimento liberal de luta das mulheres por direitos civis, políticos e educativos, uma vez que tais direitos estavam reservados somente aos homens. O movimento sufragista, que eclodiu na Inglaterra, França, Espanha e Estados Unidos a partir das

⁸¹Diversos outros países europeus e latino americanos foram marcados por revoltas estudantis no final da década de 1960, como por exemplo: Alemanha, Itália, Tchecoslováquia (à época pertencente ao bloco comunista) e México. BADARÓ, Celeste Cristina Machado. *Os quarenta anos do Maio de 1968*. Belo Horizonte: Conjuntura Internacional, 2008.

⁸²Para Pedro, há discussões acerca da quantidade de períodos em que a trajetória do feminismo se dividiria; para ela, e algumas autoras, o movimento foi definido pela existência de duas “ondas”, já para outras autoras, o movimento pode ser dividido em três grandes “blocos”. Ver: PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dezembro/2006.

últimas décadas do século XIX, teve papel fundamental nessa fase de estruturação do movimento feminista. Nessa época, conforme Koller e Narvaz (2006), o principal objetivo do movimento feminista era a luta contra a discriminação sofrida pelas mulheres e em defesa de direitos civis igualitários, entre eles o direito ao voto.

Já a “Segunda Onda” do feminismo, como já mencionado acima, surgiu, especialmente, nos Estados Unidos e França durante as décadas de 1960 e 1970. Enquanto as feministas norte-americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca por igualdade, as francesas, por sua vez, “postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada” (KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 649). Dessa maneira, as propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como “feminismo da igualdade”, ao passo que as que destacam as diferenças e a alteridade, são conhecidas como “feminismo da diferença”.

Para Joan Scott (2005 *apud* KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 64) a questão da igualdade e da diferença deve ser compreendida em termos de paradoxo, isto é, em termos de uma afirmação que não pode ser solucionada, mas somente negociada, uma vez que é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Já Fraisse (1995 *apud* KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 649) entende que a questão da relação entre igualdade-diferença sobrepõe-se à questão política, incutindo a ideia de que as diferentes subjetividades, masculinas e femininas, ainda que não idênticas, podem ser iguais, no sentido de serem equivalentes. Segundo as autoras, introduziu-se, assim, a noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença dentro dos movimentos feministas.

Em relação ao Brasil, assim como nos demais países da América Latina, o contexto político no qual o país estava inserido durante as décadas de 1960 e 1970 foram decisivos para barrar o desenvolvimento do movimento feminista, uma vez que o nosso país, bem como nossos vizinhos, vivia sob governos autoritários. Dessa forma, o cenário político “tornou difícil, senão impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações (PEDRO, 2010, p. 116). Neste sentido, ao analisarmos o contexto histórico que acabou propiciando o surgimento de todos estes movimentos libertários em diversos países do ocidente, fica

evidente que, no Brasil, segundo Céli Pinto, a década de 1960, e também a de 1970, transcorreu de maneira diversa do restante do mundo. Tal afirmação se baseia no fato de que o país viveu uma grande efervescência tanto no cenário cultural bem como no político durante os primeiros anos da década de 1960⁸³, contudo, após o golpe de 1964 e, em consequência de seus incessantes atos restritivos, acabou ceifando o desenvolvimento destes movimentos supracitados. Abaixo, a transcrição do relato de Vera Lopes exemplifica o momento:

“Nós tivemos dois períodos bem diferentes: a primeira fase aquela pré-64 e depois pós-64; foram também completamente antagônicas. A pré-64 dava a impressão de que havia um Brasil sendo construído, com a participação muito vigorosa do movimento estudantil e também do movimento operário e segmentos da Igreja Católica, sobretudo alguns segmentos da juventude Católica. [...] além desse movimento estudantil muito vigoroso, havia uma UNE muito ativa, bem como uma União Gaúcha de Estudantes muito ativa também. Enfim, existia muita atividade política permanente, núcleos de cultura popular, mesmo que estes tenham sido muito centralizados, pois, na verdade, além de centralizados aqueles eram igualmente verticalizados. Havia uma grande efervescência cultural, uma coisa que é muito fácil de perceber na própria música popular brasileira e na própria dramaturgia. (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

O movimento estudantil brasileiro, por sua vez, foi um dos principais protagonistas na luta contra o autoritarismo, pois já atuava com força desde 1966, quando se manifestava contra a ditadura e em favor de uma reforma universitária. Em consequência disso, essas manifestações geraram diversos confrontos entre os estudantes e a polícia, que usava todo seu poderio repressivo para coagir tais protestos. No entanto, o ano de 1968 foi, também, emblemático para o movimento estudantil brasileiro, pois, neste momento, houve um aumento significativo de protestos que denunciavam os diversos atos repressivos, muitos deles criminosos, assim como o uso da violência descabida da polícia militar contra os estudantes. A partir desse momento, o referido movimento intensificou suas ações, uma vez que adotaram novas estratégias para serem postas em prática nos protestos, como, por exemplo, o uso de bolas de gude quando a cavalaria da polícia se aproximava dos manifestantes, além das táticas de dispersão. Em contrapartida, para dar cabo

⁸³Questões que não foram postas em discussão neste momento, uma vez que já foram evidenciadas no capítulo de abertura deste trabalho.

aos protestos contrários à ditadura, o governo promulgou o AI-5, que significou o recrudescimento da repressão violenta do Estado para com estudantes e/ou qualquer pessoa de oposição⁸⁴.

De acordo com Vera Lopes, esse contexto de cerceamento das liberdades democráticas favoreceu o “contrabando” de material progressista, bem como a troca de experiências com grupos de esquerda do Uruguai, sobretudo os Tupamaros⁸⁵. Isso ocorreu em razão da proximidade do Brasil com o Uruguai, especialmente a cidade que discutimos aqui (Pelotas), que está localizada a alguns quilômetros da fronteira entre os dois países, favorecendo, com isso, o trânsito de ideias.

“Para nós a grande fuga era ir para o Uruguai, porque o país ainda não tinha caído. Os Tupamaros estavam a mil, a gente ia e vinha, chegava a Montevideu e frequentava tudo que era embaixada. [...] participava de reuniões, algumas coisas lá e tal, e os tupamaros cresceram muito nessa época, mas a gente não podia trazer isso para cá, porque aqui estava proibido mesmo, tu não podia manifestar. [...] E nesse vai e vem, a gente vai “fazendo a cabeça” como se diz, e as coisas vinham chegando e aparecendo. Chegavam de vez em quando uns emissários, que conversavam com a gente e outros que iam. Assim as coisas iam se fortalecendo. (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Portanto, o cenário na Europa e nos Estados Unidos propiciou o surgimento desses movimentos libertários, sobretudo aqueles que lutavam por questões identitárias, ao passo que, no Brasil, no final dos anos 1960 e início dos 1970, vivíamos um período de repressão da luta política legal, o que acabou obrigando muitas organizações de esquerda a entrar na clandestinidade e/ou aderir à luta armada. Foi somente a partir dos anos 1970 que começaram a surgir, de maneira clandestina, algumas manifestações feministas no Brasil.

Segundo Cynthia Sarti, em seu artigo sobre o feminismo brasileiro nos anos 1970, no qual a autora analisa a participação de mulheres nas organizações de guerrilha armada, fica evidente que a presença de mulheres

⁸⁴Assunto já abordado no primeiro capítulo desta dissertação.

⁸⁵Em 1963 surgiu, no Uruguai, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, sob a liderança de Raul Sendic, que, inspirado por ideias socialistas e pela vitória da Revolução Cubana, decide ingressar na luta armada junto com membros de seu partido, o Partido Socialista do Uruguai. Em pouco tempo, muitos militantes de outros partidos, inclusive dos tradicionais partidos Blanco e Colorado, passaram a ingressar no movimento. Ver: FERREIRA, André Lopes. O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos tupamaros com a frente ampla no princípio dos anos 1970. *OP SIS*, Catalão, v. 12, n. 2, p. 308-325, jul./dez. 2012.

nesses grupos de esquerda no Brasil durante os anos 1960 e 1970 trazia não apenas o ato de se insurgir contra a ordem política estabelecida, mas constituiu uma enorme transgressão ao que era designado, à época, como “próprio das mulheres” (2004, p. 37). Ademais, podemos transpor essa ideia quando analisamos a atuação de mulheres no movimento estudantil, já que estas também estavam transgredindo ao ocuparem um espaço majoritariamente masculino, deixando de lado o privado para assumir o público. Porém, em ambas as entidades (movimento estudantil e organizações armadas), não havia uma proposta feminista deliberada, mas algumas militantes questionavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento.

O ano de 1975 foi bastante importante para a visibilidade do movimento feminista, pois a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher, em função do impacto que se fez sentir do feminismo nos Estados Unidos e na Europa, auxiliando na discussão da condição feminina no cenário internacional. Esse fato abriu precedente no Brasil, já que ocorreu, naquele ano, uma semana de debates cujo título era “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. Além disso, neste mesmo período, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia⁸⁶, que desempenhou importante papel em prol da luta pela anistia, que ocorreu em 1979. Assim,

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* (SARTI, 2004, p. 39).

Neste período da redemocratização do Brasil, outro fator que contribuiu com a disseminação do movimento feminista no país foi o retorno das exiladas brasileiras, sobretudo aquelas vindas da França. Havia, na França, um movimento de mulheres bastante expressivo e aquelas tiveram a oportunidade de aprofundarem-se nas leituras pertinentes, bem como trazer para o Brasil

⁸⁶Para maiores informações ver: VARGAS, Mariluci C. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à Ditadura Civil-Militar: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. 2010. 320f. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

livros sobre a temática e novas pautas de discussão, possibilitando uma “imensa influencia no movimento feminista no Brasil e também no papel das mulheres no novo cenário partidário nacional, com o retorno do pluripartidarismo” (POHNDORF, 2013, p. 98).

Foi nesse contexto, então, que nasceu o feminismo no Brasil. Partindo das camadas médias da sociedade, o feminismo brasileiro, que inicialmente se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se por meio de uma articulação com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses (SCHMINK, 1981 *apud* SARTI, 2004, p. 39). Neste sentido, Vera Garcia⁸⁷ nos relata a experiência da criação, no final dos anos 1970, de um grupo feminista na cidade de Pelotas. O grupo feminista Gênese surgiu no meio estudantil através de uma deliberação de mulheres que militavam no Partido Revolucionário Comunista (PRC), que influenciava a tendência estudantil Resistência, tendência esta muito significativa dentro do movimento estudantil pelotense por lançar diversos líderes estudantis. O Gênese nasceu em decorrência da necessidade de trazer à tona discussões mais específicas, tais como a questão da mulher, para o interior do movimento estudantil num momento em que a principal bandeira de luta era o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país. Com isso, no contexto em que o grupo feminista surgiu, era evidente a falta de abertura para demandas específicas, fossem elas de gênero, raciais ou direitos homoafetivos, tanto no movimento estudantil como nos partidos políticos (mesmo os de esquerda), onde as bandeiras eram mais genéricas.

Importante salientar que o Gênese foi articulado por mulheres e, apesar do mesmo ter sido criado por militantes do PRC⁸⁸, ele era autônomo e independente de partidos políticos, uma vez que participavam mulheres de diferentes tendências estudantis e também de diferentes partidos. Mais tarde, acabou sendo criado o Movimento Feminista de Pelotas, onde este reunia o grupo Gênese, algumas mulheres da ala feminina do MDB e de outros partidos, assim como realizava fóruns de discussão na cidade. E, já naquele momento, uma das pautas destes encontros dizia respeito à violência sofrida pelas

⁸⁷Vera Garcia foi nossa única entrevistada que fez parte do Gênese desde sua criação, pois foi militante da Resistência ao longo de toda sua graduação e continuou no partido por algum tempo.

⁸⁸Militantes deste mesmo partido criaram em Santa Maria (RS) o grupo feminista Germinal. Para maior conhecimento, ver: <http://www.holgonsi.com/politica/movimento-mulheres-santa-maria.html>, acesso em: 22/07/2015.

mulheres. Além disso, era proibida a participação de homens no grupo. Havia os que eram os “aliados”, no entanto, as discussões eram comandadas somente pelas mulheres, isso para manter a total autonomia destas. A seguir, Vera Garcia nos explica melhor essa afirmação:

“Não tínhamos essa visão de que “ah os homens podiam participar”, não, eram somente as mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos efetivamente isso. Os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, para evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento para outras questões”. (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014 [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

O Gênese acabou semeando dentro do movimento estudantil a discussão acerca da questão feminina e, em muitas situações, as integrantes eram convidadas a fomentar debates sobre sexualidade e a questão da mulher em alguns diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPe), especialmente nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, uma vez estes eram constituídos majoritariamente por homens. Podemos inferir que havia mulheres cursando estes cursos, porém em número bem inferior. Talvez esse fato seja reflexo do comportamento esperado pela sociedade para com as mulheres. Assim, de acordo com Ferreira, “no processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são socialmente constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo-se para cada gênero um código específico” (FERREIRA, 1996, p. 50).

Desta forma, a posição da mulher no interior do espaço social é marcada através do binômio público/privado por sua inclusão no campo do doméstico, do interno, do privado. Enquanto aos homens é reservada a esfera de domínio público e estes, “são definidos em termos de categorias de *status* (guerreiro, governante, caçador), a vida das mulheres no âmbito do privado as define em termos *relacionais* (mãe, esposa, irmã)” (FERREIRA, 1996, p. 54). Por conseguinte, o ideal socialmente concebido a respeito das mulheres, e no qual lhes é assegurada uma conotação positiva relaciona-se com o privado. Convergindo com a ideia de Ferreira, Michele Perrot afirma que “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira” (PERROT, 1998, p.8). Sendo assim, conforme afirma Andréia Orsato, há espaços nos

quais as mulheres ainda não possuem passagem livre, ou pelo menos, apresentam uma tímida participação, como no caso da participação política (ORSATO, 2008, p. 54). Como sugere Michele Perrot,

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado (PERROT, 1998, p.129-130).

Concomitante à afirmação de Perrot, Vera Lopes abordou em seu depoimento, a situação atual da mulher na política brasileira. Discutindo a participação feminina no legislativo brasileiro em eleições recentes, percebemos um aumento de apenas 13,33% em relação às eleições passadas (2010), quando, do total de 513 deputados federais, somente 40 eram mulheres. Atualmente, a Câmara dos Deputados conta com 61 mulheres em seu quadro⁸⁹.

“[...] um congresso de 513 deputados, se não me engano, ter 40 mulheres, é um absurdo, e esse congresso de 513 deputados é que vai decidir se a mulher pode ou não abortar, eles é que vão decidir por elas, porque a sociedade é patriarcal, é machista. [...] (LOPES, Vera Maria de Oliveira. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 18 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”

Em relação ao acesso à educação, Fúlvia Rosemberg (1994) afirma que, a partir dos anos 1970, a inserção de mulheres no ensino superior foi bem significativa, sobretudo em cursos que levavam em conta a “vocação natural” da mulher para cuidado com o outro. Assim, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas” (ROSEMBERG, 1994, p. 10). Neste sentido, Vera Garcia aponta essa questão da divisão dos cursos universitários em seu relato:

“[...] os cursos que eram majoritariamente masculinos eram aqueles mais ligados à vida pública, e às mulheres estavam mais nessa coisa que reproduzia a maternidade, o cuidado com o outro. Dessa

⁸⁹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federai-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>, acesso em: 22/07/2015. No Senado, o qual conta com 81 senadores ao total, o número de senadoras que ocupam os assentos da casa é de apenas 13 mulheres. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/assentos.asp>, acesso em: 22/07/2015.

forma, Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social, um pouco da Psicologia, tinham essa representação do cuidado com o outro, e era composto, claro, na sua maioria por mulheres (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Ainda sobre essa questão, Lígia Maria Chiarelli faz uma análise acerca da participação feminina no curso de Arquitetura durante o seu período de graduação. Ela afirma que, naquele momento, não havia tanta disparidade quanto ao número de homens em relação ao de mulheres, “era mais meio a meio”, afirma Chiarelli. Porém, segundo ela, ocorriam alguns episódios constrangedores, visto que alguns colegas se sentiam superiores às mulheres da turma. Além disso, logo que iniciou sua graduação na UFRGS, Chiarelli relata que havia dois grupos distintos na Arquitetura, as “shampoo” e os “magrinhos”:

“[...] Aí tu vê que shampoo já era um nome pejorativo... E o que eram as “shampoo”? Eram as meninhas que estavam recém entrando na universidade, a maioria delas tinha namorado firme há muitos anos, outras eram noivas e iam casar. Essas eram as “shampoo”, e a conversa, então, era muito conforme o nome queria dizer. E os “magrinhos”, era um pessoal que ou era do campo da esquerda ou era um pessoal que não dava bola pra esse tipo de coisa, cabeludo, meio hippie, puxam fumo [...] (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Além dessa discussão acerca dos espaços ocupados pelas mulheres nas universidades, o objetivo norteador do grupo Gênese era transpor os muros da universidade e levar a discussão feminista até as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que trabalhavam em fábricas, ou as safristas. Ademais, havia também a participação do grupo em alguns bairros de Pelotas. Segundo Vera Garcia,

“Nós íamos às categorias, como, por exemplo, o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres trabalhava no sindicato da alimentação na época da safra (as chamadas safristas), nós éramos convidadas a falar. Eu me lembro de ir numa fábrica, onde havia um monte de mulher e nós falávamos para elas sobre a condição feminina e a luta feminista e o que isso significava. Em alguns bairros também participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas na verdade a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou. Nós acabamos

fazendo esses tipos de atividades (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Outra ação interessante desempenhada pelo Gênese foi promover, durante três anos, paralelamente à tradicional feira do livro pelotense, uma mostra de obras somente de cunho feminista, a qual contou com uma intervenção de Maria Rita Kehl⁹⁰:

“[...] nós fizemos durante três anos uma feira do livro com livros feministas. Só livros que falavam da questão da mulher. Nós fazíamos assim: colocávamos uma banca ali na praça, fora da feira do livro normal, porque a feira do livro ia diluir a questão. Tínhamos uma banca, que conseguíamos, e colocávamos ali na travessa, com livros que trazíamos das livrarias de Porto Alegre (consignados); era uma batalha. Era interessante, pois chamava a atenção: “o que essas mulheres querem aí só vendendo livro sobre a questão da mulher?”, isso aí nos anos 79/80 era uma coisa interessante, hoje não é tanto, mas uma feirinha só pra esse tipo de publicação mexia um pouco (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

O grupo Gênese permaneceu em atividade por quatro anos e durante o período de funcionamento, o mesmo realizava encontros semanais em que eram discutidos diversos temas pertinentes, dentre eles a questão da violência contra mulher, como já mencionado em outro momento. Para tanto, o grupo realizava atos e contava com o apoio e participação do movimento estudantil. Segundo Vera Garcia, o grupo Gênese não foi adiante porque ele cumpriu seu papel naquele momento, que era fomentar a discussão no meio estudantil e partidário, bem como provocar inquietação, em outras mulheres, acerca da situação da mulher brasileira. Ao longo desse período foi criado, em Pelotas, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, conforme Garcia, a partir desse espaço, elas conseguiriam atingir um número maior de mulheres. Na sua percepção, o Gênese, enquanto movimento feminista, estava muito relacionado com a academia, uma vez que todas as mulheres que participavam daquele eram universitárias e também militantes no movimento estudantil, ou seja, não

⁹⁰Maria Rita Kehl é psicanalista, formada em Psicologia pela USP. Mestra em Psicologia Social pela USP e Doutora em Psicanálise pela PUC-SP, também é ensaísta e jornalista. Foi editora do Jornal Movimento, um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura. Além disso, participou do grupo que criou o jornal Em Tempo em 1978. Esse jornal aglutinava grupos políticos que mais tarde auxiliaram na fundação do PT. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/65-maria-rita-kehl.html>, acesso em: 25/07/2017.

havia participação efetiva de operárias ou mulheres trabalhadoras construindo em conjunto o grupo. Portanto,

[...] naquele momento nós paramos de reunir o Gênese para irmos para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, porque achávamos que ali ia ser a forma de atingir o maior número de mulheres. Nós nos achávamos que o grupo feminista podia ter um conteúdo pequeno burguês, porque na verdade eram somente mulheres do movimento estudantil que participavam, não havia operárias, trabalhadoras; a nossa intenção era atingir essas mulheres. E nós também não queríamos ficar com aquela concepção de “mulheres pensantes”, que ficam pensando o movimento e depois vão lá falar para essas mulheres. Outra coisa era divisão social do trabalho intelectual e do trabalho braçal, não queríamos isso, e a gente quis participar mais desses órgãos do Estado [...] (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).

As autoras Koller e Narvaz citam, ainda, uma terceira fase do feminismo, que surgiu nos anos 1980 através da crítica pós-modernista que introduziu o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista predominante na França naquele momento, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, passam a evidenciar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências. Assim sendo, surgiu a “Terceira Onda” do feminismo, cuja proposta centrava-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, “desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero” (KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 650).

Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das* e *pelos* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (Scott, 1986). O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina (KOLLER e NARVAZ, 2006, p. 649).

Conforme as autoras, nesta terceira fase do movimento feminista percebe-se uma intensa confluência entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, uma vez que começaram a ser criados, inclusive em universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. Assim, as três gerações do movimento feminista, seja nos

seus aspectos políticos ou nos teóricos, não podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva histórica linear.

Mais adiante, já nos anos 1990, surgiu o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP)⁹¹, grupo este também criado por feministas e que, segundo Vera Garcia, pode ser considerado um remanescente do grupo feminista Gênese. O GAMP surgiu através de uma articulação entre vários segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, grupos de mulheres, etc. Além disso, o intuito do grupo é orientar mulheres e a sociedade em geral acerca dos seus direitos e chamar a atenção à discriminação sofrida pelas mulheres, materializada em vários aspectos, principalmente os homicídios e a maneira como são julgados. Atualmente, um dos projetos de trabalho desenvolvido pelo grupo visa à divulgação e a plena implantação da Lei Maria da Penha em Pelotas.

Um episódio que marcou a trajetória dessa geração de militantes do movimento estudantil pelotense foi a invasão à Casa do Estudante da Universidade Federal de Pelotas (CEU/UFPel). Isso se deu, talvez, muito em razão da abertura de espaço, no movimento estudantil pelotense, para a discussão de temas relacionados às questões femininas. Em março de 1981 o DCE/UFPel preparou um ato na Casa do Estudante em represália à proibição da entrada de mulheres naquele recinto. No dia 20 de março daquele ano, os estudantes deliberaram, em assembleia geral, um dos pontos da pauta de reivindicações que dizia respeito ao favorecimento do livre acesso feminino à casa do estudante. O pedido foi encaminhado à reitoria, porém tal reivindicação estudantil acabou não sendo atendida. Com o pedido negado, os estudantes, sobretudo as mulheres, ameaçaram invadir a CEU. O estopim ocorreu quando a mãe de um aluno do curso de Medicina Veterinária que se encontrava doente e necessitava de amparo foi impedida de adentrar nas dependências da CEU. Alguns dias mais tarde, foi divulgada uma nota no jornal Diário da Manhã, na qual os estudantes expunham os motivos pelos quais a invasão à CEU era legítima (e necessária):

COLEGAS

Os estudantes da Universidade Federal de Pelotas reunidos em assembleia geral no dia 20 deste mês deliberaram, como um dos

⁹¹ Para conhecer o trabalho desenvolvido pelo GAMP, acessar: http://gampelotas.blogspot.com.br/2008/08/nossa-historia_27.html, acesso em: 22/07/2015.

pontos da pauta de reivindicações a ser encaminhada a Reitoria o LIVRE ACESSO DE MULHERES A CASA DO ESTUDANTE.

Esta ideia não surgiu tão somente da assembleia durante todo o ano que passou, os moradores da casa do estudante manifestaram sua vontade de que pudessem rever na casa do estudante os familiares e amigos de ambos os sexos. Esta reivindicação dos moradores da casa não foi atendida. E nós pensamos que isso se deu justamente porque não houve organização e mobilização suficientes. Não se criou firme movimento de respaldo e solidariedade a esta justa reivindicação dos moradores da casa do estudante.

Muita gente talvez não saiba que a entrada de mulheres é proibida na casa do estudante. E esta proibição é bastante abrangente, os moradores da casa são proibidos de receber lá suas mães, suas irmãs, amigas, namoradas, de lá estudar com colegas mulheres. A proibição chegou ao absurdo de impedir que uma mãe visitasse o filho doente.

Esta proibição que hoje acontece na casa do estudante, atingindo a seus moradores e a toda a comunidade universitária está ligada a uma questão maior a uma opressão que sofrem todas as mulheres por parte de uma sociedade discriminatória. Esta opressão que incide diretamente sobre as mulheres naturalmente reflete sobre os homens, na medida em que impede um livre relacionamento entre homens e mulheres. É exatamente isto que faz de um relacionamento entre companheiros, que é por si só natural e saudável, algo proibido, preconceituoso, tabu.

Esta opressão recai com mais intensidade sobre as camadas de mais baixo poder aquisitivo. Assim por exemplo, a pressão que recai sobre todas as mulheres atinge mais fortemente a mulher trabalhadora, que é duplamente oprimida, enquanto sexo e enquanto classe. Assim, também é em virtude de seu baixo poder aquisitivo que alguns estudantes são levados a morar na casa, que oferece péssimas condições de moradia, sendo ainda obrigados a se submeter a proibições odiosas, como a de não receber mulheres.

Em repúdio a todas essas atitudes repressivas foi decidido em Assembleia Geral dos Estudantes da UFPEL, ratificada por Assembleia da Casa do Estudante, uma invasão à casa do Estudante, não de mulheres, mas de todos aqueles que se solidarizaram com este movimento, que é de todos nós".

TODOS À INVASÃO A CASA DO ESTUDANTE DIA 31 ÀS 18:30
CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO POR MELHORES
CONDIÇÕES DE MORADIA POR UMA CASA DE ESTUDANTE
FEMININA COM LIVRE ACESSO A HOMENS
LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E EXPRESSÃO PELO
ATENDIMENTO DE TODAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES (*Diário da Manhã*, 26 de março de 1981, p. 7)

A invasão estava marcada para acontecer no dia 31 de março, data emblemática na história recente do Brasil. Em nenhum relato, os entrevistados relacionaram o ato de invadir a CEU com a data em que se deu toda a movimentação golpista no ano de 1964. Talvez tivesse sido apenas uma coincidência, pois, alguns dias antes os estudantes tinham encaminhado à reitoria uma série de reivindicações, e nem todas foram atendidas. Mas o fato é que a invasão ocorreu num momento representativo.

No dia marcado para a invasão, às 18h30 min., um grupo de mulheres já estava com todas as tarefas deliberadas a partir de diversas assembleias ocorridas anteriormente. A ação foi bem articulada e as estudantes foram

divididas entre aquelas que iriam ficar na frente do prédio, para uma espécie de vigília contra qualquer tentativa de repressão, e aquelas que iriam fazer a ocupação da CEU. Após o comando, as mulheres adentraram à CEU, onde foram recebidas com uma chuva de papéis picados e aplausos pelos moradores da casa, bem como por populares que acompanhavam toda a movimentação. Além disso, segundo Renato Della Vechia (2010), a manifestação contou com o apoio de estudantes vindos de Porto Alegre⁹² e Santa Maria, cidades que também tiveram episódios parecidos anteriormente. Ademais, também foram prestar apoio aos manifestantes os grupos feministas atuantes naquelas cidades, como o Germinal, de Santa Maria, e o Coletivo de Mulheres da UFRGS. Vera Garcia participou da invasão e conta em detalhes como a mesma ocorreu. Revela que, ainda hoje, sente por ter sido designada para ficar de vigília no lado externo da CEU, enquanto outras militantes entraram na Casa:

“[...] E eu participei, várias mulheres participaram também. A única situação que eu lembro que ficou ruim para mim, vou fazer uma confissão que é dolorosa até hoje... eu fiquei designada para ficar na frente, porque como foi uma coisa organizada de antemão, algumas mulheres ficaram na frente e outras entraram junto com todo mundo. E tinha essa coisa assim: como tu eras do movimento e tu estavas ali ajudando a deliberar aquelas questões, então algumas mulheres tinham que ficar cuidando, e homens também, para não ter repressão, para não ter Brigada [militar]. Então, eu e outras mulheres ficamos na frente da casa do estudante fazendo, o que eu posso dizer assim, uma vigília, e chamando outras pessoas para entrar. Eu participei com essa tarefa, cada um tinha uma tarefa, porque no movimento as tarefas eram deliberadas para cada um e tinha essas especificidades. Mas participei sim, foi muito bom! Teve cobertura da televisão na época, eu lembro muito bem que no outro dia todo mundo foi para TV ver a invasão da casa. Foi muito interessante, um marco na cidade (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Terezinha Brandão também participou da invasão à CEU e relata que os policiais da Brigada Militar acompanharam toda a movimentação armados de metralhadoras, mas toda a ação transcorreu de forma pacífica. Os estudantes cantavam, com o intuito de chamar a atenção dos policiais presentes: “soldado,

⁹²A invasão feminina à CEU/UFRGS aconteceu no dia 29 de abril de 1980. As participantes reivindicavam o direito à moradia mista, uma vez que a moradia era assegurada somente aos homens e a entrada de mulheres (fossem mães, irmãs, amigas, etc.) era proibida. O grupo feminista Liberta, em conjunto com os moradores da CEU, foram os responsáveis pela articulação do movimento, e a conquista desse direito ocorreu somente em 1982. Sobre o assunto ver: <https://www.youtube.com/watch?v=N5it9NYzyMc>, acesso em: 22/07/2015.

“você também é explorado”. Na avaliação de Brandão, esta manifestação foi “a intervenção mais perigosa de que eu já participei”. Ainda sobre a questão da moradia masculina, Maria do Carmo Lessa afirma que, pelo fato da CEU/UFPel ser destinada única e exclusivamente para estudantes do sexo masculino, isso tornava o acesso à educação superior ainda mais difícil para as mulheres que moravam em outras cidades e não tinham condições de subsidiar sua moradia em Pelotas, limitando-as a uma condição restrita quanto aos seus estudos. Ademais, Lessa enfatizou que a discriminação contra a mulher se refletia nos relacionamentos afetivos, já que, por ser garantida moradia gratuita para os homens, estes vinham para Pelotas estudar e morar, ao passo que suas namoradas permaneciam em suas cidades de origem, restando a elas esperar pelo retorno dos namorados para tornarem-se esposas e donas de casa.

“[...] o que acontecia? Os rapazes vinham para estudar, se formavam na faculdade, até namoravam aqui pela cidade, mas voltavam para casar com as coitadas que tinham ficado na terra deles, que iam ser mulher, procriar e fazer tudo aquilo e que eles tinham aquele troféu guardado na cidade deles. Isso também era complicado para gente, porque, às vezes, a gente namorava os coleguinhas, mas sabíamos que eles tinham um trofeuzinho guardado na cidade deles e que elas nunca iam ter acesso a vida deles, assim, no dia-a-dia. E eles voltariam e casariam com as meninas de lá. E elas coitadas nunca teriam acesso a uma faculdade, ter essa mesma oportunidade de poder escolher, namorar aqui, namorar lá (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Além disso, diferentemente da fala de Vera Garcia, que afirma que toda a ação foi bem articulada, Lessa, talvez por motivo de sua gravidez, não tenha estado presente em todas as assembleias deliberativas, nos conta que, mesmo grávida de quase nove meses, estava presente na invasão à CEU: *“eu estava com a minha filha com quase nove meses na barriga, não sabia o que eu fazia, mas a gente subiu as escadas, invadiu e a partir dali nunca mais a casa do estudante foi só masculina, foi casa para mulheres também (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.*

Portanto, conforme a afirmação de Maria do Carmo Lessa no parágrafo acima, a principal conquista após a invasão à CEU/UFPel foi que a mesma passou a ter um andar destinado somente a mulheres, uma vez que, ao ser proibida a entrada destas na casa, não havia moradia feminina gratuita para

aquelas mulheres que não possuíam uma condição financeira confortável. Este fato prejudicava muitas meninas de diferentes lugares do Brasil que buscavam ingressar na universidade, o que fica evidenciado no artigo publicado pelos estudantes no jornal *Diário da Manhã*; ademais, mulheres cujas famílias possuíam melhores condições financeiras, residiam em casas ou apartamentos alugados, os quais eram divididos com outras mulheres. As moças, oriundas de famílias mais controladoras podiam residir em pensionatos. De acordo com Renato Della Vechia, em sua entrevista, essa situação interferiu na adesão feminina ao movimento estudantil naquele momento, ainda que a repressão ao movimento, neste período de nossa pesquisa, fosse um pouco mais branda do que nos anos anteriores. O país vivia ainda sob uma ditadura e medo pairava. Assim, aquelas mulheres que viviam nos pensionatos, ou as que possuíam família na cidade, sofriam com proibição familiar, ao passo que aquelas que moravam sozinhas possuíam liberdade maior de atuação.

“[...] As mulheres normalmente ficavam em pensão, [...]. Os homens, normalmente, criavam repúblicas (um grupo de estudantes alugava um apartamento). Algumas mulheres faziam isso [...] Então, as estudantes que vinham de fora, de qualquer forma, elas ainda tinham a liberdade maior, principalmente aquelas que alugavam de forma conjunta apartamento, então tinha maior liberdade em relação a isso. As da cidade de Pelotas, bom, aí a repressão era familiar, no contexto aonde ainda havia um controle muito mais rigoroso do que hoje. Embora houvesse mulheres que não aceitassem essa condição, brigavam, mas era aquele jogo tradicional de pressão familiar que tinha mais ou menos peso (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Neste sentido, incontestavelmente, a questão do preconceito permeia a luta das mulheres nos movimentos sociais, em geral, até os dias atuais. Todavia, segundo Renato Della Vechia, não havia demonstração de preconceito contra mulheres no interior do movimento estudantil, pois, na sua visão, as relações políticas entre os militantes de ambos os sexos eram vistas com tranquilidade. Porém, ressalta ele, esse fato relacionava-se muito com a tendência estudantil na qual os estudantes militavam, uma vez que algumas tendências viam a luta das mulheres como secundária, o que acabava dividindo o movimento, já que a sua força motriz era a luta pelo fim da ditadura. Mas também havia aquelas tendências em que as mulheres eram incentivadas a organizarem-se de forma independente e lutar pela maior visibilidade feminina no meio político. Já

perante a sociedade, Vechia afirma que aquelas mulheres que possuíam alguma militância sofriam preconceito declaradamente. Assim,

“[...] Primeiro, óbvio que numa sociedade onde ela tem na sua estrutura social o preconceito e ela é uma sociedade machista, isso de alguma maneira influenciava no movimento, mas em diversas esferas. Influenciava porque os pais eram contrários à participação das filhas mulheres, pois os pais controlavam os horários que as filhas mulheres chegavam a casa, o que não era o mesmo controle para os homens. [...] Mas não havia um impedimento por parte dos militantes do movimento estudantil, [...] então, eu acredito que o machismo, não vou dizer que não existisse, mas não havia de uma forma clara, explícita ou preocupação em dificultar as mulheres de entrar. [...] Há uma certa dificuldade como cruzar esses fatores todos, a representatividade dessas correntes, a concepção que essas correntes tinham sobre o papel da mulher, porque era a discussão e havia divergências. Havia setores que achavam secundária essa discussão de mulheres, que a discussão central era a luta de classes ou o enfrentamento a ditadura e por tanto essas questões elas dividiam o movimento e não unificavam. E havia aqueles que achavam que as mulheres tinham que se organizar de forma independente e tinha grupos de mulheres organizados nessa perspectiva (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Em sua entrevista, Renato Della Vechia afirma que não percebia o preconceito explícito de homens para com as mulheres que militavam no movimento estudantil, porém, ao analisarmos as entrevistas, percebemos, nas falas das próprias militantes, que, de alguma forma, o machismo estava presente no interior desse movimento, assim como na universidade como um todo. Um exemplo disso é a publicação de um boletim informativo emitido pelo DCE/UFPel (Gestão 1983), que foi assinado pelas universitárias Angela Amaral, Maria Rosilane Romero e Luiza Schwambach, todas acadêmicas do curso de Agronomia. Nesse boletim, foi relatada a questão do preconceito contra mulheres em cursos que tinham, majoritariamente, estudantes homens entre seus alunos, como era o caso da Agronomia. Além disso, esse boletim ainda trazia à tona a disparidade no mercado de trabalho no campo da Agronomia, chamando a atenção para a expressiva taxa de desemprego feminino na área se comparado aos índices de desemprego masculino. Segundo Marília Pohndorf,

A discriminação da mulher na Agronomia é uma questão frequentemente levantada entre estudantes e profissionais e fica comprovado quando nos deparamos com a constatação de que o

nível de desemprego nesta área está em 5% para homens e 12% para as mulheres. [...] Mas, este não é um fato isolado na sociedade, e quando se pretende fazer uma análise a procurar as reais causas desta situação. Essas causas soam bastante remotas e não podem mais ser analisadas de forma simplista e equivocadas de que as mulheres vêm sendo historicamente relegadas a um plano inferior, mas isso se deu em função de uma formação social. De um modo geral, foi sempre reservado ao homem a posição de lutadores, na qual manteve um maior contato com o exterior, cresceu, criou e assegurou uma noção da realidade muito maior que a mulher. [...] Um clima de insatisfação foi se gerando e eclodiu numa forma organizada de luta, ou seja, o Movimento Feminista, que, portanto não é novo. Já no fim do século XIX, na Inglaterra, as mulheres passaram a reivindicar atuação ativa nos sindicatos, [...] O Movimento Feminista foi então deturpado com os movimentos burgueses, sendo canalizado exatamente para manifestação que posicionava a mulher contra o homem. Apesar dessas distorções, o Movimento Feminista persiste até nossos dias, evidenciando sua importância. Abrange, e deve seguir abrangendo, vários setores da sociedade, inclusive universidade e o curso de Agronomia. A universidade deveria ser local de amplas discussões, pois, uma vez profissionais, devemos ter clareza diária dos problemas para intervir conscientemente na sociedade. Sabemos, no entanto, que essa discussão ampla e constante não ocorre. [...] Em função disso, a mulher universitária constata que a sua libertação dos vínculos patriarcais através do estudo e de independência econômica é falsa. Ela continuará sendo explorada como segundo sexo e como trabalhadora (POHNDORF, 2013, p. 96).

Neste sentido, ao relatar uma movimentação em razão de uma greve de estudantes, percebemos que, mesmo velado, o machismo estava presente no movimento e muitas mulheres não tinham percepção de tal. Essa afirmação se baseia na passagem da entrevista de Maria do Carmo Lessa em que ela afirma que *“quem mais falava, quem mais se destacava, geralmente, eram os homens, até porque já era de praxe e isso a gente não muda de uma hora para outra, tanto é que a gente teve presidentes, diretores de DAs e DCE quase sempre homens”* (LESSA, Maria do Carmo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]*). Assim, apesar de não haver nenhuma restrição à inserção de mulheres no movimento estudantil, notamos que estas raramente assumiam uma posição de destaque dentro do mesmo. Todavia, de acordo com Renato Della Vechia, tal fato estava muito relacionado com a tendência em que essas mulheres militavam, uma vez que muitas possuíam uma expressiva atuação política, mas estavam inseridas numa corrente que não tinha força política. Em consequência, seu espaço de atuação era menor.

“Outro fator eram as tendências, porque às vezes tinham mulheres que possuíam uma grande atuação política, mas eram de uma corrente pequena. Bom, isso fazia com que seu espaço também fosse pequeno (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a

Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

De fato, concordamos, que se uma mulher milita numa tendência inexpressiva, obviamente seu campo de atuação será reduzido. No entanto, as tendências com mais força política contavam com inúmeras mulheres em seu quadro, porém estas sempre atuaram nos bastidores. Algumas chegaram a presidir os Diretórios Acadêmicos de seus cursos, mas elas não encabeçavam chapas que concorreriam ao DCE das universidades de Pelotas. No máximo, concorriam como vice-presidentes, como foi o caso de Maria do Carmo Lessa, que, em 1977, integrou uma chapa que concorreu ao DCE/UCPel. Ademais, outro fato importante, também mencionado por Lessa, diz respeito a uma mobilização articulada pelo movimento estudantil em represália ao aumento do valor das refeições no Restaurante Universitário, em março de 1982. Lessa nos relatou que os estudantes invadiram o restaurante e se responsabilizaram pela alimentação. No entanto, as mulheres, dentro do comportamento esperado em uma sociedade machista, assumiram a cozinha.

“[...]Queriam cobrar um absurdo no restaurante, então invadimos e tomamos conta das panelas. As panelas batiam nos ombros da gente, era um troço horrível de grande [...] eu fiquei responsável pelo feijão e ficamos dias lá aguentando essa história do RU. Bancando a alimentação de todos os estudantes para não deixar ninguém sem comida (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Lígia Maria Chiarelli, por sua vez, nos conta que, diversas vezes, passava pela mesma situação quando eram realizadas reuniões tanto do D.A. da Arquitetura como do DCE/UFRGS. Além da sua participação enquanto militante, cabia a ela a limpeza da sala e a preparação do café para os demais estudantes. Ela relata uma situação que a marcou. A cada dois ou três meses eram realizados encontros entre os DCEs das universidades gaúchas na cidade de Porto Alegre e, segundo ela, a falta de comprometimento com horário por parte dos seus companheiros que compunham o DCE/UFRGS a irritava profundamente. Ela, por ser uma das dirigentes, chegava no horário marcado para recepcionar as delegações, mas enquanto os companheiros (homens) não chegassem, a reunião não se iniciava. Chiarelli admite que demorou algum tempo para compreender “a real situação”, ou seja, que ela, enquanto dirigente, tinha capacidade para prosseguir com o encontro mesmo

sem a presença dos companheiros. Mas, devido a essa imposição machista de que somente os homens detinham o poder da fala, ela não se sentia apta a iniciar a sessão. Abaixo temos a transcrição de seu relato para exemplificar:

“[...] Tem um episódio que me marcou! A cada 2 ou 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a reunião para às 9h, então 9h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave. Começava a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinos e os camaradas não chegavam, eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã, e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte: eu era uma dirigente do DCE também, porque as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles para começar; eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria, se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião. Então eu ficava brava com eles, mas quando na verdade essa era uma deficiência minha também (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Ao concluir seu relato, Lígia Maria Chiarelli afirma que essa questão era uma “deficiência” sua, quando, na realidade, em consequência de o machismo estar enraizado em nossa sociedade, muitas mulheres não percebiam essas pequenas demonstrações de preconceito e as enxergavam com naturalidade. Assim, como já abordamos anteriormente, o esperado era que as mulheres se envolvessem somente nos cuidados com o outro, desempenhando tarefas que remetesse à vida privada, como, por exemplo, a preparação das refeições para os estudantes, quando o restaurante universitário foi tomado, segundo nos relatou Maria do Carmo Lessa. Ou que estivessem na preparação da sala e do café para a recepção das demais delegações para as reuniões de DCEs, conforme relatado por Chiarelli. Aos homens, por sua vez, era designada a vida pública, pois eram os homens que mais se destacavam dentro do movimento estudantil, mesmo naqueles grupos mais ligados à esquerda; além disso, eram sempre eles que discursavam nas assembleias e/ou nas manifestações ou que encabeçavam chapas que concorriam aos DCEs.

Dessa maneira, o grupo feminista Gênese teve papel muito importante para o desenvolvimento do movimento estudantil ao trazer discussões acerca da realidade feminina e fomentar o debate no meio estudantil. Segundo Vera Garcia, as integrantes do grupo eram convidadas ao debate pelos presidentes dos diretórios acadêmicos, principalmente daqueles cursos em que a grande

maioria dos acadêmicos era do sexo masculino. O eixo norteador das discussões versava sobre a opressão da mulher, bem como sobre sexualidade. Contudo, Garcia nos relata que, ao primeiro contato com estes estudantes, a questão que se sobressaía era o fato de que a maioria das meninas que compunham o grupo ser muito jovem, provavelmente com idades entre 18 e 20 anos, o que causava certo estranhamento entre os estudantes, que as consideravam demasiadamente jovens para discorrer, sobretudo, acerca de sexualidade. Na transcrição abaixo, Vera Garcia pontua,

“Eu lembro muito bem que a gente ia fazer debates sobre sexualidade em alguns cursos, como Veterinária e Agronomia. Companheiros desses cursos que estavam no movimento estudantil nos convidavam para falar sobre a opressão da mulher, esse era o tema central. E aí nós íamos e era muito interessante, porque nos olhavam e nos achavam muito novinhas, entendeu? “Ah umas gurias vieram falar isso para nós!”, mas na verdade eles eram uns guris também! Então tinha um pouco disso, da idade e de ser mulher. Mas era só no início, eu lembro que quando a gente começava a conversar, os meninos em geral gostavam muito e participavam bastante. Foi um momento bem rico dessa discussão no movimento estudantil (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Outro ponto abordado nas entrevistas fez referência à militância desempenhada por esses jovens e a relação familiar. Essa questão fez parte do nosso roteiro propositalmente, uma vez que a grande maioria dos entrevistados era jovem no período analisado e muitos moravam com suas famílias em Pelotas, sobretudo no caso das mulheres. Além disso, através desse questionamento podemos perceber as pequenas nuances do preconceito que permeava as relações de gênero entre os militantes de ambos os sexos. Sendo assim, por unanimidade, nossos entrevistados relataram que suas famílias tinham algum conhecimento de sua militância no movimento estudantil, porém desconheciam o fato das tendências estudantis serem influenciadas por partidos políticos que ainda permaneciam na clandestinidade⁹³.

⁹³Em 1979, a reforma partidária estabeleceu o retorno do pluralismo partidário no Brasil, porém sob um espaço formal limitado e que era controlado pela Lei orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Assim, no processo eleitoral ocorrido no ano de 1982, quando já estava em vigor a lei supracitada, foram eleitos através de eleições diretas os governadores, senador (uma vaga por Estado), deputados federais e estaduais, e vereadores. Para maiores conhecimentos ver: BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições municipais na década de 1980 e as mudanças no sistema político: análise a partir do caso de Pelotas (RS). In: IX Encontro Estadual de História (ANPUH/RS), 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008; LACERDA, Gislene Edwiges de. O retorno do pluripartidarismo brasileiro: a fundação do Partido dos

Ademais, nossos entrevistados afirmaram também que diversas ações articuladas pelo movimento estudantil não eram reveladas às suas famílias, pois o medo da repressão ainda estava muito presente na vida dos brasileiros. Uma questão interessante enfrentada neste momento diz respeito à escala de repressão, pois, apesar do país encontrar-se ainda submerso na repressão ditatorial no final da década de 1970, nota-se uma diminuição de intensidade nos métodos de cerceamento utilizados pelo governo. Com isso, “podemos considerar que os grandes riscos enfrentados por aqueles que ousaram combater a ditadura no Brasil no final da década de 1960 até metade da década de 1970 foram sendo progressivamente atenuados” (POHNDORF, 2013, p. 9).

Com o desgaste da ditadura civil-militar, em consequência das questões econômicas externas e, sobretudo, com a revogação do AI-5, os estudantes passaram a encontrar maior respaldo em sua defesa, através de advogados disponíveis, além do fim da censura à imprensa e de uma sociedade, em geral, mais atuante. Contudo, apesar do novo quadro de pequena abertura política, ainda havia repressão política, porém, com menor intensidade do que nos anos anteriores. Sobre esse momento histórico é importante destacar que a reabertura política ocorreu aos poucos, em etapas e com o governo tentando manter o controle do processo de abertura. Sendo assim, muitas famílias não concordavam com a participação dos seus filhos no movimento estudantil, mas também não os impediam de militar.

Em sua entrevista, Maria do Carmo Lessa afirmou que, mesmo que sua família não a proibisse de militar, eles tinham algum receio, pois era corriqueiro o recebimento de mensagens denunciando a entrevistada e afirmando que a mesma estaria fichada no DOPS. Além disso, outras questões permeavam essa relação da militância com questões familiares, uma vez que acreditavam que, por conta de tal atividade, a entrevistada jamais fosse concluir a graduação. Afirmavam, também, que os militantes eram uma “cambada de loucos” e que talvez fizessem uso de drogas, explicitando, assim, certo preconceito para com os jovens. Duca relata,

“As famílias não concordavam muito, eles achavam que a gente era maluco, que talvez a gente usasse droga, que a gente não ia conseguir nunca sair da faculdade e que a gente era uma cambada de louco. Se eles pudessem, eles encerravam a gente, porque a

gente a toda hora recebia mensagenzinhas “olha, tua filha tá fichada no DOPS e qualquer hora...” (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Deste modo, fica evidente que havia um prejulgamento por parte de uma parcela conservadora da sociedade em virtude da aparência dos militantes, o que criou uma identidade para estes jovens que integravam o movimento estudantil na cidade. De acordo com Marília Pohndorf (2013, p. 24) “muitas vezes, também era utilizada como uma espécie de registro da identidade daquele Movimento, refletindo seus ideais políticos e sua postura de enfrentamento”. Duca complementa:

“Eles nos achavam todos malucos né, malucos beleza, eles nos achavam a gente... Nossa aparência de hippie, meio desarrumados, o cabelo meio desajeitado, achavam que a gente devia ser drogados, todos, porque a gente era alternativo, então a droga faz parte né. Mas graças a Deus, todos nós, mostramos o que fizemos e pra que viemos né [...] a gente não tinha medo de nada, a gente fazia greve, parava ônibus, fazia muralha humana, “ah, vamo ataca esse ônibus!”, ficava todo mundo de braço, um agarrado no outro e ninguém passava, e não tinha ônibus que saísse de garagem [...] (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Ademais, para além da questão de identidade do Movimento Estudantil estar relacionada à aparência desses militantes, a ideia do uso de drogas por parte destes parecia intrínseca ao referido movimento naquele momento, ideia esta que era corroborada pelos mais conservadores. De um lado, alguns militantes viam o uso de entorpecentes, sobretudo aqueles relacionados a substâncias naturais ou alucinógenas, como um meio de ampliar a percepção, ou, ainda, um meio oportuno de identificação daqueles que não estavam de acordo com o sistema vigente, fazendo uso, assim, de substâncias proibidas como forma de transgressão. Contudo, para os militantes mais engajados politicamente, o uso dessas substâncias “era entendido como um empecilho burguês alienante e, portanto, contrário aos ideais revolucionários, urgentes naquele momento” (POHNDORF, 2013, p. 24). Além do mais, acreditavam que o uso de drogas faria com que os militantes estivessem mais expostos às investidas policiais, fato que traria grandes consequências para o meio estudantil. Porém, como sinaliza Pohndorf (2013, p. 25), o uso dessas substâncias ilícitas pela juventude da década de 1960 e 1970 foi amplamente

difundida pelo movimento de contracultura e, acima de tudo, obteve um efeito de glamourização através das bandas de rock progressivo daqueles anos, simultaneamente com suas letras de músicas e pelo alto consumo dessas substâncias em festivais de música, tais como o lendário Festival de Woodstock, ocorrido nos Estados Unidos no ano de 1969.

Vechia vai ao encontro de Lessa quando afirma que sua aparência o identificava imediatamente como um “militante da época”, pois, “era uma situação, hoje eu penso sobre isso e eu vejo que era uma situação muito contraditória. Eu, por exemplo, eu era cabeludo, barbudo, andava sempre de calça de brim, mal vestido, aliás, até hoje, e aquelas... típico militante da época”. Com isso, evidenciamos que a aparência dos estudantes que militavam no movimento estudantil naquele momento era um importante identificador, não apenas para os que não faziam parte do movimento, mas também para os próprios militantes, sendo um objeto de identificação utilizado por muitos sujeitos que integraram o movimento estudantil até os dias de hoje, segundo afirma Pohndorf (2013, p. 25).

Ainda com relação a questões familiares, Lígia Maria Chiarelli nos conta, em seu relato, que sua família não tinha conhecimento sobre suas atividades enquanto membro de um partido político. Sabiam apenas que a mesma participava de passeatas e que tinha envolvimento com o Diretório Acadêmico da Arquitetura. Porém, mesmo assim, suas atividades causavam preocupação em sua família, o que levou Chiarelli a procurar uma república estudantil, visto que, assim, teria mais autonomia para participar das diversas atividades, como ela mesmo nos conta:

“É que era o seguinte, eu me filiei ao partido, mesmo que clandestino em 79 né?! E 79 eu morava com a minha família ainda, é claro que eles não sabiam do partido. Sabiam que eu ia a passeatas, que eu estava envolvida com o diretório acadêmico e tal, mas não que eu estava filiada, não tinham conhecimento da minha militância. Não chegavam nem a se preocupar porque não sabiam da minha militância, o que eu fazia, ou não fazia. E foi um dos motivos que depois eu fui morar em república, que foi um pouco mais adiante, porque se eu chegava tarde de alguma atividade, a minha mãe já ficava preocupada e tal, aí eu disse “ah não quero isso pra minha vida”. Era um período que se pichava muro clandestinamente; em certas datas importantes o partido promovia pichações durante a madrugada. Então eu não morando em casa, eu podia fazer aquilo tranquilamente e voltar que não tinha problema. Em casa eu não poderia sair às 2 da manhã dizendo “eu vou pichar muro!”, então eu consegui ter mais atividade partidária política

quando eu morei em república, que aí não tinha essa questão familiar, porque se eles soubessem, com certeza não iam gostar muito (CHIARELLI, Lúcia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

O mesmo foi relatado por Vera Garcia, que afirma que sua família tinha conhecimento sobre as atividades desempenhadas por ela, porém não tinha conhecimento de que ela fosse filiada a um partido clandestino. Outra questão levantada por Garcia diz respeito ao fato da preocupação familiar ser redobrada por serem meninas envolvidas com a militância, o que evidencia um certo preconceito de gênero:

“[...] eu tive que esconder porque eu fazia parte de um partido clandestino, aí a família não podia saber. A família sabia que eu participava no meu bairro de algumas atividades, então não foi tão estranho que eu entrasse no movimento estudantil, mas a família não sabia que tinha um partido político clandestino por trás disso tudo. Havia uma certa preocupação sim, porque como nós saíamos à noite pra fazer pichação, e é uma coisa que tinha que fazer escondida, eu tinha que dizer que ia dormir na casa de uma colega, mas era pra gente sair pra pichar de noite, pichar os muros. Então, tinha preocupação, onde que eu ia, porque até claro, mulher, menina, digamos assim, e ainda metida nessas coisas [...] (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

Desta maneira, fica evidente que, apesar do nosso recorte temporal compreender um momento de maior abertura política, assim como de abrandamento da repressão ao movimento estudantil, ainda assim a sociedade vivia com medo. O medo foi uma das táticas mais eficientes, pois foi implantado como forma de ameaça e intimidação àqueles que iam contra o regime vigente. Havia, ainda, a preocupação com os agentes infiltrados no meio estudantil, os quais eram responsáveis por enviar relatórios de tudo o que acontecia nas universidades da cidade, como nos esclarece Vera Garcia:

“[...] era um período que ainda não estava muito fácil, ainda tinha repressão, a brigada militar estava sempre presente, a gente não conhecia os agentes da repressão que estavam infiltrados no movimento, sempre tinha, todo mundo dizia “tem alguém”, mas ninguém sabia nada, e acho que tinha um pouco assim, de encantamento, uma coisa poética com a própria militância e de achar que estavam nos perseguindo (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov.

2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).”

Neste sentido, Renato Della Vechia relata uma situação em particular, quando um policial infiltrado afirmou que os acompanhava e produzia relatórios diários que eram entregues ao comando da Brigada Militar. Nos relatórios, o policial relatava todos os passos dos estudantes dentro da universidade, mesmo que concordasse com as reivindicações estudantis:

“[...] Tinha um senhor que ia de manhã, de tarde e de noite passava conosco nas salas de aula para mobilizar os estudantes e às 11 da noite íamos nos reunir no DCE para organizar o outro dia. No outro dia nós entramos numa sala e quando eu estava entrando com outra pessoa, e ele pediu para falar conosco em separado e os outros estavam esperando a reunião iniciar. Ele veio e se apresentou e disse: “Olha, eu sou da P2 – polícia secreta da Brigada – e faço um relatório com tudo que vocês falam aqui dentro diariamente e entrego para o comando da Brigada, mas eu percebi, participando do movimento de vocês, que vocês têm razão, porque com o salário que eu ganho como brigadiano, eu não vou poder dar condições para o meu filho estudar num cursinho para entrar na universidade federal e não vou ter condições de pagar uma universidade privada. Mas eu vivo disso e alimento minha família com esse dinheiro, portanto vocês têm duas opções, ou adiam, porque tem mais gente, não é só eu e amanhã eu não vou estar aqui ou vocês não falem nada que eu não possa escutar.” [...] Isso demonstra que havia uma preocupação, mesmo já em 82, fora do período violento da ditadura. Ainda havia uma preocupação do papel que os estudantes cumpriam junto à sociedade [...] (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).”

Vechia complementa,

“[...] Todos os atos, todas as mobilizações sempre foram uma forma de tentar enfrentar não só uma repressão policial, mas uma repressão dentro das universidades, porque dentro da Universidade Federal tinha um órgão de informação, que tinha um general – Gal. Vignoli. Ele era responsável por ter o mapeamento de todos os professores, funcionários, estudantes e ter o controle de cada um. Como tinha na Universidade Católica uma prefeitura de campus que controlava qual cartaz podia ser colocado [...]. Havia controle e havia infiltração dentro do próprio movimento (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação]).”

Desta forma, gostaríamos de salientar que, apesar desse cenário de abertura política e fim da repressão garantidos pelo general Ernesto Geisel ao

assumir a presidência em 1974, os setores “linha dura”⁹⁴ do governo discordavam dessa política e continuaram reprimindo os movimentos sociais, gerando, assim, uma crise no regime militar. Assim, mesmo convivendo com esse sentimento constante de medo, os estudantes pelotenses não se deixaram esmorecer e promoveram diversas manifestações em Pelotas, muitas delas em favor de melhorias, tais como alimentação e transporte, como já mencionamos no capítulo anterior.

Para encerrarmos este capítulo, durante a entrevista, nossos entrevistados eram instigados a refletir sobre algum arrependimento, bem como acerca das experiências adquiridas ao longo da militância e, sem exceção, todos afirmaram que o período em que militaram no movimento estudantil foi enriquecedor e serviu para moldar os sujeitos que se tornaram, com olhos mais atentos e críticos à sociedade na qual estão inseridos. Assim, para destacar esta questão, transcrevemos abaixo a emoção de Vera Garcia ao fazer essa pequena análise do seu período de militância, em que várias memórias vieram à tona:

“olha, posso te dizer com certeza, eu trago tudo, tudo o que eu sou, até me emociono em falar, o sujeito que me constituí ou a mulher que eu me constituí, ela é totalmente em função da minha experiência como estudante e a minha participação no movimento estudantil. Não tenho dúvida nenhuma disso e quando eu digo que eu trago tudo, eu trago mesmo né porque pra mim ainda hoje o ser feminista é essencial, não consigo me ver de outra forma. [...] É uma luta que eu travo diariamente desde cuidar dos meus filhos, na concepção de vida e trabalhar isso com filho e filha da mesma forma, de criá-los assim, humanizados e respeitando o outro, sempre, e tendo muito cuidado pra eles não reproduzirem esses estereótipos que eu abomino totalmente. Até o compromisso com essas questões sociais, hoje pra mim, continuam mais fortes do que nunca e foi, sem

⁹⁴Foram os responsáveis pela morte de Vladimir Herzog, em 1975; do operário Manoel Fiel Filho, em 1976; pela invasão da PUC/SP em 1977 onde estava ocorrendo o III ENE e pelo atentado do Riocentro em 1981. O referido atentado foi planejado e executado por militares do I Exército durante as comemorações do dia 1º de maio em alusão ao dia do trabalhador no Rio de Janeiro, e pretendia explodir três bombas no local com o objetivo de incriminar os grupos de esquerda, fazendo com que o processo de abertura cessasse. Contudo, o plano não saiu como o planejado e uma bomba explodiu dentro de um carro, matando um sargento e ferindo gravemente outro oficial. No veículo foi encontrada bomba que acabou não explodindo. O primeiro inquérito policial militar (IPM) sobre o caso, aberto em 1981, foi manipulado para posicionar os autores diretos da explosão apenas como vítimas. Em 2014 a Comissão Nacional da Verdade apresentou um relatório preliminar, onde foram ouvidas testemunhas que afirmaram a autoria do atentado. Ver: SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*, ano III, nº 5, p. 101-108, dezembro de 2009 e <http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-do-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica.html>. Acesso em 26/07/2017.

dúvida nenhuma, o movimento estudantil que me deu isso (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos essa pesquisa, sabíamos que encontraríamos diversos obstáculos pela frente devido à natureza do tema proposto, trabalhar a partir da memória de mulheres militantes políticas no movimento estudantil na cidade de Pelotas durante o período da redemocratização do Brasil. Além disso, não havia nenhuma publicação que levasse em conta, especificamente, a participação de mulheres naquele movimento. Outro desafio dizia respeito à escolha de trabalhar com uma cidade do interior, que apresenta suas particularidades em relação à uma capital.

Diante disso, partimos, então, para as primeiras entrevistas nas quais, ao ouvir os relatos de memória dos entrevistados, pudemos compreender melhor como o movimento estudantil universitário se organizava em Pelotas e tomava frente em diversas mobilizações que possuíam bandeiras específicas, tais como melhorias no ensino público, mas também aquelas gerais, uma vez que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil. Assim, adentramos num universo que se mostrou cada vez mais cativante e nos possibilitou compreender que ainda há muitas questões a serem averiguadas, bem como muitas memórias a serem contempladas deste instigante tema da história recente do país.

Nesta dissertação, realizamos uma contextualização histórica do período conturbado do princípio da década de 1960 que acabou culminando com um golpe de estado, em março de 1964, quando militares, apoiados por setores da sociedade civil, tomaram o poder e instauraram, logo em seguida, diversos atos restritivos, os quais feriam as liberdades democráticas dos cidadãos brasileiros que eram considerados “inimigos da pátria”. Além disso, os movimentos sociais também foram os primeiros a serem atacados com violência pelo novo governo, já que, logo nos primeiros dias, a UNE teve sua sede incendiada, pois os militares acreditavam que o lugar era um reduto de “subversivos”. No entanto, a entidade continuou exercendo suas atividades de maneira clandestina.

Em fins de 1968, o governo militar, percebendo um alto grau de insubordinação política, editou o A-I 5, que conferia poderes extraordinários ao presidente da República. Durante esse período, assistimos ao recrudescimento da repressão policial contra as manifestações públicas de repúdio ao regime militar. Em consequência disso, aqueles manifestantes, em grande parte estudantes, tidos como “subversivos”, foram perseguidos e muitos deles acabaram presos, torturados e, em casos extremos de uso da violência por

parte do Estado, acabaram sendo mortos. A partir daí, iniciou-se o período que ficou conhecido como “anos de chumbo”, devido à forte repressão militar. Em consequência disso, o movimento estudantil entrou em refluxo, mesmo que tenha mantido sua agenda de atividades de maneira clandestina.

No entanto, ao longo da pesquisa, evidenciamos que o final da década de 1970 mostrou algumas contradições, uma vez que o cenário político brasileiro já dava sinais de mudanças, pois o processo de abertura política estava em andamento, assim como a revogação do AI-5, considerado o ato institucional mais restritivo de todos. Ao passo que setores ligados à “linha dura” do regime não aceitavam essa política e passaram então a cometer atentados com o objetivo de cessar o processo democrático, assim como reprimir os movimentos sociais que lutavam pelo fim da ditadura no Brasil.

Foi nesse contexto que o movimento estudantil se reorganizou, porém sem tanta força de atuação como na década anterior, pois nesse momento quem estava encabeçando as principais manifestações contra o regime militar era o movimento sindical. Entretanto, ao se reorganizarem, os estudantes brasileiros passaram então a lutar em favor de bandeiras específicas, como melhorias no ensino, mas também bandeiras gerais que eram levantadas por outros movimentos, sendo a principal delas a luta pela democracia.

Os estudantes pelotenses, lembrando que estamos nos referindo àqueles que eram ligados à esquerda, acompanharam essa agenda de manifestações, pois a primeira mobilização ocorreu no Dia Nacional de Lutas, em 19 de maio de 1977, que criticava uma série de medidas tomadas pelo governo militar na tentativa de manter a em maioria no Congresso para o pleito eleitoral do ano seguinte. Essas medidas ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”.

Ao longo do período analisado, percebemos que existia, na cidade, um movimento estudantil polarizado. Havia um movimento estudantil composto por jovens ligados à direita, os quais estavam inseridos nos órgãos de representação estudantil e eram bastante atuantes dentro das universidades. Por outro lado, havia um grupo de jovens ligados a tendências estudantis de esquerda, responsáveis pelas manifestações contrárias ao governo na cidade. Essa disputa ficou evidente quando uma chapa composta por estudantes ligados à esquerda concorreu às eleições para o DCE da UFPel no ano de 1978. Lembramos que, nesse período, as eleições para o DCE eram indiretas. Sendo

assim, foram postas em votação três propostas para a eleição da gestão que assumiria o DCE/UFPel naquele ano. A proposta vencedora era favorável a eleições diretas, porém em forma de eleições prévias. O Conselho de Representantes referendou o resultado, legalizando-o, mesmo este sendo contrário ao que previa o Decreto 477, que impedia eleições estudantis diretas. Então, três chapas concorreram ao pleito (Construção, Caminhando e Eclosão), sendo apenas esta última considerada favorável ao governo.

A chapa Construção foi a vencedora nas eleições prévias e, então, concorreria como chapa única nas eleições indiretas. Contudo, foram feitas denúncias alegando irregularidades em diversas urnas. Criou-se um impasse e, então, o reitor da UFPel, professor Ibsen Wetzel Stephan, baixou a portaria nº 527/78 considerando inelegíveis os candidatos da chapa Construção, justificando que os mesmos possuíam matérias em dependência e, além disso, nomeou um interventor para atuar na universidade. Em consequência da crise eleitoral naquela universidade, foi criado o DCE-Livre da UFPel, porém, conforme vimos, o mesmo não teve forças suficientes para se manter em funcionamento.

Foi somente no ano de 1979 que uma chapa de esquerda foi eleita e empossada, tanto na UFPel como na UCPel. No mesmo pleito foram eleitas as chapas para os DAs e, também, todas as chapas vencedoras eram de esquerda. Evidencia-se, com isso, que a política conservadora defendida pelo regime militar estava entrando em declínio, não havendo mais maneiras de manterem-se no poder. Até o ano que marca o fim do nosso recorte temporal, todas as gestões do DCE/UFPel e do DCE/UCPel ficaram a cargo de chapas ligadas à esquerda.

Diante do exposto, na parte final da dissertação, abordamos especificamente a participação de mulheres no movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas, buscando compreender em quais os espaços essas mulheres estavam inseridas no interior do referido movimento. Para tanto, fizemos uma análise de conjuntura das décadas anteriores que propiciaram a expansão do movimento feminista no mundo, que possibilitou que mulheres se libertassem de antigas amarras morais impostas por uma sociedade conservadora e machista.

Assim, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma verdadeira revolução nos costumes, pois as instituições como o casamento, por exemplo,

foram questionadas. Além disso, a mulher passou a ter mais controle sobre o seu corpo, explorando sua sexualidade sem tantos rótulos. A questão da opressão e a busca por igualdade entra na pauta do movimento feminista norte-americano, enquanto o francês defendia a valorização das diferenças entre homens e mulheres, enfatizando a questão da invisibilidade da experiência feminina. Contudo, o contexto político autoritário no qual o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava inserido fez com que o movimento feminista não encontrasse maneiras de adentrar as discussões, nem em organizações mais progressistas, uma vez que estas viam a luta específica das mulheres como secundária, sendo a luta contra o regime militar prioridade. Portanto, a ditadura tornou quase impossível qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem ou reivindicações.

Em função do impacto causado pelo feminismo nos Estados Unidos e na Europa, a ONU declarou 1975 o Ano Internacional da Mulher, dando importante visibilidade ao movimento feminista, auxiliando assim, a discussão da condição feminina no cenário internacional. Com isso, abriu precedente no Brasil, já que ocorreu naquele ano, uma semana de debates cujo título era “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que contou com patrocínio do Centro de Informações da ONU. Neste mesmo período, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que desempenhou importante papel em prol da luta pela anistia, que aconteceu em 1979.

Outro fator importante para a expansão do feminismo no Brasil foi o retorno das exiladas políticas ao país, uma vez que estas, enquanto estavam no exílio, tiveram a oportunidade de estar em contato com um movimento feminista expressivo, possibilitando o aprofundamento em leituras e discussões acerca do tema, assim como, permitiu trazer para o Brasil livros importantes para balizar o debate. Foi nessas circunstâncias que o feminismo nasceu no Brasil. Partindo das camadas médias da sociedade, o feminismo brasileiro, que inicialmente se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se por meio de uma articulação distinta com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses.

Por fim, ao analisarmos as entrevistas, fica evidente a influência que o movimento feminista teve no desenvolvimento das mulheres que estavam inseridas no movimento estudantil, pois estas ousaram romper com os padrões estabelecidos e estavam ocupando os espaços públicos, que foram, por séculos,

designados somente aos homens. Essas militantes, mesmo não ocupando cargos de chefia, se fizeram importantes para a história do movimento estudantil universitário em Pelotas, sobretudo num período em que a repressão ainda vigorava. Ademais, driblaram também a repressão familiar, já que mulheres que participavam de manifestações não eram vistas com bons olhos pela sociedade.

Destacamos também a importância que o período de militância no referido movimento desempenhou na vida dos nossos entrevistados, já que eles afirmaram que as experiências adquiridas durante esse momento foi de extrema importância para moldar os sujeitos que se tornaram. Fez com que se tornassem pessoas mais críticas, que lutam incessantemente em busca de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, sem perder a esperança em dias melhores para o país.

FONTES

Legislação:

BRASIL. **Lei nº 4.464/64, de 09 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm. Acesso em 17/03/2013.

_____. **Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19/05/2015.

_____. **Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971.** Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19/05/2015.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em 19/05/2015.

Acervo da hemeroteca da Bibliotheca Pelotense:

Diário Popular – jan./ abril de 1964;

Diário Popular – maio/ agosto de 1964;

Diário Popular – set./ dez. de 1964;

Diário Popular – jan./ abril de 1968;

Diário Popular – jan./ abril de 1976;

Diário Popular – jan./ abril de 1977;

Diário Popular – maio/ agosto de 1977;

Diário Popular – jan./ abril de 1981;

Diário da Manhã – jan./ abril de 1981;

Diário Popular – jan./ abril de 1983;

Diário da Manhã – jan./ abril de 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Beyond the versions: possibilities of the narrative in oral history interviews*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 10f. Trabalho apresentado na XIIIth International Oral History Conference “Memory and globalization”. Rome, Italy, 23-24 de 2004.

_____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 33-44.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanazi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 155-202.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 65-80.

ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. *Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003*. 2006, 389f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

ALTMANN, Cristina. *O contexto multipartidário em Pelotas-RS (1979-1982): atores, expectativas e disputas*. UFPel, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

AMARAL, Giana Lange do. *O laicismo e o catolicismo em Pelotas: alguns reflexos no campo do ensino superior*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, PR: ANPUH, 2005. V.1, p. 1-9

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BADARÓ, Celeste Cristina Machado. *Os quarenta anos do Maio de 1968*. Belo Horizonte: Conjuntura Internacional, 2008.

BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Uma historiografia da Reforma Universitária de 1968. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>. Acesso em: 02/07/14.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições municipais na década de 1980 e as mudanças no sistema político: análise a partir do caso de Pelotas (RS). In: IX Encontro Estadual de História (ANPUH/RS), 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BORTOT, Ivanir José e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BRANDALISE, Carla e HARRES, Marluza Marques. Os comandos nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 174-193.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 43-69.

COLOMBO, Luciléia; SOARES, Alessandro; TAUIL, Rafael. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, Vitória, n. 19, jan-jun, 2016. p. 1-23

COLLING, Ana Maria. *Resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Record, 1997.

CRAVEIRO, Adriéle Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. In: II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2011, Londrina. *Anais...* Londrina, p. 1-11.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. *Estudos feministas*, Florianópolis, (21)1: 11-39, janeiro-abril/2013.

DELGADO, Lucília. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), 2ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

DUARTE, Ana Rita. Em guarda contra repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. In: XXIV Encontro Nacional de História, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DREIFUSS, René Armand. A elite orgânica: recrutamento, estrutura decisória e organização para a ação. In: _____. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p. 161-208.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1990.

GIANORDOLI–NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 1-16, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1998.

GONÇALVES, Tânia; ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KANTORSKI, Leonardo Prado. *Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*. 2011. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2011.

KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

KOZELSKI, Adriana Cristina. O método Paulo Freire de alfabetização: estratégia de representação social nos movimentos populares. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 438, 2011, Curitiba. *Anais Eletrônicos...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4375_2355.pdf. Acesso em: 21/07/2017.

KRÜGER, Cauê. Impressões de 1968: contracultura e identidades. *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, Maringá, v. 32, n. 2, p. 139-145, 2010.

LACERDA, Gislene Edwiges de. O retorno do pluripartidarismo brasileiro: a fundação do Partido dos Trabalhadores e a “Carta de Princípios”. In: XIX Encontro Regional de História (ANPUH/SP), 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EDUFPeL, 2001.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura à nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *História e Tradições da cidade de Pelotas*, 2ª Ed. Caxias do Sul: IEL/UCS, 1981.

MANSAN, Jaime. *Expurgos na UFGRS: Afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura civil-militar (1964-1969)*. 2009. 323f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2009. p. 53-60.

MARÇAL, Fábio. Final dos anos 60: os estudantes balançam o Brasil. In: SERRA PADRÓS, Enrique (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 78-84.

MARTINS, Maria do Carmo. As humanidades em debate: A reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de, RANZI, Maria Fischer (Org). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 159.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, São Paulo : Ed. Papirus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. *TOPOI*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

_____. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. Você me prende vivo, eu escapo morto: a comemoração da morte de estudantes na resistência ao regime militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 167-184, 2011.

_____. O congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores. ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos (Orgs.). 1968: 40 anos depois História e Memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 63-77.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In:_____. TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 23-28.

ORSATO, Andréia. *Gênero e democracia: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre (2005)*. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (UFPel), 2008. p. 54.

OSÓRIO, Bruna da Silva. *A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente*. 2014. 73f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. *Revista Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. N. 4. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html>. Acesso em: 20/05/2015.

PARADEDA, Maria Regina. *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930)*. 2003. 349f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *HISTÓRIA*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em 24/11/2014.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dezembro/2006.

_____. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (orgs). *Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 115-137.

PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5ª ed. Ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura*. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02. n. 03, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, n. 14, p. 13-49, 1997b.

_____. "O momento da minha vida": funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória. In: _____. REIS, Daniel., RIDENTI, Marcelo. e MOTTA, Rodrigo. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2010. p. 25-149.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS, Daniel., RIDENTI, Marcelo. e MOTTA, Rodrigo. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 53-65.

_____. A época de 1968: cultura e política. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos (orgs.). *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 81-90.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. A construção das identidades feministas nos anos setenta. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos, 9, 2010, Florianópolis/SC. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

_____. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. Educação e gênero no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (11) nov., p. 7-18, 1994.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento, Florianópolis*, v. 5, n. 10, p. 108-132, jul./dez. 2013.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SANFELICE, José Luís. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*, ano III, nº 5, p. 101-108, dezembro de 2009.

_____. *A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70*. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2010.

SILVA, Carmen Duarte da. Entrevista concedida a Maria Amélia Silva e Beatriz Ana Loner. NDH-UFPel. 19 de setembro 1992.

SIRTORI, Bruna. et al . *CEUE 100 anos: história do movimento estudantil*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHEER, Micaele Irene. *Vestígios de um ofício: o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014)*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2014. p. 102-103.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, vol. 32, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-agosto/2004.

_____. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA. Chicago, 24-26 de setembro de 1998.

_____. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (64): p. 38-47, fev. 1988.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *Relatório de 14 de março de 1979*. Agência de Porto Alegre, 1979.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: A atuação da comissão de anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda, (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 – 1985: o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. Porto Alegre: CORAG, 2009.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas*. UFPEL, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). A democracia populista golpeada. In:_____. *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 31-45.

_____. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004. p. 13-28.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: Bruschini, Cristina; Sorj, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero. 1994.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo era a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil-militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História oral e Ciências Sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 163-183, 1996.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Apêndice Entrevistas

Pelotas, 24 de novembro de 2011

Entrevista com Renato Della Vechia – entrevista ocorreu nas dependências do Instituto Mário Alves.

Luisiane: Renato, como iniciou tua militância no movimento estudantil?

Renato: A minha participação no Movimento Estudantil, ela inicia no movimento secundarista. Eu morava em Carazinho, isso em 76, eu tinha 16 anos quando eu fui eleito presidente do Grêmio Estudantil. Depois eu participei da União Carazinhense de Estudantes, que nós reconstruímos, que ela não existia. Eu me mudei para Cruz Alta, já estava no 3º ano, não podia participar e eu ajudei a articular uma chapa de oposição ao Grêmio Estudantil, [...]. Depois eu fui morar meio ano em Porto Alegre, meio ano no Cassino, eu estava fazendo pré-vestibular e não participei. Quando eu entrei na universidade, em agosto de 80, eu participei, já diretamente. Naquele mesmo ano entrei em uma chapa no DCE, no outro ano, eu fui tesoureiro da União Estadual de Estudantes, depois eu voltei para o DCE. Enfim, participei toda a minha vida acadêmica dentro do Movimento Estudantil. E quando eu saí, eu entrei no curso de especialização no ISP e nós criamos, na época, a Associação dos Pós Graduandos da área de Humanas. Então, toda a minha militância, todo o meu período acadêmico praticamente eu militei. De 1980 até mais ou menos 1986. E nesse período, havia uma série de questões muito específicas que eram num contexto de transição política, nesse contexto de transição política ainda tinha os resquícios da Ditadura, ainda razoavelmente fortes, o que era de certa forma o que unificava todo o Movimento Estudantil. As tendências organizadas e essas tendências tinham na disciplina, era muito difícil as pessoas não serem vinculadas a uma tendência ou não, mesmo quando elas não eram organicamente vinculadas, elas eram área influência de uma ou de outro nas disputas eleitorais, composições de chapas, nas disputas de delegados. Tinha muito pouco espaço para os chamados independentes. Então isso estabelecia um determinado tipo de dinâmica. A questão das mulheres, ela tinha alguns elementos. Primeiro, óbvio que numa sociedade onde ela tem na sua estrutura social preconceitos, uma sociedade preconceituosa, ela é uma sociedade machista, de alguma maneira isso influenciava no movimento, mas influenciava em diversas esferas, influenciava por que os pais eram contrários a participação das filhas mulheres, por que os pais controlavam os horários que as filhas mulheres chegavam em casa, o que não era o mesmo controle para os homens. [...] Então não havia um impedimento por partes dos militantes do Movimento Estudantil, mas havia a condição de cursos que eram mais fortes, mais representativos, que necessariamente eles tinham que estar presente nos espaços como presidência, vice-presidência no DCE. Eram cursos na federal como Direito e Agronomia que eram cursos mais masculinos, como veterinária. Se pegarmos todos os presidentes do DCE de 1978 até 1985 na federal, todos foram da Agronomia ou da Veterinária e teve uma única mulher, que nesse caso, que era da Agronomia. Na Católica, as Engenharias e Medicina tinha um peso maior, e principalmente nas Engenharias, eram cursos basicamente masculinos. O Serviço Social era um curso muito ativo de mulheres, importante, mas tinham peso pequeno dentro da composição geral. Então, eu acredito que o machismo, não vou dizer que não existisse, mas não havia, de uma forma clara, explícita a preocupação de dificultar mulheres de entrar. A maior dificuldade era elas conquistarem aquele espaço próprio por outras condições anteriores ao movimento. Nós tivemos diversas mulheres no Movimento Estudantil que elas eram referências, pessoas que eram fundamentais para o

processo de composição, [...] tinham lideranças importantes. Um outro fator eram as tendências, porque as vezes tinham mulheres que elas tinham uma grande atuação política mas era de uma corrente pequena. Bom, isso fazia com que seu espaço também fosse pequeno. Então, há uma certa dificuldade como cruzar esses fatores todos, a representatividade dessas correntes, a concepção que essas correntes tinham sobre o papel da mulher, porque era a discussão e havia divergências, havia setores que achavam secundário essa discussão de mulheres, que a discussão central era a luta de classes, que era o enfrentamento a ditadura e por tanto essas questões elas dividiam o movimento e não unificavam. E havia aqueles que achavam que as mulheres tinham que se organizar de forma independentes e tinha grupos de mulheres organizados nessa perspectiva. Então, isso é era outro fator que dificultava, mas via de regra eu enxergo dessa maneira. Um momento importante que essa discussão se torna mais aberta na cidade, foi o fato de que a Casa do Estudante ela era só para homens durante muito tempo e houve um fato que foi, um estudante de veterinária que teve quebrado a perna e a sua mãe ao tentar visitá-lo não conseguiu entrar na Casa do Estudante, porque mulheres não podiam entrar. [...] E esse caso gerou uma mobilização por parte dos estudantes, veio um ônibus de mulheres de Santa Maria, de um grupo organizado que havia lá, [...] e um grupo de mulheres de Porto Alegre. E essas mulheres, junto com alguns homens, ocuparam a Casa do Estudante e de Pelotas nenhuma mulher que tinha família aqui ocupou junto, só estudantes mulheres de fora, porque tinha toda uma repressão familiar, sabiam que isso ia aparecer no jornal no outro dia e tinham medo da reação das famílias. Essa ocupação, ela consolidou de alguma forma uma outra relação, porque a partir dali se criou que um dos andares da Casa do Estudante seria aberto especificamente para mulheres. [...]

Luisiane: Nessa época, as mulheres tinham a sua casa como os homens tinham a casa do estudante ou essas mulheres que vinham de fora tinham que alugar?

Renato: Tinham que alugar casas. Houve lá em 70 e poucos, tinha uma casa alugada, mas que dava para uma meia dúzia de pessoas, muito poucos, que era uma casa de mulheres, mas durou muito pouco também isso. E as mulheres normalmente ficavam em pensão, [...]. Os homens, normalmente, criavam repúblicas, um grupo de estudantes alugavam um apartamento. Algumas mulheres faziam isso [...] Então, as estudantes que viam de fora, de qualquer forma, elas ainda tinham a liberdade maior, principalmente aquelas que alugavam de forma conjunta apartamento, então tinha maior liberdade em relação a isso. As da cidade de Pelotas, bom, aí a repressão era familiar, no contexto aonde ainda havia um controle muito mais rigoroso do que hoje. Embora houvesse mulheres que não aceitassem essa condição, brigavam, mas era aquele jogo tradicional de pressão familiar que tinha mais ou menos peso.

Luisiane: As relações entre os DCEs, elas eram unificadas? O DCE da UFRGS tinha comunicação com o DCE da UFPel, da FURG e da UFSM?

Renato: Sim. Sim pelo fator que em março de 80, foi reconstruída oficialmente, num congresso em Santa Maria, a União Estadual dos Estudantes, a chamada UEE Livre. E a UEE Livre, ela efetivamente tinha um papel muito presente, [...]. O presidente era de Santa Maria, o vice-presidente era da UNISINOS, o

secretário-geral era da UFRGS, eu era o tesoureiro de Pelotas, tinha pessoas de Bagé, tinha pessoas de Passo Fundo, de Santa Rosa. [...] tu tinha uma entidade estadual que articulava e tinha uma instância que era o chamado CEE – Conselho Estadual de Entidades –, [...] onde o diretório acadêmico e DCEs filiados a UEE participavam, desde que estivessem em dia com as suas contribuições. E esses CEEs eram organizados uma vez por semestre, no mínimo, e uma das pautas que tinha era a conjuntura, análise da conjuntura, mas a outra era a unificação das lutas. Então a gente tentava de alguma forma unificar bandeiras comuns e unificar movimentos comuns. Houve, por exemplo, uma greve chamada Greve dos Bandejeões, uma greve contra a portaria do MEC que acabava com o restaurante universitário para todos os alunos gratuitamente e começaram a dividir os alunos em carentes e não carentes. [...] houve uma articulação das escolas pagas, houve três encontros estadual de escolas pagas, unificávamos boicote às anuidades das universidades. Então tinha esse espaço, ou seja, tanto por dentro das correntes, onde as correntes políticas tinham representantes em diversos DCEs, mais em uns no que em outros de acordo com sua força política. [...] tinha o boletim e o jornal da UEE que diziam o que estava acontecendo em cada uma das universidades, dessa forma a UEE tinha papel fundamental de organização e unificação das lutas no Estado.

Luisiane: Como era a repressão em Pelotas?

Renato: As cidades menores, elas sofreram num menor grau de repressão também. Não foi o mesmo nível de repressão que houve nas grandes cidades e nas grandes capitais. E a repressão tem dois momentos, se tem um momento lá em 68 que os estudantes vão para as ruas, há uma série de mobilizações, prisões, [...] assassinatos e desaparecidos políticos, isso praticamente nunca houve em cidades menores. [...] Mas no processo de reorganização do Movimento Estudantil, a repressão era mais ou menos padronizada, cada vez que tinha uma assembleia ou tinha um ato público, a Brigada Militar cercava e tentava de alguma forma controlar ou impedir passeatas. Houve uma assembleia no estádio de futebol do Brasil, que devia ter umas 4 ou 5 mil pessoas e a Brigada Militar daqui não teria um contingente suficiente para controlar um número tão grande e eles trouxeram a tropa de choque de Porto Alegre. [...] a tropa de choque de Porto Alegre cercou o estádio e impediu que fosse feito algum tipo de passeata, e os estudantes tiveram que sair de forma dispersa, e no outro dia houve uma passeata. E no outro dia tinha um pelotão de choque, mas era uma passeata menor, cercando na frente da prefeitura e ali havia estudantes que queriam ir para o enfrentamento e outros achando que não, que tinham que negociar. [...] normalmente havia negociações, porque a direção do movimento não era irresponsável de ir para o enfrentamento [...], nosso interesse era de tornar público, julgar, mobilizar a sociedade, mas não ir para o enfrentamento suicida. Houve situações muito focalizadas, estudantes presos porque estavam fazendo campanhas e colando cartazes a noite para eleições da UNE e da UEE, que eram proibidos e teve seis ou sete presos na primeira eleição. Teve uma situação de um estudante preso durante uma manifestação, quando a Brigada tinha definido que não era para falar e ele começou a fazer um discurso e foi preso, em 77. [...] Todos os atos, todas as mobilizações sempre foram uma forma de tentar enfrentar não só uma repressão policial mas uma repressão dentro das universidades. Porque dentro da Universidade Federal tinha um órgão de informação, que tinha um general – Gal. Vignoli, ele era responsável

por ter o mapeamento de todos os professores, funcionários, estudantes e ter o controle de cada um. Como tinha na Universidade Católica uma prefeitura de campus que controlava qual cartaz podia ser colocado [...]. Havia controle e havia infiltração dentro do próprio movimento. No caso da Universidade Católica, em 83, nós estávamos no meio de uma mobilização, era um boicote às anuidades. [...] Tinha um senhor que ia de manhã, de tarde e de noite passava conosco nas salas de aula para mobilizar os estudantes e às 11 da noite a gente íamos nos reunir no DCE para organizar o outro dia. No outro dia nós entramos numa sala e quando eu estava entrando com outra pessoa, e ele pediu para falar conosco em separado e os outros estavam esperando a reunião iniciar. Ele veio e se apresentou e disse: “Olha, eu da P2 – polícia secreta da Brigada – e faço um relatório com tudo que vocês falam aqui dentro diariamente e entrego para o comando da Brigada, mas eu percebi, participando do movimento de vocês, que vocês têm razão, porque com o salário que eu ganho como brigadiano, eu não vou poder dar condições para o meu filho estudar num cursinho para entrar na universidade federal e não vou ter condições de pagar uma universidade privada. Mas eu vivo disso e alimento minha família com esse dinheiro, portanto vocês têm duas opções, ou adiam, porque tem mais gente, não é só eu e amanhã eu não vou estar aqui ou vocês não falem nada que eu não possa escutar.” [...] isso demonstra que havia uma preocupação, mesmo já em 82, fora do período violento da ditadura. Ainda havia uma preocupação do papel que os estudantes cumpriam junto à sociedade [...].

Luisiane: Diferenciação entre o movimento da Católica para o movimento da Federal.

Renato: Havia uma condição diferente, pois, um aluno que rodasse numa disciplina na Católica, tinha que pagar novamente essa disciplina, que não é o caso da Universidade Federal. Isso fazia com que algumas pessoas tivessem uma preocupação maior em militar, mas também tinha um certo limite. O que na Federal não existia, era muito comum o estudante estar lá dentro e levar oito anos para terminar seu curso. E tinha preocupação com a militância. [...] isso é um fator que dificultava a mobilização, porque no período de provas, período que as pessoas não podiam deixar de lado, [...]. Alguns cursos não eram muito problema, como Ciências Sociais, tem uma vinculação muito direta com as discussões do próprio movimento. Mas um estudante de Medicina ou Engenharia é diferente a situação, deixar de estudar tantas horas e tantas horas militar, tem que de alguma forma recuperar. O resto eram reitorias que em geral, que elas não eram favoráveis às mobilizações de estudantes e como poderiam dificultar, elas iam dificultar.

Luisiane: Principais correntes em Pelotas.

Renato: [...] Era diferente o movimento da Católica e o da Federal. Na federal, tinha um grupo que era ligado ao PCB, que era o pessoal da Unidade, e esse pessoal da Unidade era muito forte no Direito, eles controlaram durante um bom tempo o Direito. Tinha um grupo local, que era um grupo bastante heterogêneo, tinha pessoas de diversas correntes, que era o grupo Raízes, na Agronomia, que foi onde surgiu a maioria das lideranças. [...] grupo de enfrentamento do grupo da direita da Agronomia. Há alguma coisa parecida surgiu o grupo Píalo, na veterinária, mas não teve tanto espaço assim. E depois tinha as correntes, entre as correntes tinha um grupo mais pulverizado de

grupos diferentes mas que estavam unificados na construção do PT, que eram grupos de origem trotskista como a Liberdade e Luta que tinham alguns militantes na Arquitetura, principalmente. Tinha alguns militantes da DS – Democracia Socialista – era do pessoal do jornal Em Tempo, a corrente Peleia que tinha mais no Direito, que começa a constituir oposição e passa a controlar o Centro Acadêmico do Direito, depois do pessoal da Unidade. Tinha algumas pessoas que era um grupo local, mas que tinha militantes em dois ou três municípios, que era a Avalu – avançar à luta – que era uma dissidência da Libelu, tinha mais na área da Educação, Artes. [...] Tinha um grupo que começou a se consolidar no racha do PC do B, que vai ter o nome de Resistência, é um grupo que a principal referência na época era o Tarso Genro, não no Movimento Estudantil, mas fora, mas no Movimento Estudantil era o Marcos Rolim de Santa Maria, que era da direção da UEE, o Aldo que foi presidente da UEE, o Mainardi em Bagé, [...] Depois em 85 vão surgir outras forças dentro da federal. Na Católica, tinha o grupo do PCB, mantinha uma representação em alguns diretórios, principalmente os das engenharias. Tinha esse grupo da Avalu, tinha o pessoal da Pastoral Universitária (Filosofia e Serviço Social), pessoal vinculado a Igreja mas que tinha uma atuação importante na esquerda e tinha a Resistência. Mas nunca houve na Católica um grupo que fosse hegemônico. A DS vai surgir só mais adiante na Católica, nesse período ela tem pouca força ao contrário da Federal. E a Libelu tinha uma militante lá. Na Católica tem o Trabalho, pessoal da antiga Libelu que vai esse grupo e eles vão ter uma referência importante que é a Cátia, estudante de Jornalismo que concorreu em 82, como vereadora pelo PT e ela era figura importante dentro daquele movimento. Havia os Independentes, e esses Independentes às vezes tinham certa força nessas discussões de composições. Tinha dois tipos de Independentes, aqueles ligados ao PMDB e tinham os Independentes mais à esquerda. [...] na primeira eleição para o DCE que a esquerda ganhou, surgiram cinco chapas: duas da direita e três da esquerda. Uma da Pastoral Operária com o PCB, a outra era aqueles vinculados na construção do PT (Avalu, Libelu, Em Tempo) e a outra eram pessoas da Resistência. E essas pessoas mais independentes, ligadas ao PMDB, foram a chapa que ganhou. Já na segunda gestão, a chapa que ganhou foi uma aliança entre o PCB e o pessoal da Avalu, mas como a divergência ideológica entre eles era muito profunda, eles conseguiram se reunir uma vez, depois disso o DCE se dissolveu e tiveram muitas dificuldades em tocar adiante, [...] O movimento na Católica é mais fragmentado e na federal há uma hegemonia da Resistência, porque tinha lideranças importantes e de cursos importantes, então consolidaram essa aliança. [...]

Pelotas, 29 de novembro de 2011

Entrevista com Rosane Brandão – entrevista concedida no pátio do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas

Luisiane: Início da militância.

Rosane: Eu a época do Movimento Estudantil eu tinha já dois filhos, portanto eu não era conhecida como militante do movimento, ainda que participasse e conhecesse as pessoas do Movimento Estudantil, são pessoas que a gente tem ligação até hoje, por uma questão de *feeling* a gente seguiu no Movimento Sindical ou no movimento social, enfim, vários lugares. [...] Militava pouco tempo no Movimento, mas participava sempre que possível e conhecia as histórias, as votações, as assembleias, essas questões todas. Sobre a questão de gênero dentro do movimento, [...] eu não percebia no movimento tanto uma discussão pela questão de gênero. Existia [...] essa questão de pressões familiares, principalmente pela época, era época de 80, fins dos anos 70, início dos anos 80. Nessa época nós tínhamos uma pressão em função da Ditadura, [...] e tem sempre a questão de gênero metida. A gente não vai dizer assim, qualquer lugar eu vejo ao menos que existe uma diferenciação, digamos assim. [...] Qualquer corrente do Movimento Estudantil, e eu particularmente, tinha uma afinidade maior com o pessoal da Resistência. [...] Não via isso como uma questão que fizesse diferença, claro que tinha. As mulheres, eu lembro, tinha um movimento que participava a Vera Garcia, a Eva Santos, Terezinha Brandão, ela tinham uma movimentação só de mulheres [...] mas por parte mesmo do movimento não existia. [...] Nós saímos para rua juntos, quando tinha que sair para manifestações e a gente trabalhava numa questão de grupo, porque a época, a gente se juntava muito em grupo. Porque, até hoje quando tu está participando de uma manifestação, não é legal depois tu sair sozinho, ainda mais quando tu tiver um embate com a polícia, [...] então tu sai em grupo, mas esse grupo era formado de homens e mulheres, podia sair um grupo só de mulheres, aí era aquela coisa de tu sair mais pela amizade ou mesmo pela parte da tendência que tu é dentro do movimento [...].

Luisiane: Sobre as tendências.

Rosane: Eu lembro que tinha a Libelu, a Avalu, a Resistência. E eram tendências que elas trabalhavam juntas no Movimento Estudantil. Na época nas universidades, tinha a federal e a católica, tinham um movimento forte. [...] Acho que também um pouco em função da Ditadura Militar que tinha na época, nesses movimentos, o pessoal se conhecia e trabalhava muito junto [...] transitava de um grupo para o outro e como eu não era orgânica dentro do movimento, eu transitava bastante também. Então a gente conhecia todo o pessoal da federal, conhecia todo o pessoal da católica. E o pessoal até mesmo dentro dessas tendências, eles transitavam dentro das universidades também.

Luisiane: Discussão de gênero dentro das tendências.

Rosane: Como eu não participei organicamente das discussões de tendências, ia numa, na outra não ou ia de vez em quando, ou reunião do DCE ou assembléia, existia uma discussão, mas não existia um cerceamento de posição. [...] a gente tinha mulheres que participavam das direções, enfim, isso era uma coisa que se discutia, mas se discutia muito mais em função de ter

uma discussão geral na pauta a questão de homens, cota ou a questão de etnia, a questão de gênero também, porque ela é uma questão que está sempre em pauta. [...] Então essa discussão sempre existia, mas não existia em função de “estou me sentindo cerceada por isso, por aquilo, então vamos colocar isso em pauta”, pode ter alguma questão ou outra, porque como tudo, qualquer família, qualquer movimento, qualquer grupo, existe as pessoas que são diferentes, então podia ter algum que fosse mais machista. [...]

Luisiane: Participação de mulheres nas composições de chapas.

Rosane: À época, me lembro bem da época da Agronomia e da Veterinária, a gente tinha a Lilian que era da Veterinária, mas eram poucas mulheres dentro do curso. Se tu fizer uma relação, provavelmente não tenha relação com a questão do machismo, mas sim uma relação de ter poucas mulheres que realmente se dediquem à época ao Movimento Estudantil, não por se sentirem cerceadas pela questão de gênero. [...] Eu me lembro, à época, eu fazia História, mas era o Serviço Social. O Serviço Social e era um curso feminino [...] Serviço Social era o curso da Católica que acredito que tivesse mais mulheres envolvidas [...]. A Medicina tinha uma ou outra menina também que participavam do movimento.

Luisiane: Sobre o episódio da Casa do Estudante.

Rosane: Eu não participei, mas eu me lembro bastante porque foi uma coisa bastante comentada. Proibiram a entrada de meninas na Casa do Estudante e houve uma grande movimentação em função disso aí. [...] E realmente, foi uma movimentação bastante forte. Mas aí não dá para a gente colocar em função do Movimento Estudantil, pelo contrário, o Movimento Estudantil e as mulheres que faziam parte do movimento com o apoio de todo mundo, fizeram essa movimentação. Na verdade, houve isso em função da reitoria que proibiu as meninas de entrarem. [...] A gente via que mais moças, mas também acontece com rapazes, de fora. [...] as meninas, realmente, que vinham de fora, a gente via que tinha uma movimentação maior [...] Na Agronomia, um curso masculino, eu lembro da Rejane Morais e da Anne Veronez. Elas eram meninas da Agronomia e fizeram que uma boa movimentação de 81 a 86 e elas eram daqui. Mas o finco familiar, de fato, o que ocorre, [...] primeiro, esse tipo de movimentação, movimento social, movimento sindical e Movimento Estudantil, no geral da sociedade, existe uma idéia de deslegitimar sempre [...] no meio familiar, época de Ditadura Militar, a coisa era complicada, por dois motivos: primeiro, pelo como vão ver essas meninas e, segundo, a questão da repressão mesmo, que era *power* na época, uma repressão bastante complicada e que isso, óbvio, freava bastante as mulheres de participar.

Luisiane: Questão da repressão.

Rosane: Não, eu acho que não, porque a repressão quando vinha, vinha para pegar quem estivesse mais perto, fosse mulher ou homem. Na época a gente saía para pichar, [...] e quando a gente saía para pichar, ia grupo de mulheres e homens, [...] quem estava disposto e quem podia, ia.

Luisiane: Movimentação no estádio do Brasil.

Rosane: Houve uma movimentação contra o MEC, entre 81 e 83, que nós saímos da Católica, a gente foi pela Félix da Cunha, era bastante gente e me lembro que quando a gente chegou na avenida, repressão policial e aí eu só me lembro de me meter para baixo de um carro. Mas eu não lembro que manifestação era essa. E essa do campo do Brasil, foi o seguinte, foi uma assembleia, o campo do Brasil lotado, [...] aí estava todo mundo dentro do campo e quando o pessoal foi sair, a Brigada estava toda, o pessoal saiu e estava cantando e foram juntos pela rua Princesa Isabel. Não me lembro, até porque eu estava um pouco afastada. [...] Não me lembro de pancadaria ali. [...] Eram dois atos diferentes. À época, me lembro que teve uma consternação muito grande na Católica, foi em 83, que o pessoal ia para Porto Alegre e nós tínhamos uma grande referência na Católica, que era a Gilce, [...] sofreu um acidente e a Gilce morreu. Esse acidente foi uma consternação muito grande, porque ela era uma mulher militante da Católica, uma referência bastante grande [...].

Pelotas, 30 de novembro de 2011

Entrevista com Terezinha Brandão – entrevista realizada na casa de Terezinha

Luisiane: Início da militância.

Terezinha: A militância no Movimento Estudantil, eu comecei no primeiro ano de faculdade. Eu queria fazer um curso para mudar a sociedade, e tinha o curso de Serviço Social. Eu fiz o primeiro ano de Serviço Social e detestei. [...] Como eu vivia lendo poesia e literatura, eu resolvi fazer Letras. O ano mesmo que militei foi em 82, era assim: “mãe, se alguém me ligar, estou no DCE.” Tudo era o DCE, levava cartazes e fazia em casa. O meu pai não gostava dessas coisas. Mas a gente se envolvia bastante, [...] nós criamos, inclusive, um grupo feminista. Depois de muito tempo, não tendo grupo feminista aqui em Pelotas, a gente fundou o Germinal (pode ter ocorrido uma confusão com o nome, pois em Santa Maria também existia um grupo feminino com esse nome, o grupo de Pelotas se denominava Gênese, segundo afirma outra entrevistada). No dia da Mulher, nós montamos uma barrquinha com livros para vender. A gente chamou a Maria Rita Kheil para dar uma palestra, mas a nossa intervenção era muito pouca. Uma vez teve uma discussão no auditório de Direito, e foram mulheres que a gente não conhecia, que nem militavam no Movimento Estudantil. Hoje eu vejo que a gente era muito romântica, extremamente romântica. [...] Durante a movimentação na Casa do Estudante, os caras (militares) de metralhadora, mas não fizeram nada. Essa foi a intervenção mais perigosa que eu já participei, cantávamos: “Soldado, você também é explorado!” [...] Tem todo um discurso de amor burguês, tu não podia ter ciúme, porque era um gesto que burguês. [...] ano de fundação do grupo em 82. [...] quase não tinha mulheres militantes nas engenharias, diferente da Agronomia que tinha algumas mulheres. [...] Serviço Social era um curso feminino muito forte. [...] eu participava da Resistência e do PCBR, que era um partido clandestino. [...] A discussão de gênero que houve maior impacto foi a ocupação da Casa do Estudante. [...] Teve uma banquinha do DCE no carnaval e a gente participou do Bloco das Diretas, bem quando era a época das Diretas. [...] Era tudo meio misturado, a nossa visão, era uma visão romântica da vida e das mulheres. Tinha uns caras bem machistas. [...] a gente lia a história da Domitila na Bolívia, nosso modelo de mulher, objetivamente falando, era esse, a identidade que a gente assumia perante os outros, mas a nossa identidade não tinha nada a ver com o feminismo. [...]

Pelotas, 18 de fevereiro de 2014

Entrevista com Vera Lopes – entrevista concedida na casa de Vera

Luisiane: Início da militância.

Vera: Olha, em princípio assim, o primeiro grau, essa parte toda, foi feita antes de 64, quando 64 chegou, eu já estava terminando o primeiro ano de faculdade. Aí teve um grande período que eu fui pro Rio, que foi exatamente em 68, de 68 até 78 eu fiquei lá. Depois eu voltei e aí reingressei no curso de Ciências Sociais, reingressei na faculdade, na verdade, o curso de Ciências Sociais era uma novidade pra mim. Primeiro eu tinha feito Direito, não me formei, e quando eu voltei, optei por fazer uma licenciatura em Ciências Sociais. Aí já era anos 80, provavelmente 79, 80. Outra fase, completamente diferente. [...] Nós tivemos dois períodos bem diferentes: a primeira fase aquela pré-64 e depois pós-64, foram também completamente antagônicas. A pré-64 dava a impressão assim de que havia um Brasil sendo construído, era uma coisa realmente com a participação muito vigorosa do movimento estudantil e também do movimento operário e segmentos da Igreja Católica, alguns segmentos da juventude da Igreja Católica. Essa fase eu te diria que em 63 ela já deu sinais de que alguma coisa estava mudando, e os sinais pra mim vieram através da Igreja Católica. De repente houve um comportamento e até uma ordem bem autoritária para que os militantes, as pessoas ligadas à Igreja Católica não participassem de atividade política de grêmios, partidos, enfim. Então ali havia um recuo da Igreja Católica, que num primeiro momento não quis dizer muita coisa pra nós, parecia que era só uma definição de igreja. Mais tarde eu compreendi que realmente havia sinais claros de que uma grande mudança estava acontecendo, que foi o que aconteceu em 64. O que eu posso te dizer do Brasil pré-63, além desse movimento estudantil muito vigoroso, uma UNE muito ativa, uma União Gaúcha de Estudantes muito ativa, enfim, muita atividade política permanente, núcleos de cultura popular, mesmo que tenham sido muito centralizados, que na verdade eram centralizados e verticalizados, havia uma grande efervescência cultural, enfim, uma coisa que é muito fácil de perceber na própria música popular brasileira e na própria dramaturgia. As peças de teatro dessa época, a literatura que havia nessa época, os autores como o Dias Gomes, o Vianinha e tal, os músicos como Chico Buarque, Sidney Miller e todos eles. Havia toda uma ruptura na cultura brasileira, não é propriamente uma ruptura, mas havia um convite, assim, uma proposta de mudança, que isso aparecia claramente nos festivais de música, enfim, havia aquele tipo de música chamado mais engajado e também uma manifestação artística que aparecia através de peças que foram muito emblemáticas, como o Rei da Vela. Enfim, uma descoberta do movimento antropofágico, que é uma coisa muito intelectualizada lá dos anos 30, 22 (referência à semana de arte de 1922), mas que tentava reconstruir, ou construir uma identidade nacional, com erros ou acertos que na verdade eram muitos, o que houve era que havia uma preocupação com a nacionalidade. [continua]

Luisiane: essa efervescência estudantil que tu cita no início da tua fala, tu percebia aqui em Pelotas no pré-64?

Vera: Aí tem outras coisas que são importantes da gente chamar a atenção. [aqui, a depoente fala sobre os meios de informação, sendo que na época, as informações demoravam muito para chegar, principalmente nas cidades interioranas].

Pelotas era uma cidade relativamente importante dentro do Rio Grande do Sul, tinha uma meia dúzia de faculdades e tinha um movimento estudantil, mas muito menos incisivo do que a gente via em Porto Alegre. Nós, inclusive, tivemos muitos amigos que foram para Porto Alegre em função dessas coisas, e para poder ficar menos visíveis, eu acho, porque tudo comprometia muito. E aqui além do controle da família, essa turma toda com 17, 18, 20 anos, além do controle da família que é natural e tal, também tinha o controle da escola, do professor, do colega e do próprio estado, que não era pouco. Naquela época eles não tinham a facilidade que se tem hoje para fazer espionagem, essa coisa toda de controle de telefone, mas havia um controle muito forte. Uma coisa assim meio que de perseguição. E nós tínhamos aqui uma Federação de Acadêmicos de Pelotas, que se chamava FAP e essa federação acadêmica reuniu os diretórios acadêmicos da cidade, isso antes de 64. Essa federação acadêmica teve presidentes, como o Bernardo de Souza, aquele que foi prefeito, o João Carlos Gastal [...] A repressão foi ficando muito forte, então, muitos fugiram, muitos foram embora, muitos se esconderam, muitos simplesmente puxaram o freio de mão, continuaram nas suas vidas e tal, mas viram que não dava mais para transgredir. Foi uma época muito rica, muito interessante, sabe, eu não me canso de pensar e falar sobre essa época. Os anos 60 foram os anos de multiplicidade, de possibilidades, de experimentação, de desejos, de anseios, de contestação naturalmente. [...] Pelotas era periférica, completamente periférica, aquele pessoal que estava aqui, a única coisa que queria era ir embora, os que puderam foram embora, mas a cidade não acabou por causa disso claro, muitos vieram para cá estudar aqui, porque as universidades cresceram justamente durante o período da revolução. Foi em 69 que foi fundada a UFPel, já existiam aquelas faculdades antes e tal, e a Católica mesmo por causa do crédito educativo ela se ampliou muito. [...] Pelotas recebia notícias, acompanhava, lembrando sempre que elas chegavam com 24h de atraso, então havia muita diferença entre uma cidade do interior e uma da capital, mesmo entre Porto Alegre e Rio e São Paulo havia uma distancia muito grande. O Rio na verdade abrigou o centro político da resistência e da União Nacional dos Estudantes, muitas coisas aconteceram em São Paulo do movimento operário, ele cresceu muito em São Paulo. Agora, o que se pretendia de movimentos políticos e tal, eles realmente tinham que ser subterrâneas, eles eram absolutamente escondidos e controlados pelos próprios participantes. [...]

Luisiane: Após o golpe em 64, como tu sentia a atmosfera de resistência em Pelotas?

Vera: Para mim foi uma coisa, foi horrível, mas ao mesmo tempo a gente faz do limão uma limonada, tem que fazer. Então para nós a grande fuga era ir para o Uruguai, porque o Uruguai ainda não tinha caído, os Tupamaros estavam a mil, a gente ia e vinha, e chegava lá em Montevideú e frequentava tudo que era embaixada. [...] participava de reuniões, algumas coisas lá e tal, e os tupamaros cresceram muito nessa época, mas a gente não podia trazer isso para cá, porque aqui estava proibido mesmo, tu não podia manifestar. Agora, de 64 a 68 foi muito *light*, tinha alguns arbítrios principalmente com os professores mais velhos das faculdades, nós vimos aqui alguns professores que foram excluídos, principalmente da faculdade de agronomia, do direito, teve outros, alguns advogados famosos que foram presos aqui, um deles um advogado comunista. E nesse vai e vem, a gente vai fazendo a cabeça como diz o outro, e as coisas vinham chegando e aparecendo, chegavam de vez em

quando uns emissários que vinham aqui e conversavam com a gente e outros que iam, assim, as coisas iam se fortalecendo, mas a gente já ia desenvolvendo o hábito de fazer escondido, de não tornar público. Inclusive naquela época tinha aqui em Pelotas a União Pelotense dos Estudantes Secundaristas, que eu participava e foi bem na época de 64, eu ainda estava no segundo grau, agora eu me lembrei, e imediatamente ela foi fechada por ordens de lá, tinha um tenente que cuidava de nós na época, eu me lembro que os universitários era um capitão que cuidava. Logo em seguida tivemos que começar a dar satisfação de tudo e o movimento foi perdendo a força. [...]

Luisiane: Tu enquanto militante do movimento estudantil percebeu algum tipo de preconceito dentro e fora?

Vera: Sempre existe, e eu acho que continua existindo [preconceito], não acredito que essa coisa da mulher esteja resolvido não, eu acho que a gente está fazendo de conta que está resolvido. [...] mas tinha muito lugar que mulher não entrava sozinha em Pelotas, o café Aquarius, por exemplo, e mesmo que as mulheres enfrentassem, e entrassem e tal, e começaram a frequentar, aquilo ali é um ambiente masculino. Os lugares públicos são ambientes masculinos, e eu acho, particularmente, essa pauta não foi resolvida, está pendente. Aí todo diz “ah o feminismo e toda essa coisa aí é coisa do passado”, não é questão de querer ocupar o lugar do homem, não é nada disso. É a questão da mulher se descobrir como dona de si, do seu corpo, que são muitos milhares de anos que a mulher aprendeu a ser a segunda dessa história, ela não é a protagonista, ela é uma coadjuvante. Mas o que foi reservado para a mulher é a vida íntima, o interno, o privado, o público não é para mulher. [...] Os anos 60 tiveram um movimento feminista muito forte, mas não começou ali, se tu pegar os livros da Simone de Beauvoir, ela escreveu o Segundo Sexo, escrito na década de 40, muito anterior a isso tudo, foi logo depois da Segunda Guerra Mundial. [...] então a mulher ela ainda não se descobriu, na minha opinião, como protagonista. Nos anos 60 era mais difícil, na verdade ali, todas as meninas tinham sido educadas para ter marido, ser mãe, ter uma profissão que não compatibilizasse com a função da esposa. Tu pode ver que dentro da medicina tem muita pediatra, muita dermatologista, cirurgiã é bem difícil de ver. [...] nos anos 60, 70 era raríssimo tu ver uma mulher dentro de uma redação de um jornal no Rio quanto em São Paulo, atualmente, hoje é muito mais mulher do que homem [...]. Pessoal aceita, acha que é confortável ter uma casa, um marido, um filho, nunca as feministas foram contra isso, nada disso, agora, elas são contra a invisibilidade da mulher, essa é a proposta. É por exemplo, um congresso de 513 deputados, se não me engano, ter 40 mulheres, é um absurdo, e esse congresso de 513 deputados é que vai decidir se a mulher pode ou não abortar, eles é que vão decidir por elas, porque a sociedade é patriarcal, é machista. [...]

Luisiane: Nesse período da tua militância havia espaço para a discussão de gênero?

Vera: Completa, era época das mulheres nas ruas queimando sutiãs, era uma loucura total, mas era muito criticado. Aí é que a gente vê a força da Igreja, aí é que ela aparece como grande repressora, porque é importante, a gente precisa da igreja nos movimentos sociais e tal, a religião é importante para o homem, não estou falando de uma ou de outra igreja, a religião é importante porque faz parte de ter um horizonte, querer ter alguma coisa. [...] eu acho que foram muito forte, muito mais agressiva, e era uma coisa meio de desafio, porque a

gente entrava nos lugares que menina de família não ia, como o exemplo que eu dei do café aquarius. [...]

[...] uma das coisas que mais me constrange em Pelotas é achar que todo mundo é descendente da baronesa. E eu, por exemplo, estou te dizendo, não é o meu caso. Seria impossível que todo mundo aqui fosse descendente da baronesa e das famílias tradicionais, não é. Pelotas teve muita gente pobre, foi uma cidade industrial, charqueada, foi escravocrata por causa da charqueada, depois dos escravos quem assumiu, teve um grande operariado que se localizou ali pela zona do Porto, onde é o Anglo, aquilo ali tudo, aquela zona ali, o Porto, o próprio Porto né era uma zona operária. [...] o que eu quero dizer com isso é que Pelotas teve muito operário, teve uma classe proletária muito grande, não é aqui todo mundo descendente da baronesa não, tem uma meia dúzia de famílias muito ricas, como em todos os lugares. [...] enfim, Pelotas tem uma classe proletária que quem realmente trabalhava e quem cuidava da cidade, os ricos muito ricos, eles costumavam passar o inverno no Rio de Janeiro e o verão na Europa. É essa a informação que a gente tem dessas famílias mais tradicionais.

Vera fala do seu retorno à Pelotas, sobretudo acerca do movimento estudantil, após 10 anos morando no Rio de Janeiro (1978):

O movimento estudantil estava muito ativo quando eu cheguei aqui em Pelotas, aí assim, com muitas vertentes que eu achava tudo muito engraçado, os nomes né, tipo Libelu. Havia um movimento forte pela Anistia, tinha uma gurizada intelectual aqui muito interessante, que fazia um bom movimento na cidade. Achei a cidade um pouco melhor, no sentido de que tinha muita gente de fora, eu acho que isso enriqueceu Pelotas, dez anos antes, não tinha tanta gente de fora, quando tinha era alguém ali do Herval [cidade próxima de Pelotas], de Canguçu e tal. Quando eu cheguei já tinha gente de Santa Cruz, Santo Ângelo, de muitos lugares sabe? De Quaraí, muitos até de Porto Alegre, outros de Santa Catarina, que principalmente vinham pra Agronomia, e pra Odontologia também vinha muita gente. E isso eu acho que aos poucos foi dando afeição diferente pra cidade, a cidade deixou de ser tão “nobre” [risos]. Acho que as universidades, para Pelotas, trouxeram um *plus* muito interessante, e o movimento estudantil ali dos anos 80 já tinha um pouco mais dessa diversidade.

Pelotas, 24 de fevereiro de 2014

Entrevista com Duca Lessa – entrevista realizada no estúdio fotográfico de Duca

Luisiane: Início da militância.

Duca: Foi no tempo da faculdade. Na verdade, no meio da faculdade, eu fui fazer um trabalho de fotografia fora do Brasil, foi na Argentina. Até aí eu não entendia e não dava a mínima importância para o que era política, eu achava que política era uma coisa dos políticos, e não uma coisa que faz parte do nosso dia-a-dia. Eu fui morar na Argentina e acabei descobrindo, e essa coisa tá no sangue e que borbulha, assim, sabe? É muito forte, então aí que eu descobri essa coisa, eu voltei de lá e aí nunca mais abandonei dentro da faculdade, comecei na faculdade daí. Porque eu não entendia muito bem, eu era, assim, desorientada, ninguém nunca me falou nada, quando eu era pequena que a gente não podia falar, não podia falar no Jango, não podia falar no Brizola, tinha que falar baixo se a janela da gente desse pra rua, não fala sobre isso, não fala sobre aquilo, mas eu pensava “o que será isso que é tão proibido falar o nome de um presidente?”. Achava muito estranho aquilo. Aí quando voltei da Argentina, voltei com todo gás e aí nunca mais parei. E começou assim como um todo, não especificamente com o movimento das mulheres, mas depois foram se delineando para as coisas que a gente começa a ver, que existia diferença no tratamento de um aluno que vinha do interior e uma aluna que não podia vim do interior, os dois em condições precárias, porque a casa do estudante só era pra quem? Só era para homens, não para mulheres. Então de luta de mulheres, umas das primeiras que a gente encarou, na verdade foi essa. Foi assim, a invasão da casa do estudante.

Luisiane: Tu participou da invasão?

Duca: Sim, eu estava com a minha filha com quase nove meses na barriga, não sabia o que eu fazia, mas a gente subiu as escadas, invadiu e a partir dali nunca mais a casa do estudante foi só masculina, foi casa para mulheres também. E, foi um momento muito importante, porque o que acontecia, os rapazes vinham para estudar, se formavam na faculdade, até namoravam aqui pela cidade, mas voltavam para casar com as coitadas que tinham ficado na terra deles, que iam ser mulher, procriar e fazer tudo aquilo e que eles tinham aquele troféu guardado na cidade deles. Isso também era complicado pra gente, porque a gente as vezes namorava os coleguinhas, mas a gente sabia que os coleguinhas tinham um trofeuzinho guardado na cidade deles, e que elas nunca iam ter acesso a vida deles, assim, no dia-a-dia, e eles voltariam e casariam com as meninas de lá. E elas coitadas nunca teriam acesso a uma faculdade, ter essa mesma oportunidade de poder escolher, namorar aqui, namorar lá, então isso aí implicava em muitas coisas. Essa invasão não era só invadir pra ter a casa, invadir pra liberar as mulheres que não podiam se liberar pra vir pra cidade estudar ou trabalhar. Tinha que ficar no interior esperando os caras irem pra cidade, se formar e voltar pra casar, gerar filhos, e elas não podiam estudar, nem trabalhar, o máximo que poderiam ser era do lar.

Luisiane: Tu como militante, percebia algum tipo de preconceito dentro do movimento?

Duca: Não, geralmente, assim, quem mais falava, quem mais se destacava, geralmente, era mais os homens, até porque já era aquilo de praxe e isso a

gente não muda de hora pra outra, tanto é que a gente teve presidentes, diretores de DAs e DCE quase sempre homens. Eu não me lembro que candidata mulher, afora eu que fui da Católica, foi cabeça de DCE aqui em Pelotas. E no movimento como um todo. O movimento aqui em Pelotas era muito forte, não era maior em número, talvez, que Porto Alegre, mas era mais organizado e mais politizado. Aqui estavam pessoas de todos os lugares, tinha gente de tudo que era lugar, e cada um com suas dúvidas, e com suas dificuldades, e tentando entender para o que veio o que está fazendo. E isso foi uma coisa muito, muito, muito forte aqui em Pelotas, o movimento estudantil, como não foi em nenhum outro lugar do Rio Grande do Sul. Quando eu fui escolhida a participar dessa chapa na Católica, eu fazia jornalismo na Católica e Direito na Federal. E na época a gente às vezes quase virava uma estudante profissional, porque a gente não queria sair da faculdade, a gente tinha muita coisa pra fazer. E essa era uma deficiência, porque na época a gente não tinha muita orientação que a gente tinha que estudar muito também, mas não dava porque a militância, a coisa era muito assim, a gente atacava em tudo que é ponta, depois, assim, até a questão partidária também, a gente acabou se envolvendo, quase todos nós acabamos naquela época, ou muitos do nosso grupo, a gente acabou se envolvendo com o PT, na criação do partido. Então militava no Diretório Acadêmico, militava no DCE, militava na questão da mulher, militava na questão partidária. Isso tudo e ser coerente. Eu por exemplo, não sei se te interessa, eu resolvi que eu não tinha tempo de fazer várias coisas, mas eu queria ser mãe, mas não queria casar. Então eu decidi ter uma produção independente, e tive que é a minha filha, que também é jornalista. E foi uma experiência que não me arrependo em minuto algum de ter tido essa alternativa, essa opção de vida. Até hoje eu sou uma pessoa que eu gosto de viver sozinha, gosto de ser dona do meu umbigo, entendeu? E não sinto a minha filha como problema por não ter tido um pai presente, na verdade, ela teve tantas pessoas presentes, porque o movimento ficou pai dessa guria. [...] outra coisa que a gente batalhou foi a questão do transporte, da alimentação, queriam cobrar um absurdo na história do restaurante, nós invadimos e tomamos conta das panelas. As panelas batiam nos ombros da gente, era um troço horrível de grande [...] eu fiquei responsável pelo feijão e aí ficamos dias lá aguentando essa história do RU. Bancando a alimentação de todos os estudantes para não deixar ninguém sem comida. Outra coisa que a gente fez foi greve de fome, eu não fiz a greve de fome, eu cuidei dos grevistas de fome. O que eu fiz? Me orientei com alguns médicos, pouca gente tinha essas informações, nós tivemos, na época, 6 ou 7 grevistas de fome, que eram também por causa dessa história do restaurante. [...] tive que conhecer várias coisas nessa minha militância, aprender a cozinhar na marra pra fazer feijão para todo mundo. E a minha própria experiência de vida, as minhas opções, que eu achava que não tinha que ter que casar e tal, seguir esse padrão, e não me arrependo de nada do que eu fiz. [...] mas eu acho que sempre fui coerente com todas as coisas que eu entendi como corretas e até hoje admiro a nossa história. [...] eu comecei a fotografar com 18, 19 anos. Eu vi o Jango entrar no Brasil, fui fotografar a morte dele, lá em São Borja, não tinha estrada, era só estrada de barro, demorou não sei quanto tempo empurrando uma camionete daqui até lá. Fotografei a morte do Jango lá. [...] então assim, aconteceram fatos muito fortes na minha juventude. [...] teve a história do 8 de março, sempre a gente fazia atividades, em todos os 8 de março pra mostrar que as mulheres tinham que ter uma proposta diferente. [...]

Luisiane: Como era a relação entre militância x família?

Duca: As famílias não concordavam muito, eles achavam que a gente era maluco, que talvez a gente usasse droga, que a gente não conseguir nunca sair da faculdade e que a gente era uma cambada de louco. Se eles pudessem, eles encerravam a gente, porque a gente a toda hora recebia mensagenzinhas “olha, tua filha tá fichada no DOPS e qualquer hora...” por exemplo, nós estávamos numa atividade em frente a faculdade de Direito, que o Gastal estava escrevendo LIBER e foi preso, vieram em cima de mim, eu estava com o Robson Barin, que era jornalista próximo ao movimento, e aí eu tive que pegar aquele filme enrolar correndo quando eu vi chegando aquele monte de coisa estranha, enrolei e sumi com os filmes e dei pro Robson. Aí fui chamada lá na faculdade do Direito pelo diretor e por um monte de gente estranha pra me devolver o meu filme que tinha a cara dos meus amigos. Mas aí eu disse “eu não estou filmando, estou brincando de tirar foto, é só flash, não tem filme dentro da máquina”. Falaram: “não, tu tirou o filme de dentro da máquina” e eu “não, claro que não”, mas o Robson salvou os filmes. [...] as famílias ficavam contrariadas porque elas tinham medo, por tudo isso que aconteceu com tantos colegas nossos. Muitas vezes eu fui presa em camburão, ou por estar largando panfleto, ou por estar colando alguma coisa em algum poste de rua, porque eles não queriam. A gente queria chamar uma greve, alguma coisa, passei bastante de camburão. Depois a minha filha já estava maior e eu continuava nessa história, um dia foi chamada a greve geral então a gente foi fazer piquete às 4h da manhã a gente foi trancar as empresas de ônibus, porque quando os ônibus saem pra rua não tem como tu segurar, aí me lembrei que a minha filha já estava no colégio, já entendia, era tudo dando na rádio, dando na TV, no Jornal do Almoço. Tive que pedir pra minha família desligar tudo que era coisa, porque eu precisava contar pra ela, eu precisava explicar pra ela porque eu estava presa. Mas tudo isso não foi mole.

Luisiane: Como vocês lidavam com a questão do medo?

Duca: Eu lembro que esse piquete que eu estava te falando da greve mesmo, eu lembro que era uns ônibus caindo os pedaços, era os ônibus da Siltrans, eram horríveis, não tinham freios, velhos e eram ônibus que pegavam muita gente. Ninguém estava se animando a ir pra frente daqueles ônibus, porque a gente pegava e se dava as mãos e ficava na frente do ônibus, não passa e não passa. E aqueles ônibus viam encostando nos nossos seios, no peito da gente, e os ônibus davam umas freiadas, mas outros não tinham freios... era difícil, mas aquilo ali era a nossa vida, aquilo ali era o que importava. Se eu faria isso hoje? (silêncio), aquele momento era histórico, aquele momento pedia aquilo, tu podia te expor porque tu sabia pra que tu tinha vindo. [...] Mas bá, não me arrependo de nada do que eu fiz, claro, tive muitas vezes medo, muitas vezes. Os medos que senti, todos eu esqueci. Claro, eu me cuidava também. Ah não sei se eu me cuidava também, porque a gente fazia o que era afim...

Luisiane: As mulheres de fora que vinham para estudar na cidade tinha mais liberdade do que as mulheres da cidade?

Duca: As vezes era assim, era mais fácil contar com elas para militar, porque não tinha família pra reprimir. Mas também elas vinham com conceitos

completamente deturpados, conceitos e valores que não fechavam, mas aí cabia a gente colaborar, mostrar como a gente achava que era certo, como a gente vivia, como a gente pensava, mas as vezes era mais fácil por esse lado da família não estar sempre te monitorando. Esse pessoal que vinha pra casa do estudante mesmo, vinha e sabia o quanto tinha sido difícil essa história, então eles valorizavam. Depois de um certo tempo, a gente tinha muita mulher no movimento, em diretórios acadêmicos inchou de mulheres. Mas tinham cursos melhores, por exemplo o curso de Agronomia, era um curso que sempre andava na frente, não sei se é porque um curso ligado à terra, porque tinha tantas pessoas militantes, que são militantes até hoje ajudando na questão da terra. Mas tinha uns cursos terríveis, a Odonto era um horror, era um dos cursos mais reacionários, e o Direito, que era meu curso, tinha um bloco forte contra nós também, mas a gente foi ganhando o respeito dos professores, a gente não era baderneiro. [...] depois eu resolvi desbravar as fronteiras, fui pra São Paulo em 85 fazer a campanha do Suplicy lá, trabalhei com o José Dirceu. Depois fui pra Constituinte, mas aí eu já fazia a minha militância profissional [...]

Luisiane: Existia dentro do movimento espaço para a discussão de gênero?

Duca: Aborto naquela era época era muito discutido. Estava surgindo a pílula, nem existia a camisinha. Eu vou te dizer honestamente, nunca tomei pílula, eu me cuidava por tabelinha. Não existia a AIDS, então a gente podia namorar, não tinha AIDS, a única coisa que podia ter era filho. [...] mas assim, para a história do aborto a gente encontrou resistência da Igreja, porque essa história aí não se resolve. Eu acho que a gente só tem que ter filho quando está a fim mesmo. A minha eu fiquei por acidente, porque quando eu fiquei, não estava programado que eu queria ficar, mas se eu ficasse e fosse de alguém que não fosse me incomodar, estaria de bom tamanho. Então quando o pai da M. era músico e tinha vindo fazer um show aqui em Pelotas e foi embora, perfeito. E é esse o cara que não vai me incomodar [...] se era certo ou errado? Não sei, era o que estava me cabendo na cabeça naquela época. Eu não queria fazer aborto, eu queria ter aquele filho. Mas naquela época, questão de salário, a mulher ganha isso e o homem ganha três vezes mais, a mulher parecia que não tinha capacidade mental de administrar uma história. As mulheres passaram então a não ser escolhidas, mas a escolher quem elas queriam namorar, de viver e como queriam. Tudo isso naquela época começou a se delinear. Todo mundo começou a trabalhar, começou a querer ser dona do seu nariz. [...] O grupo ligado a Peleia/ Em tempo discutia essas questões específicas da mulher, a Libelu não, a Libelu, que era do meu grupo, não tinha essa coisa assim da mulher, eles não achavam importante, mas eu achava importante então nessa hora eu saía do centralismo democrático do meu grupo, porque essa discussão é importante sim. Quantos filhos a mulher quer ter, o quer fazer, é importante sim. Existia um grupo de mulheres na Peleia que era bem forte.

Pelotas, 27 de novembro de 2014

Entrevista com Lígia Maria Chiarelli (Biloca), está entrevista ocorreu no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Luisiane: Apresentação da entrevistada.

Biloca: Meu nome é Ligia Maria Ávila Chiarelli, me chamam de Biloca, um apelido de criança, depois eu assumi né, eu gosto que me chamem de Biloca. Eu fui estudante da UFRGS entre 73 e 78 e depois eu até fiquei mais 2 anos, fui estudante de arquitetura durante esse período, depois 79 e 80 eu também estudei nas Ciências Sociais, eu fiz vestibular, cursei 2 anos, mas depois não concluí a Ciências Sociais. Bom, sobre a questão da militância, eu acho isso é uma coisa interessante né, porque era um período ainda de ditadura bastante acirrada né?! E eu não tinha feito movimento secundarista né, porque a escola não tinha grêmio (estudantil) né, o único convívio que eu tinha era porque o meu irmão participava de alguma coisa e tal, mas mais até como observador como que militante, mas ele participava junto, ele circunvizinhava esse pessoal da VPR, VAR Palmares e tal, mas ele era só observador, não tinha uma participação efetiva. Então alguma coisa eu sabia, mas não me interessava, sobre o movimento estudantil eu não tinha interesse, era até uma coisa que me assustava muito, minha mãe em 68 tinha muito medo de ver passeatas, já entrava em pânico, então é uma coisa que não fazia parte da minha realidade né?!. Quando eu entrei na universidade, eu entrei em 73, e naquela época tinha o curso básico né, ou seja, era todos os alunos passavam por um semestre que seria uma qualificação dos alunos em algumas áreas, mas o objetivo era também político, porque uma das disciplinas era Educação Moral e Cívica, pode ser que tivesse outro nome, mas era isso, que era uma disciplina de propaganda do regime militar certamente, mas tinha matemática, tinha português e tal, mas tinha uma disciplina que era Estudo dos Problemas Brasileiros onde se discutia, não era pra isso, mas acabava se discutindo política nessa aula e o nosso professor era do MDB Jovem na época, a gente não sabia e tal, mas um dia ele nos pirou tanto a nossa cabeça, falando da realidade brasileira, do que estava acontecendo, que a gente não tinha nem noção né, eu e alguns colegas fomos conversar com ele querendo saber o que a tinha que fazer para mudar essa realidade. Aí ele disse “Ah, eu por exemplo, sou do partido político, sou do MDB, sou da ala jovem e tal, é uma das maneiras de participar”, tá, e aquilo foi assim, achei interessante, mas não gerou nenhuma mudança de comportamento, só fiquei com aquela coisa, achando interessante. Bom, aí no semestre seguinte a gente foi pro curso de arquitetura mesmo, porque esse curso básico era com todos, e aí, no curso de arquitetura, eu comecei a acompanhar, também, meio de longe o movimento estudantil né?! E eu comecei a ter uma admiração pelo pessoal da esquerda, que a gente sabia que era da esquerda, mas era uma coisa que eu ao tinha coragem de participar, eu sempre digo, lembro claramente do dia em que passou um abaixo assinado, numa escola lá que eu estava passando, pela libertação de presos sei lá aonde, não era nem no Brasil e o cara me perguntou “Assina o abaixo assinado?” e eu fiquei olhando e o cara me perguntou “Já assinou?” e eu disse “Já”, e eu não tinha assinado, porque eu não tinha coragem né, então aquilo era uma coisa distante. Mas aí a gente começou a participar junto com o diretório acadêmico da arquitetura, e eu não queria participar do DCE, dessas coisas, eu achava que era pros outros, que não era pra mim, até porque a gente tinha um pouco de receio, e no processo, isso que eu acho importante, teve um momento que teve realmente um diferencial, foi

quando houve uma luta promovida pelo DCE pra não aumentar o RU né, que na época era barato, mas era pago e aquele aumento era significativo pra quem precisava comer lá. Eu não comia no RU, mas eu achei naquele momento que eu tinha que tá participando com todo mundo e me envolvi com as pessoas e tal, eu participava de um grupo de estudantes né, que na época eu não sabia, mas era um grupo influenciado pelo PC do B, mas eu não sabia, era um grupo político que se reunia pra discutir tudo e ele também se expressava em outras escolas, não só na arquitetura, e as vezes a gente reunia todo mundo e tal. Lá pelas tantas eu descobri que esse grupo era influenciado por um partido clandestino, mas eu nem sabia qual, pra tu ver o nível de repressão, porque ninguém falava nada né. Mas aí eu comecei a ouvir umas conversas sobre PC do B, PCB e vi que tinha uns partidos comunistas atrás, mas eu sabia que eu era de um dos dois, na minha cabeça eu era de um dos dois, mas nem sabia qual, até que num certo momento eu descobri que o partido que me influenciava era PC do B e eu achei interessante. Mas eu participei muito tempo assim, só com uma militância, vamos supor, ao largo, e já tinha pessoas do partido atuando ali e eu nem sabia que eles eram do partido né, eu na minha cabeça o cara pra ser comunista tinha que ter sido, no mínimo, guerrilheiro no Araguaia. E nessa situação eu participei durante um tempo, mas ao mesmo tempo em 78, tinha havido um congresso do PC do B que eu não tinha conhecimento, que era num momento que se avaliou que era momento de se mostrar mais as caras, e havia duas concepções dentro do partido, uma que dizia “não, não pode porque ainda tem repressão e isso vai fazer com que as pessoas se exponham e a ditadura vai prender todo mundo, matar todo mundo e tal, não pode, não pode”. E a outra concepção dizia “não, tem que começar a ocupar os espaços de alguma maneira né?! tem que trazer gente para o partido, tem que começar a filiar”, porque naquele momento não se filiava ninguém no partido né, porque era perigoso pra quem entrava e pra *tava* dentro, podia ser denunciado e tal... e aí algumas pessoas abraçaram essa ideia e começaram a realmente tentar expandir o partido. Então um dia me passaram um documento pra *mim* ler e eu comecei a ler o documento e eu “Bah”, pensei, “pô, é tudo que eu penso”, eu achava que eu pensava aquilo [risos], eu achei aquilo legal, mas não comentei nada e a pessoa que tinha me dado o documento tinha uma expectativa que eu fosse falar “olha que legal e tal”, pra me chamar pro partido. Só que eu não respondi nada, fiquei quieta, porque eu sabia que quando não me perguntavam nada, eu não falava. Aí então foi o outro companheiro do partido, não foi aquele mesmo, talvez ele tenha se decepcionado porque eu não comentei nada, daí ele veio conversar comigo né, uma longa conversa e tal... foi aí que ele perguntou se eu queria entrar para o partido, e eu fiquei abismada porque nunca pensei que eu poderia ser, eu achei que era uma coisa para os bons só né?! E daí eu me filiei, em 79 eu me filiei no PC do B e comecei a participar de uma organização de base. Nessa organização de base participavam só 4 pessoas, e eu era a única mulher. [...] Eu durante um grande tempo eu participava, adorava as reuniões do partido, quando marcavam reunião bah eu ficava eufórica, mas aí eu chegava lá e eu não falava, eu ficava ouvindo os outros e achava aquilo tudo muito bom. Tinha um camarada que ele tinha essa preocupação com a questão da mulher e ele dizia “Para aí, vamos ver o que a baixinha tem a dizer!” Baixinha porque a gente não se chamava pelo nome né e aí eu ficava espantada que alguém quisesse a minha opinião, mas o que consegui fazer em 4 ou 5 meses foi dizer “eu concordo com o fulano”, eu não tinha opinião. Foi um processo que durou quase 1 ano, aí eu comecei a opinar da minha cabeça. Mas a questão de gênero ela não transitava no movimento estudantil, porque

as mulheres partiam da ideia de que elas não eram discriminadas né, porque o convívio na universidade é mais igualitário numa série de questões, mas existe o preconceito muito forte, só que ele é muito sutil né?! Não se dá na questão de não te deixar entrar em algum lugar, não nesse sentido, de alguém criticar a tua roupa, mas se dá exatamente nessas questões, da gente achar que não tem discriminação já é um problema sério, porque ela existe né, e não considerar as atitudes as vezes de algum camarada como um ato discriminatório, a gente achar que é normal aquilo. Então no Movimento Estudantil não era um tema, só mais tarde, muito mais tarde que começou a fazer parte das pautas das entidades. [...] e a gente não via aquilo como uma bandeira das mulheres e acho que ainda hoje ele é um tema de menor parte dentro do Movimento Estudantil.

Luisiane: Preconceito fora do ME.

Biloca: Pois é, a gente não percebia o preconceito. [...] Naquela época o PC do B participava, por exemplo, do setor jovem do MDB, como o partido não era legal, o partido se legalizou só em 85, então até lá não era legal e aí a gente tinha um setor dentro do MDB, chamada Frente Popular, onde a gente participava como um bloco, era reconhecido pela direção do MDB como PC do B né, a direção sabia que nós éramos militantes e aí a questão da mulher aparecia [...], então havia movimento de mulheres naquela época, mas se expressava fora da universidade. Então tinha o pessoal dos grupos políticos, que depois veio ser do PT, que também não tinha partido, estavam dentro do MDB. Tinha diferenças assim: o MDB, como tal, ele entendia a questão de gênero de uma forma muito oportunista né?! Ela aparecia só perto de eleição e era no sentido de organizar as mulheres para a campanha de algum candidato, então era muito comum naquela época as reuniões em família, que eram promovidas pelas mulheres do setor feminino do MDB né?! Então os dirigentes davam a tarefa pra essas mulheres fazerem reuniões de família; elas faziam e traziam aquele político pra conversar, pra ir nas casas e tal, e as mulheres achavam que o papel delas era esse aí, inclusive, nesse setor feminino não se discutia a questão das mulheres. Era uma coisa que era instrumentalizada pras campanhas eleitorais. [...] mas basicamente, o MDB entendia a luta da mulher nos movimentos gerais, como a luta da carestia de vida, nessas questões assim, mas jamais em questões específicas e nem pensar nas questões que identidade sexual, nem violência entrava na pauta [...]

Luisiane: Militância x família.

Biloca: É que era o seguinte, eu me filiei ao partido, mesmo que clandestino em 79 né?! E 79 eu morava com a minha família ainda, é claro que eles não sabiam do partido. Sabiam que eu ia a passeatas, que eu estava envolvida com o diretório acadêmico e tal, mas não que eu estava filiada, não tinham conhecimento da minha militância. Não chegavam nem a se preocupar porque não sabiam da minha militância, o que eu fazia, ou não fazia. E foi um dos motivos que depois eu fui morar em república, que foi um pouco mais adiante, porque se eu chegava tarde de alguma atividade, a minha mãe já ficava preocupada e tal, aí eu disse “ah não quero isso pra minha vida”. Era um período que se pichava muro clandestinamente; em certas datas importantes o partido promovia pichações durante a madrugada. Então eu não morando em casa, eu podia fazer aquilo tranquilamente e voltar que não tinha problema. Em casa eu não poderia sair às 2 da manhã dizendo “eu vou pichar muro!”, então

eu consegui ter mais atividade partidária política quando eu morei em república, que aí não tinha essa questão familiar, porque se eles soubessem, com certeza não iam gostar muito.

Luisiane: Espaços ocupados por mulheres dentro do M.E

Biloca: DCE, por exemplo, tinha liderança feminina, mas na presidência, eu não me lembro se teve alguma. O que teve foi nos diretórios, por exemplo eu fui presidente do DAFA (Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura), então nos diretórios tinha mulheres na presidência, mas no DCE eu não me lembro de ter alguma presidente nesse período que eu militei, apesar de haver lideranças femininas. E outra coisa que gosto muito de comentar dessa época, eu fui da diretoria do DCE dentro da chapa, mas não era presidente, e daí nós pegamos o período de reconstrução da UNE, que foi em 79; e em 78/79 nós participamos de inúmeras atividades de divulgação do que era a UNE, porque ela tinha que ser reconstruída e a gente fazia isso não só a nível de DCE, mas a gente percorria o Estado, eu vinha a Pelotas, mas eu vinha pelo partido, não pelo DCE (a entrevistada não sabe afirmar se ia representando o partido ou o DCE), não acho que eu vinha pelo DCE, mas o pessoal que eu vinha discutir eram pessoas da tendência estudantil que era em torno do partido, e não tinha mulher, era só homem, tinha 7,8, 10 gurus. E por muito tempo eu vinha pra cá e tinha só guri, não tinha menina, coisa muito estranha. E nesse período de reconstrução da UNE, a gente viajava pelo Estado pra divulgar a UNE, tanto na região próxima, como na UNISINOS, Ritter dos Reis, FAPA, que eram mais perto, como também Santa Maria, Ijuí, Pelotas, Rio Grande e tal. E pra mim me tocou acompanhar aqui a região de Pelotas, então eu vim várias vezes pra cá pra Pelotas com essa finalidade, então isso me espantava muito, que passava ano e continuava só um grupo de guri, eles não tinham a habilidade de ampliar. E nesse período de reconstrução da UNE que me chama a atenção é que não houve nenhuma bandeira sobre a questão da mulher [...] naquele momento a nossa tarefa era divulgar a entidade, reconstruir a UNE dentro daquele projeto fundamental que era acabar com o regime militar, então essa era uma bandeira que unificava todas as correntes que participavam da UNE, que eram todas do campo da esquerda né, então, o alvo absoluto era contra o regime militar [...] mais bandeiras gerais, como a luta pela Amazônia, nós pegamos a luta pela Anistia, e quem iniciou a luta pela Anistia no Brasil foram as mulheres, as mães, esposas dos presos políticos, dos exilados e tal. [...] e tinha muitas mulheres de classe média alta que participavam, mas tinham filhos, maridos ou alguém perseguidos, então o movimento da Anistia começou com elas. E em Porto Alegre também começou com elas, aí sim o setor feminino do MDB teve essa participação. E o DCE também se incorporou a essa luta, mas iniciou assim como um apelo mesmo, não uma luta política. [...] e depois tinha as lutas específicas dentro da universidade, que era pela qualidade de ensino, pela verba para educação, era nesse sentido, mas nenhuma bandeira feminina apareceu nesse momento.

Luisiane: Militância pós M.E.

Biloca: Esse foi um dos motivos pelos quais eu fiz vestibular pra Ciências Sociais, porque era um tempo assim, o que tu tinha fora do movimento estudantil? em Porto Alegre pelo menos; tu tinha as comunidades de bairro, que tinha uma influência da Igreja, outras nem tanto, que tinham alguma mobilização, por lutas muito no campo da moradia, qualidade de vida e tal. Os

sindicatos, por exemplo, que eu teria vínculo estavam muito ligados a questão salarial né, tinha até uma posição política, mas não tinha uma militância na área profissional. Então quando eu estava me formando em Arquitetura me deu um desespero, “o que eu vou fazer, porque eu quero continuar participando!” daí eu não tinha me formando ainda em Arquitetura e fiz vestibular pra Ciências Sociais, porque na verdade, eu queria continuar militando e eu não via fora da universidade um local pra poder atuar. [...] depois eu continuei a militância, fui dirigente estadual do partido, fui dirigente municipal em Porto Alegre, em Canoas, depois em Pelotas também. Então eu dei continuidade, inclusive no movimento de mulheres, porque nós tínhamos uma entidade que atuou nesse período, mas já em 80 e pouco, que era a União Brasileira de Mulheres, que existe até hoje, e ela era uma entidade que avançou naquele momento na compreensão da luta da mulher no seguinte sentido, tinha uma corrente que achava que as mulheres deviam se englobar na luta geral pelas transformações, luta pela carestia, mais questões gerais. Tinha outra corrente que surgiu na universidade, que estava muito vinculada aos direitos da mulher específicos, então era principalmente a luta contra a violência, que era a bandeira principal, mas também havia outras lutas, questões como conhecimentos de métodos contraceptivos, compreender mais a saúde da mulher, aí entrava o tema da mulher negra, mulher e educação. E a União tinha o entendimento que a mulher devia se engajar tanto na luta específica como na luta geral, e uma coisa que eu aprendi nesse momento é que a luta específica nunca pode ser levada sem estar contextualizada, então, a luta contra a violência se mantém até hoje né. [...]

Luisiane: Mulheres na Arquitetura.

Biloca: Era mais meio a meio naquela época do que é hoje. Hoje acho que é mais feminino. Mas tu percebia alguns constrangimentos, tinha algum colega, por exemplo, que queria se ressaltar perante os outros, dizer que ele era o tal, ele fazia isso, inclusive, perante as mulheres do grupo, tentando se colocar numa posição superior, isso havia. Outra coisa que tinha também, quando eu entrei, eu logo dei de cara com dois grupos: as shampoo e os magrinhos. Aí tu vê que as shampoo já era um nome pejorativo, e o que eram as shampoo? Eram as meninas que recém estavam entrando na universidade, a maioria delas tinham namorados firmes há muitos anos, outras eram noivas e iam casar e tal. Essas eram as shampoo e a conversa, então, era muito assim conforme o nome queria dizer. E os magrinhos, era um pessoal que ou era do campo da esquerda ou era um pessoal que não dava bola pra esse tipo de coisa, cabeludo, meio hippie, puxam fumo, coisa que os da esquerda não faziam, porque a esquerda tinha rejeição a essa coisa de puxar fumo por causa de uma questão de segurança né? Eu acabei ficando com o pessoal da esquerda, mas tinha um bom relacionamento com esse pessoal.

Luisiane: Valeu a pena?

Biloca: Eu tenho uma militância de mais de 30 anos né? E nunca me arrependi. Os partidos não são perfeitos, mas acontece que tu tem saber o porquê de tu estar dentro de um partido político. Então eu nunca tive ilusão, não misturo pessoas com partidos, se a pessoa tem uma atitude machista, eu vou achar que é da pessoa, não é coisa desse ou aquele partido. Tem um episódio que me marcou, a cada 2, 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a

reunião pras 9 h e 9 h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave, e começavam a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinos e tal e os camaradas não chegavam, e eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã, e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte, eu era uma dirigente do DCE também, porque as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles pra começar, eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria, se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião. Então eu ficava braba com eles, mas quando na verdade essa era uma deficiência minha também. Azar que eles chegassem tarde, eu devia iniciar a reunião e dirigir, na verdade eu tinha condições de dirigir a reunião, mas não me sentia com aquela condição. [...] dentro da minha experiência no partido, eu acho que foi muito valiosa pra minha vida toda, então claro, não tenho nada, só posso me queixar de alguma coisa que eu não tenha feito, ou deveria ter feito, mas do que eu fiz não, acho que aprendi muito e muito sobre a questão da mulher nesse processo, e tenho muitas referências nessa questão da mulher né claro que valeu a pena, sem dúvida nenhuma. [...]

Pelotas, 27 de novembro de 2014

Entrevista com Vera Garcia – entrevista ocorrida no Mercado público de Pelotas.

Luisiane: Dados.

Verinha: Meu nome é Vera Lúcia Garcia, tenho 54 anos e comecei a militar no Movimento Estudantil quando entrei na Universidade Católica, em 1978. Nesse ano, com 18 anos, eu já fui participar do Diretório Acadêmico e participava da chapa que estava concorrendo a diretoria do diretório.

Luisiane: Qual o teu curso?

Verinha: Serviço Social.

Luisiane: Manifestações ocorridas no período de transição.

Verinha: Um das coisas que me encantou, eu lembro bem do primeiro dia que eu cheguei em aula na Católica, porque eu já participava da associação do meu bairro, participava de algumas reuniões da associação, trabalhava com posseiros, fazia alguns movimentos no próprio bairro, mas não participava do movimento secundarista, e quando eu cheguei na Católica, no meu primeiro dia de aula, lembro que tinha uma grande assembleia no pátio da Católica, que na época já tinha sido eleito, eu acho, o Diretório Central dos Estudantes e o presidente era o Lori Bertinetti, que era um grande companheiro, amigo, tudo mundo gostava dele e tal e ele era o presidente do diretório, ou ia se eleger, não lembro bem disso aí. E isso foi uma das coisas que me encantou, e tinha muita gente da federal junto, e eu disse “olha, esse negócio é bem por aí mesmo!” e aí tava toda a discussão que era o período de redemocratização, enfim, as falas ainda eram contra a ditadura militar e uma série de coisas eram ainda muito fortes, embora não fosse um período já tão delicado como teria sido antes, mas ainda era, ainda tinha muitas coisas a serem feitas. E o movimento estudantil me apaixonou muito por isso, porque na verdade, o movimento estudantil era que puxava muito aqui em Pelotas os demais movimentos, inclusive, os movimentos sociais em geral. O movimento estudantil é que chamava plenária, chamava reuniões, ajudava muito em algumas situações alguns sindicatos, o movimento estudantil ia junto, o pessoal que militava pra fazer piquete, pra trabalhar junto com os próprios trabalhadores onde os sindicatos tinham a sua base, enfim, isso aí me encantou bastante. [...] Pelotas estava se reorganizando no movimento sindical, então, a existência do movimento estudantil com essa dinâmica toda, de realmente ir pro embate, ajudava muito a impulsionar o movimento sindical e isso foi encantador.

Luisiane: Alguma manifestação que marcou.

Verinha: A maior manifestação, que qualquer um vai se lembrar sempre, é o movimento das Diretas Já! essa praça [aponta para a Praça central Coronel Pedro Osório] e essa rua toda aqui ficou lotada né, foi um movimento interessante em todo país e aqui não poderia ser diferente. Esse foi o mais emblemático, mas várias situações, como as greves mesmo que tinham nas categorias e nas entidades que existiam, como o da alimentação, os rodoviários, os trabalhadores que também ainda existia na época, o sindicato

dos metalúrgicos, que ainda tem, mas na época era forte. Então assim, os movimentos dessas categorias eram bem interessantes, e o movimento estudantil estava sempre junto, nós participávamos ativamente. Desde ajudar a organizar, a panfletar na porta de fábrica ou na fila do ônibus né, nós estávamos lá.

Luisiane: Pertencia a alguma tendência estudantil?

Verinha: Sim, pertencia. Desde o início eu me senti muito seduzida pelo marxismo-leninismo, então assim ó, na época, a tendência que tinha isso era a Resistência, que se chamava no movimento estudantil, que era vinculada ao PRC (Partido Revolucionário Comunista), que era um racha do PC do B, então foi nessa tendência que eu militei todo tempo.

Luisiane: Preconceito por parte de outros militantes?

Verinha: Sim, o que nós na realidade percebíamos não era tanto preconceito, mas eu sempre digo assim, os melhores companheiros que eu já tive de movimento e que entendiam a questão da mulher, sem ter muita discussão, mas havia um respeito profundo, foi nessa época. Eu nunca achei, não foi em função dos nossos companheiros, dos nossos colegas estudantes, enfim, dos nossos camaradas que nós fomos pro movimento feminista, porque eram pessoas generosas, eu não lembro, nunca de ter, individualmente, sofrido algum tipo de discriminação. Mas evidente que os homens carregavam isso dentro deles né, isso de alguma forma ou de outra aparecia, mas não foi por isso que nós nos organizamos. Nós nos organizamos porque nós tínhamos uma discussão política e ideológica que era necessária, que a luta da mulher fosse contemplada, e toda aquela discussão assim, que o socialismo não ia dar conta de resolver as diferenças de gênero. Gênero, inclusive, era uma categoria que não se usava na época, eu lembro bem, gênero é uma coisa recente. A gente falava muito nas lutas gerais e as lutas específicas, e essas específicas era quando entrava o que a gente chama luta de gênero, a questão racial e uma série de coisas.

Luisiane: Discriminação na sociedade.

Verinha: Olha, sabe que não sei te dizer isso, mas evidente que existia, claro que sim. Isso começava na própria família inclusive né, a família de não entender porque algumas, por exemplo, porque o guri não ia pra essas coisas e a guria ia? Bem isso, existia de fato, porque era um ano, imagina, 78, eu praticamente adolescente, com 18 anos. Eu era mais discriminada pelo fato de ter só 18 anos, do que ser mulher, existia mais discriminação pela idade de que propriamente pelo gênero. E depois as duas coisas juntas também. Eu lembro muito bem que a gente ia fazer debates sobre sexualidade em alguns cursos, somente em alguns cursos da federal, como Veterinária, Agronomia. O pessoal mesmo desses diretórios que convidavam, e companheiros desses cursos que estavam no movimento estudantil nos convidavam pra falar sobre isso, sobre a opressão da mulher, a gente falava muito sobre a questão da opressão da mulher, esse era o tema central. E aí nós íamos e era muito interessante, porque nos olhavam e nos achavam muito novinhas, entendeu? “Ah umas gurias vieram falar isso pra nós”, mas na verdade eles eram uns guris também né! Então tinha um pouco disso, da idade e de ser mulher. Mas era só no início, eu lembro que quando a gente começava a conversar, os meninos em geral

gostavam muito e participavam bastante. Foi um momento bem rico dessa discussão no movimento estudantil.

Luisiane: Tua família chegou a te reprimir?

Verinha: Sim, primeiro eu tive que esconder porque eu fazia parte de um partido clandestino, aí a família não podia saber. A família sabia que eu participava no meu bairro de algumas atividades, então não foi tão estranho que eu entrasse no movimento estudantil, mas a família não sabia que tinha um partido político clandestino por trás disso tudo. Havia uma certa preocupação sim, porque como nós saíamos à noite pra fazer pichação, e é uma coisa que tinha que fazer escondida, eu tinha que dizer que ia dormir na casa de uma colega, mas era pra gente sair pra pichar de noite, pichar os muros. Então, tinha preocupação, onde que eu ia, porque até claro, mulher, menina, digamos assim, e ainda metida nessas coisas, e era um período que ainda não estava muito fácil, ainda tinha repressão, a brigada militar estava sempre presente, a gente não conhecia os agentes da repressão que estavam infiltrados no movimento, sempre tinha, todo mundo dizia “tem alguém”, mas ninguém sabia nada, e acho que tinha um pouco assim, de encantamento, uma coisa poética com a própria militância e de achar que estavam nos perseguindo. Mas efetivamente tinha, a família tinha essa preocupação.

Luisiane: Espaço no movimento estudantil pra discussão específica (gênero)?

Verinha: Tinha a abertura que nós forçávamos, quer dizer, tinha abertura que nós mulheres forçávamos, não era coisa de bom grado que os companheiros abrissem pra fazer, mas assim, nós tínhamos aqueles que chamávamos de nossos aliados né então eles sempre junto conosco, propunham essa discussão de gênero. E como eu te disse, nós éramos convidadas pra falar [...] nós tínhamos um grupo feminista, o grupo feminista Gênese. Nós tínhamos esse grupo em Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Esse grupo foi importante pra semear essa discussão dentro do movimento estudantil e, de alguma forma, nós fizemos esse grupo, que era autônomo, independente de partido, resgatando a questão da autonomia das mulheres, e a gente acabou fazendo isso também porque não tínhamos esse espaço efetivamente no movimento estudantil. Como a gente sabe, as lutas do movimento estudantil e de um partido político sempre são lutas mais genéricas, e essas questões sempre ficaram um pouco à margem, isso até hoje. Por isso a necessidade, ainda hoje, desses movimentos se organizarem autonomamente, e a gente vê isso ainda hoje muito fortemente, o movimento de mulheres, movimento negro, dos homossexuais, enfim... então não era diferente naquela época, não era, mas assim, eu acho que naquela época era mais receptivo, eu não sei hoje como é.

Luisiane: Como se organizou esse grupo?

Verinha: Ele começou com mulheres estudantes, evidente né como tudo na época o movimento estudantil discutia, organizava e convidava as pessoas que não faziam parte, dentro daquela concepção né dos iluminados, bom já que não sai de fora, vamos trazer, e realmente isso foi, deixando bem claro, uma deliberação das mulheres que participavam do PRC (Partido Revolucionário Comunista), que eu fazia parte. Foi uma deliberação que foi do Estado, nós fizemos essa discussão interna dentro do partido e dissemos “nós vamos organizar grupos na sociedade pra discutir as especificidades da questão da

luta das mulheres”, porque isso não é prioridade do partido e não era mesmo naquele momento, a questão toda era o fim da ditadura militar e a redemocratização do país e então nós pensamos “bom, essa é a forma” e a forma efetiva era essa, as mulheres têm que ter esse fórum específico e que elas efetivamente dirijam, discutam e formulem sua política. E nós fizemos isso a partir de uma deliberação partidária né em que, nós mulheres, compramos a briga. O grupo feminista durou uns quatro anos, eu acho. Ele era um grupo autônomo, a princípio se constituiu num grupo de estudo, nós tínhamos uma carta de princípios [pena que eu não tenho isso hoje, senão eu te dava, se perdeu muito material, isso é um dos problemas da gente não guardar os registros, a questão da memória... é muito importante isso que tu estás fazendo hoje, tu estás nos trazendo isso, nos dando isso de volta]. A gente tinha uma carta de princípios e eram 10 princípios, e aí quem concordava com esses 10 princípios podia participar né [risos] e claro, nós não tínhamos essa visão de que “ah os homens podiam participar”, não, eram só mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos efetivamente isso, os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, pra evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento pras outras questões, enfim, e o grupo se reunia semanalmente, e a gente discutia as questões da cidade, que aconteciam, eu lembro muito bem que umas das questões que a gente já discutia naquela época era a questão da violência, nós fazíamos atos e aí chamávamos inclusive o pessoal do movimento estudantil pra participar, e eu lembro que nós íamos nas categorias, como o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres trabalhavam no sindicato da alimentação na época da safra, as chamadas safristas, então nós éramos convidadas pra falar. Eu lembro de ir numa fábrica, um monte de mulher e nós falávamos pra elas sobre a condição feminina e a luta feminista o que significava, em alguns bairros também nós participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas na verdade a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou, então nós acabamos fazendo esse tipo de atividades que eu te falei. E mais adiante nós formamos um movimento que a gente chamava Movimento Feminista de Pelotas, aí reunia o grupo feminista Gênese, eram as mulheres do PMDB, eram mulheres de outros partidos, e a gente tinha uns fóruns pra se encontrar, isso não durou muito tempo né, até se criar então aí os conselhos que começou a ter toda uma legislação pra regulamentar os conselhos, aí criou o conselho municipal dos direitos da mulher, mais adiante surgiu o grupo autônomo de mulheres, o GAMP, ele existe até hoje, é um grupo também criado por feministas, eu sou da época da fundação do GAMP, participei um tempo e depois saí. É o que temos hoje, digamos assim, de remanescente daquela época do grupo feminista Gênese.

Luisiane: Dentro do ME quais eram os espaços que as mulheres ocupavam?

Verinha: Os diretórios acadêmicos também, a não ser assim, por exemplo, o nosso que era basicamente de mulheres, então o nosso sempre foi mulheres que foram presidentes, inclusive no ano que eu fui a gente não chamava de presidência, a gente resolveu fazer uma coordenação, nós queríamos negar essa questão da hierarquia presidencial e tal. Então nós tínhamos uma coordenadora geral, mas eu me lembro que só o Serviço Social, os outros cursos, inclusive Psicologia que eram muitas mulheres, era sempre um homem que era presidente do diretório; Comunicação... to falando especificamente da Católica porque os diretórios ficavam num barracão e ficavam um ao lado do

outro e então nós nos relacionávamos muito uns com os outros. E as mulheres, realmente, ficavam numa atuação mais secundária e não menos importante, porque as mulheres formulavam, discutiam política. Mas realmente, de direção não, ou melhor, era raro. Essa história a gente fazia na época, essa divisão social do trabalho, os cursos que eram majoritariamente masculinos eram aqueles que estavam mais ligados à vida pública, e às mulheres estavam mais nessa coisa que reproduzia a maternidade, o cuidado com o outro, e aí Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social, um pouco da Psicologia, que tinham essa representação do cuidado com o outro, e era composto, claro, na sua maioria por mulheres.

Luisiane: Participação na invasão a Casa do Estudante em 1981?

Verinha: Sim! Foi um ato preparado pelo DCE, eu me lembro bem que tinha reuniões e reuniões pra essa invasão, nós chamávamos de invasão a ocupação da casa do estudante. E eu participei, várias mulheres participaram também. A única situação que eu lembro que ficou ruim pra mim, vou te fazer uma confissão que pra mim é dolorosa até hoje, que eu fiquei designada pra ficar na frente, porque como foi uma coisa organizada de antemão, algumas mulheres ficaram na frente e outras entraram junto com todo mundo. E tinha essa coisa assim, como tu era do movimento e tu estava ali ajudando a deliberar aquelas questões, então tinha algumas mulheres que tinham que ficar cuidando e homens também ficaram na frente pra cuidar, pra não ter repressão, pra não ter Brigada [militar], então, eu e outras mulheres ficamos na frente da casa do estudante fazendo, o que eu posso dizer assim, uma vigília, e chamando outras pessoas pra entrar. Eu participei com essa tarefa, cada um tinha uma tarefa, porque no movimento as tarefas eram deliberadas pra cada um e tinha essas especificidades. Mas participei sim, foi muito bom! Teve cobertura da televisão na época, eu lembro muito bem que no outro dia todo mundo foi pra TV ver a invasão da casa. Foi muito interessante, um marco na cidade. Eu não lembro da repressão em si naquele dia, mas eu lembro que alguns companheiros nossos subiram naquela marquise da casa do estudante e teve falas lá em cima, [ah está sendo muito bom isso porque eu estou lembrando] pra puxar o pessoal e isso num primeiro momento deu um impacto, até a Brigada chegou, mas que eu lembre não houve choque, foi um movimento tranquilo, eu lembro que eles ficavam de longe observando mas não houve enfrentamento. Houve um enfrentamento nosso de termos feito aquela ousadia, pra aquela época era né porque era um absurdo as mulheres não poder frequentar a casa do estudante e aí foi muito interessante porque aquilo juntou homens e mulheres, todo mundo tinha interesse [risos].

Luisiane: Participação da assembleia no estádio do Brasil?

Verinha: Não, não participei dessa assembleia. [...] a gente até panfletava nos jogos do Brasil.

Luisiane: O que tu trouxe pra vida atual do teu período de militância? Possui algum arrependimento, ou faria algo diferente?

Verinha: Olha, posso te dizer com certeza, eu trago tudo, tudo o que eu sou, até me emociono em falar, o sujeito que me constituí ou a mulher que eu me constituí, ela é totalmente em função da minha experiência como estudante e a minha participação no movimento estudantil. Não tenho dúvida nenhuma disso

e quando eu digo que eu trago tudo, eu trago mesmo né porque pra mim ainda hoje o ser feminista é essencial, não consigo me ver de outra forma. E hoje pra mim é uma luta diária, é uma luta que eu travo diariamente desde cuidar dos meus filhos, na concepção de vida e trabalhar isso com filho e filha da mesma forma, de criá-los assim, humanizados e respeitando o outro, sempre, e tendo muito cuidado pra eles não reproduzirem esses estereótipos que eu abomino totalmente. Até o compromisso com essas questões sociais, hoje pra mim, continuam mais fortes do que nunca e foi, sem dúvida nenhuma, o movimento estudantil que me deu isso.

Luisiane: Depois que tu saiu da universidade, seguiu militando em outro movimento social?

Verinha: Sim, eu saí da universidade e fui participar do meu sindicato, dos assistentes sociais, depois fui trabalhar na prefeitura. Na época nós tínhamos uma visão de que deveríamos estar dentro das prefeituras pra chegar efetivamente perto da população e aí participava do meu sindicato, no ramo de produção, o sindicato dos assistentes sociais e também fiquei muito tempo militando e trabalhando junto com os movimentos populares. Nós participávamos da União Pelotense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairros, a UPACAB, que era uma entidade que reunia todas as associações de moradores de Pelotas, então nós participávamos das reuniões nos bairros, e dos partidos políticos, aí naquele momento, um pouco mais adiante foi criado o Partido dos Trabalhadores [PT], o partido que a maioria dos militantes foi pra dentro do PT. Eu fui um pouquinho depois, porque esse meu partido clandestino avaliava que não era o PT ainda, a gente tinha uma avaliação que o PT era um produto da burguesia e que não era ainda pra fortalecer o partido dos trabalhadores, isso porque a gente tinha uma trajetória comunista né os comunistas viam o PT com bons olhos, então nós fazíamos a militância sempre com uma desconfiança. Quando, dois anos depois da fundação do PT, então, teve uma outra avaliação dentro do PRC que nós passamos a integrar o partido dos trabalhadores e é onde eu estou até hoje, filiada até hoje com todos os meus questionamentos, com todas as minhas dores, com todas aquelas questões que nós queríamos muito e vimos que a governabilidade nos tira, nos tira muitos sonhos e eu sigo perseguindo isso. Esse instrumento pra mim ainda é esse partido, mas eu estou começando a achar que ele já esgotou, eu acho que devemos ter outras formas de mudar a sociedade.

Uma coisa interessante que gostaria de falar, é que nós fizemos durante três anos uma feira do livro com livros feministas. Só livros que falavam da questão da mulher. Nós fazíamos assim, colocávamos uma banca ali na praça, e fora da feira do livro normal, porque a feira do livro ia diluir a questão, então nós tínhamos uma banca, que conseguíamos, e colocávamos ali na travessa, com livros que trazíamos das livrarias de Porto Alegre, consignado, era uma batalha. Era interessante assim, chamava a atenção né “o que essas mulheres querem aí só vendendo livro sobre a questão da mulher”, isso aí naquela época, nos anos 79/80 era uma coisa interessante, hoje não é tanto, mas uma feirinha só pra esse tipo de publicação mexia um pouco.

Pelo menos três encontros com as mulheres de Santa Maria, aqui Pelotas e Porto Alegre. Nós nos encontrávamos pra nossa formação mesmo, e pra deliberar as questões do movimento, pra saber como nós íamos atuar nesses três municípios.

Luisiane: Por que o grupo não foi adiante?

Verinha: Eu acho que foi porque ele teve um papel naquele momento, que era de criar essa discussão, colocar essa discussão dentro do partido e no movimento estudantil e também criar uma certa inquietação em outras mulheres, porque nós odiávamos a questão dos departamentos femininos nos partidos, eu lembro até que a gente fez parte e fomos até em algumas reuniões das mulheres do PMDB, mas levando a questão feminista, e eu lembro que a gente não era bem vista, porque sempre tinha essa dicotomia “não, nós somos femininas, feministas não” e pra nós sempre foi clara essa coisa de explicar o que era o feminismo né até hoje é difícil, as pessoas acham que feminismo é o contrário de machismo. Então a gente sempre teve muito essa preocupação de divulgar o feminismo e aí naturalmente foram surgindo os conselhos, os direitos da mulher... e pensando bem hoje, fazendo uma avaliação, eu acho até que esses conselhos que o Estado vai criando, que não deixa de ser importante, mas isso acaba, de alguma forma, engessando o movimento social, ou seja, hoje eu estou me dando conta assim, naquele momento nós paramos de reunir o Gênese pra irmos pro conselho municipal dos direitos da mulher, porque nós achávamos que ali ia ser a forma de atingir o maior número de mulheres, porque nós nos achávamos um pouco assim, que o grupo feminista podia ter um conteúdo pequeno burguês, porque na verdade era só mulheres do movimento estudantil que participavam, não tinham mulheres operária, mulheres trabalhadoras e a nossa intenção era atingir essas mulheres. E nós também não queríamos ficar com aquela concepção de “mulheres pensantes”, que ficam pensando o movimento e depois vão lá falar pra essas mulheres, pras outras né outra coisa era divisão social do trabalho intelectual e do trabalho braçal, não queríamos isso, e a gente quis participar mais desses órgãos do Estado, mas não deixa de ser também interessante avaliar isso, não deixa de ser uma forma de terminar ou de mexer num movimento social, acaba institucionalizando uma luta que tinha o seu ardor.

Entrevista realizada via e-mail com Lúcio Vaz em março de 2014

Luisiane: Gostaria que tu se apresentasse, falando o ano que ingressou na universidade, qual o curso, e depois como teve contato com o movimento estudantil pelotense.

Lúcio: Ingressei na UCPEL (Comunicação Social) e UFPEL (Graduação em Pintura) em 1977. Os primeiros contatos foram por intermédio de um colega que fazia Educação Artística, o Álvaro Hypolito, o Nenê. Tínhamos matérias em comum na Escola de Belas Artes. Ele é irmão da Cecília Hypolito, ex-deputada estadual.

Luisiane: Na tua percepção, existia um movimento estudantil organizado na cidade de Pelotas?

Lúcio: Naquela época já havia. Um grupo liderado pelo Jorge Antonini, o Flávio Coswig, já havia agitado muito na UFPEL. Mas o movimento tomou mais corpo a partir de 1977, quando a abertura democrática chegou para ficar. O grande marco foi o ato público realizado na praça do Direito, em 19 de maio, quando o João Carlos Gastal, o Gastalzinho, que era vereador, foi preso. O movimento foi ampliado, conseguindo aos poucos a adesão de parte da massa estudantil. No segundo semestre daquele ano, formamos uma chapa de esquerda para disputar o DCE da UCPEL, que estava na mão do pessoal da Arena Jovem. Não havia ainda os Diretórios Acadêmicos na UCPEL. Eles haviam sido dissolvidos bem antes pela ditadura. Estavam banidos. Fui o presidente fundador do DA "Vladimir Herzog" da Comunicação.

Luisiane: Quais as principais reivindicações estudantis neste momento de transição política?

Lúcio: Como a ditadura ainda tinha força, não podíamos usar palavras de ordem muito agressivas, porque isso poderia implicar em punições a estudantes e entidades. Assim, não podíamos usar slogans como "Abaixo a tortura", "Fora milicos". Usávamos expressões como "Pelas liberdades democráticas", "Pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte", "Pela melhoria da qualidade de ensino". Alguns grupos radicais ousavam mais, mas isso afastava a massa de estudantes, que era um tanto alienada politicamente. Em Porto Alegre, havia um grupo, os Odara, que defendia o amor livre e a liberalização da maconha.

Luisiane: Quais os espaços ocupados pelas mulheres dentro do ME em Pelotas?

Lúcio: Havia muitas mulheres bastante ativas. E não eram apenas "tarefeiras", elas tinham liderança, formulavam propostas, debatiam nas assembleias. Mas realmente poucas ocuparam cargos importantes. Lembro que, na chapa Participação, que disputou o DCE da UCEPL em 1977, a vice-presidente era a Duca, Maria do Carmo Lessa. A partir de 78, depois que levamos uma surra da direita com a Participação, partimos para formar os DAs da UCPEL. Algumas mulheres foram eleitas presidente ou integrantes das executivas, mas não lembro os nomes. Uma delas era a Genoveva, a Geno, na Farmácia, se não estou enganado. Na comunicação, a secretária-geral era a Regina Alvarez. Seria minha mulher e mãe dos meus filhos mais tarde. Talvez ela pudesse falar disso.

Luisiane: As mulheres sofriam preconceito, tanto dentro do ME como fora, por militarem?

Lúcio: Dentro, eu não sentia isso. Acho que o preconceito não era algo específico do movimento estudantil, mas da sociedade naquela época. Sem contar que no Rio Grande

esse preconceito é um pouco maior. Lá, o homem é o chefe da família. Mas não havia essa discriminação nas reuniões, nas assembleias, nos atos públicos.

Luisiane: Na tua opinião, porque nenhuma mulher ocupou cargos de liderança no ME (salvo raras exceções como no caso da Angela Amaral - presidente do DCE UFPel 84/85 e da Duca que concorreu como vice-presidente as eleições ao DCE da UFPel e da UCPel)?

Lúcio: Acho que já respondi nas questões anteriores.

Luisiane: Qual a razão do curso de Agronomia (UFPel) ser um expoente de lideranças estudantis?

Lúcio: Não tenho essa informação. Você deve conversar com o Fleck e com o Leo Venzon (você acha eles no Face: Leo G Venzon e Luiz Fernando Flech), que foram líderes da Agronomia na época. Numa fase anterior, o Antonini.

Luisiane: Tu acha que a luta de vocês, estudantes, valeu a pena? Tem algum arrependimento?

Lúcio: Acho que valeu muito a pena. Foi uma contribuição importante para a derrubada da ditadura militar e para a reconstrução do Estado democrático de direito. Foi também uma oportunidade de conhecer pessoas interessantes, com ideias novas. Eu cheguei a Pelotas completamente alienado. Não sabia o que estava havendo no Brasil, não tinha conhecimento da tortura, das mortes. Achava que os guerrilheiros no início dos anos 70 eram "terroristas", como diziam os militares e seus apoiadores. Em pouco tempo descobri que vivíamos uma ditadura brutal, que havia exterminado com os líderes dos partidos de esquerda, cassado parlamentares, promovido a censura, exilado opositores. Naquela época, também havia as ditaduras da Argentina, Uruguai e Chile. Como já estávamos na abertura, Pelotas recebia em suas universidades estudantes desses países. Eles chegavam com suas histórias, suas músicas latinas (Mercedes, Vitor Jara, Violeta Parra, Sílvio Rodríguez). Nossas festas no Laranjal também foram inesquecíveis. Cantávamos músicas como "Hasta Siempre", "Caminhando", bebíamos vinho, fumávamos um baseado, namorávamos e sonhávamos com um mundo socialista. Sonhos da juventude.